



REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL



3

ORGANIZADORES
Flávia Arruda de Sousa
Ana Paula da Cruz
Olliver Mariano Rosa

TENHO A SATISFAÇÃO DE celebrar a publicação da coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*, em cinco volumes, correspondentes a cada região do país. Trata-se de um conjunto de capítulos sobre a trajetória institucional, organizacional e pedagógica dos 38 Institutos Federais, dos dois Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, com o objetivo de divulgar a história dessas instituições. O acontecimento se reveste de grande relevância para a história da educação profissional e tecnológica no Brasil e para a história da educação em geral. As instituições que compõem a Rede Federal e seus integrantes – dirigentes, professores, técnicos, alunos, pais de alunos – podem se orgulhar desta publicação que comemora uma trajetória centenária de contribuição para a formação científica, tecnológica e profissional de trabalhadores para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

A oportunidade desta publicação é evidente num momento em que a educação profissional e tecnológica, tendo em conta as reconfigurações institucionais ocorridas ao longo da sua história (Escolas de Aprendizes Artífices, Liceus Profissionais, Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas,



REGIÃO
NORDESTE

3

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS
MUDANDO O BRASIL

ORGANIZADORES
Flávia Arruda de Sousa
Ana Paula da Cruz
Olliver Mariano Rosa

ISBN 978-85-67022-89-5

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição –
Não Comercial – Sem Derivações 4.0 Brasil.



Os textos assinados, no que diz respeito tanto à linguagem quanto ao conteúdo, não refletem necessariamente o posicionamento das editoras. As opiniões são de responsabilidade exclusiva dos respectivos autores.

R335	<p>Região Nordeste / Organização: Ana Paula Pereira da Cruz de Moraes, Flávia Arruda de Sousa – Goiânia: Ed. IFG; São Luis: Ed. IFMA; João Pessoa: IFPB, 2024.</p> <p>432 p.: il. color – (Coleção Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil; v.3 / Organização: Olliver Robson Mariano Rosa).</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>ISBN (E-book): 978-85-67022-88-8 ISBN (Impresso): 978-85-67022-89-5</p> <p>1. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – História. 2. Educação profissional e tecnológica – Expansão. 3. Institutos Federais. I. Título. II. Coleção. III. Moraes, Ana Paula Pereira da Cruz de (org.). IV. Sousa, Flávia Arruda de (org.).</p> <p>CDD 378.013</p>
Catalogação na publicação: Maria Aparecida Rodrigues de Souza – CRB/1-1497	

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Goiás

Editora IFG

Avenida C-198, Qd. 500.
Jardim América.
Goiânia/GO | CEP. 74270-040.

(62) 3612-2251
editora@ifg.edu.br

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Maranhão

Editora IFMA

Avenida Colares Moreira, 477.
Renascença.
São Luís/MA | CEP. 65075-441.

editora@ifma.edu.br

Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Paraíba

Editora IFPB

Av. João da Mata, 256.
Jaguaribe.
João Pessoa/PB | CEP. 58015-020.

(83) 3612-9722 | (83) 9116-474
editora@ifpb.edu.br

SUMÁRIO

Apresentação da coleção	5
Prefácio	19
DANTE MOURA	
Apresentação do volume	25
1. A Rede Federal e os ecos da educação profissional e tecnológica em Alagoas da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Alagoas	31
FABIANO DUARTE MACHADO	
BRUNO RODRIGO TAVARES ARAÚJO	
2. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia história da Rede Federal de Educação Profissional na Bahia	59
VIRLENE CARDOSO MOREIRA	
ALBERTO ÁLVARO VASCONCELOS LEAL NETO	
NAIARANIZE PINHEIRO DA SILVA	
SAMIR PEREZ MORTADA	
3. Instituto Federal de Pernambuco educação, cidadania e desenvolvimento	93
ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO	
ROSANA MARIA TELES GOMES	
4. Tecer e conectar histórias trajetórias do ensino técnico federal no Piauí	123
FÁBIO ESTEFANIO DE BRITO LOPES	
ARIANE DOS SANTOS LIMA	
GEORGE JOSÉ DOS SANTOS LIMA	
DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES	
ANTÔNIO AILTON FERREIRA DE CERQUEIRA	
5. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal trajetos da educação técnica profissional no Rio Grande do Norte	153
FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA	
ANDRÉ GUSTAVO BARBOSA DA PAZ MENDES	

6. Memória e legado a história do Instituto Federal do Ceará JOSÉ SOLON SALES E SILVA	187
7. A história de uma casa de educação centenária o Instituto Federal da Paraíba de ontem e de hoje EMMANOEL DE ALMEIDA RUFINO JIVAGO CORREIA BARBOSA LUCIANO CANDEIA MÁRCIO VICTOR DE SENA DINIZ PAULO HENRIQUE MARQUES DE QUEIROZ GUEDES	213
8. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil Instituto Federal do Maranhão, história e memória em movimento CREUDECY COSTA DA SILVA TEREZINHA DE JESUS CAMPOS DE LIMA JANETE RODRIGUES DE VASCONCELOS CHAVES	249
9. Narrativas históricas das Escolas originárias do Instituto Federal de Sergipe educação e transformação social KELLY CRISTINA BARBOSA CLEBER MARQUES DE OLIVEIRA MANUELA DO NASCIMENTO SILVA LARISSA COIMBRA DO NASCIMENTO	283
10. Das Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac ao Instituto Federal Baiano GILSON ANTUNES DA SILVA JOSUEL FERREIRA DOS SANTOS RAFAEL OLIVA TROCOLI	313
11. Da gênese à expansão do Instituto Federal do Sertão Pernambucano transformando vidas, mudando o sertão JADNAELSON DA SILVA SOUZA INÉS SILVA GUIMARÃES MARIA DIONÍSIA DOS SANTOS MARIA NIZETE DE MENEZES GOMES COSTA REJANE CHAVES BATISTA AMORIM SOLANGE MARIA DANTAS GOMES	331
Catálogo cartográfico	357
Catálogo fotográfico	381

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

“O QUE VALE NA VIDA NÃO É O PONTO DE PARTIDA E SIM A CAMINHADA.
CAMINHANDO E SEMEANDO, NO FIM TERÁS O QUE COLHER”

Cora Coralina

Nessa epígrafe estão os versos finais do poema “Meu melhor livro de leitura”, da poeta goiana Cora Coralina.¹ A travessia pelas páginas de um livro como uma experiência de transformação é o que esperamos oferecer aos leitores e às leitoras com a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil*. Contudo, não nos cabe limitar essa experiência a um otimismo esperançoso de sonhos de um futuro verde, sobretudo quando se percebe que a vegetação do agora perde vitalidade sob pilhas e pilhas de folhas de papel, o que pode tornar inócuas a leitura do mundo, resultando em um cenário como o desenhado por Bernardo Élis, outro autor goiano (e ex-professor da Escola Técnica de Goiânia), em seu “Poema burocrático do Dia da Árvore”: “E na terra cansada de ser inculta/ plantaram árvores cansadas de ser inúteis.”² Para que esse cansaço não assuma lugar de regra, a reflexão crítica sobre o passado deve ser uma constante de modo que o plantio do presente reveja o caminho da lavra e lance com mais zelo as sementes ao solo.

Sob a inspiração da poesia, entregamos ao público leitor estes cinco volumes sobre a história das instituições que compõem uma rede tecida por milhares de histórias pessoais e profissionais de servidores/as técnicos/as e docentes, bem como de estudantes de, pelo menos, uma dezena de gerações. Certamente, houve tempo para que a semeadura se erguesse

¹ CORALINA, C. Meu melhor livro de leitura. In: CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha*. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 1985. p.54-55.

² ÉLIS, B. Poema burocrático do Dia da Árvore. In: ÉLIS, B. *Primeira chuva*. Goiânia: Ed. IFG, 2021. p.85.

em tronco de árvores plantadas de norte a sul de nosso país. Essa referência vegetal se apresenta nas capas de cada volume: no primeiro, da Região Sudeste, aparece o jequitibá-rosa, a maior árvore brasileira nativa; no segundo, da Região Centro-Oeste, o ipê-amarelo, cuja floração se apruma durante os períodos de maior secura; no terceiro, da Região Nordeste, o juazeiro, a lembrar sua presença marcante na cultura popular nordestina; no quarto, da Região Sul, a araucária e sua sobrevivência ante as ameaças de extinção; no quinto, da Região Norte, a samaúmeira, a “árvore da vida”, sagrada para muitos povos indígenas. O porte, a resistência às adversidades, a inserção sociocultural, a resiliência e a vinculação com o mundo vivencial de várias populações poderiam ser algumas das características atribuídas à Rede por meio dessa metáfora arbórea. Para a numeração dos volumes, a princípio, seria seguida a ordem alfabética das regiões, mas, como o título coloca em destaque a longevidade da Rede em quase dois séculos de atividade, ou seja, de 1837 a 2024, ressaltou-se o valor dessa cronologia, dispondo o Sudeste no início, com a abertura do Colégio Pedro II, e, ao final, o Norte, onde estão localizadas muitas das instituições mais jovens. Essa ordenação também se orienta pela graduação de cores das capas, que, como concebidas pelo programador visual Pedro Carvalho, se harmoniza à luz dos matizes do arco-íris.

A motivação inicial para a proposição deste ambicioso projeto editorial ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) foi a comemoração dos 115 anos das instituições que têm 1909 como ano de sua criação – marco que se estende às demais, por ser considerado referência do primeiro esforço do governo federal de estabelecer uma rede nacional para ofertar educação pública. A partir dessa motivação, constituíram-se objetivos da coleção tanto divulgar uma história centenária influente nos rumos do desenvolvimento socioeconômico do Brasil quanto apresentar as peculiaridades da atuação das instituições em seu contexto local e regional e, assim, contribuir para a construção das identidades institucionais por meio de pesquisas, documentos, registros fotográficos, de modo a consolidar uma fonte bibliográfica em que se reflete a multiplicidade da trajetória da Rede Federal. A proposta de publicação foi aprovada em plenário na 130^a Reunião Ordinária do Conif em janeiro de 2024, quando começaram os trabalhos para a composição da obra.

Por veredas repletas de idas e vindas, esta coleção se materializou graças a um efetivo trabalho em rede, uma vez que uma publicação com abrangência nacional não poderia se concretizar em tão pouco tempo se não pelo esforço coletivo. De uma parte, oito editoras assumem a organização: a Editora do Instituto Federal de Goiás se reúne em parceria de coedição com as editoras do Colégio Pedro II e do Instituto Federal do Espírito Santo para a organização do volume sobre as 12 instituições do Sudeste; do Instituto Federal Goiano, para o livro sobre as 5 instituições do Centro-Oeste; do Instituto Federal do Maranhão e do Instituto Federal da Paraíba, para o trabalho com as 9 instituições do Nordeste; do Instituto Federal Sul-rio-grandense, para as 6 instituições do Sul, e do Instituto Federal do Pará, com as 7 instituições do Norte. De outra parte, mais de 140 autores e autoras, servidores/as docentes e técnicos/as, ativos/as e aposentados/as, se incumbem da tarefa desafiadora de apresentar em pouco mais de duas dezenas de páginas a trajetória histórica das instituições onde trabalham ou trabalharam.

A preocupação com a narrativa histórica dessa trajetória foi denotada em 2009 durante as comemorações do centenário da Rede, que contaram com vários eventos, como o Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica (de 23 a 27 de novembro de 2009), a Mostra Fotográfica Itinerante (entre 2009 e 2010), os Jogos Estudantis da Rede Federal (2010), o Festival de Arte e Cultura da Rede Federal (2010) e a publicação em 2012, pela editora do Instituto Federal de Brasília, do volume *Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional, e Tecnológica*. Houve também celebrações em 2019, quando se completaram os 110 anos. Nas duas ocasiões, foram criados selos comemorativos que marcaram a importância desses aniversários como ocasião para mostrar à sociedade a presença longeva dessas instituições na história de nosso país, o que se repetiu com os festejos dos 115 anos. Um dos legados de tais comemorações é o portal eletrônico com uma apresentação gráfica de pontos principais do passado e do presente da Rede, mantido pelo Conif.

A essas iniciativas se reúnem pesquisas e publicações acerca tanto dos percursos individuais de cada instituição quanto das configurações da educação profissional e tecnológica (EPT) ao longo do último século e das duas primeiras décadas do século XXI. Pode-se exemplificar tal esforço

com obras como: a coleção *Instituto Federal de Goiás: história, reconfigurações e perspectivas* e os livros: *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009*; *Das artes e ofícios à educação tecnológica: 90 anos de história*, sobre a instituição em Pelotas/RS; *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina*; *A trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal [do Espírito Santo]*; *IFRN: 10 anos de criação em mais de um século de história*. Nesse rol se incluem também vários artigos e livros sobre aspectos políticos, educacionais e sociais da EPT no Brasil, como é o caso de referências importantes elaboradas por prefaciadores/as da coleção – cuja palavra introdutória refloresce as narrativas históricas encenadas no curso de cada um dos volumes: *Saberes e experiências em Educação Profissional e de Jovens e Adultos: a construção do conhecimento no Proeja Amazonas* (2010), com organização de Ana Cláudia Souza e Euzeni Trajano; *Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional* (2013), de Dante Moura; *História e política da educação profissional* (2014), de Marise Ramos; *O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional* (2015), de Maria Ciavatta; *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2023), de Eliezer Pacheco, e *Perspectivas da educação profissional e tecnológica na Amazônia* (2023), coletânea organizada por José Pinheiro e José Cavalcante.

Nesse mapeamento das publicações sobre a construção progressiva da Rede Federal ao longo de sua existência, é possível ainda encontrar, pela busca na internet, vários históricos institucionais. Todavia, além de estarem dispersos nos portais oficiais, por vezes, sua localização não é facilmente acessível ao público em geral – quando, por exemplo, aparecem apenas na página dos câmpus³ mais antigos – e, com frequência, os dados apresentados neles se resumem a pontuar as mudanças mais marcantes ou a mencionar a legislação principal da constituição histórica da Rede. Essa constatação revelava a ausência de uma fonte bibliográfica que amealhasse a história particular de todas as instituições da Rede

³ A Editora IFG adota a forma aportuguesada câmpus (singular e plural), em conformidade com diretriz interna do IFG, que desde 2015 optou por essa grafia porque, além de ser reconhecida em obras de referência, coaduna a adoção da linguagem simples e alinha-se ao uso consolidado em veículos de imprensa e outras instituições de ensino.

Federal, indo além da visão panorâmica que transita entre os marcos das Escolas de Aprendizes Artífices, dos Liceus Profissionais, das Escolas Industriais e Técnicas, das Escolas Agrotécnicas, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e, por fim, dos Institutos Federais, incluindo nesse arranjo o Colégio Pedro II. Uma iniciativa nesse sentido se mostrava necessária para demonstrar quanto são urgentes o estudo, a catalogação documental, a conservação e a comunicação da memória dessas instituições, medidas cuja importância está patente em ações mais bem estabelecidas que têm esse escopo, como se pode observar no Memorial do Instituto Federal do Ceará, no Centro de Memória do Instituto Federal de Minas Gerais e no Núcleo de Memória do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – exemplos a serem replicados a fim de que a sociedade tenha mais uma porta de entrada no universo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que, estabelecida com essa nomenclatura há pouco mais de 15 anos, tem uma temporalidade ampliada a ser estudada e relatada para quem pode (e precisa) desbravá-la.

Em dezembro de 2008, a Lei n. 11.892 instituiu a Rede Federal, por meio da reunião das 41 instituições cuja história é apresentada nessa coleção: os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e o Colégio Pedro II. A elas se somam a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. No artigo 5º dessa lei, apresenta-se a origem dos IFs, que se constituem a partir de dois processos: (1) da transformação de uma única instituição ou (2) da integração de duas ou mais instituições. Tais processos envolveram 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades de Ensino Descentralizadas, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a Universidades. Nesse quadro, além do Colégio Pedro II, que está em atividade desde 1837, há outras instituições cuja história remonta ao século XIX, como o Instituto Federal do Paraná, que se origina da Escola Alemã, criada em Curitiba/PR em 1869,⁴ e o Instituto Federal Baiano,

⁴ IFPR (Instituto Federal do Paraná). *Linha do tempo*. Curitiba: IFPR, 2023. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/historia/linha-do-tempo/> Acesso em: 15 jul. 2024.

que mantém em sua constituição a área da Fazenda Modelo de Criação, vendida ao governo da Bahia em 1897 e federalizada em 1918.⁵ Na outra ponta do tempo, há o caso, por exemplo, do Instituto Federal do Acre, que teve sua criação como Escola Técnica Federal autorizada em 2007, mas foi de fato implantado já como Instituto Federal, iniciando suas atividades em 2010. Assistimos, portanto, a uma diversidade de cronologias entre as instituições que se reconfiguraram para dar lugar à Rede, que, com uma pluralidade similar à da flora brasileira, assomou à constituição de conjunto, sem, contudo, eliminar os matizes e as texturas das vegetações próprias de cada ecossistema local e regional.

O descompasso temporal existe mesmo entre aquelas escolas que compuseram a configuração pioneira de um sistema educacional nacional no início do século XX. Em 23 de setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, determinou, por meio do Decreto n. 7.566, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs), uma em cada capital estadual da época, as quais estariam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. De acordo com Soares,⁶ a efectiva implantação das Escolas aconteceu somente em 1910 entre 1º de janeiro, nos estados de Piauí, Goiás e Mato Grosso, e 1º de outubro, no estado do Amazonas. A diferença de dias ou de meses nesse processo de implantação prenuncia a singularidade situacional dessas instituições congêneres, o que remete à tão frequente divergência entre, de uma parte, as prescrições legais no campo educacional brasileiro e, de outra, sua aplicação no chão da realidade. Além dessa heterogeneidade acerca do funcionamento efetivo das Escolas, a diferenciação se apresenta em duas exceções ao projeto político de vinculá-las às capitais estaduais: no Distrito Federal, Rio de Janeiro, a instituição foi sediada em Campos, cujo prefeito articulou a doação de um prédio na cidade, o que não foi feito pelo presidente do estado à época, que afirmou não haver disponibilidade na então capital, Niterói; no Rio Grande do Sul, também não foi instalada uma EAA, porque já havia em Porto Alegre o

⁵ IF BAIANO (Instituto Federal Baiano). *Histórico*. Catu: IF Baiano/Câmpus Catu, 2011. Disponível em: <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/catu/historico/> Acesso em: 15 jul. 2024.

⁶ SOARES, M. J. A. As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução. *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 58-92, jul./set. 1982.

Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia (mais tarde, Instituto Parobé), que, em 1911, passou a receber subvenção do governo federal por meio do Decreto n. 9.070, pelo qual se aprovou novo regulamento para as escolas criadas dois anos antes.⁷ As bifurcações dos galhos começaram a ressurgir antes mesmo de se erguer o caule em rede.

Depois desse regulamento de 1911, houve outro em 1918, constituindo a trilha de uma regulamentação comum, o que era um acontecimento diferencial na organização da educação pública no país. Apesar dessas diretrizes, a vida escolar adquiriu feições específicas de acordo com as demandas dos vários contextos. Por exemplo, havia no decreto de criação a indicação de que deveriam ser definidas até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico, buscando consultar as especialidades das indústrias locais: segundo Cunha,⁸ praticamente todas as Escolas ministravam carpintaria, a maioria incluía sapataria e alfaiataria, mas eram poucas as que ofereciam a formação que mais se ajustaria ao pretenso fomento à incipiente industrialização com os ofícios de tornearia, mecânica e eletricidade, como se viu na unidade de São Paulo. O regramento geral se ajustou, portanto, ao cultivo próprio das realidades de um país com quadro singular de diversidades e desigualdades, especialmente no que diz respeito às atividades produtivas locais e regionais. E a seara dos cursos semeou novas culturas ou foi por elas semeada à proporção que se modificaram as demandas políticas, econômicas, sociais e, por extensão, educacionais, o que se traduziu, no campear das décadas, na transição do nível primário para o secundário, nas diferentes configurações do ensino técnico de nível médio, na formação de mestres de oficina e professores, na oferta de Engenharias e cursos superiores de tecnologia, na ampliação da atuação na graduação e na pós-graduação e, mais recentemente, na criação de bacharelados e licenciaturas, bem como de mestrados e doutorados profissionais e acadêmicos, alguns deles desenvolvidos em rede ou em parceria com outras instituições nacionais e internacionais. Esta é uma aragem profícua para estudo.

⁷ CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

⁸ Cunha (2000).

Os anos 1920 marcaram a rede em gestação por esforços de reestruturação a fim de garantir às EAAs condições adequadas para seu funcionamento, em atenção à demanda do setor industrial brasileiro.⁹ A função assistencialista das Escolas, direcionadas para a formação técnica dos “desfavorecidos da fortuna”, em pouco tempo assimilava novas conotações, em decorrência das mudanças no cenário político-econômico, que passava a requerer um movimento de industrialização do ensino. Os referidos regulamentos inauguraram, assim, o percurso de reconfigurações pelas quais as instituições, tanto as criadas em 1909 quanto as implantadas posteriormente, sofreram ao longo de sua trajetória, em razão da reformulação das políticas acerca da Educação Profissional e Técnica, bem como do ensino agrícola. Ademais, as modificações na formação oferecidas pelas Escolas dialogavam com o perfil do alunado atendido por elas, que foi assumindo novos contornos, por exemplo, com a ampliação de sua faixa etária e, mais tarde, com a liberação do acesso ao público feminino.

Após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, o sistema federal das EAAs deixou de estar sob a gestão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o que, como revela Cunha,¹⁰ trazia em seu bojo os princípios do novo projeto político educacional instalado no Brasil a partir da Revolução de 1930. Nessa conjuntura, em 1935, Francisco Montojos, titular da Superintendência de Ensino Industrial – curiosamente em resposta a um encaminhamento do poeta Carlos Drummond de Andrade, então chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema –, descreve as condições estruturais das Escolas e discrimina as necessidades de remodelação de seus edifícios e o custo requerido. Em documento posterior, anuncia a construção de novos prédios em Piauí, Paraná e Pernambuco.¹¹ Vale ressaltar que, muitas dessas edificações, das quais há registros em vários dos capítulos a seguir, se tornaram patrimônio arquitetônico das cidades, integrando um museu aberto, um museu vivo, habitado por uma história em processo.

⁹ ASSIS, S. M.; MEDEIROS NETA, O. M.; GONÇALVES, I. A. Das Escolas de Aprendizes Artesãos ao ensino técnico industrial (1909-1943). *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 1, n. 22, p. 1-17 e14026, out. 2022.

¹⁰ Cunha (2000).

¹¹ MONTOJOS, F. Ofício n. 3713, de 5 de novembro de 1935. Rio de Janeiro: Superintendência do Ensino Industrial, 1935. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ARQ_GC_G&pasta=GC%20g%201935.0&pagfis=26 Acesso em: 30 jul. 2024.

Em 1937, com a reorganização do recém-criado Ministério da Educação, algumas das instituições passaram a ser Liceus Industriais. Não obstante essa nova disposição ter vigorado pouco, jornais de Santa Catarina não demoraram a noticiá-la. Em Goiânia/GO, a designação de Liceu existiu apenas em documentos e jornais, já que a inauguração da Instituição na nova capital de Goiás aconteceu em 1942 com outra nomenclatura, sob a égide do Decreto-Lei n. 4.127, que estruturou a Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial, constituída por Escolas Técnicas, Escolas Industriais, Escolas Artesanais e Escolas de Aprendizagem. Esse decreto instalou unidades escolares por todo o país: 9 na Região Sudeste – Escola Técnica Nacional, Escola Técnica Darcy Vargas, Escola Técnica de Química, Escola Industrial de Fiação e Tecidos, no Rio de Janeiro/RJ; Escola Nacional de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; Escolas Técnicas em Vitória/ES, Niterói/RJ, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG (estas três últimas foram implantadas, a princípio, como Escolas Industriais); 9 na Região Nordeste – Escolas Técnicas em São Luís/MA, Recife/PE e Salvador/BA (esta teria seu funcionamento condicionado à construção da sede) e Escolas Industriais em Teresina/PI, Fortaleza/CE, Natal/RN, João Pessoa/PB, Maceió/AL e Aracaju/SE; 3 na Região Sul – Escolas Técnicas em Curitiba/PR e Pelotas/RS e Industrial em Florianópolis/SC; 2 na Região Centro-Oeste – a Escola Técnica de Goiânia/GO e a Escola Industrial de Cuiabá/MT e 2 na Região Norte – a Escola Técnica de Manaus/AM e a Escola Industrial de Belém/PA.

Em 1959, a Lei n. 3.552 remodelou a organização escolar e administrativa para os estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, transformando-os em autarquias. Nesse mesmo ano, o Decreto n. 47.038, que regulamentou essa modalidade de ensino, listava as 23 unidades que constituíam então a Rede Federal, pouco se modificando em relação à configuração vigente desde os anos 1940. Mais que na letra da lei, na realidade daquele mesmo ano, aflorou mais concretamente o funcionamento em rede dessas instituições em suas diferentes dimensões, inclusive na articulação política de seus estudantes, que, em maio de 1959, promoveram uma greve nacional com a adesão de várias Escolas, a fim de reivindicar a exoneração de Montojos, ainda no comando da pasta, em prol do desenvolvimento do ensino técnico-industrial do país,

como registra notícia do *Diário de Pernambuco*.¹² Além de representar um movimento de integração multi-institucional favorecido pela constituição comum das Escolas, esse evento revela que a formação oferecida a seu corpo estudantil, em muitos casos, tem ultrapassado uma educação profissional voltada exclusivamente para o atendimento ao mercado de trabalho – aspecto que, sem dúvida, merece uma atenção histórica.

A dimensão federal das Escolas Técnicas foi incluída em seu nome em 1965 com a Lei n. 4.759. E as diferentes denominações das instituições também participam de seu feito memorialístico. A designação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais foi a que vigorou por mais tempo, o que, por certo, criou uma identidade institucional com as gerações de estudantes que nelas se formaram e que perguntam, quando ouvem relatos sobre algum IF: “é a antiga escola (agro)técnica?” Entre as 41 instituições, apenas o Cefet/RJ guarda em sua identificação a homenagem a um servidor, o professor Celso Suckow da Fonseca, que nos legou os cinco volumes fundamentais de *História do ensino industrial no Brasil*. Essa nomeação, concedida em 1967, se manteve mesmo quando a então Escola Técnica Federal da Guanabara foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica em 1978, pela Lei n. 6.545. A exceção poderia ser a regra, uma vez que, ao longo de todo esse tempo, as instituições resistiram a cenários muitas vezes adversos graças à resiliência de professores e professoras, técnicos e técnicas, gestores e gestoras, cujo trabalho foi indispensável para a construção dessa história e cujo nome poderia ser atribuído a prédios, auditórios, ginásios, porque o que representaram não pode e não deve ser esquecido. Todavia, talvez não houvesse fachadas suficientes para homenagear tantos servidores e servidoras que fizeram e fazem acontecer a Rede, à medida que ela alargou e alarga seus horizontes.

Nos anos 1980, durante o governo Sarney, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado em 1986, previa a instalação de 200 Escolas Técnicas – Industriais e Agrícolas –, em acréscimo às 57 existentes, como está registrado no relatório *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*.¹³ Para alcançar essa meta,

¹² ESTUDANTES técnicos industriais decretaram greve em todo o país. *Diário de Pernambuco*, Recife, n. 119, p. 9, 26 maio 1959. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_13/56609 Acesso em: 10 ago. 2024.

¹³ BRASIL. *Realizações do Ministério da Educação – Período: 85/90 – Governo José Sarney*. Brasília: Ministério da Educação, 1990. Disponível em: https://catalogo.ipea.gov.br/uploads/208_1.pdf Acesso em: 25 jul. 2024.

foi autorizada, por meio da Portaria n. 67, de 6 de fevereiro de 1987, do MEC, a criação de Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds) nas estruturas organizacionais das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica. Esta que pode ser considerada a primeira grande expansão da Rede revelou-se, entretanto, menos numerosa que a previsão inicial, como se pode verificar no Anexo II da Lei n. 8.670/1993, em que são listadas apenas 33 Uneds, distribuídas em 19 estados. Em compensação, por meio dessa lei, foram criadas a Escola Técnica Federal de Roraima e 9 Escolas Agrotécnicas Federais em 6 estados brasileiros. Esse recorte demonstra como a visada para o passado pode descortinar os descompassos entre os planos governamentais e sua execução, o que torna fértil o solo para o florescimento de soluções vindouras.

As Escolas Agrotécnicas Federais, no conjunto da Rede, possuem percursos ainda mais particulares que o das instituições criadas em 1909. Conforme os históricos localizados nos portais institucionais dos IFs que provieram dessas Escolas, praticamente em todas as décadas do século XX registra-se a criação de alguma unidade dedicada ao ensino agrícola, para mencionar alguns casos: em 1910, é criado o Aprendizado Agrícola de Barbacena, na cidade de mesmo nome, e, em 1911, o Patronato Agrícola de Alagoas, em Satuba/AL; em 1923, o Patronato Agrícola Rio Branco, em Manaus/AM, e, em 1924, o Patronato Agrícola São Maurício, em São Cristóvão/SE; em 1941, a Escola Prática de Agricultura, em Santa Teresa/ES, e, em 1943, o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger/MT; em 1954, a Escola Agrotécnica de Crato, e, em 1959, a Escola Agrotécnica Federal de Brasília, em Planaltina/DF; em 1962, o Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto, em Iguatu/CE, e, em 1969, o Ginásio Agrícola Clemente Machado, em Salinas/MG; em 1980, tem-se a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, na cidade homônima, e, 1988, a Escola Agrotécnica Marly Sarney, em São Gabriel da Cachoeira/AM; em 1993, como mencionado anteriormente, outras 9 escolas foram criadas; por fim, mais recentemente, em 2007, há a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS. Nesse percurso, igualmente secular, várias nomenclaturas foram empregadas, o que refletia mudanças na legislação pertinente à modalidade agrotécnica e em sua concepção formativa: Patronatos e Aprendizados Agrícolas, Escola de Iniciação Agrícola, Escolas Agrícolas, Escolas Práticas de Agricultura, Ginásios e Colégios Agrícolas, Escolas Agrotécnicas. Apesar da díspar cronologia de origem, houve leis

que repercutiram de forma abrangente sobre várias dessas instituições, acenando para sua inserção em uma rede de alcance nacional. Em 1934, o Decreto n. 24.115, de 12 de abril, dispôs sobre a organização definitiva dos estabelecimentos de ensino elementar de Agricultura, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, o que representou a federalização de vários Patronatos Agrícolas e sua transformação em Aprendizados Agrícolas. Em 1967, o Decreto n. 60.731, de 19 de maio, transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura, passando a ser adotada a nomenclatura de Colégio Agrícola. Em 1993, a Lei n. 8.731, de 16 de novembro, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias. Um ano depois elas passariam a integrar o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que, certamente, repercutiu nos arranjos institucionais.

A Lei n. 8.948/1994, além de reunir em um mesmo sistema federal Escolas Técnicas e Agrotécnicas, deu início ao processo de “cefetização”, trazendo à cena a institucionalidade dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e sua atuação mais extensiva no ensino superior. Segundo Ana Campello, no fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, todas as Escolas Técnicas Federais e dez Escolas Agrotécnicas tinham se tornado Cefets.¹⁴ Quando a autora publicou essas informações, uma nova transição transcorria: o governo Lula havia começado em 2005 uma grande expansão da Rede Federal, a qual prosseguiu em 2007 e 2011, com a instalação de várias novas unidades, tendo por foco a periferia dos grandes centros urbanos e os municípios do interior.¹⁵ No meio da plantação de escolas Brasil adentro, outro processo de transformação da Rede se assentou nos anos 2000: a ifetização. A partir desse processo, criou-se a paisagem atual dos IFs, dos Cefets e do Colégio Pedro II. Resultaram da expansão 685 unidades, incluindo as vinculadas à UTFPR e às 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais.¹⁶ Como panorama dessa numerosidade, incluímos, no fim de cada

¹⁴ CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

¹⁶ BRASIL. Ministério da Educação. MEC celebra 115 anos da Rede Federal. *Notícias*, Brasília, 24 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal> Acesso em: 20 ago. 2024.

volume, um catálogo cartográfico e outro fotográfico em que aparecem os câmpus e as sedes administrativas das instituições situadas nas mais diferentes localidades das cinco regiões do país. Produz-se, assim, uma referência imagética para um marco da história recente: o anúncio em março de 2024 de outros 100 câmpus para a Rede, uma maneira simbólica de celebrar o aniversário completado a cada princípio de primavera.

Embora ao longo de 115 anos tenha havido marcos legais que se referiram a toda a Rede Federal em suas diferentes configurações ao longo do tempo, nota-se que as diretrizes assumiram fisionomias peculiares em sua inscrição no mundo real. Nos parágrafos anteriores, não fizemos mais que sumariar a localização onde, gradativamente, foram sendo instaladas unidades constitutivas hoje da capilaridade da Rede, a qual afirma sua importância justamente em seu movimento característico de interiorização. Esse diverso ecossistema não se desenvolveu, como se poderia esperar, de maneira uniforme, uma vez que em cada contexto intervieram influências políticas de variadas esferas, bem como fatores socioeconômicos e culturais, fazendo com que os processos de implantação fossem mais céleres e consistentes em alguns municípios que em outros. Há, portanto, particularidades nesses percursos que merecem ser conhecidas, o que nos esforçamos para esboçar nesta coleção por meio de um verdadeiro mutirão, que envolveu o difícil trabalho de elaborar textos e selecionar fotografias representativas do passado e do presente de cada instituição. Desse modo, sem pretensão de fim, as páginas que se costuram nesta floresta de palavras e imagens são sementes a ser plantadas por outros/as pesquisadores/as em estudos aprofundados sobre estas memórias, amadurecidas pelo ciclo das estações.

Instituições e editoras não se constroem de fato com pedras e papéis, fazem-se, sobretudo, com pessoas, que devem ser nomeadas. Nesta empreitada memorialística, trabalhamos em conjunto Adonai Lacruz, Ana Carolina Rigoni Carmo, Sarah Bertolli, Flávia Arruda, Ana Paula da Cruz, Carla Fiori e Raimundo Pacheco (além da equipe da Editora IFPA). Nós que assinamos a organização deste trabalho não tivemos tempo para misturar as raízes: “Apenas enlaçamos/ os ramos/ e sonhamos juntos”.¹⁷ As palavras de Cora Coralina, juntam-se as da paranaense Helena Kołody, para dizer melhor da matéria que brota nestas ou destas folhas.

¹⁷ KOŁODY, H. Nós. In: KOŁODY, H. *Viagem no espelho e vinte e um poemas inéditos*. 2. ed. Curitiba: Criar Edições, 2004. p. 33.

Esse sonho, porém, não foi confabulado pelo sono, mas pelo labor do cultivo que se quer colheita, como se seguissemos o conselho do poeta amazonense Thiago de Mello: “Não vinga o sonho da folha/ se não crescer incrustado/ no sonho que se fez árvore.”¹⁸ Neste sonho coletivo, não negamos a nossa singularidade, entalhada na tensão entre nossa pessoa humana e a paisagem em que ela se situa. Em um uso livre dos versos do poeta maranhense Ferreira Gullar, pode-se dizer, todavia, que, nas zonas onde coabitam ipês, jequitibás, samaúmas, juazeiros e araucárias, “uma árvore está/ em qualquer outra”; quando seus galhos se entrelaçam em ponte, “uma árvore/ está em qualquer uma de suas folhas/ (mesmo rolando longe dela)”; se dessa ponte se faz história, “uma árvore está num livro/ quando um vento ali a folheia”.¹⁹ Ainda que esse vento traga a estiagem, não desistimos do nosso intento, talvez porque escutamos ao longe a voz-mulher da poeta mineira Conceição Evaristo: “E que venham todas as secas, o homem esperançoso há de vencer.”²⁰ Assim, vencemos nós, os que sonham e fazem a educação.

Ao som dessas vozes poéticas dos vários cantos de nosso país, peço licença aos leitores e às leitoras para me exprimir no singular do “eu” no encerramento desta apresentação. Escrevo este texto como resultado da caminhada de um pesquisador que não tem a educação profissional e tecnológica entre seus principais focos de interesse, mas que aprendeu com Paulo Freire a lição de que a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Como egresso do então Cefet/GO e servidor do atual IFG, tenho essa Instituição e a Rede que ela integra como larga porção do meu mundo. Pelo caminho da memória, estou a lê-la dia após dia e, nas páginas desta coleção, me junto aos/as colegas que fazem o mesmo em seu lugar, propondo-se a cultivar conhecimentos e a partilhá-los com quem se alimentará destas palavras.

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA
ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

¹⁸ MELLO, T. de. Sonho domado. In: GOMES, J. *Dez poemas de Thiago de Mello (1926-2022). Vida Secreta - Revista de Literatura e Ideias*, 15 jan. 2022. Disponível em: <https://vidasecreta.weebly.com/thiago-de-mello-dez-poemas.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁹ GULLAR, F. *Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980. p. 91-92.

²⁰ EVARISTO, C. Na esperança, o homem. In: EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2008. p. 55-56.

PREFÁCIO

Incialmente, é imprescindível destacar e parabenizar a iniciativa e, em especial, a equipe editorial desta coleção e os/as autores e autoras e, ao mesmo tempo, agradecer o honroso convite a mim feito para prefa- ciar este volume que trata das instituições de EPT da Região Nordeste.

A obra é essencial porque contribui para historicizar as instituições federais de EPT, muitas das quais com mais de 100 anos de história. Embora considere como principal marco de fundação da atual Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, a obra também tra- ta de antecedentes ainda no século XIX, justificando, assim, o subtítulo “quase dois séculos mudando o Brasil”.

Apesar dessa história secular, após o processo de expansão e de criação das novas institucionalidades, ocorrido já no século XXI, insti- tuindo as denominações Rede Federal de Educação Profissional, Cientí- fica e Tecnológica (RFEPECT) e Institutos Federais de Educação, Ciênci- a e Tecnologia (IFs), vimos observando um certo apagamento da história precedente. Está sendo usual encontrar artigos, livros, capítulos, disser- tações e até teses com frases como: “A RFEPECT ou os IF, criados em 2008...” Ora, expressões dessa natureza, ao serem colocadas em tra- balhos acadêmicos, deveriam ser complementadas por outras informações que remetam à origem dessas instituições. É verdade que a RFEPECT foi instituída e a denominação IF foi criada por meio da Lei n. 11.892/2008. Está escrito na lei (na ementa e no artigo 5º, respectivamente), mas isso não ocorreu a partir de um vazio anterior, não surgiu de repente, há todo um processo histórico anterior de mais de 100 anos, do qual se originam essas novas institucionalidades.

A meu ver, isso aumenta a importância da coleção e, por exten- são, deste volume, que objetiva construir e divulgar a história, visan- do preservar a memória dessa Rede. Isso é indispensável, porque nos

encontramos em tempos que, para o pensamento pós-moderno, tudo é fluido, temporário, efêmero. Nesse contexto, teorias extremamente importantes e atuais são questionadas e denominadas pejorativamente de grandes narrativas¹, incluindo a produção marxiana e marxista e, em consequência, o conceito de classes sociais, necessário para compreender, analisar, criticar e buscar a superação da sociedade capitalista em que vivemos.

É exatamente ao conceito de classes sociais que remetem os capítulos deste volume (embora não o discutam explicitamente), e da desigualdade entre elas, forjadas como são pelo modo de produção capitalista, que, por meio da divisão social e técnica do trabalho, separa trabalho manual e trabalho intelectual, o que atravessa a formação profissional desenvolvida no interior dessas instituições ao longo de suas histórias. Isso é captado pelos/as autores e autoras deste volume, mesmo que, nem sempre, esteja evidenciado. Entretanto, com um olhar mais atento à leitura dos onze capítulos é possível identificar nas entrelinhas essa constante tensão entre formação para o trabalho manual e formação para trabalho intelectual, em cada momento histórico das trajetórias institucionais.

Sobre como a obra aborda essas trajetórias, cabe lembrar três aspectos teóricos importantes na escrita da história da educação profissional, conforme Ciavatta (2016, p. 2):² “a história como processo e a história como método, a história do presente e os estudos comparados”. Os textos desta obra abordam dois desses aspectos. De uma parte, ocupam-se da história como processo nesse recorte temporal de mais de 100 anos. Ou seja,

a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas sociais de distribuição desigual da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas (Ciavatta, 2016, p.4).

¹ LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

² CIAVATTA, M. Da educação politécnica à educação integrada: como se escreve a história da educação profissional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO HISTEDBR, 10., 2016, Campinas. *Anais* [...]. Campinas: Unicamp, 2016. p. 1-22. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/histedbr2016/anais/pdf/1027-2869-1-pb.pdf> Acesso em: 17 set. 2024.

Nessa direção, os textos estão permeados pelas questões supramencionadas, o que contribui para adentrar as relações de poder, as formas de organização, as disputas que se estabeleceram ao longo do tempo nessas instituições e, dessa forma, viabiliza que leitores e leitoras possam avançar em direção à essência delas.

De outra parte, também tratam da história do presente, pois os capítulos buscam analisar o atual momento, o que está acontecendo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O processo de expansão é reiterado em todos os textos. A discussão sobre a integração entre o ensino médio e a educação profissional técnica de nível médio é abordada como o principal pilar de sustentação dessa Rede, materializando um espaço de disputa pela concepção de formação humana com base na politecnia, na omnilateralidade, na escola unitária, que, portanto, seja integral. Ou seja, a luta por concretizar uma concepção de formação humana que rompa com a dualidade entre as dimensões prática e intelectual, entre formação para o trabalho manual e formação para trabalho intelectual.

Feita essa discussão mais ampla da obra, trato de algumas especificidades dos capítulos que a constituem.

No primeiro, dedicado ao atual IFAL, o texto registra as memórias das mudanças institucionais e identifica como ocorreram esses processos por meio de dados históricos. Parte da origem na segunda metade do século XIX e início do século XX, seguindo as mudanças no processo de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, do Nordeste e de Alagoas, relacionando-os com as “transformações de nomenclaturas, das ofertas de cursos, do papel socioeconômico e cultural que a Instituição teve e tem ao longo da sua história”. Ao final, dedica maior esforço à gênese da institucionalidade Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, “a partir das articulações, motivações e dinâmicas políticas e sociais do processo de criação do IFAL”.

Ao abordar o IFBA no segundo capítulo, os/as autores e autoras desenvolvem uma narrativa seguindo a linha do tempo que marcou as mudanças vivenciadas pelas institucionalidades que antecederam a atual, as quais lhes deram origem. Para isso, consideram duas dimensões: concepções de educação profissional e organização institucional, que se refletem nas diferentes nomenclaturas adotadas ao longo do tempo.

A parte final do texto é dedicada à discussão sobre a atual denominação, IFBA, destacando sua presença em diferentes territórios baianos e sua configuração institucional complexa, que agrega “diferentes níveis de ensino, diversidade discente, atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

O próximo capítulo descreve a trajetória histórica desde a Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco (EAAPE), passando por várias institucionalidades até chegar ao IFPE, denominação atual, caracterizando-o como “lugar de acolhimento, transformação e desenvolvimento econômico e social”. O texto enfatiza as características, finalidades e objetivos do IFPE, descrevendo, inclusive, cada um de seus atuais câmpus, instalados do sertão ao litoral do estado.

No quarto capítulo, aborda-se a trajetória da Instituição que foi criada como Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí (EAAPI), em 1909, até sua atual institucionalidade como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), a partir de 2008. Em que pese considerar o processo histórico, a análise enfatiza as memórias e trajetórias mais atuais (de 2008 a 2024). O estudo ressalta o IFPI como agente de transformação social, econômica e cultural do estado, ao proporcionar educação de qualidade que resulta em “oportunidades de crescimento pessoal e profissional, reafirmando seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.”

No quinto capítulo, dedicado à Instituição que tem origem na Escola de Aprendizes e Artífices do Rio Grande do Norte (EAARN), seguida de Liceu Industrial de Natal, Escola Industrial de Natal, Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIFRN), Escola Técnica Federal do RN (ETFRN), Centro Federal de Educação Tecnológica do RN (Cefet/RN) e, atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), os autores reconstituem essa trajetória histórica, analisando a complexa malha de relações intra e extramuros com a comunidade envolvente, cuja evolução é impactada por sua inserção em diferentes conjunturas históricas. Desvelam, ao longo do texto, “as múltiplas etapas das diferentes institucionalidades verificadas no âmbito estadual. Seus avanços, suas limitações e seus desafios, materializados em distintas fases – desde o início do século XX” até a atualidade.

O objeto de estudo do sexto capítulo é o IFCE, cuja origem está na Escola de Aprendizes Artífices do Ceará (EAAC). O texto apresenta em

detalhes a EAAC, descrevendo sua infraestrutura, maquinário e, inclusive, o nome dos estudantes concludentes entre 1910 e 1921, por oficina que frequentavam, e continua a descrição que passa por várias institucionalidades até chegar à atual.

O sétimo capítulo, com abordagem predominantemente historiográfica, trata do atual IFPB, partindo da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, com o objetivo de relacionar as diversas reformas educacionais que marcaram a história da educação profissional no Brasil com as reconfigurações organizacionais, administrativas e pedagógicas da Instituição, no decorrer de seus 115 anos. Nas seções finais do texto, faz-se uma análise crítica sobre implantação do IFPB, destacando-se seus atuais problemas.

De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) é do que trata o oitavo capítulo. O texto traz importante contribuição à historicidade da Instituição, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com uso de fontes primárias e orais, evidenciando “acontecimentos da realidade vivida sob a sujeição de padrões políticos, econômicos, sociais e éticos-morais de períodos específicos do corpo social brasileiro e maranhense.”

O atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) é objeto do nono capítulo. Nele, os/as autores e autoras, destacam que o atual IFS tem origem na fusão de duas grandes instituições de ensino do estado: a Escola de Aprendizes e Artífices de Sergipe (EAASE) e o Patronado São Maurício, que tinham como objetivo a formação de mão de obra por meio do ensino industrial e agrícola. O objetivo do estudo foi descrever a trajetória institucional com ênfase no atual momento. Nesse sentido, apresentam as características gerais de cada um dos seus dez câmpus.

O décimo capítulo é dedicado ao atual IFBaiano. Por se tratar de instituição que tem origem agrícola, mais especificamente nas Escolas Médias de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e nas Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), os autores exploram esse processo histórico a partir de “um texto de natureza bibliográfica que levanta a trajetória de formação dessa instituição federal, apresentando, além desse processo de constituição, sua composição atual.”

Finalmente, o IFSertãoPE é objeto do décimo primeiro capítulo. Nele se apresenta uma linha do tempo institucional que revela a trajetória de uma instituição mais jovem do que suas demais coirmãs do Nordeste, mas não menos intensa e significativa para essa região e para o país. Sua origem está no câmpus avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco. Assim, o texto descreve a trajetória do IFSertãoPE por meio de abordagem qualitativa, a partir de pesquisa bibliográfica. Evidencia-se “a maneira como a Instituição está atrelada à realidade local, sendo uma fomentadora do desenvolvimento socioeconômico do Sertão Pernambucano.”

Feita essa pequena viagem introdutória à obra, agora, caro/a leitor e leitora, faço-lhe o convite para se emaranhar na profundeza de seus capítulos para conhecer as origens, a trajetória, as memórias e a atualidade das onze instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica situadas na Região Nordeste.

DANTE MOURA

PROFESSOR DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
NATAL/RN, SETEMBRO DE 2024.

APRESENTAÇÃO DO VOLUME

RAÍZES PROFUNDAS, FRUTOS DE CONHECIMENTO

QUEM JÁ PASSOU NO SERTÃO
E VIU O SOLO RACHADO,
A CAATINGA COR DE CINZA,
DUVIDO NÃO TER PARADO
PRA FICAR OLHANDO O VERDE
DO JUAZEIRO COPADO.

E SAIR DALI PENSANDO:
COMO PODE A NATUREZA
NUM CLIMA TÃO QUENTE E SECO,
NUMA TERRA INDEFESA
COM TANTA ADVERSIDADE
CRIAR TAMANHA BELEZA.

O JUAZEIRO, SEU MOÇO,
É PRA NÓS A RESISTÊNCIA,
A FORÇA, A GARRA E A SAGA,
O GRITO DE INDEPENDÊNCIA
DO SERTANEJO QUE LUTA
NA FRENTES DA EMERGÊNCIA.

A. F. T. Melo¹

Para além de uma divisão regionalizada, moldada por uma trajetória histórica entrelaçada com interesses, percepções e oposições simbólicas diversas – especialmente nos séculos XIX e início do XX, nas terras a nordeste do que hoje se configura como Brasil –, o Nordeste também se destaca como um espaço de construção da identidade nordestina, caracterizado por sua geografia, clima, dinâmicas sociopolíticas e rica cultura popular.

¹ MELO, A. F. T. *Os animais têm razão*. Fortaleza: Imeph, 2016.

Este volume, intitulado Região Nordeste, é fruto de um esforço coletivo da Rede Federal para refletir sobre sua trajetória ao longo de 115 anos de desafios e conquistas, inserido na coleção Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil. Este volume reúne as contribuições de uma ampla equipe de autores e autoras, composta por servidores do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), do Instituto Federal da Bahia (IFBA), do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), do Instituto Federal do Piauí (IFPI), do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), do Instituto Federal do Ceará (IFCE), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), do Instituto Federal de Sergipe (IFS), além do Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE).

Uma das árvores-símbolo da Caatinga, bioma que cobre os sertões do Nordeste, é o juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), cuja etimologia de seu nome, “juazeiro”, deriva do tupi juá, que significa “frutos carnosos”. Com presença marcante na cultura popular nordestina, que prega a preservação dessa árvore, o juazeiro está presente na capa deste volume, simbolizando sua notável resiliência à seca e adaptação ao clima semiárido.

Suas folhas, que não caem durante a estiagem, são pequenas e, assim, reduzem a transpiração, uma característica típica das espécies desse ecossistema, de modo que o juazeiro desempenha um papel fundamental para as comunidades locais, e suas qualidades – resiliência diante das adversidades e capacidade de adaptação às condições ambientais – refletem os valores e a atuação dos Institutos Federais na educação do Nordeste.

Os Institutos podem ser comparados a essa árvore perene da Caatinga, que simboliza resistência e acolhimento no sertão nordestino. Assim como os viajantes encontram descanso sob sua sombra, os Institutos oferecem apoio e orientação, com a oportunidade de reconfigurar trajetórias de vida por meio da educação. Presentes em áreas muitas vezes desassistidas, os Institutos, tal como o juazeiro, que sustenta animais e pessoas com seus frutos nutritivos mesmo durante os períodos de seca severa, continuam a prover conhecimento e formação profissional, mesmo em tempos difíceis. Assim como as folhas do juazeiro não

desaparecem nas secas mais rigorosas devido ao seu profundo sistema radicular que busca a umidade do subsolo, os Institutos resistem a crises e ataques contra a educação, mantendo sua qualidade e compromisso com a formação de cidadãos capacitados.

Os Institutos Federais deste volume compartilham uma trajetória iniciada com as Escolas de Aprendizes Artífices, fundadas em 1909 para formar tecnicamente as classes populares no contexto da industrialização do Brasil. Ao longo do tempo, evoluíram para uma estrutura multicâmpus, democratizando o acesso à educação técnica e superior, com foco na inclusão social por meio de cursos gratuitos e políticas de assistência para populações vulneráveis. Além disso, destacam-se por sua forte atuação em pesquisa, inovação e extensão, promovendo o desenvolvimento regional sustentável e a inserção de alunos no mercado de trabalho.

Nos capítulos que se apresentam, veremos como, especialmente no Nordeste, essas instituições têm se moldado como juazeiros da educação: adaptando-se, renovando-se e, acima de tudo, oferecendo oportunidades em terras onde o acesso ao ensino técnico e superior é um desafio.

No capítulo “A Rede Federal e os ecos da educação profissional e tecnológica em Alagoas: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Alagoas”, observa-se a trajetória do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), envolvendo suas origens traçadas desde o século XIX, em 1854, com a criação da Casa de Educandos Artífices de Alagoas, que tinha a missão de qualificar a classe trabalhadora. Hoje, com 16 câmpus, a Instituição se dedica a programas inclusivos, como Proeja e Mulheres Mil, além de fomentar o cooperativismo e a economia solidária, consolidando seu impacto no desenvolvimento científico e tecnológico da região.

Em 1909, diversas Escolas de Aprendizes Artífices foram fundadas, marcando o início de uma fase importante para a educação profissional no Brasil. Entre elas, destaca-se o Instituto Federal da Bahia (IFBA), cuja história é abordada no capítulo “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia: história da Rede Federal de Educação Profissional na Bahia”. O texto enfatiza o papel do IFBA na promoção da educação profissional e tecnológica no estado, ressaltando seu crescimento contínuo e sua política de interiorização, com a implantação de dois novos câmpus, como anunciado em março de 2024.

Nesse mesmo ano, é fundado o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), cuja trajetória é apresentada no capítulo “Instituto Federal de Pernambuco: educação, cidadania e desenvolvimento”, que demonstra como a Instituição expandiu sua atuação em áreas urbanas e rurais, promovendo o acesso inclusivo à educação. O texto também destaca suas parcerias internacionais e o foco em energias renováveis, evidenciando seu compromisso com práticas inovadoras e sustentáveis.

Ainda tratando sobre esse período de fundação de 1909, pode-se acompanhar os capítulos “Tecer e conectar histórias: trajetórias do ensino técnico federal no Piauí” e “Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal: trajetos da educação técnica profissional no Rio Grande do Norte”. No primeiro, o Instituto Federal do Piauí (IFPI) é descrito por sua atuação em áreas como agroecologia, energias renováveis e agricultura familiar, reafirmando seu papel no desenvolvimento sustentável e na inclusão social. No segundo, trata-se do IFRN, que se consolidou como referência na formação técnica e tecnológica, promovendo impactos significativos na qualificação profissional e ampliando oportunidades, bem como contribuindo para a redução das desigualdades no estado.

Dando continuidade a essa saga, mais uma vez, pode-se apontar que, assim como o juazeiro resiste e prospera em meio às adversidades do semiárido, oferecendo sombra e alimento mesmo em períodos de estiagem severa, os Institutos Federais se enraízam no compromisso com a educação pública, mantendo-se firmes diante dos desafios econômicos e políticos enfrentados pelo nosso país.

No ano de 1910, iniciaram suas atividades o Instituto Federal do Ceará (IFCE) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O IFCE é retratado no capítulo “Memória e legado: a história do Instituto Federal do Ceará”, cujo texto destaca sua evolução e seu pioneirismo em áreas como turismo e gastronomia, mencionando o seu hotel-escola, que iniciou seu funcionamento em 2014 e continua atendendo o público até os dias atuais. O IFPB, por seu turno, é abordado no capítulo “A história de uma casa de educação centenária: o Instituto Federal da Paraíba de ontem e de hoje”, que traça sua trajetória, destacando iniciativas como a integração curricular e a criação de núcleos de pesquisa e o Núcleo de

Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, reforçando seu compromisso com a inclusão e a diversidade.

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), fundado também em 1910, é apresentado no capítulo “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil: Instituto Federal do Maranhão, história e memória em movimento”. O texto aborda sua expansão territorial, acompanhada por uma diversificação de cursos e projetos inovadores, com destaque para as áreas de energias renováveis e tecnologia, consolidando sua relevância no cenário educacional e tecnológico do estado.

De 1911, revela-se a narrativa da fundação do Instituto Federal de Sergipe (IFS), a última Escola de Aprendizes Artífices a ser criada no Brasil. Esse processo é detalhado no capítulo “Narrativas históricas das Escolas originárias do Instituto Federal de Sergipe: educação e transformação social”, que explora o impacto da Instituição na promoção da educação profissional e seu papel transformador voltados para inclusão social, democratização do ensino e desenvolvimento regional.

As narrativas que serão desvendadas neste volume apontam que, assim como o juazeiro consegue ser uma fonte de vida nas áreas mais remotas das paisagens nordestinas, os Institutos Federais se destacam por levar educação gratuita e de qualidade a regiões mais longínquas, transformando não apenas o solo em que se plantam, mas também as vidas que tocam.

O capítulo “Das Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac ao Instituto Federal Baiano” narra a trajetória do IF Baiano, destacando sua fundação em 1965, seu reconhecimento pela internacionalização e produção científica, além de sua relevância na difusão do conhecimento e na promoção do intercâmbio cultural, consolidando-se como uma instituição de excelência.

Por fim, o capítulo “Da gênese à expansão do Instituto Federal do Sertão Pernambucano: transformando vidas, mudando o sertão” acompanha a evolução do IFSertãoPE desde 1988. Focado na formação técnica agrícola, o Instituto promove projetos inovadores e sustentáveis voltados ao desenvolvimento rural e à inclusão social, com especial atenção às comunidades indígenas e quilombolas.

O que podemos escrever mais? Talvez que os capítulos a seguir permitem aproximar os Institutos Federais nordestinos ao modelo de

uma árvore como o juazeiro: com raízes profundas, oferecendo acolhimento e suporte àqueles que por eles passam. Assim como essa árvore proporciona sombra e amparo a partir de suas grandes copas, os Institutos fortalecem os que buscam neles apoio e formação, oferecendo-lhes os elementos necessários para seguirem suas jornadas rumo ao futuro, às metas e às conquistas. Entre seus frutos, florescem os conhecimentos científico, técnico e tecnológico, pilares essenciais para o crescimento individual e regional, traçado pelas trilhas da educação.

Venha caminhar pelos relatos que se desdobram nas páginas deste volume, em que os Institutos Federais se revelam profundamente enraizados na história e no futuro do Nordeste. Boa leitura!

FLÁVIA ARRUDA
ANA PAULA DA CRUZ
ORGANIZADORAS

A REDE FEDERAL E OS ECOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM ALAGOAS

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

FABIANO DUARTE MACHADO¹

BRUNO RODRIGO TAVARES ARAÚJO²

O INÍCIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ALAGOAS (1850-1937)

A MEMÓRIA É A VIDA, SEMPRE CARREGA
DA POR GRUPOS VIVOS E, NESSE SENTIDO,
ESTÁ EM PERMANENTE EVOLUÇÃO.

Eric Hobsbawm (2013)

A história da educação profissional em Alagoas, de maneira formal, começa a partir de 7 de abril de 1854, com a criação da Casa de

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), mestre em Educação e graduado em História pela mesma instituição, atua como professor titular de História e Educação no Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Pesquisa sobre análise do discurso, educação profissional e tecnológica, historiografia do trabalho e economia política do meio ambiente, com foco na formação sócio-histórica de Alagoas. E-mail: fabiano.duarte@ifal.edu.br.

² Doutor em Educação pela UFAL, mestre em História pela mesma instituição e graduado em História pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE), é professor do IFAL e pesquisador da educação profissional no Brasil. Integra o Grupo de Pesquisa sobre Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), o Observatório de Direito à Educação da Universidade de São Paulo (ObsEdu/USP) e o Grupo de Especialistas em Ações de Sustentabilidade (GEAS) da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. E-mail: bruno.araujo@ifal.edu.br.

Educandos Artífices de Alagoas,³ por meio da Lei n. 234. Em 7 de novembro de 1883, foi criado o Lyceu de Arte e Ofícios, idealizado pela Sociedade Protetora da Instrução Popular.

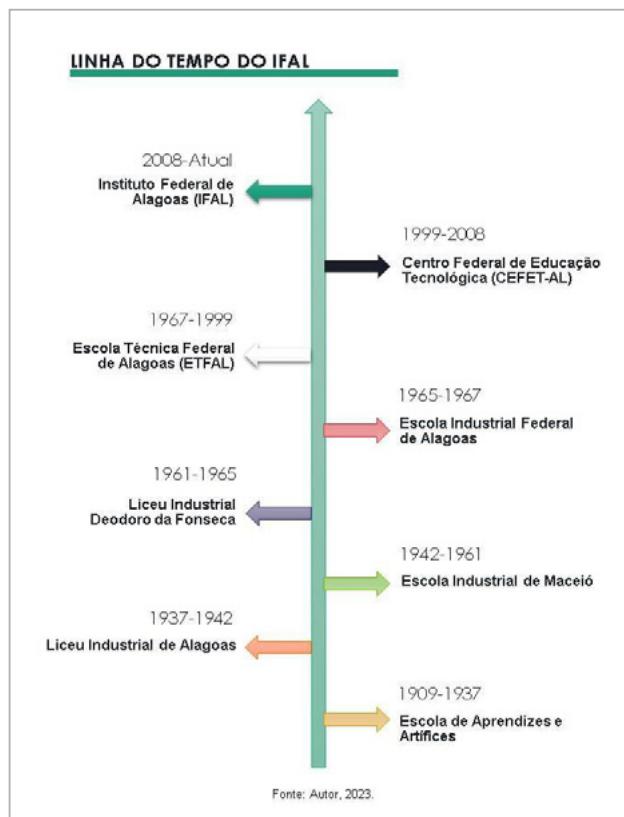


Figura 1. Linha histórica cronológica do IFAL

Fonte: Elaboração própria.

Outra sociedade que surgiu em defesa da educação e oferta de cursos foi a Sociedade Libertadora Alagoana, que criou a escola central⁴ em 22 de abril de 1887, que funcionou na Rua Boa Vista, n. 47. Tivemos, também, a Sociedade de Agricultura Alagoana, que recebeu uma doação da Usina Wanderley mediante o Decreto n. 346, emitido pelo

³ Os cursos ofertados foram: Artes Mecânicas, Oficinas de Sapateiro e Alfaiate.

⁴ Os cursos ofertados foram: Primeiras Letras, Oficinas de Sapataria, Tipografia, Tornearia, Alfaiataria, Marcenaria, Tamanqueiro, Colchoeiro, Cesteiro e Balueiro.

governador Joaquim Paulo Vieira Malta, em 7 de outubro de 1905 (Costa; Marques; Silva, 2011).

A partir dessa data, foi implantada uma Estação Agronômica onde hoje é o IFAL/Câmpus Satuba. Desde o início, foi ofertado na Estação uma preparação qualificada de mão de obra para o campo como, por exemplo, administradores rurais e feitores, acrescentando-se cursos para formação de pedreiro, sapateiro, ferreiro, entre outros.

Costa, Marques e Silva (2011) destacam que a Estação passou por mudanças ao longo de sua história centenária. Em 1911, foi transformada em Aprendizado Agrícola de Alagoas; em 1939, Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto; em 1964, Colégio Agrícola Floriano Peixoto; em 1979, Escola Agrotécnica Federal de Satuba; e, em 2008, foi integrada ao Instituto Federal de Alagoas, com a denominação Câmpus Satuba.

Nesse contexto, o atual IFAL teve início na primeira década do século XX, a partir do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes e Artífices pelo então presidente da República, Nilo Peçanha. Ao todo foram criadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, que estavam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O Sr. Diretor concluiu, congratulando-se com o Exmo. Sr. Governador do Estado, pela criação desta Instituição que de certo concorrerá poderosamente para o progresso de nosso Estado perfectibilidade de nossas indústrias. O Ex.mo Sr. Dr. Governador do Estado, usando da palavra, declarou inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices, congratulando-se também com o Ex.mo Sr. Presidente da República e com o seu digno secretário da pasta da Agricultura importante melhoramento dado à Indústria de Alagoas (Bonan, 2010, p. 35).

Em Alagoas, as atividades educacionais começaram no dia 21 de janeiro de 1910, precisamente na Rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, no centro de Maceió/AL. A criação das Escolas de Aprendizes Artífices tinha por objetivos qualificar mão de obra para o setor das indústrias e tirar da ociosidade os filhos dos menos favorecidos:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes

da luta pela existência; para isso se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime (Brasil, 1909).

A estrutura curricular dos cursos profissionalizantes em Alagoas era bastante rígida e abrangia dois cursos distintos: o primário, destinado aos estudantes que não sabiam ler e escrever; e o curso de desenho, obrigatório para todos os estudantes. O período de aprendizado das habilidades nas oficinas foi estabelecido em quatro anos, prorrogáveis por até dois anos para a conclusão de qualquer um dos cursos (Bonan, 2010).

No tocante à composição do quadro de servidores nas Escolas de Aprendizes Artífices, durante essa época era regulamentada por lei e uniformizada para toda a Rede de Escolas do país. A estrutura incluía um diretor, um escriturário, um professor ou professora para o curso primário, um professor de desenho, um mestre para cada oficina, um porteiro-almoçarife e dois serventes. Tanto os técnicos administrativos quanto os professores eram nomeados por portaria do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, com os cinco mestres e a professora primária sendo designados pelo diretor da Escola, mediante ato do ministro (Bonan, 2010).

TABELA 1

Oficinas montadas e estudantes matriculados na primeira turma

1^a Oficina	Sapataria	15
2^a Oficina	Marcenaria	23
3^a Oficina	Carpintaria	27
4^a Oficina	Funilaria	12
5^a Oficina	Ferraria e serralheria	16

Fonte: Bonan (2010, p. 39).

É importante ressaltar que o estado de Alagoas teve suas particularidades em relação ao contexto global e nacional no que se refere ao processo histórico de sua formação. Desde sua origem, no Período Colonial (1530-1822), houve o domínio das oligarquias, com continuidade durante o Império (1822-1889) e por muitas décadas nas fases da República até os dias atuais, ou seja, a história da sociedade alagoana

foi marcada por uma sociedade senhorial, organizada em função da economia açucareira que manteve/“mantém” na política estruturas de dependência, de troca de favores, e os investimentos e as políticas públicas em setores econômicos, como, por exemplo, no setor de indústrias, eram capturados para reforçar o domínio das tradicionais oligarquias.

Com a transição do trabalho escravo para o regime de assalariamento, no final do século XIX e na aurora do século XX, as políticas de educação e a escola para as classes subalternas iniciam um lento processo de incorporar/transitar de uma visão de “redenção dos deserdados da fortuna” para a finalidade de preparar para as exigências da produção capitalista, tais como adestramento físico técnico e moral, disciplina, precisão, execução rigorosa dos deveres, pontualidade, controle do corpo e da subjetividade, o que vai ocorrendo na esteira das transformações do capitalismo brasileiro e seu tortuoso caminho periférico e dependente para maturação do capital monopólico (Machado; Lima, 2016), que vai edificar uma ordem social com suas demandas desenvolvidas nessa particularidade social.

Nessa perspectiva, trazendo os rebatimentos na educação para o trabalhador, assevera Kuenzer (1985, p. 13):

A divisão do trabalho, ao determinar a hierarquização do trabalho coletivo, determina, também, relações específicas de trabalho que têm profundas implicações sobre a educação do trabalhador e que reproduzem as relações de poder do capital sobre o trabalho. Essas relações só podem ser compreendidas a partir da análise do modo de produção e das suas formas de organização do processo produtivo.

Logo, na esteira dessas reflexões, é importante sublinhar os efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que reforçou essa dinâmica e a mundialização do capital com suas disputas intraburguesas postas em prática pelas potências centrais nas batalhas da guerra em sua busca de mercado, força de trabalho barata e fontes de matéria-prima. Não por acaso, essa conjuntura se intensifica conforme a penetração do imperialismo no Brasil, quando um número grande de filiais de multinacionais hospeda-se nos principais centros urbanos brasileiros.

Assim, no início do século XX, os sinais de saturamento da exportação cafeicultora que arrastou o agronegócio nacional para uma crise de superprodução foi agravada pela grande guerra mundial, que, além de diminuir a exportação das *commodities* agrícolas, criou condições para diminuição das importações de produtos industrializados, o que beneficiou o desenvolvimento das manufaturas nacionais e possibilitou – dentro dos limites da dependência periférica da via prussiana-colonial (Mazzeo, 1988) – um movimento de industrialização por meio da substituição das importações. Conforme Lima (1976, p. 328-329), “De fato, o impulso industrial ocasionado por aquele conflito armado internacional foi extraordinário, pois 5.940 novas empresas manufatureiras foram criadas no país no decorrer de 1915 a 1919”.

Desse modo, foi-se consolidando uma indústria de bens de consumo não duráveis, dentro dos limites das particularidades do capitalismo brasileiro, que, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX foi formando setores como: pequena indústria de aço, indústria de cimento, fabricação de motores elétricos, máquinas para a indústria do açúcar, máquinas têxteis e a formação das bases para a criação do departamento de bens de produção que iria se instalar no Brasil após a década de 1920, com o início da produção siderúrgica nacional.

Nesse cenário, as Escolas de Aprendizes Artífices demonstraram importante relevância quando começaram a assumir um papel de destaque no processo de construção de mão de obra qualificada e especializada. Evidentemente, sem deixar de lado os objetivos de controlar a subjetividade da juventude, da massa proletária que começava a se desenvolver com o crescimento urbano-industrial.

Assim, a indústria nacional começa a se expandir de maneira mais vigorosa, necessitando cada vez mais de uma mão de obra habilitada. As Escolas de Aprendizes Artífices se posicionaram como um espaço fundamental para a formação dessa mão de obra, que contribuiu decisivamente para a expansão industrial do país. Apesar de ainda prevalecer o assistencialismo para os desvalidos da fortuna, podemos destacar que esse processo começou a se reverter, e as Escolas começaram a ganhar um papel cada vez mais estratégico no desenvolvimento econômico nacional e em Alagoas.

Dessa forma, nessa conjuntura, já havia a necessidade de o Estado brasileiro remodelar o ensino profissional. E assim ocorreu em 1920 a organização do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, que, em 1931, passaria a ser chamado de Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, já no governo provisório da Era Vargas, vinculado ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Em 1934 passaria a ser a Superintendência do Ensino Profissional e, finalmente, a Divisão do Ensino Industrial em 1937 (Machado, 1989).

A década de 1930, junto com o intervencionismo estatal e o desenvolvimento da indústria nacional de base, trouxe a necessidade de dotar as Escolas de pessoal técnico habilitado e selecionado através de concurso e criar prédios adequados para o funcionamento das oficinas e, junto a isso, o aparelhamento desses espaços com o maquinário necessário, visando organizar um programa de ensino que atendesse às especificidades das Escolas e das regiões onde estavam instaladas, sem esquecer, é claro, a necessidade de começar a construir livros didáticos para organizar a produção do ensino profissional tecnológico.

O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO PERIFÉRICO E A EPT EM ALAGOAS (1937-1964)

A partir de 1937, iniciou-se no Brasil o Estado Novo (1937-1945) e a outorgação de uma nova constituição estabelecendo que a formação seria de responsabilidade do Estado. A Escola de Aprendizes e Artífices de Alagoas existiu até 1937 e foi transformada em Liceus Industrial de Alagoas (Liceus Profissionais) por meio da Lei Federal n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Importante destacar que, em 1937, a Constituição brasileira teve um artigo exclusivamente voltado ao ensino profissional:

Art. 129 O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando-os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escola de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que

caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (Brasil, 1937).

Observa-se que as Escolas mantêm o ensino voltado aos setores menos favorecidos, ou seja, manteve o cerne principal do Decreto n. 7.566 de 1909. A partir de 1942, o ensino profissional passou a ser equivalente ao secundário,⁵ mediante o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que também transformou as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas (Brasil, 1942).

Em Alagoas, a Escola passou a ser chamada de Escola Industrial de Maceió e passou a ofertar o que seria, hoje, a área propedêutica: cursos de português, matemática, história, geografia, ciências físicas e naturais, desenho, canto orfeônico e cultura artística; e na área técnica: cursos de mecânica de máquinas, serralheria, solda, fundição, carpintaria, sapataria e alfaiataria (Bonan, 2010).

Na educação profissional foi adotada a Reforma Capanema em 1942, que visava, na ótica governamental, a formação de sujeitos para o desenvolvimento do país. Todavia, a reforma favoreceu a indústria privada do país e uma educação profissional dualista, tendo em vista que para a elite existiu uma educação propedêutica e para as classes trabalhadoras uma formação voltada para o trabalho.

No ano de 1947, o então governador do estado de Alagoas, Silvestre Péricles, desapropriou o terreno onde hoje se encontra o atual Câmpus Maceió, na Rua Barão de Atalaia, local que por muito tempo foi a sede geral da Instituição. No entanto, a mudança definitiva para o novo terreno só ocorreu em 1956, ainda de maneira precária. Nesse mesmo ano, mais uma transformação aconteceu com base na Lei n. 2.972/1956, e a Instituição passou a se chamar Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

A partir de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram elevadas ao *status* de autarquia, passando a ser denominadas de Escolas Técnicas Federais. A mudança jurídica ocorreu por meio da Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, regulamentada pelo Decreto n. 47.038, de 16 de

⁵ A equivalência permitiu que os alunos formados nos cursos técnicos pudessem prosseguir os estudos no ensino superior. Para essa autorização, era necessária a equivalência com a formação técnica do estudante.

novembro do mesmo ano.⁶ Na década de 1960, surgiu o Liceu Industrial Deodoro da Fonseca (1961-1965), que ofertou os primeiros cursos de 2º grau Técnico: Construção de Máquinas e Motores (depois Mecânica), Edificações e Estradas. Posteriormente, emergiu a Escola Industrial Federal de Alagoas (1965-1967), que passou a ofertar também o curso de Eletrotécnica, em decorrência do desenvolvimento econômico promovido pelo nacional-desenvolvimentismo periférico, que, com seu planejamento estatal, inaugurou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1948 em Alagoas e na Bahia; e a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) em 1963.

A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E A EPT EM ALAGOAS (1964-1985)

Durante a Ditadura-Empresarial Militar no Brasil, tivemos as seguintes mudanças na educação profissional em Alagoas. Em 1967, surge a Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL) (1967-1999), após a publicação da Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965.⁷

Nessa conjuntura histórica da Ditadura Militar, tivemos algumas mudanças na legislação da educação profissional, em especial a Lei n. 5692/1971. A partir da referida lei, o ensino primário tornou-se obrigatório, foi ampliado de quatro para oito anos e foi determinado para o ensino secundário a profissionalização compulsória para inserir os indivíduos diretamente no mundo do trabalho.

Todavia, na prática a realidade não permitiu os objetivos previstos na lei, tendo em vista que as escolas públicas brasileiras não estavam preparadas para atender ao ensino demandado pela Lei n. 5692/1971. Na década de 1980, houve outra mudança na regulamentação da educação nacional através da Lei n. 7044/1982, que “estabeleceu o caráter

6 Tanto a lei quanto o decreto citados possibilitaram às Escolas Técnicas Federais terem autonomia da gestão e da didática. Segundo Feitosa (2013), o decreto evidenciou o direcionamento das políticas públicas relacionadas ao trabalho, à indústria e à educação. Lembremos que a década de 1950, no Brasil, foi marcada pela industrialização do país (Caputo; Melo, 2009).

7 As discussões acerca da criação das Escolas Técnicas Federais ocorreram antes de sua criação e inauguração em todo o território nacional. A idealização era formar técnicos especializados para o desenvolvimento econômico e social.

facultativo do segundo grau profissional e concedeu à Escola a incumbência de apenas preparar para o trabalho, em vez de qualificar para uma determinada profissão” (Matias, 2007, p. 26).

Nesse contexto, houve a manutenção da dualidade do ensino, voltado para educação profissional e para a formação propedêutica. Para as classes populares, não houve melhorias, uma vez que, para ingressar e concluir o curso de formação técnica, era necessário passar por uma seleção, e as Escolas de formação técnica tinham sido reduzidas, ou seja, durante a Ditadura Militar a realidade educacional para a classe menos favorecida foi de poucas mudanças no status quo.

O processo de desenvolvimento econômico ocorrido no contexto do nacional-desenvolvimentismo, desde a Revolução de 1930 até o golpe empresarial-militar de 1964, resultou na expansão do papel do Estado na economia, no planejamento e na organização, com a criação de estatais em vários setores econômicos. A partir de 1964, essa dinâmica econômica do nacional-desenvolvimentismo periférico passou por um processo de transformação. A presença do capital financeiro estrangeiro e suas multinacionais nos setores mais dinâmicos da economia ampliou-se ainda mais, e isso teve repercussões na economia nacional, regional e alagoana.

A diversificação econômica e a ampliação do parque industrial, seja ele da indústria leve, da indústria de bens de consumo não duráveis e duráveis, da indústria de base, da demanda de energia, da construção do polo cloroquímico e da reestruturação do setor sucroalcooleiro, geraram uma demanda significativa por ensino profissional tecnológico. Assim, as transformações ocorridas no ensino profissional tecnológico em Alagoas com o advento da ETFAL trouxeram novos cursos técnicos, como o curso de Eletrotécnica, já citado, e o curso de Química, que surgiu na esteira da instalação da indústria Salgema S.A. no estado de Alagoas, oferecido pela ETFAL. O curso de Eletrônica também foi criado para atender à nova demanda do polo cloroquímico alagoano, e, mais recentemente, já no final dos anos de 1990, foram oferecidos cursos de Informática.

Com relação a Alagoas e a história do IFAL, durante o período em tela houve a ampliação dos cursos técnicos em consequência das mudanças nas nomenclaturas, dos investimentos e do crescimento propriamente dito da Instituição em sua historicidade. Na fase seguinte, em

substituição à Escola Técnica Federal de Alagoas, foi criado o Cefet/AL (1999-2008), no dia 22 de março de 1999 (Brasil, 1999). Com a criação do Cefet/AL, ocorreu a expansão para o interior de Alagoas, precisamente para as cidades de Palmeira dos Índios/AL, em 1993, e Marechal Deodoro/AL, em 1995.

REDEMOCRATIZAÇÃO: NEOLIBERALISMO VERSUS NEODESENVOLVIMENTISMO E A EPT EM ALAGOAS (1985-2024)

Após a redemocratização, houve uma mudança na ETFAL (1968-1993), que passou a ser denominada, a partir da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, de Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (Cefet/AL).⁸ A Escola Agrotécnica⁹ de Satuba continuou até a criação dos Institutos Federais, em 2008.

As mudanças foram advindas de um novo contexto político, econômico, social e cultural pelo qual o Brasil estava passando. Em específico, em relação à educação ocorreram reformas educacionais através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Com relação à educação profissional, os Institutos passaram a oferecer cursos superiores em licenciatura e bacharelado.

Nesse contexto, ocorreu outra mudança na nomenclatura e institucionalidade a partir da Lei n. 11.892/2008, que foi a criação dos Institutos Federais de educação, em específico do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). A partir de 2010, houve a expansão com a ampliação dos câmpus. Atualmente, existem 16 câmpus do IFAL, distribuídos em três mesorregiões do estado de Alagoas.

⁸ As transformações foram gradativas e levaram em consideração as instalações físicas, as condições técnico-pedagógicas, os laboratórios e os recursos humanos necessários para o desenvolvimento das aulas etc.

⁹ A fundação foi em 1905, denominada Aprendizado Agrícola de Satuba, e funcionou no prédio da Sociedade de Agricultura Alagoana (Costa; Marques; Silva, 2011). Entre 1907 e 1910, a Escola ficou sob responsabilidade do governo estadual. A partir de 1911, passou para o governo federal, pelo Decreto n. 8.940/1911. Em Satuba ocorreu no dia 22 de agosto de 1920. Teve as seguintes denominações ao longo das décadas: 1910, Patronato Agrícola de Alagoas; 1934, Aprendizado Agrícola de Alagoas; 1939, Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto; 1957, Escola Agrotécnica Floriano Peixoto; 1979, a Escola Agrotécnica Federal de Satuba; em 1993, passou a ser uma autarquia federal; em 2008, Câmpus Satuba.

No Agreste Alagoano, com os câmpus Arapiraca e Palmeira dos Índios; no Leste Alagoano, com os câmpus Viçosa, Coruripe, Rio Largo, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Satuba, São Miguel dos Campos e Penedo; na capital, com os câmpus Maceió e Benedito Bentes; acrescentando-se, ainda, os câmpus do Sertão Alagoano: Piranhas, Batalha e Santana do Ipanema. Os cursos ofertados nos respectivos câmpus estão descritos no Quadro 1.

QUADRO 1

Cursos ofertados

Câmpus	Cursos ofertados
Arapiraca	Cursos Técnicos Integrados: Eletroeletrônica e Informática Cursos Técnicos Subsequentes: Eletroeletrônica e Logística Cursos Superiores: Licenciatura em Letras-Português, Bacharelado em Sistema de Informação e Tecnológico em Sistemas Biomédicos. Pós-Graduação: Especialização em Ensino das Ciências e Matemática, Especialização em Linguagens e Práticas Sociais
Batalha	Cursos Técnicos Integrados: Agroindústria e Biotecnologia
Benedito Bentes	Cursos Técnicos Integrados: Técnico em Logística Cursos Técnicos Subsequentes: Técnico em Logística e Técnico em Enfermagem Pós-Graduação: Especialização em Desenvolvimento Organizacional, Especialização em Ciências da Religião e o Ensino Religioso e Mestrado em Educação (ProfEPT)
Coruripe	Cursos Técnicos Integrados: Edificações e Mecânica Cursos Técnicos Subsequentes: Soldagem
Maceió	Cursos Técnicos Integrados: Desenvolvimento de Sistemas, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Estradas, Mecânica e Química Cursos Técnicos Subsequentes: Eletrotécnica, Mecânica, Química e Segurança do Trabalho Projeja: Artesanato Cursos Superiores: Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciaturas em Ciências Biológicas, Física, Letras-Português, Matemática e Química, Tecnologias em Alimentos, Tecnologia em Design de Interiores, Tecnologias em Gestão de Turismo, Tecnologias em Hotelaria Pós-Graduação: Especialização em História de Alagoas
Maragogi	Cursos Técnicos Integrados: Agroecologia, Hospedagem e Serviços de Restaurante e Bar Tecnólogo: Horticultura Pós-Graduação: Ciência da Natureza e Matemática
Marechal Deodoro	Cursos Técnicos Integrados: Guia de Turismo, Meio Ambiente, Instrumento Musical e Desenvolvimento de Sistemas EJA - Integrados: Cozinha e Hospedagem Cursos Superiores: Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Letra - Português Pós-Graduação: Especialização em Educação e Meio Ambiente e Mestrado em Tecnologias Ambientais

Câmpus	Cursos ofertados
Murici	Cursos Técnicos Integrados: Agroecologia e Agroindústria EJA: Alimentos Tecnólogo: Gestão em Agronegócio Pós-Graduação: Linguagens e Práticas Sociais, Metodologias Aplicadas no Ensino de Ciência e Matemática
Palmeira dos Índios	Cursos Técnicos Integrados: Edificações, Eletrotécnica, Informática, Segurança do Trabalho Cursos Técnicos Subsequentes: Segurança do Trabalho Cursos Superiores: Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Engenharia Elétrica
Penedo	Cursos Técnicos Integrados: Meio Ambiente e Química Cursos Técnicos Subsequentes: Química Cursos Superiores: Bacharelado em Química Industrial, Licenciaturas (EAD) em Ciências Biológicas e Letras-Português Pós-Graduação: Especialização Ambiental e Cultural
Piranhas	Cursos Técnicos Integrados: Agroecologia, Agroindústria e Agropecuária EJA: Alimentos Cursos Superiores: Bacharelado em Engenharia Agronômica, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática
Rio Largo	Cursos Técnicos Integrados: Informática Cursos Técnicos Subsequentes: Informática para Internet
Santana do Ipanema	Cursos Técnicos Integrados: Administração e Agropecuária Cursos Técnicos Subsequentes: Agropecuária
São Miguel dos Campos	Cursos Técnicos Integrados: Informática para Internet Cursos Técnicos Subsequentes: Segurança do Trabalho Bacharelado: Administração
Satuba	Cursos Técnicos Integrados: Agroindústria e Agropecuária Cursos Técnicos Subsequentes: Agropecuária EJA: Informática, Processamento de Alimentos Cursos Superiores: Tecnologia em Laticínios
Viçosa	Cursos Técnicos Integrados: Informática para Internet e Administração Cursos Técnicos Subsequentes: Administração

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os atuais cursos ofertados surgiram em decorrência da expansão e interiorização dos câmpus. Inicialmente foram implantados os câmpus em Arapiraca/AL, São Miguel dos Campos/AL, Penedo/AL, Piranhas/AL, Santana do Ipanema/AL e uma extensão em Murici/AL (IFAL, 2009, p. 11). Para a escolha dessas cidades, houve consultas às comunidades locais:

O quadro de expansão, aqui apresentado, resultou das diversas consultas às comunidades nos diversos câmpus, bem como, à sociedade da qual

essas unidades emergem e carecem de revisão técnica, particularmente a expansão da oferta do ensino aqui apresentada (IFAL, 2009, p. 68).

As atividades educacionais nos respectivos câmpus iniciaram-se em 2010, com os cursos descritos no Quadro 1.¹⁰ Após as criações dos câmpus, o IFAL passou a ter uma estrutura multicâmpus, validando com essas ações institucionais o “compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (Pacheco, 2011, p. 21).

A interiorização dos câmpus está prevista na lei de criação dos IFs, e, nesse sentido, o IFAL cumpriu o que estava previsto. A interiorização é uma das grandes marcas da nova institucionalidade criada a partir de 2008, que oportuniza desenvolvimento social, econômico e cultural nas cidades onde se localizam os câmpus, nas cidades circunvizinhas¹¹ e nas microrregiões.

Dando continuidade, houve a expansão e interiorização dos seguintes câmpus: Viçosa, Coruripe, Batalha, Rio Largo e Benedito Bentes. Outro destaque foi a oferta de cursos de graduação para os próximos oito anos, conforme publicado na Portaria Ministerial n. 410/2017.

Atualmente o IFAL tem cerca de 2.000 servidores e mais de 23 mil estudantes, distribuídos em cursos técnicos de nível médio (integrado, subsequente e concomitante ao ensino médio), superior e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que somam mais de cem cursos ofertados à comunidade acadêmica em seus 16 câmpus, distribuídos em todas as regiões do estado de Alagoas.

Além de cursos na modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projeja), cursos superiores de licenciatura, bacharelado e tecnologia e de pós-graduação lato e stricto sensu, são ofertados cursos conveniados pela Rede E-tec Profissional, Universidade Aberta do Brasil (UAB) e os programas do governo federal.

¹⁰ O quadro está atualizado conforme o ano de 2024; alguns cursos surgiram no transcorrer dos anos de 2013 a 2024.

¹¹ Nas cidades onde foram construídos e implantados os câmpus, destacam-se as microrregiões atendidas, como Maragogi, na microrregião do Litoral Alagoano; Murici, na microrregião da Mata Alagoana, e Piranhas, na microrregião do Sertão Alagoano.

O IFAL é uma instituição que tem demonstrado, ao longo de sua história, um papel extremamente importante para a sociedade de Alagoas no que se refere à formação dos estudantes, ao desenvolvimento socioeconômico das cidades onde existem os câmpus do IFAL e ao papel social propriamente dito, acrescentando-se os patrimônios arquitetônicos, como o IFAL/Câmpus Maceió, que foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

O IFAL é uma instituição centenária que passou por mudanças de natureza organizativa e de missão. Os avanços são inegáveis pelos números demonstrados em relação ao acesso de estudantes e servidores, à ampliação da oferta de cursos e à possibilidade de transformação social a partir do ingresso e conclusão desses cursos. Sem dúvida, é uma instituição educacional que contribuiu e contribui com o desenvolvimento do estado de Alagoas e, consequentemente, da Região Nordeste e de nosso país.

A ORIGEM DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL) A PARTIR DOS SUJEITOS PARTÍCIPES DO PROCESSO DE CRIAÇÃO: PAPEL E LUGAR DO IFAL NA SOCIEDADE ALAGOANA

Este tópico é uma síntese de uma série de entrevistas realizada na pesquisa de doutorado de um dos autores deste capítulo, Bruno Araújo, que defendeu, em fevereiro de 2024, a tese *Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise da metamorfose da política de educação profissional a partir de sua nova institucionalidade*. Destacamos aqui trechos que julgamos ser importantes para o conhecimento do público em geral, buscando dar voz à comunidade e reforçando a importância sócio-histórica do IFAL. As entrevistas foram realizadas com gestores e representantes do sindicato e do grêmio estudantil sobre a transição do Cefet/AL para IFAL. A pesquisa, autorizada pelo Comitê de Ética da UFAL, garantiu o anonimato dos participantes, identificados como A, B, C, D, E.

A entrevista com o participante A abordou a criação dos IFs, destacando a participação ativa dos diretores dos Cefets, incluindo o Cefet/AL, através do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). O entrevistado relata a atuação conjunta com o ministro Fernando Haddad e o presidente Lula na elaboração do projeto de lei que transformou

os Cefets em IFs: “Participei efetivamente do processo desde as discussões e criação dos Institutos... o ministro da educação era o professor Fernando Haddad... fomos criando, construindo todo o projeto dessa transformação” (Araújo, 2024, p. 103). Ele destacou a expansão da educação profissional, com Alagoas recebendo quatro novos câmpus inicialmente.

Na continuidade da entrevista, foi abordada a aceitação da comunidade acadêmica quanto à transição do Cefet/AL para o IFAL. O sujeito da pesquisa A descreveu a aceitação como “ótima, foi como te falei, anteriormente, foi bem aceita” (Araújo, 2024, p. 104). No entanto, ele destacou dificuldades significativas, como a necessidade urgente de criar condições para evitar descrédito da Instituição, dada a transição de três unidades do Cefet/AL (Maceió, Palmeira e Marechal) para a criação do IFAL e a introdução de um novo câmpus em Satuba.

O entrevistado ressaltou que os desafios incluíram a criação de novos câmpus e a oferta de cursos, o que foi facilitado pela participação das comunidades locais. Sobre a nova institucionalidade, ele afirmou que “o que é importante da institucionalidade é a verticalização da educação e a garantia do tripé da Instituição, que é ensino, pesquisa e extensão. Isso é muito forte!” (Araújo, 2024, p. 105). Exemplos citados de programas e cursos incluem os cursos de serviço de restaurante e bar, administração, EnergIF,¹² voltado para energias renováveis, e o Programa Nacional Mulheres Mil.

Quanto à expansão da Rede Federal de Ensino e à perspectiva do IFAL, o entrevistado ressaltou que a interiorização proporcionou maior acesso e resolveu problemas anteriores de deslocamento das/os estudantes para Maceió: “a dificuldade da falta de interiorização da educação profissional foi sanada ou amenizada com a criação dos IFs, acho que foi um ganho enorme para a sociedade” (Araújo, 2024, p. 106).

Sobre o ensino, o entrevistado mencionou que “ampliamos o número de oferta de outros cursos, como os de licenciatura que no Cefet/AL não tinha” (Araújo, 2024, p. 106), ressaltando o avanço na oferta de cursos e capacitações para servidores. E para finalizar, o entrevistado

¹² A procura por cursos do Programa EnergIF (Portaria MEC n. 941/2020) é imensa! Na última seleção, foram ofertadas 36 vagas e se inscreveram mais de mil candidatos.

A, destacou o papel social do IFAL, ele enfatizou o impacto positivo da extensão para pessoas em estado de vulnerabilidade, proporcionando oportunidades de aprendizagem e inserção no mercado de trabalho.

Na continuidade das entrevistas, o sujeito da pesquisa B foi questionado sobre a importância da criação dos Institutos Federais (IFs) e, especificamente, do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Segundo ele, a criação dos IFs foi crucial, pois possibilitou “uma nova institucionalidade de instituição, trouxe também junto no bojo a interiorização do Instituto, a ampliação da interiorização e o próprio modelo também criado” (Araújo, 2024, p. 107). Ele destacou que essa mudança garantiu e ampliou a manutenção da educação básica e técnica, além de abrir caminho para a expansão dos cursos superiores, alcançando microrregiões do Estado de Alagoas onde anteriormente não havia oportunidades para ingresso em uma instituição federal de qualidade, pública e gratuita.

Quando abordado sobre a expansão dos IFs e a importância nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, o sujeito da pesquisa B afirmou que “com a expansão e com a criação dos Institutos se fortaleceu o tripé de ensino, pesquisa e extensão” (Araújo, 2024, p. 108). Ele assinalou que os IFs têm uma estrutura única, com ênfase significativa na extensão, algo que praticamente não existia.

A pergunta sobre se a criação dos IFs e do IFAL oportunizou uma nova institucionalidade foi respondida com ênfase na autonomia administrativa dos câmpus. De acordo com o entrevistado, “a nova institucionalidade possibilitou a criação de um sistema multicâmpus, onde os câmpus passam a ter autonomia administrativa, decisória” (Araújo, 2024, p. 109), embora todas as decisões importantes, como a criação de cursos, passem por vários conselhos e colegiados da Instituição.

Em relação à educação integral e emancipatória proporcionada pelo IFAL, o sujeito da pesquisa B afirmou que “sim, com certeza! [...] O IFAL promoveu essa verdadeira inclusão social e essa emancipação das pessoas” (Araújo, 2024, p. 110). Ele destacou o impacto positivo dos programas voltados para pessoas em estado de vulnerabilidade social, como o Programa Mulheres Mil, que proporciona uma inserção no mercado de trabalho e qualificação profissional.

Sobre as qualidades do ensino a partir da criação dos IFs e do IFAL, o entrevistado enfatizou a verticalização do ensino. Segundo ele,

a estrutura permite que um aluno inicie um curso de formação inicial e continuada (FIC), passe por cursos técnicos e de educação básica, e chegue até o doutorado dentro da mesma instituição.

Quanto às áreas de pesquisa e extensão, o sujeito da pesquisa B comentou que foram fortalecidas hoje e que “a gestão atual já conseguiu ampliar bastante esse horizonte de estruturas, de laboratórios específicos, de programas” (Araújo, 2024, p. 111). Ele observou que desde a criação dos IFs, houve um avanço considerável na pesquisa e na extensão, e que “os frutos serão colhidos” ao longo do tempo.

Finalmente, sobre o papel social do IFAL, o entrevistado destacou a importância do Instituto em atingir “todos os níveis e todas as modalidades de ensino” (Araújo, 2024, p. 112). Ele explicou que a educação oferecida pelo IFAL promove uma ação social abrangente, permitindo que indivíduos de diferentes níveis de escolaridade adquiram habilidades e conhecimentos, seja para quem está no ensino primário ou para aqueles em busca de um doutorado. Esse movimento social é sustentado através dos cursos, programas e ações de extensão oferecidos pela Instituição.

Na entrevista com o sujeito da pesquisa C, o processo de transição do Cefet/AL para o IFAL foi avaliado de forma positiva. O entrevistado relatou que “na época não, a gente não teve dificuldades que só foi uma transformação de lei” (Araújo, 2024, p. 112). No entanto, mencionou problemas iniciais, como a dificuldade de espaço, pois a Reitoria e o Câmpus Maceió compartilhavam o mesmo espaço, o que causava confusão e complicava o trabalho da Reitoria. Essa situação foi resolvida com a instalação da sede própria da Reitoria¹³ a partir de 2010.

Sobre a aceitação da comunidade acadêmica, o sujeito da pesquisa C disse que “a mudança foi tranquila também, o pessoal aceitou” (Araújo, 2024, p. 113). Ele destacou que, em termos de ensino, não houve grandes transformações iniciais, e a adaptação ocorreu gradualmente, com a ampliação da oferta de cursos superiores e técnicos posteriormente. O entrevistado reiterou que “não houve dificuldades” e que, no geral, a comunidade acadêmica recebeu bem a transformação (Araújo, 2024, p. 113).

¹³ O prédio central da Reitoria se localiza na Rua Doutor Odilon Vasconcelos, n. 103, no Bairro da Jatiúca, em Maceió, Alagoas, CEP 57035-660.

O sujeito da pesquisa C também discutiu a reação do SintiETFAL à transição. Ele relatou que o processo foi recebido com “surpresa e desconfiança” devido à falta de informações claras sobre mudanças institucionais, adaptações e novos cursos durante a Conferência Nacional de Educação Profissional (Araújo, 2024, p. 114). Apesar das dificuldades iniciais, o entrevistado observou que a mudança trouxe uma “identidade forte, única em todo o Brasil”, com os Institutos Federais ganhando representatividade e visibilidade na mídia nacional (Araújo, 2024, p. 114).

Sobre os aspectos positivos e negativos da criação dos IFs e do IFAL, o entrevistado destacou que “oportunizou o crescimento da Educação Profissional por todo o Brasil” (Araújo, 2024, p. 116). Em Alagoas, a expansão resultou na criação de 16 câmpus, ampliando as vagas e valorizando os servidores. O entrevistado também observou que a criação dos IFs melhorou a condição dos servidores, equiparando-os às Universidades.

O sujeito da pesquisa C acredita que a nova institucionalidade contribui para uma formação emancipatória. Ele afirmou que “a educação por si só já oportuniza a emancipação” e que o novo modelo institucional potencializou isso, oferecendo qualidade no ensino, oportunidades de pesquisa e extensão (Araújo, 2024, p. 116).

Quanto à expansão dos IFs, o entrevistado avaliou de forma positiva, mas ressaltou a necessidade de “outros câmpus, em outras regiões, em outras cidades” e ainda sublinhou a importância de consolidar os câmpus existentes (Araújo, 2024, p. 116). Ele destacou que a expansão deve ser acompanhada de condições adequadas para a realização das atividades.

Sobre as marcas da nova institucionalidade, o sujeito da pesquisa C mencionou que, além da logomarca forte, os IFs têm pontos positivos como a extensão, a pesquisa e a oferta de diversas modalidades de ensino, desde a educação de jovens e adultos (EJA) até o doutorado. Ele também destacou a inclusão e o apoio a alunos em situação de vulnerabilidade social como aspectos importantes.

Por fim, o entrevistado enfatizou o papel social do IFAL, afirmando que “o papel é importantíssimo” e que o IFAL é uma “marca forte” especialmente no interior (Araújo, 2024, p. 116). Ele ressaltou que a Instituição atende principalmente alunos oriundos do ensino público e com renda baixa, destacando que “a educação transforma as vidas e

oportuniza a emancipação” e cria novas oportunidades para esses alunos (Araújo, 2024, p. 116).

Na entrevista com o sujeito da pesquisa D, a transição do Cefet/AL para o IFAL foi percebida como uma grande mudança quando a Reitoria foi transferida para um prédio separado, “quando a gente percebeu que ia virar Instituto mesmo, que teríamos ensino superior. A transição trouxe poucas mudanças visíveis inicialmente, mas a principal mudança foi a introdução do ensino superior” (Araújo, 2024, p. 117).

O/A entrevistado/a relatou que houve dificuldades relacionadas à chegada ao Cefet/AL e à transição para o curso técnico. Ele/a mencionou que “foi uma surpresa [...] porque quando a gente veio saber que iria ser integrado foi na hora da inscrição” e que não houve aviso prévio sobre a integração do ensino médio e técnico (Araújo, 2024, p. 117).

Sobre a implementação de pesquisa e extensão com a criação do IFAL, o/a entrevistado/a afirmou não ter muita lembrança dessas atividades no início, mencionando que “a gente não teve pesquisa e extensão e que a Instituição pode ter começado mais devagar nesse aspecto” (Araújo, 2024, p. 117).

O/A entrevistado/a considerou que, apesar das dificuldades iniciais, a criação do IFAL foi uma grande oportunidade, destacando que “o IFAL só reforça esse ensino de qualidade, com professores pós-graduados, com laboratórios e o ensino superior” (Araújo, 2024, p. 117). O/a estudante viu a criação do IFAL como uma chance de ter acesso a um ensino de qualidade, que antes não seria possível devido a limitações financeiras.

Sobre a formação emancipatória oferecida pelo IFAL, o/a entrevistado/a disse que “foi bem emancipatório” e destacou a importância de ter participado do Grêmio Estudantil, fato que proporcionou “a possibilidade de amadurecer, de se formar, de ser mais independente” (Araújo, 2024, p. 118). O IFAL foi visto como um preparatório para a universidade pública, oferecendo muita independência.

A expansão dos IFs foi avaliada positivamente, com o/a entrevistado/a mencionando que “a expansão quando estava na universidade [...] teve a expansão da Universidade, junto com a expansão da UFAL e do IFAL” (Araújo, 2024, p. 118-119). Ele/ela valorizou a interiorização, que proporcionou acesso à educação de qualidade para mais pessoas.

Por fim, o sujeito da pesquisa D afirmou que “é uma instituição Federal de ensino que traz um peso muito grande para formação de profissionais em Alagoas de excelência” (Araújo, 2024, p. 119). Ele/ela destacou o papel importante do IFAL na formação social e profissional, considerando a experiência como muito positiva.

Por fim, o participante E destacou aspectos sociais importantes do IFAL, como a oferta de bolsas para trabalho na biblioteca, laboratório e centro médico, além de refeitório, que contribuíram para a política de permanência e reforçaram o papel social da Instituição: “parecia uma escola, Universidade” (Araújo, 2024, p. 119). Ele também mencionou que não houve participação direta na transição para o IFAL, já que saiu da Instituição antes de 2008, e que a discussão na comunidade estudantil sobre a transição foi mínima.

Deste modo, estas entrevistas, como parte desta construção, foram essenciais para registrar as memórias dos participantes, conectando passado e presente e proporcionando novos conhecimentos sobre a transição do Cefet/AL para o IFAL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história centenária da educação profissional no Brasil e a do IFAL foram marcadas por transformações e mudanças institucionais decorrentes das configurações políticas, econômicas, sociais e culturais de cada momento histórico de nosso país. Desde a sua origem em 1909, a educação profissional tecnológica assumiu inicialmente um caráter assistencialista, passando por alterações ao longo do processo histórico vivido pela Instituição.

Observa-se que ocorreram mudanças na legislação, com destaque para a Reforma Capanema de 1942; a Lei n. 5.692/1971; a LDBEN n. 9.394/1996; a Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei n. 8.948/1994; a Portaria do MEC n. 646/1997; o Decreto n. 2.208/1997; a Lei n. 9.649/1998; a Resolução CNE/CEB n. 4/99; o Parecer CNE/CEB n. 16/99; a Emenda Constitucional n. 95/2016 e a Lei n. 13.415/2017, além de reformas que influenciaram direta e indiretamente a história da educação profissional e do IFAL.

Diante das transformações econômicas e de contextos políticos que marcaram e marcam a história do Brasil, podemos dizer que a criação dos Institutos Federais em 2008 estabelece uma nova institucionalidade, caracterizada por estes vários aspectos: expansão, interiorização, crescimento regional, ensino médio integrado, tripé ensino-pesquisa-extensão, verticalização, autonomia institucional, desenvolvimento local e regional, inclusão, programas institucionais, autonomia intelectual, sustentabilidade, entre outros exemplos que são marca de uma revolução para a educação profissional no Brasil.

Para exemplificar, a Rede conta atualmente com 682 unidades em todo o território nacional, com mais de 1,4 milhão de matrículas, mais de 40 mil servidores/as, mais de 11 mil cursos, 14 polos de inovação tecnológica, mais de 7 mil projetos de extensão, mais de 400 patentes, mais de 30 mil servidores/as técnicos/as-administrativos/as, mais de 11 mil projetos de pesquisa, mais de 55% de alunos/as pretos/as ou pardos/as, cooperação com mais de 30 países e mais de 70% dos/as estudantes com renda de suas famílias de até um salário mínimo e meio.

Com relação aos números atuais do IFAL, o Instituto conta, atualmente, com cerca de 2 mil servidores/as e 23 mil estudantes, distribuídos em cursos técnicos de nível médio (integrado, subsequente e concomitante ao ensino médio), superior e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que somados passam de mais de cem cursos ofertados à comunidade acadêmica em seus 16 câmpus distribuídos em todas as regiões do estado de Alagoas. Ainda contando com uma importante política de pesquisa e extensão, com editais anuais para iniciação científica e programas de extensão permanentes, o IFAL organiza eventos para desenvolver a ciência e a tecnologia do estado em parceria com outras instituições da sociedade civil da região.

Além disso, mantém importantes parcerias com outros ministérios, autarquias, governo estadual e prefeituras para possibilitar a formação de qualidade dos trabalhadores, movimentos sociais, comunidades tradicionais, quilombolas e ribeirinhos, contribuindo para o desenvolvimento do estado e da economia local com base nos princípios do cooperativismo e da economia solidária.

Desse modo, é possível concluir que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi, sem dúvida, uma das principais

conquistas dos trabalhadores brasileiros na área da educação, tornando-se um marco fundamental para o desenvolvimento da soberania nacional. Podemos nos orgulhar e confirmar que o IFAL, como uma instituição forte e consolidada, é parte desse processo e desempenha um papel salutar no desenvolvimento sustentável do país, da região e do estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, B. R. T. *Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise da metamorfose da política de educação profissional a partir de sua nova institucionalidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

BONAN, I. *Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909-2009): cem anos de história do ensino profissionalizante em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2010.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.html Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. *Decreto de 22 de março de 1999*. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas. Brasília/DF: Presidência da República, 1999.

COSTA, P. R. S. M.; MARQUES, C. N.; SILVA, A. Q. da (org.). *Nos trilhos da memória: cem anos do Instituto Federal de Alagoas – Câmpus Satuba*. Maceió: IFAL, 2011.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul.-set. 2009.

HOBSBAWM, E. J. Não basta a história de identidade. In: HOBSBAWM, E. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KUENZER, A. *A pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1985.

IFAL (Instituto Federal de Alagoas). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2013)*. Maceió: IFAL, 2009. Disponível em: <https://www2.IFAL.edu.br/o-IFAL/planejamento-institucional/arquivos-planejamento-institucional/PDI-2009-2013.pdf> Acesso em: 10 jun. 2024.

LIMA, H. F. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MACHADO, F. D.; LIMA, M. C. O. de. *História econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência*. Maceió: Edufal, 2016.

MACHADO, L. R. de S. *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

MATIAS, I. dos S. *Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas: uma reflexão sobre as condições de ingresso, permanência e evasão*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MAZZEO, A. C. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

PACHECO, E. (org.). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília: Fundação Santillana; São Paulo: Moderna, 2011.

TICIANELI, Edberto. História do ensino público profissionalizante em Alagoas. *História de Alagoas*, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-ensino-publico-profissionalizante-em-alagoas> Acesso em: 10 jun. 2024.

DIRETORES / REITORES



1-Miguel Guedes Nogueira
 2-Manoel Pinheiro Goulart-Intervino
 3-José Góes-Intervino
 4-Tadeu Augusto de Barros
 5-Juventino Sertanejo
 6-Amaro Mendes
 7-Nelson Mendonça
 8-Helio de Macedo Medeiros
 9-Renato Oliveira Lins
 10-Luis Soárez Leonel- Pro-tempore
 11-Alberto Góes-Intervino
 12-Mário Cesar Juca
 13-Lúcia Coutinho-Intervinha
 14-Henrique Moreira-Interventura
 15-Hércules Procopio- Interventor
 16-Roland Gonçalves
 17-Junes Mario Colombo (pro-
tempore)
 18-Sérgio Teixeira
 19-Carlos Guedes de Lacerda

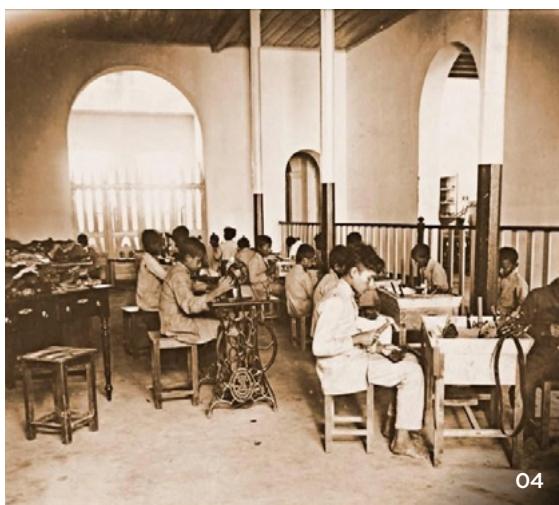
01



02



03



04



05



06



07





15

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Galeria com diretores e reitores | Fonte: Bonan (2010).
- 02 Antigo Quartel onde funcionou o Lyceu de Artes e Offícios na futura Praça Sinimbu | Fonte: Ticianeli (2022).
- 03 Aula de Funilaria na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas em 1910 | Fonte: Ticianeli (2022).
- 04 Aula de Sapataria na Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas em 1910 | Fonte: Ticianeli (2022).
- 05 Prédio central da Escola de Aprendizado Agrícola de Alagoas, atual Câmpus Satuba do IFAL, em 1920 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 06 Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas em 1928 | Fonte: Ticianeli (2022).
- 07 Prédio central da Escola de Aprendizado Agrícola Floriano Peixoto, atual Câmpus Satuba do IFAL, na década de 1950 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 08 Escola Industrial de Maceió vista do Riacho do Reginaldo na década de 1950 | Fonte: Ticianeli (2022).
- 09 Prédio central do Colégio Agrícola Floriano Peixoto, atual Câmpus Satuba do IFAL, na década de 1960 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 10 Escola Industrial Deodoro da Fonseca nos anos 1960 | Fonte: Ticianeli (2022).
- 11 Vista aérea da Escola Agrotécnica Federal de Satuba, atual Câmpus Satuba do IFAL, na década de 1980 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 12 Inauguração da ETNAL - Uned Marechal Deodoro em 1995 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 13 Mudança de ETNAL para Cefet Alagoas - Uned Marechal Deodoro nos anos 1990 | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 14 Cefet Alagoas - Uned Palmeira dos Índios | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.
- 15 Reitoria do IFAL | Fonte: Acervo da Comunicação do IFAL.

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

HISTÓRIA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA BAHIA

VIRLENE CARDOSO MOREIRA¹

ALBERTO ÁLVARO VASCONCELOS LEAL NETO²

NAIARANIZE PINHEIRO DA SILVA³

SAMIR PEREZ MORTADA⁴

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é uma das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) no Brasil. O IFBA surgiu em 2008 (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro), mas sua origem remonta ao ano de 1909, com a criação da Escola de Aprendizes Artífices da Bahia (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro). Como instituição centenária, passou por diferentes transformações ao longo do tempo em

¹ Doutora em História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua como docente de História do IFBA/Câmpus Salvador. E-mail: virnamoreira@yahoo.com.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua como docente de Sociologia do IFBA/Câmpus Salvador. E-mail: albertoleal@ifba.edu.br

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua como docente de Sociologia do IFBA/Câmpus Salvador. E-mail: naiaranize@ifba.edu.br

⁴ Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), atua como docente de Psicologia do IFBA/Câmpus Salvador. E-mail: spmortada@gmail.com

relação a concepções de educação profissional, que impactaram em mudanças na estrutura física e curricular dos cursos, assim como no perfil dos estudantes atendidos.

Este capítulo pretende percorrer essa história, da Escola de Artífices (1909-1937), passando pelo Liceu Industrial de Salvador (1937-1942), Escola Técnica de Salvador (ETS) (1942-1965), Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBa) (1965-1993), Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet/BA) (1993-2008) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) (2008-até o presente). O IFBA representa uma transformação sem precedentes na trajetória da Instituição. Ainda que sejam identificadas certas continuidades em relação às estruturas anteriores, a expansão provocada pela implantação da Rede Federal não foi mera mudança quantitativa, mas de concepção, acesso, abrangência e institucionalidade.

O texto está dividido em duas partes. O primeiro momento concentra-se no período em que a educação profissional estava circunscrita à educação básica (primário, ginásial e secundário) e sediada na capital. Esse percurso analisa desde uma formação que ainda não estava afinada propriamente com as necessidades da indústria baiana, sendo uma instituição cujo impacto na sociedade foi muito marcado pelo acolhimento social, até a ETFBa, fase em que o ensino profissional vinculou seu perfil curricular ao parque industrial baiano, consolidando, assim, uma imagem de instituição de qualidade diferenciada na formação do profissional técnico. Para completar o processo da trajetória histórica da Instituição, na segunda parte serão abordadas as mudanças que fizeram da Escola Técnica uma instituição que foi se fazendo presente em diferentes territórios baianos, assumindo uma institucionalidade complexa, agregando diferentes níveis de ensino, diversidade discente e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO BÁSICA E RESTRITA À CAPITAL DA BAHIA

A educação profissional em rede nacional tem seu ponto de partida com a criação das Escolas de Artífices, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi criada por esse dispositivo legal, juntamente com outras unidades nas

capitais dos estados da federação, exceção do Rio de Janeiro, cuja Escola seria sediada na cidade de Campos. Este tópico se debruça sobre o percurso de nove décadas que cobre o período da implantação até o momento em que a Instituição se consagrou na Bahia, transformando-se em referência no ensino técnico de qualidade.

A EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO COMO CONTROLE SOCIAL: ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA BAHIA

A Escola de Aprendizes Artífices tinha por objetivo uma formação profissional em nível primário, tendo como alvo jovens de classes sociais desfavorecidas, com idade entre 10 e 13 anos. O propósito dessa criação está explícito nas considerações de que

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Brasil, 1909).

A admissão dos meninos estava condicionada a um atestado de baixa condição econômica (que deveria ser comprovado por uma pessoa idônea), ausência de doenças infectocontagiosas ou qualquer problema que impossibilitasse o aprendizado do ofício. A expectativa recaía sobre a formação de operários e contramestres com conhecimento técnico, com enfoque mais prático.

Alguns elementos nos fazem pensar que a formação profissional nos moldes das Escolas de Artífices seguia os passos do assistencialismo: com foco na infância desvalida, formação com quase nenhuma perspectiva de continuidade escolar e pouca expectativa de ascensão socioeconômica. A formação para o trabalho como principal combate à delinquência iminente da juventude pobre e a infância como futuro da nação foram dois emblemas onipresentes no ideal de civilização da recém-nascida república brasileira.

Na Bahia, a incumbência de instalar a Escola de Artífices foi dada ao professor Francisco Antônio Caymmi, que só pode realizá-la no ano seguinte, onde ocupou provisoriamente as instalações do Centro Operário da Bahia, sediado no Solar Ferrão. Somente em 1912 as aulas puderam acontecer em prédio próprio, localizado no Largo dos Aflitos (Escolas [...], 1912).

A Instituição iniciou suas atividades com as oficinas de sapataria (6 alunos), alfaiataria (15 alunos), encadernação (6 alunos), marcenaria (9 alunos) e ferraria (4 alunos), com o total de 40 alunos matriculados. Aos estudantes que não soubessem ler, escrever e contar foi exigida a frequência em turmas de alfabetização no turno da noite. Exigia-se também habilidade em desenho, com aulas também à noite para quem necessitasse de reforço. A aptidão ao desenho era tão importante quanto a leitura, a escrita e o cálculo em função dos protótipos das peças que eram criadas nas oficinas. No ano seguinte, o total de matriculados subiu para 70 (8 em sapataria, 27 em alfaiataria, 17 em encadernação, 13 em marcenaria e 5 em ferraria). Nos dois anos, a média de frequência foi superior a 70% (Escola [...], 1934).

No período em que a Escola de Artífices funcionou no Largo dos Aflitos (1912-1925), o total de matriculados alcançou o número de 1.512, uma média anual de pouco mais de 100 estudantes matriculados. A essa altura, o projeto das Escolas de Artífices já vinha sendo avaliado em termos de Brasil. João Luderitz, nacionalmente conhecido pela atuação como gestor do Instituto Parobé (Porto Alegre), chamou a atenção para o que foi denominado de “estado vegetativo” das Escolas de Artífices, apontando a evasão como principal causa.

No caso da Bahia, os registros não apontam a evasão como um problema. Das primeiras matrículas na Escola, em 1910, até o ano de 1925, foram matriculados 1.622 alunos, com 617 evasões (sem contar o ano de 1910, por não ter registro). Suprimindo-se o ano de 1910, por ausência de dados, e o ano de 1925, por estar muito acima da média com 65% de evasão, a Escola teve uma média de 71% de frequência entre 1911 e 1914, tendo um pico 96% no ano de 1916 (Moreira, 2009).

Para enfrentar a questão, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criou, em 1921, o Serviço de Remodelagem do Ensino Profissional Técnico (1920-1930). Duas questões nortearam as análises:

a frequência dos estudantes e a produtividade das Escolas. Inspirados nas ideias de Luderitz, adotou-se a obrigatoriedade da frequência para se manter o vínculo com a Escola e a introdução da merenda escolar (1922) como medidas para conter a evasão. No que diz respeito ao problema da produtividade, foi criada, em 1926, a Consolidação das Escolas de Aprendizes Artífices, cujo objetivo era estabelecer um padrão nas Escolas em todo o país, no que se refere aos currículos (que não existia até então) e estabelecimentos de estratégias com foco na produtividade. O espaço escolar seria gerenciado como uma indústria (Moreira, 2009).

Através desse documento, os diretores foram autorizados a aceitar encomendas tanto de instituições públicas como privadas, podendo auferir renda de dois modos distintos: por meio da venda de artefatos confeccionados pelos alunos ou por meio do aluguel das oficinas, espaço físico ou maquinário, nas horas vagas. Duas razões motivaram essa industrialização, uma relacionada à questão técnica e a outra de ordem econômica: a primeira pretendia oferecer ao aluno um ambiente em que ele desenvolvesse suas atividades com uma postura profissional, funcionando, assim, como uma simulação do que ele encontraria quando fosse exercer o ofício escolhido; do ponto de vista econômico, a Escola obteria ganhos materiais, através da manutenção do aluno na Escola, pois esse seria remunerado pelo seu trabalho, o que, por sua vez, influenciaria diretamente na produtividade (Moreira, 2009).

O processo de adequar o ambiente escolar ao fabril esteve fundamentado em uma mudança de concepção do ensino profissional. Do ponto de vista do currículo, o dispositivo de 1926 definiu mudanças de forma que todos as Escolas seguissem a mesma direção, capaz de formar um egresso com um perfil mais técnico, embora fossem diplomados em oficiais artífices. O curso profissional aumentou para seis anos: nos três primeiros anos, os alunos se preparavam para o curso seguinte (dois anos de alfabetização ou complemento do curso primário, realizando trabalhos em couro e tecido e desenvolvendo trabalhos em madeira, metal e massa plástica no terceiro ano); nos três anos seguintes, chamado curso técnico-profissional, os alunos escolhiam uma especialização. Os requisitos para admissão sofreram alteração no quesito idade máxima, que passou a 16 anos.

A Escola de Artífices da Bahia correspondeu positivamente às mudanças impostas pelo governo federal no decorrer dos anos 1920. Com o passar dos anos, a preocupação com a preparação técnica foi aumentando em detrimento à elementar. A matrícula do ano de 1934, por exemplo, além da documentação de praxe, exigiu exame de admissão, sendo dispensado o candidato que apresentasse certificado de conclusão de curso primário em escola estadual ou equivalente.

Houve um aumento gradativo no número de matriculados e na renda obtida através de serviços prestados à comunidade. Em 1925, o número de matriculado foi de 157 (o maior desde a criação da Escola); em 1926 saltou para 350, chegando a 450 em 1933 (numa crescente ao longo dos anos). A frequência média entre 1927 e 1933 foi superior a 80%. A produção e a renda da Escola também cresceram em ritmo constante no mesmo período (Escola [...], 1934). Nas oficinas se desenhavam e produziam peças sob medida, em metal e outros materiais, para atender a diferentes setores da sociedade – setor público, pessoas físicas e empresas. Nesse momento, não há que se falar em uma formação profissional que impactasse e fosse impactada pelo setor industrial. A Bahia não possuía polos industriais estabelecidos, e o ensino ainda era pensado numa ótica em que o trabalho prático estava associado a pessoas com menor valor cognitivo e social.

Em 1937, a Lei n. 378 transformou a Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Salvador, mas a mudança de nomenclatura não superou o estigma presente desde 1909, da vinculação do ensino profissional às classes mais pobres.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA ATENDER À INDÚSTRIA: A ESCOLA TÉCNICA DE SALVADOR (ETS)

Na década de 1940, a Escola de Artífices já tinha se projetado na comunidade soteropolitanana, pelo menos nos arredores do Bairro do Barbalho, como a Escola do Mingau. O aspecto assistencialista da Escola marcou sua imagem perante a comunidade. Até a década de 1960, era comum esse apelido ser lembrado pela comunidade interna. Um egresso do Lyceu Industrial (estudou entre 1938 e 1942) deu um depoimento sobre sua experiência escolar e o seguinte recorte destaca a assistência fundamental à permanência do estudante.

Foi uma escola padrão [referindo-se à qualidade do ensino], exclusivamente para garotos da classe pobre, da classe desprotegida, mesmo porque a família não tinha nem o que comer de dia, ia para ali e tomava o café de manhã cedo, meio-dia tinha o feijão pra comer, brincava, aprendia a ler, aprendia seu ofício, saía e ia para casa satisfeito. Dava também café da manhã, quando eu entrei logo não dava não, mas depois passou a dar, cada dia era uma coisa, davam café com leite, outro dia era mingau de aveia, outro dia era um munguzá, pão com manteiga. Meio-dia era a comida acompanhada de sobremesa (Moreira; Santos, 2009, p. 145).

O apelido carinhoso que a Escola recebeu nasceu disso. Uma alcunha que marcava o caráter assistencialista da Escola de Artífices e que, por conta das questões sociais da cidade de Salvador/Ba no início do século, pode ter sido a explicação para um índice de frequência significativo ao longo das três primeiras décadas de existência, em um cenário em que os relatórios apontavam um déficit de público em nível nacional.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei n. 4.073/1942) trouxe um novo conceito de ensino industrial, na medida em que dispôs a formação profissional com o objetivo de atender aos interesses das empresas, mas também como meio de formação humana. Expandiu, ainda, o entendimento sobre o que viria a ser atividades industriais ao mesmo tempo que demarcou com especificidades diferentes seus ensinos. O regime do ensino industrial destinava-se à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais, além dos trabalhadores dos transportes, comunicações e da pesca. Técnico, industrial e artesanal designariam três modalidades de cursos e de ensino industrial. Além disso, equiparou-se o direito de homens e mulheres ingressarem nos cursos industriais. Com a ressalva de que a elas, “porém, não se permitirá, nos estabelecimentos de ensino industrial, trabalho que sob o ponto de vista da saúde não lhes seja adequado” (Brasil, 1942).

Por força dessa lei, o ensino industrial foi elevado ao nível de ensino médio, com dois ciclos. O primeiro ciclo do ensino industrial composto de Industrial Básico, Mestria, Artesanal e Aprendizagem. O segundo ciclo, por sua vez, é composto de ensino Técnico Industrial e Pedagógico. Este segundo ciclo tinha por objetivo preparar professores para o ensino industrial. Com essas medidas, a formação profissional ocorria em nível médio paralelamente ao ensino secundário (Brasil, 1942).

Outra mudança importante desse documento foi permitir que o concluinte do curso pudesse alçar o ensino superior, embora restrições dificultassem esse acesso. Um avanço que não deixou de suscitar críticas, principalmente no que se referia à articulação e equivalência entre os níveis de ensino. A política educacional da forma como estava colocada desvalorizava o ensino profissional, reforçando a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O primeiro, delegado às classes menos favorecidas, que continuaria em postos subalternos, e o segundo, reservado à elite socioeconômica, que historicamente assumiam posições de comando (Rocha, 2009).

Em 1942, a organização da Rede Federal de Ensino Industrial, Decreto-Lei n. 4.127, alterou a denominação dos Liceus Industriais para Escolas Técnicas (Brasil, 1942). Ao longo dessa década, a então denominada Escola Técnica de Salvador (ETS) passou por transformações que impactariam a concepção de formação profissional. Implantou-se o Ginásio Industrial e seus dois primeiros cursos técnicos, Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica. A estrutura física foi renovada para atender a uma ampliação de cursos definidos por legislação federal. Em 1943, a Instituição deveria oferecer 13 cursos para o ensino industrial básico (fundição, serralheria, mecânica de máquinas, carpintaria, pintura, marcenaria, cerâmica, artes do couro, alfaiataria, corte e costura, tipografia e encadernação, gravura, alvenarias e revestimento), 13 cursos para o ensino de mestria (os mesmos oferecidos ao ensino industrial básico) e 5 cursos para o ensino técnico (Edificações, Pontes e Estradas, Artes Aplicadas, Desenho Técnico e Decoração de Interiores) (Lessa, 2002).

Foi durante a década de 1940 que a ETS começou a se expressar como uma instituição comprometida com o desenvolvimento da indústria no estado. Em 1946, o então diretor enviou uma carta contundente aos industriais baianos, cujo teor refletia o processo de mudanças internas:

Tenho o prazer de comunicar a criação, nesta Escola, de cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários especializados para as indústrias. É evidente a necessidade de colaboração dos Snrs Industriais, nessa obra de indiscutível alcance econômico e social: as escolas técnicas existem para as indústrias; para atender às suas necessidades de mão de obra especializada. Sem consultar suas necessidades a fim de orientar os seus cursos no sentido de atendê-las, o trabalho da escola é estéril e,

consequentemente, a produção das indústrias é deficiente. A escola técnica e a indústria não devem ser divorciadas. É encarando o problema em sua plenitude, que faço um apelo aos Snrs. Industriais para que orientem a ESCOLA TÉCNICA DE SALVADOR, em seu plano de trabalho, a fim de que os cursos noturnos a serem instalados sejam uma expressão dessas necessidades (O Aprendiz, 1946 *apud* Lessa, 2002, p. 32).

A implantação da Petrobrás na Bahia (Lei n. 2.004, de 3 de outubro de 1953) renovou as relações da Escola Técnica com o setor industrial baiano. A Região Metropolitana de Salvador (composta de dez municípios) viu ampliada a oferta de empregos na indústria, aumentando a demanda por qualificação técnica. Técnicos foram enviados ao exterior para qualificação e o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Petróleo (Cenap) qualificou mão de obra com conhecimentos que não estavam contemplados nos currículos de ensino técnico do país. A ETS, com vistas a compatibilizar seu ensino ao novo momento de desenvolvimento econômico no país, ampliou suas instalações e equipou as oficinas de Marcenaria, Carpintaria e Mecânica. Os cursos de Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica deram lugar ao Curso Técnico de Estradas (1954) e ao Curso Técnico de Edificações (1957). A expectativa desenvolvimentista da década de 1950 forjou mais uma reforma no ensino industrial, que se transformou em um ramo da educação de 2º grau, e as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em autarquias educacionais (Lessa, 2002).

Na primeira metade da década de 1960, além dos cursos regulares, as Escolas Técnicas poderiam oferecer cursos extraordinários em quatro modalidades: qualificação, aperfeiçoamento, especialização e divulgação. Entre os cursos regulares, dois ciclos: o primeiro, Aprendizagem Industrial e o Ginásio Industrial; o segundo, o Colégio Técnico. Aprendizagem Industrial oferecia conhecimentos elementares para a aprendizagem de um ofício (matérias de cultura técnica, matérias de cultura geral e práticas educativas). O Ginásio Industrial buscava ampliar os fundamentos da cultura, explorar aptidões e desenvolver capacidades, como, ainda, inserir conhecimento de iniciação em atividades produtivas, com enfoque no papel da ciência e da tecnologia (curso encerrado em 1971).

O Colégio Técnico apresentava como objetivos formar técnicos para desempenhar funções de assistência aos engenheiros ou administradores e uma base de cultura geral e conhecimentos técnicos fundamentais à continuação dos estudos. A Escola Técnica de Salvador, além de promover ampliações em suas instalações físicas, implantou mais três cursos técnicos: Química (1962), Eletrotécnica (1965) e Mecânica (1969). A justificativa para a implantação do Curso Técnico de Mecânica foi o “extraordinário impulso no desenvolvimento industrial do Estado da Bahia” (Lessa, 2002, p. 37).

Tendo a educação, sobretudo o ensino profissional, se transformado em importante vetor de desenvolvimento econômico no país, fazia-se necessário modernizar equipamentos e aperfeiçoar a formação de professores. Nesse sentido, duas medidas marcaram a década de 1960: assinaturas de convênios com países do Leste Europeu (1968/69), para fornecimento de máquinas e equipamentos, e criação do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor). A essa altura, a Escola Técnica de Salvador já havia se transformado em Escola Técnica Federal da Bahia/ETFBa por imposição da Lei n. 4.759/1965.

DIREITO À EDUCAÇÃO, DIREITO AO TRABALHO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA BAHIA (ETFBa)

No decorrer da década de 1970, a Escola Técnica Federal iniciou mais uma fase de expansão em sua estrutura física, na oferta de cursos técnicos, na estrutura organizacional, no número de estudantes, em resumo, a Escola cresceu. A Instituição tornou-se grande, sobretudo, pelo impacto social e prestígio que alcançou na sociedade baiana (Salvador e Região Metropolitana, principalmente, mas outras cidades também). Esse crescimento está atrelado ao desenvolvimento econômico no estado, representado fortemente pela ampliação do parque industrial regional. A implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1967 e do Polo Petroquímico de Camaçari em 1978, além de outros polos industriais no interior da Bahia, impulsionaram a dinâmica de formação profissional na Escola Técnica.

Iniciativas de integração com os setores industriais, com vistas sobretudo aos estágios curriculares, discussão dos currículos, proatividade

no desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias dos processos produtivos e construção de um perfil do egresso a partir do mercado de trabalho foram alguns dos pontos que suscitaram transformações no âmbito da Instituição. As novas Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus (Lei n. 5.692/1971), que tornou o Ensino de 2º grau obrigatoriamente profissionalizante em todo o sistema, exigiu uma organização curricular em duas partes: Núcleo Comum com disciplinas obrigatórias em todo o território nacional e parte diversificada para atender a demandas locais. Por efeito dessa lei, a ETFBa implementou uma organização curricular por área (1972) e Regime de Seriação Semestral (1973) com a criação do sistema das séries básicas (Básico I e Básico II) e com opções de ingresso no 1º período (1º Semestre – Básico I) e 3º Período (3º semestre – Profissionalizante, do curso escolhido) (Lessa, 2002).

Havia urgência em mão de obra qualificada, e as instituições de educação profissional foram estimuladas pelo governo, por meio de programas nacionais, tendo em vista que as mudanças no sistema educacional são mais lentas que o avanço tecnológico do setor industrial. Fazia-se necessário equipamentos e professores com capacitação com as tecnologias e conhecimentos compatíveis. A ETFBa precisou driblar o fato de nem todos os professores das disciplinas técnicas terem formação universitária ou formação pedagógica. Além disso, a indústria era mais atraente em termos de salários. Nesse momento, os estudantes estavam mais propensos a exercerem a profissão de nível técnico na indústria em vez de buscar uma formação superior para o exercício da docência. Os egressos tinham garantia de emprego bem remunerado na indústria, embora muitos também seguissem os estudos na carreira por meio da formação universitária.

A criação do Projeto para Formação Profissional de Técnicos de Nível Médio para a Indústria do Complexo Básico do Polo Petroquímico do Nordeste (Copene) (1973), uma parceria entre a ETFBa e a Copene, teve um impacto social significativo na Bahia. Do ponto de vista externo, buscava a elevação dos padrões qualitativos da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Salvador e o aperfeiçoamento dos técnicos Químicos, Eletrotécnicos e Mecânicos para capacitá-los às indústrias petroquímicas. Para atender a necessidades específicas das indústrias petroquímicas, foi criado o Curso Técnico de

Instrumentação, capacitando o profissional a lidar com instrumentos pneumáticos, elétricos e eletrônicos (Lessa, 2002).

Nesse contexto, novos cursos técnicos foram implementados: Saneamento, Instrumentação, Metalurgia e Telecomunicações (1974) e Geologia (1975), juntando aos já existentes de Estradas, Edificações, Química, Eletrotécnica e Mecânica. Em 1973, início da parceria entre Copene e ETFBa, a população estudantil da Escola era de 1.422, saltando para 1.798 no ano seguinte, resultado de 5.020 de candidatos no Exame de Seleção. Em 1975, a Escola já possuía 2.576 estudantes. O ano de 1976 contou com a inscrição de 9.130 candidatos aos 11 cursos disponíveis (o básico e 10 técnicos). Em 1979, o Curso de Telecomunicações foi extinto e substituído pelo Curso Técnico de Eletrônica, “mais adequado às novas realidades da tecnologia” (Lessa, 2002, p. 47).

A concepção de formação profissional seguiu um percurso em constantes mudanças e a reforma de 1982 (Lei n. 7.044), que extinguiu a habilitação profissional obrigatória para o ensino de 2º grau, trouxe a expressão “qualificação para o trabalho” em substituição ao termo “preparação para o trabalho” prevalecente até então. Lessa (2002) chama a atenção para essa mudança como reflexo de um novo olhar sobre a educação profissional no Brasil, que aqui estaria sob o foco do direito à educação e ao trabalho. A década de 1980 foi um período marcado pelo aumento das pressões de diversos segmentos da sociedade pelo fim da ditadura militar no país, e no que se refere à educação, a bandeira sinalizava para democratização da escola e do ensino.

Nas décadas de 1970 e 1980, o técnico alcou uma importância dentro da empresa, sendo responsável pela produtividade. Um lugar de mediação entre engenheiros e administradores, de um lado, e trabalhadores mais diretamente ligados à atividade produtiva, dotou o profissional técnico de uma função política (reconhecida sua competência técnica) importante na estrutura empresarial. O novo papel do técnico, aliado à ampliação de oferta de emprego no nascente polo industrial do estado, representou uma valorização da educação profissional, tornando-se um meio de ascensão social. Um mercado de trabalho promissor foi um argumento recorrente no processo de reestruturação curricular na Instituição (Fartes, 2009).

Uma pesquisa interna realizada em 1988, com uma amostra de 647 estudantes, revelou um perfil discente muito distante da Escola de Artífices: faixa etária entre 13 e 21 anos; predominância de filhos de funcionários públicos, industriários, comerciários e aposentados – somente 8% eram filhos de trabalhadores autônomos; presença masculina era o dobro da feminina; renda familiar média de 10 salários mínimos; 47% advindos de colégios públicos e 40% de estabelecimentos de ensino privados; 83% foram estudar na Escola Técnica por escolha própria e 3% por decisão dos pais; quase a totalidade não trabalhava; 65% moravam em residência própria (Pinho, 1989).

Esses dados demonstram uma instituição que acolhia significativamente uma classe média, que recorria à escola pública em um momento de crise econômica em que as escolas privadas estavam consumindo uma fatia considerável das rendas familiares. Era uma forma de ter acesso à universidade por meio da educação profissional. Por causa desse público, a Escola ganhou a conotação de “élitista” entre os jovens da capital baiana. Foi um momento em que questionamentos sobre a função dos cursos profissionalizantes vieram à tona em muitas conversas informais na comunidade interna.

Nesse momento, a ETFBa mantinha um repertório de convênios e parcerias com diversas empresas, entidades e órgãos da sociedade baiana – convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Educação do Estado, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Além disso, a Instituição colaborava com a Secretaria de Educação e Cultura, principalmente cedendo seus espaços e equipamentos para a realização de eventos diversos, e era bastante solicitada pela Prefeitura de Salvador para fabricar peças e componentes para seus maquinários agrícolas (Pinho, 1989).

No ano de 1988, 360 alunos estavam inscritos para estágios nas mais de sessenta empresas conveniadas com a Instituição. No mesmo ano, a Coordenadoria de Extensão do Departamento de Relações Comunitárias ofereceu à comunidade baiana 13 cursos com cargas horárias entre 40 horas e 420 horas, direcionados às áreas de Inspeção de Equipamentos, Manutenção Elétrica e Mecânica, Eletrônica e Instrumentação. O número de cursista alcançou o número de 269, provenientes das empresas Inspecon, DOW, Coelba, Embasa e Cetrel (Pinho, 1989).

A Escola prestou inúmeros serviços ao longo dos anos ao setor industrial baiano na área de mecânica e metalurgia, produzindo peças de precisão, contribuindo para o setor público e outras empresas e auxiliando na restauração de equipamentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a exemplo do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (Pinho, 1989).

Em 1991, havia 6.122 estudantes matriculados (pró-técnico, 392; básico, 1266; Edificações, 354, Eletrotécnica, 522; Estradas, 251; Geologia, 174; Instrumentação, 712; Mecânica, 508, Metalurgia, 226, Química, 1010; Eletrônica, 707). A partir de 1992, o Regime Semestral foi substituído pelo Anual (Lessa, 2002).

Uma formação profissional respaldada em sólida formação geral, com ensino teórico e prático formando para o trabalho, para a cidadania e para o nível universitário. Nessas duas décadas, a EFTBa teve um crescimento quantitativo e qualitativo marcante, embora não comparado ao avanço tecnológico industrial. Apesar disso, a Instituição foi repensando seu papel com vistas a formar profissionais capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho. O técnico formado pela EFTBa correspondia às expectativas da sociedade, pois o currículo possibilitava o desenvolvimento de competências técnicas e uma capacidade de enfrentar as dificuldades profissionais que lhes fossem postas, isto é, um profissional apto tecnicamente e reflexivo intelectualmente. A Escola Técnica era considerada uma das poucas instituições de educação pública onde se desenvolvia um ensino tido como de qualidade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VERTICALIZADA EM NÍVEIS DE ENSINO E ABRANGENTE EM ALCANCE TERRITORIAL NA BAHIA

Os primeiros estudos para implantação de curso superior em Tecnologia surgiram ainda na EFTBA. Em 1974, o Curso de Engenharia de Operações de formação de nível de 3º grau foi projetado, abrangendo áreas de estudo já existentes. Em 1976, após infraestrutura encaminhada, optou-se pela não oferta do curso, com a transferência da área física e dos equipamentos educacionais para o Centro Tecnológico da Bahia (Centec/BA) (Lessa, 2002).

O Centec, autarquia de regime especial, foi criado por intermédio da Lei n. 6.344, de 5 de julho de 1976, com o intuito de ofertar cursos de formação de tecnólogos em nível superior para atender, de acordo com o discurso governamental, às peculiaridades do mercado de trabalho no estado da Bahia. Os primeiros cursos oferecidos foram Processos Petroquímicos, Manutenção Petroquímica e Produção Siderúrgica. Dois anos depois, novos cursos foram implantados: Manutenção Mecânica, Manutenção Elétrica, Produção Siderúrgica, Formação de Docentes em Mecânica e Eletricidade e Administração Hoteleira, este último em convênio com a Empresa Brasileira de Turismo (Avena, 2009). A transferência para sede própria ocorreu em 1983, quando suas atividades e cursos foram deslocadas para o município de Simões Filho/BA. O desdobramento desse processo foi a criação do Cefet/BA, resultado da união do Centec e da ETFBa, no ano de 1993.

O ENSINO PROFISSIONAL EM NOVA INSTITUCIONALIDADE: O CEFET/BA

A expansão territorial do Cefet deu-se pela criação de Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds). Assim, além da sede em Salvador/BA, que ocupou as instalações da ETFBa, e a Uned de Simões Filho/BA, antigo Centec, foram criadas mais quatro unidades no território baiano: Barreiras/BA (1993); Valença/BA (1993); Vitória da Conquista/BA (1994) e Eunápolis/BA (1994). “Essa expansão foi pensada a partir da atuação econômica de cada cidade dentro da sua região, pensando nas demandas locais, aumentando, assim, a rede de empresas que mantinham contato direto com o Cefet ao aprimorar a atuação acadêmica da instituição” (IFBA, 2022a, p. 6).

Em relação à oferta de cursos, a unidade de Barreiras/Ba iniciou suas atividades com o curso Pró-Técnico (um curso preparatório para ingresso na Instituição), assim como suas congêneres de Vitória da Conquista/BA e Valença/BA. Já em Eunápolis/BA, as atividades iniciaram com a realização de cursos de extensão, pró-técnico e o curso de Pós-Graduação lato sensu em Epistemologia Genética e Educação, em convênio com a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Prefeitura Municipal de Eunápolis (IFBA, 2024b). Importante registrar que as escolhas dos cursos iniciais das Uneds na Bahia deram-se pelas

deficiências de infraestrutura, especialmente pela falta de servidores públicos, principalmente no setor técnico administrativo (Lessa, 2002).

O perfil que essas instituições iriam construir foi fortemente marcado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB n. 9.394/1996, que instituiu a reorganização da educação profissional, tornando-a complementar à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e à educação superior (Brasil, 1996). Nessa direção, entre as principais medidas infralegais adotadas para a efetivação da mudança de rumos na educação profissional, o Decreto n. 2.208, de 27 de abril de 1997, foi importante por determinar que a educação de nível técnico deveria ter organização curricular própria e independente do ensino médio. Ou seja, a partir desse momento havia um impedimento infralegal de integração curricular entre formação geral e formação profissional.

No âmbito do Cefet, o que se observou foi o avanço da independência entre ensino médio e ensino técnico de 2º grau a partir da oferta de cursos distintos entre a sede e as Uneds, o que no mínimo podemos considerar uma contradição em relação às demandas formativas para o mundo do trabalho no período, que apontavam cada vez mais para a formação de trabalhadores numa perspectiva ampliada em relação aos conhecimentos e habilidades necessários para as novas demandas apresentadas pelos sistemas produtivos.

Durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a Instituição viveu sob constantes medidas de austeridade que colocaram em risco a existência do sistema federal de educação. Com a primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reabriu-se a possibilidade de novos rumos para essa modalidade de ensino, pesquisa e extensão e sua interface com a educação básica e a educação superior.

Entre as primeiras iniciativas do governo Lula (2003-2006) voltadas para a retomada do protagonismo da Rede Federal de Educação Profissional está a publicação da Lei n. 8.940, de 18 de novembro de 2005, que deu nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994. A nova redação permitiu à União autonomia na criação e gestão de novas Unidades de Ensino, o que até então não era permitido, pois a gestão e manutenção de Unidades de Ensino deveriam estar sob responsabilidade dos Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações governamentais.

Nessa perspectiva, foi lançado em 2005 o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Dessa expansão, mais três Uneds foram implantadas na Bahia: Santo Amaro/BA (2006), Camaçari/BA (2007) e Porto Seguro/BA (2008).

EXPANSÃO E DIVERSIDADE: A IDENTIDADE DO IFBA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia foi criado no dia 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cabe aqui delinear e analisar essa breve e movediça identidade institucional que se apresenta, que sai das tradições e contradições históricas da educação profissional e entra em um outro momento, outra institucionalidade, sedimentada em outra relação com o trabalho e a sociedade

Expansão territorial

A expansão dos Institutos Federais seguiu até o momento três círculos, com seus respectivos objetivos e metas:

1º Ciclo: Consolidação da Rede (2008-2014): foco na implementação da Lei n. 11.892/2008, reorganizando a estrutura institucional e adaptando os processos internos. Expansão e diversificação da oferta de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, com a criação de novos Câmpus e a ampliação dos já existentes. Fortalecimento da pesquisa e extensão, buscando a integração com a comunidade e o desenvolvimento regional.

2º Ciclo: Interiorização e Diversidade (2015-2019): expansão para o interior, levando a educação profissional e tecnológica para regiões menos desenvolvidas. Diversificação da oferta, criando cursos nas áreas de agro-ecologia, turismo, cultura e outras, buscando atender às demandas específicas de cada região. Inclusão social, Implementação de políticas de inclusão, como ações afirmativas e programas de assistência estudantil, para ampliar o acesso ao ensino superior.

3º Ciclo: Qualidade e Inovação (2020-presente): priorização da qualidade do ensino, com a implementação de novas metodologias de ensino e a avaliação contínua dos cursos. Investimento em tecnologias e na digitalização dos processos institucionais, buscando oferecer um ensino mais moderno e eficiente. Adoção de práticas mais sustentáveis nos câmpus, como a utilização de energias renováveis e a gestão de resíduos (MEC, c2018).

Dentro dessa orientação geral, contempladas nas intenções de seus PDIs desde então, o IFBA atravessou as seguintes etapas de expansão:

1 – Pré-expansão, Barreiras/BA, Eunápolis/BA, Salvador/BA, Valença/BA, Vitória da Conquista/BA, que, em 2008, com a Lei n. 11.892, de criação dos Institutos Federais, tornaram-se Câmpus, juntamente com Salvador;

2 – Entre 2006 e 2008, houve a implementação de quatro novas unidades em outros municípios, sendo eles Santo Amaro/Ba, Simões Filho/Ba, Porto Seguro/Ba e Camaçari/Ba, esta última com instalações provisórias cedidas pela prefeitura municipal.

3 – Entre 2009 e 2010, o Plano de Expansão II do IFBA contemplou sete novas unidades, com a obra de construção de seis novos Câmpus e uma reforma de antigas instalações da CHESF, no município de Paulo Afonso/BA

4 – Dando continuidade à missão de implantar novas escolas, em 2013, foi iniciado o Plano de Expansão III, o qual consistiu na construção de cinco novos câmpus: Brumado/Ba, Euclides da Cunha/Ba, Juazeiro/Ba, Lauro de Freitas/Ba e Santo Antônio de Jesus/Ba.

5 – Expansão IV, Campo Formoso/Ba e Jaguaquara/Ba (IFBA, 2024b).

O IFBA hoje está em todas as regiões do estado, que conta com área territorial de 564.760,429 km², uma população de 14.141.626 de pessoas, cujo rendimento mensal domiciliar per capita é de R\$ 1.139. A Bahia está entre os estados com menor renda per capita do país, com um IDH de 0,691, posicionado na 22^a posição entre os demais estados brasileiros (IBGE, 2023).

O IFBA está no interior. Na grande, desigual e diversa economia, cultura e sociedade baiana. Capital, recôncavo, sertão, chapada, norte, oeste e sudoeste, litoral sul e norte. Em todos esses lugares, novos câmpus, novos cursos, mais e outros estudantes, outros professores, outros técnicos, interagindo e integrando arranjos e culturas locais. Diferentes paisagens: litoral, sertão, caatinga, com fronteiras agrícolas diversas, que impactam a economia baiana, tais como café, cacau, cana-de-açúcar, soja, fruticultura, pesca, mineração e indústrias diversas que compõem a economia do estado.

O IFBA é constituído por 24 câmpus, sendo 22 em pleno funcionamento (Salvador/BA, Barreiras/BA, Brumado/BA, Camaçari/BA, Eunápolis/BA, Euclides da Cunha/BA, Feira de Santana/BA, Ilhéus/BA, Irecê/BA, Jacobina/BA, Jequié/BA, Juazeiro/BA, Lauro de Freitas/BA, Paulo Afonso/BA, Porto Seguro/BA, Santo Amaro/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Seabra/BA, Simões Filho/BA, Ubaitaba/BA, Valença/BA e Vitória da Conquista/BA); um Núcleo Avançado (Salinas da Margarida/BA); dois câmpus em fase de implantação, localizados em Jaguaquara/BA e Campo Formoso/BA; cinco centros de referência, também em construção, localizados nas cidades de Itatim/BA, Casa Nova/BA, São Desidério/BA, Camacan/BA e Monte Santo/BA; e um Polo de Inovação em Salvador, cuja unidade fica no Parque Tecnológico da Bahia (Paralela, em Salvador/BA) (IFBA, 2024a).

Na modalidade EaD, o IFBA possui cursos em 57 cidades: Amar-gosa/BA, Belmonte/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Brumado/BA, Ca-choeira/BA, Caldeirão Grande/BA, Camacan/BA, Camaçari/BA, Can-deias/BA, Castro Alves/BA, Conceição do Almeida/BA, Dias D'Ávila/BA, Elísio Medrado/BA, Euclides da Cunha/BA, Feira de Santana/BA, Gandu/BA, Ibicuí/BA, Ibirapitanga/BA, Ilhéus/BA, Ipirá/BA, Irecê/BA, Itaberaba/BA, Itabuna/BA, Itaparica/BA, Itapetinga/BA, Itapicuru/BA, Jacobina/BA, Jaguaquara/BA, Jequié/BA, juazeiro/BA, Jussari/BA, Laje/BA, Lauro de Freitas/BA, Macaúbas/BA, Manoel Vitorino/BA, Mascote/BA, Mata de São João/BA, Mundo Novo/BA, Muritiba/BA, Nazaré/BA, Nova Itarana/BA, Pau-Brasil/BA, Paulo Afonso/BA, Pintadas/BA, Piri-tiba/BA, Salvador/BA, Santa Luzia/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, São Felipe/BA, São Francisco do Conde/BA, Seabra/BA, Simões Filho/BA, Sobradinho/BA, Ubaitaba/BA, Una/BA, Utinga/BA e Vitória da Conquista/BA (IFBA, 2024a).

Atualmente, o IFBA possui mais de 36 mil estudantes (presenciais e a distância), 300 cursos presenciais (cerca de 90 cursos distintos, sen-do sete cursos de pós-graduação, 27 cursos superiores, 36 cursos técni-cos e três cursos técnicos EJA), 17 cursos à distância (sendo uma pós-graduação, seis cursos superiores e seis cursos técnicos), cerca de 1.700 professores (aproximadamente 1.500 efetivos e 200 substitutos) e mais 1.000 técnicos administrativos (IFBA, 2024a).

O IFBA está presente em 113 cidades da Bahia, cerca de 27% dos seus municípios. Considere-se também que suas unidades constituem polos de referência regionais, e que, portanto, sua presença abrange praticamente a totalidade dos municípios e regiões do estado. A diversidade social, cultural e econômica do estado impõe ao Instituto a necessidade de diálogo permanente com os agentes locais; impõe mediações com agentes governamentais, prefeituras e sociedade civil; e impõe novas estratégias de gestão e planejamento; ou seja, não é um processo sem erros, sem recuos.

As questões que dizem respeito aos centros urbanos, como Salvador/BA e sua Região Metropolitana (Camaçari/BA, Lauro de Freitas/BA e Simões Filho/BA), somam-se aquelas de regiões rurais, bem como de comunidades indígenas e quilombolas, como Brumado/BA, Feira de Santana/BA, Irecê/BA, Jacobina/BA, Jequié/BA, Porto Seguro/BA, Seabra/BA e Valença/BA. Essa configuração multicâmpus implica, assim, diferentes desafios. A título de exemplo, formam-se trabalhadores para a indústria, ao mesmo tempo (e por vezes no mesmo espaço) que são formados professores indígenas na Licenciatura Intercultural, como acontece em Porto Seguro/Ba. Enfrentam-se os tradicionais problemas de acesso e permanência concomitantemente às diversas dificuldades de inclusão e acessibilidade. A esses desafios de inclusão de novos agentes acrescentam-se uma série de especificidades locais em relação aos arranjos produtivos, às demandas sociais, às características e singularidades culturais.

A inauguração dos diversos câmpus do IFBA e sua ampliação em termos de vagas e diversidade de estudantes têm colocado novos e necessários desafios para a Instituição, transformando radicalmente suas características. A introdução de políticas públicas relativas à adoção de cotas, a implementação da Política de Assistência Estudantil, as legislações relativas à inclusão de pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIAPN+, bem como o combate ao assédio moral e sexual, têm sido ações importantes nos últimos anos, expressas tanto nas normas internas do Instituto quanto em suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Embora avanços sejam notáveis, há muito o que percorrer e o que conquistar nessas frentes.

Observando a composição étnico racial dos Institutos no Brasil, conforme a Plataforma Nilo Peçanha, temos no quadro nacional

um percentual de 47,47% de estudantes pretos e pardos matriculados (PNP, c2024). Considerando exclusivamente a Bahia, esse índice sobe para 64,50%, o que demonstra a importância de um olhar mais cuidadoso sobre essa população. Cabe ressaltar o caso de Santo Amaro/BA, no Recôncavo Baiano, onde a maior parte da população se declarou preta. Num recorte de classe, os dados mostram a Bahia com uma faixa de renda menor do que a média nacional. Considere-se também que o Ideb baiano apresenta um índice de 4,2 nos anos finais do ensino médio, inferior à média da população brasileira, de 4,9 (Inep, 2024).

Esse cenário justifica a necessidade de políticas não apenas no sentido de uma redistribuição da riqueza sob a forma de programas de bolsas e auxílios financeiros, mas também a uma maior preocupação com aquilo que entendemos sob a forma de uma justiça curricular e cognitiva (Gomes, 2019), no sentido de reformulação do currículo e oferta de monitorias e atividades voltadas à superação dos vazios decorrentes das lacunas de formação trazidas pelos estudantes.

Políticas de acesso e permanência

Um dos maiores desafios enfrentados no IFBA é a garantia de acesso e permanência para os estudantes. O relatório da Comissão de Permanência e Êxito do IFBA/Câmpus Salvador (IFBA, 2022b) apresentou dados preocupantes, assim como diversos trabalhos realizados em todos os câmpus (Silva *et al.*, 2022).

Conforme observado em diversas partes deste longo estudo, algumas questões exigem ações imediatas, como a melhoria do sistema de acesso às informações, o acompanhamento dos estudantes na chegada, o estabelecimento de canais de comunicação com as famílias dos discentes e a permanente formação do corpo docente e técnico administrativo, não apenas naquilo que concerne à melhoria da qualidade pedagógica mas também na qualidade da formação quanto ao que diz respeito aos valores institucionais e ao cuidado e atenção que culminam em processos de sofrimento psicológico e exposição institucional da problemática acerca do assédio moral e sexual, do racismo, da LGBTfobia e de outros problemas que afetam nossa Instituição naquilo que simbolicamente repercute na sociedade brasileira como um todo e que define a garantia de permanência como justiça cognitiva (IFBA, 2022b).

Assim, compreendemos que o acesso e a permanência têm fatores múltiplos que incidem na reprovação e evasão, os quais devem ser continuamente observados.

O protagonismo estudantil

Um outro aspecto importante da educação profissional é a formação humana, política e cidadã em seu sentido mais amplo, na construção de uma percepção mais aprofundada da sociedade, fenômeno observado desde a antiga Escola Técnica.

A expansão dos Institutos Federais no interior do Brasil tem aberto espaços para uma discussão sobre as condições de implantação da educação profissional pública no país e a forma como ela vem sendo realizada. Desse modo, embora no âmbito da Rede Federal haja um reconhecimento social da importância e da qualidade dessas Escolas, sua expansão tem levado professores, técnicos e estudantes a se mobilizarem no sentido de lutar por melhores condições de trabalho, estudo e ensino. Nesse contexto, os estudantes têm assumido um papel preponderante no que tange a permanentes questionamentos e críticas a respeito dos diversos problemas enfrentados quanto a questões estruturais e pedagógicas e à falta de professores (Silva, 2014).

Mesmo entre os estudantes menos engajados na participação política direta, havia um espaço eclético, ou “um caldeirão cultural”, seja na gestão do centro cívico, seja do grêmio estudantil.

O diferencial da escola técnica para os outros era que ela tinha um somatório cultural. Você encontrava gente de todas as cidades da Bahia que iam para lá. Então esse encontro... E como a escola era seletiva e tinha um vestibular que selecionava as pessoas que vinham, e ela tinha estudantes mais preparados e mais antenados. Eu, por exemplo, não era “antenado”, fui tomar consciência do que estava acontecendo lá dentro... Esse encontro dos estudantes antenados, porque tinham muitos que eram antenados com o que estava acontecendo no mundo... Outros não tinham noção de que a gente estava vivendo a ditadura (Aluno de Química, 1976/1981) (Silva, 2009, p. 128).

No movimento estudantil mais recente, também identificamos essa percepção da pluralidade, embora novas pautas sejam incluídas de

forma mais efetiva, como as questões de gênero, assédio e as questões raciais, além daquelas relativas à situação socioeconômica, decorrente das imensas desigualdades sociais presente em nosso estado, bem como da percepção de si como sujeito de direitos, enfatizada pelas novas formas de participação, não apenas nas ruas, mas principalmente nas redes sociais.

As licenciaturas

Junto com a expansão territorial, a criação do IFBA colocou entre os novos desafios a ampliação dos cursos de licenciatura. Estes deixam de ser voltados apenas à formação de docentes especializados para as disciplinas do ensino técnico e tecnológico e passam a incorporar as disciplinas da educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática.

Atualmente, o IFBA oferece oito cursos de licenciatura presenciais – Computação, em Jacobina/BA, Porto Seguro/BA, Santo Amaro/BA e Valença/BA; Eletromecânica, em Simões Filho/BA; Física, em Salvador/BA; Geografia, em Salvador/BA; Licenciatura Intercultural Indígena, em Porto Seguro/BA; Matemática, em Barreiras/BA, Camaçari/BA, Eunápolis/BA, Salvador/BA e Valença/BA; Química, em Porto Seguro/BA, Agroindústria, em Porto Seguro/BA – e seis na modalidade EaD – Matemática, Computação, Física, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Física, Gestão Pública (IFBA, 2024b). Forma-se, portanto, quantidade expressiva e diversificada de professores no estado.

Cabe destacar o impacto desses cursos no Instituto. A presença deles tem alterado o perfil discente e docente da Instituição e tem trazido novas questões, alargando reflexões pedagógicas no contexto da educação profissional. Por meio de pesquisa, de atividades extensionistas, eventos, entre outras ações, esses cursos têm marcado presença no IFBA, transformando e alargando sua relação com a atividade de ensino em suas diferentes dimensões.

Uma pesquisa articulada com o ensino e a sociedade

A criação do IFBA e de seus diferentes câmpus representou um alargamento nas demandas de pesquisa e extensão. Assumindo características e institucionalidade de universidade ou centro universitário, em seus diferentes contextos, professores, discentes e técnicos têm tido

crescente produção acadêmica. Os desafios concernem na construção de políticas mais estruturadas de pesquisa e extensão e de uma produção mais articulada tanto com as demandas de trabalho quanto da sociedade e da comunidade, em seus diferentes contextos.

É interessante observar o aumento das pesquisas sobre o próprio IFBA, indicando um engajamento de seus professores, técnicos e estudantes. Esses trabalhos são uma amostra do modo como a Instituição vem, por meio de seus diversos sujeitos, buscando entender o novo contexto da educação profissional que se configura a partir da criação dos Institutos. Cabe mencionar aqui as publicações dos discentes do ProfEPT (IFBA, 2021b), o mestrado profissional, que caminha para sua sétima turma em 2024, cujos estudos, muitas vezes realizados por técnicos e professores, permeiam temáticas do cotidiano do Instituto.

Apesar das dificuldades apontadas, a atividade de pesquisa tem crescido nos últimos anos, especialmente após a transformação em Instituto Federal. Tão importante quanto esse crescimento é constatar a importância da pesquisa na formação dos estudantes e na articulação com a sociedade nesse período.

Observa-se, conforme dados da PRPGI/IFBA divulgados no Congresso de Pesquisa realizado em 2020, que entre os anos de 2003 e 2020 as bolsas de Iniciação Científica saíram de 0 para 203, distribuídas nas diversas modalidades – Programa de Iniciação à Docência (Pibic), Pibic/EM, Pibic AF e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) – com diferentes agências financiadoras (IFBA, 2021a).

No caso da iniciação científica (IC), houve um avanço com a inclusão de bolsas AF (ações afirmativas) voltadas a estudantes de nível médio e graduação que ingressaram por meio da Lei de Cotas (Brasil, 2012), contribuindo para a redução de critérios exclusivamente meritocráticos na seleção de estudantes pesquisadores, fator viabilizado pela criação do Departamento de Ações Afirmativas, aprovada em Resolução n. 5, de 2 de março de 2020 (IFBA, 2020). Esse departamento tem papel significativo na implementação das políticas voltadas à aplicação das normas, assim como na proposição de editais e ações voltados à publicação, projetos de extensão e eventos sobre as diversas temáticas acerca das ações afirmativas.

As licenciaturas também ganharam destaque nos projetos de Pi-bid, promovendo diversas ações dirigidas à formação de professores (Hohenfeld *et al.*, 2021).

Em direção à sociedade: as atividades de extensão

No atual contexto da curricularização da extensão, estabelecido pela Resolução n. 7, MEC/CESU, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018), o IFBA aprovou recentemente sua política extensionista (IFBA, 2023). O Instituto passa por intenso processo de reestruturação e organização de suas atividades junto à comunidade. Essa frente é essencial, dada a necessidade que o Instituto tem na interlocução com a comunidade.

Não são pequenos os desafios nesse campo. Dada sua diversidade e complexidade, são múltiplos os projetos extensionistas e diversas suas relações com a sociedade, a política e a economia, matizadas pela heterogeneidade do estado, passando por ações no campo da economia solidária desde a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) até ações na educação intercultural indígena.

Nesse percurso, intenso trabalho de formação tem sido realizado. As atividades extensionistas têm sido historicamente preteridas na formação e no trabalho docente, provocando, assim, a necessidade de estudo e aprofundamento em relação aos conceitos e práticas da extensão universitária. Intenso trabalho foi feito também junto às coordenações de curso, colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de graduação, a fim de adequar Projetos Pedagógicos de Curso e projetos extensionistas à implementação da curricularização da extensão nos cursos de graduação.

Os desafios são grandes e complexos. Extensão universitária supõe uma relação mais próxima com a comunidade, supõe interlocução intensa com o ensino e a pesquisa. Supõe romper, portanto, a relação estanque e distante entre universidade e sociedade. No contexto do IFBA, à diversidade regional e à complexidade do estado são acrescidas suas dificuldades e potencialidades.

Perspectivas

A criação dos Institutos Federais trouxe novas relações de trabalho, novas necessidades do capital e um papel alargado da educação, da pesquisa aplicada, da tecnologia e da formação do indivíduo socioprodutivo.

Além de uma contraposição, uma guinada explícita para a educação integral, unilateral, enfatizando a inserção das classes proletárias e de grupos antes excluídos ou marginalizados. Há muito o que se pensar sobre essa identidade, que está em processo.

À semelhança do que vivem outros Institutos, o IFBA enfrenta a precariedade, a falta de recursos e de condições que sustentem a expansão da Rede. Câmpus novos sem instalações físicas adequadas ou sem internet, adaptações insuficientes em câmpus antigos, precarização do trabalho do quadro técnico e serviços terceirizados precarizados e insuficientes são alguns dos graves problemas que acompanham o IFBA desde sua origem e ainda persistem.

Um dos principais desafios é garantir o acesso e a permanência dos estudantes. Diversas ações institucionais – entre elas o “Programa Asé Toré: formação de negras/os e povos indígenas”, o edital de bolsas vinculados aos Projetos de Ensino e Aprendizagem (Pina) e o edital de bolsas para projetos e práticas de Permanência e Êxito Estudantil – têm sido implementadas para assegurar a entrada de estudantes proletários, deficientes, indígenas e baixa renda, oferecendo apoio e assistência estudantil durante o curso. O ingresso desses estudantes também provoca desafios pedagógicos, impõe o desenvolvimento de novas tecnologias e uma outra relação com o trabalho docente.

As licenciaturas inauguradas com os IFs desempenham papel fundamental no apoio, na valorização, no desenvolvimento de novas estratégias pedagógicas, bem como na configuração de uma nova identidade institucional. Esse movimento não é fácil e sem resistências, uma vez que a tradição da formação profissional historicamente negligencia a formação docente, como se bastasse a formação técnica, específica para ensinar.

Outro desafio, com seus potenciais e contradições, é o EaD. “Menina dos olhos” da educação privada e do MEC, tem se desenvolvido também a todo o vapor na Rede. Assim como a expansão física, cresceu de forma precária, frequentemente mal planejada e estruturada. Nesse campo, o IFBA tem suas resistências variadas, no justo cuidado de manter a qualidade que lhe é tradicional também no ensino a distância, mas também com seus preconceitos e reservas exageradas quanto à modalidade. Esse delicado e tenso movimento tem configurado e transformado a identidade da Instituição nesses anos iniciais.

Sem congelar em uma imagem estática ou definida temporalmente, pensar essa breve história é identificar esse campo em movimento, a reboque dessa tensão, matizado por particularidades regionais, poderes tanto do capital e da produção, como novas personagens, que entram em cena exigindo deslocamentos, ressignificações e rupturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças pelas quais o Instituto Federal da Bahia passou nesses 115 anos, para além das nomenclaturas, revelam transformações nas concepções de educação e relação homem-trabalho ao longo dos tempos, refletindo, consequentemente, em diferentes maneiras de lidar com a formação profissional. Como resultado desse dinamismo, diferentes institucionalidades se impuseram.

A Escola de Artífices marcou uma formação profissional baseada em uma perspectiva de trabalho como controle social. Uma instituição de cunho assistencialista, cujas medidas de oferecer refeições diárias teve um impacto positivo em uma cidade pobre como Salvador/BA, fazendo com que passasse a ser conhecida carinhosamente como “Escola do Mingau”. A Escola Técnica começou a expressar seu compromisso com o desenvolvimento da indústria nas décadas de 1940 e 1950. Nessa fase, com o ensino ginasial e técnico ainda com um perfil de público da Escola anterior, começou a se modernizar e foi timidamente – inicialmente com dois cursos técnicos – se estabelecendo na sociedade baiana como instituição para formar mão de obra qualificada para a indústria.

A Escola Técnica passou a ser referência no ensino técnico na Bahia nas décadas de 1970 e 1980. Uma formação profissional respaldada em sólida formação geral, com ensino teórico e prático preparando para o trabalho, para a cidadania e para a universidade. Estudar na Escola Técnica na Bahia de então conferia certo prestígio social, pela ampla concorrência dos seus exames admissionais, pela receptividade do egresso no mercado de trabalho industrial e pela aprovação nos vestibulares universitários.

O Cefet abriu caminho para a expansão. O Instituto Federal ampliou essa expansão, levando o ensino profissional a diferentes territorialidades da Bahia. A instauração de novos câmpus trouxe consigo novos docentes, novas carreiras e novos profissionais, além de um perfil estudantil

diversificado, com a inclusão de cotistas; povos originários, quilombolas, mais mulheres, mais pessoas negras e mais pessoas proletárias.

Essa virada trouxe na bagagem suas potências e contradições. Quanto à gestão e organização do IFBA, a Instituição segue seu passo lento, afinal, não se mudam culturas, hábitos e rotinas cristalizadas em décadas de forma mecânica e rápida, por decreto. Pesquisa e extensão ainda caminham de maneira marginal, incipiente até. Há dificuldades didáticas e pedagógicas em todos os níveis. Persistem dificuldades de acesso e permanência, evasão e abandono. Novos desafios e antigos problemas se integram, bem como suas possíveis saídas nessa nova e complexa Instituição recém-surgida. Há muito o que dizer e refletir sobre esse quadro; há muito o que pensar sobre a identidade dos Institutos, ainda em movimento, em processo.

REFERÊNCIAS

AVENA, B. M. A Educação profissional no Instituto Federal da Bahia: 100 anos de contribuição na oferta de cursos para a sociedade baiana. In: FARTES, V.; MOREIRA, V. (org.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: Edufba, 2009.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos estados da república Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/589450/publicacao/15626779> Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2012.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior. *Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília: imprensa Oficial, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Expansão da Rede Federal*. Brasília/DF: MEC, c2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal> Acesso em: 2 out. 2024.

ESCOLA de Aprendizes Artífices da Bahia. *Álbum comemorativo do 25º aniversário de sua criação*. Salvador: ETFBa, 1934.

ESCOLAS de Aprendizes Artífices. *Diário de Notícias*, Salvador, ano 37, p. 5, 26 dez. 1912.

FARTES, V. A Escola Técnica Federal da Bahia na memória dos anos de 1970: a construção social da qualificação e da identidade operária. In: FARTES, V.; MOREIRA, V. (org.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: Edufba, 2009.

GOMES, N. L. Raça e educação infantil: à procura de justiça. *Revista e-Currículum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, jul./set. 2019.

HOHENFELD, D.; LISBOA, E. A.; CARNEIRO, F. O. R.; LAPA, J. M.; PEREIRA, N. S. Os *impactos do PIBID nas licenciaturas do IFBA*. Salvador: Segundo Selo, 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Cidades e estados: Bahia*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba.html> Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia). *História do IFBA*. Salvador: IFBA, 2016. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/historico/memorial/historia-do-ifba> Acesso em: 2 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Resolução n. 5, de 2 de março de 2020, que aprova a implantação da Diretoria Sistêmica de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – DPAAE*. Salvador: IFBA, 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consup/resolucoes-2020/res-no-05-aprova-a-dpaae.pdf/view> Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *PRPGI: Anais do 1º Congresso de Pesquisa e Inovação do IFBA*. Salvador: IFBA, 2021a. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/congressoprgi/> Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *PROEPT: Produções discentes*. Salvador: IFBA, 2021b. Disponível em: <https://portal.IFBA.edu.br/proept/discentes> Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Resolução Consup/IFBA n. 74, de 6 de setembro de 2022*. Aprova o Projeto de implantação do Centro de Referência no Município de São Desidério. Salvador: IFBA, 2022a.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Comissão de Permanência e Êxito dos Estudantes do Câmpus Salvador*. Salvador: IFBA, 2022b. Disponível em: https://portal.IFBA.edu.br/salvador/gabinete/documentos/outros-documentos/relatorio_cpee-ssa_publicacao.pdf/view Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Resolução Consepe/IFBA n. 93, de 14 de julho de 2023*. Aprova a Política de Extensão do Instituto Federal da Bahia. Salvador: IFBA, 2023. Disponível em: <https://share.google/dBSpWy5LZPxZ3BLXL>. Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2020-2024*. Salvador: IFBA, 2024a. Disponível em: <https://portal.IFBA.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2020-2024> Acesso em: 3 out. 2024.

IFBA (Instituto Federal da Bahia). *Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional: expansões*. Salvador: IFBA, 2024b. Disponível em: <https://portal.IFBA.edu.br/prodin/obras/expansoes/expansoes> Acesso em: 3 out. 2024.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). *Resultados: 2005-2023*. Rio de Janeiro: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 1 out. 2024.

LESSA, J. S. *Cefet/BA: uma resenha histórica – da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica*. Salvador: CCS/Cefet/BA, 2002.

MOREIRA, V. C. Escola de Aprendizes Artífices da Bahia: a educação profissional na Bahia entre 1909 e 1937. In: FARTES, V.; MOREIRA, V. (org.). *Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: Edufba, 2009. p.29-44.

MOREIRA, V. C.; SANTOS, A. S. Histórias individuais: tecendo a história do Instituto Federal da Bahia. *In: FARTES, V.; MOREIRA, V. (org.). Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: Edufba, 2009. p. 141-173.

PINHO, R. C. *A Escola Técnica Federal da Bahia e um perfil da sua comunidade*. Salvador: [s. n.], 1989.

PNP (Plataforma Nilo Peçanha). *Indicadores de Gestão*, 2023. Brasília/DF: PNP, c2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlWjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCl6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9> Acesso em: 3 out. 2024.

ROCHA, L. M. da F. Escola Técnica da Bahia no contexto do ensino industrial de 1937-1970. *In: FARTES, V.; MOREIRA, V. (org.). Cem anos de educação profissional no Brasil: história e memória do Instituto Federal da Bahia (1909-2009)*. Salvador: Edufba, 2009.

SILVA, N. P. *Os alunos da Escola Técnica Federal e a participação na política estudantil nos anos de 1979 a 1989 em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, N. P. da. Movimento estudantil e internet: novas práticas para velhos problemas. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE NORDESTE*, 22., 2014, Natal. *Cadernos de resumos* [...]. Natal: UFRN/PPGED, 2014. p. 156.

SILVA, N. P.; BRITO, S. A.; CHAVES, A. do S. F.; MIRANDA, V. M. de C. Educação profissional e desigualdades no IFBA/Câmpus Salvador. *Horizontes: Revista de Educação*, Dourado, v. 9, n. 18, p. 80-102, 2022.







DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Prédio principal da Instituição entre os anos de 1926 e 1962
- 02 Estudantes no pátio da Escola de Aprendizes Artífices na década de 1930
- 03 Refeitório do Liceu Industrial no período de 1937-1942
- 04 Oficina da Escola Técnica nos anos 1940-1950
- 05 Sala de aula da Escola Técnica nos anos 1940-1950
- 06 Refeitório da Escola Técnica na década de 1940
- 07 Estudantes da Escola Técnica na década de 1950
- 08 Estudantes da Escola Técnica na década de 1950
- 09 Oficina da Escola Técnica nos anos 1970-1980
- 10 Sala de aula na Escola Técnica na década de 1980
- 11 Laboratório de Química na Escola Técnica na década de 1980
- 12 Apresentação musical de estudantes da Escola Técnica na década de 1980
- 13 Banda Marcial do Centro de Educação Tecnológica na década de 1990
- 14 Estudantes do Cefet/Sede na década de 2000
- 15 Estudantes do IFBA/Câmpus Salvador na década de 2010

Fonte: Acervo do Memorial Institucional do Instituto Federal da Bahia.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

EDUCAÇÃO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO¹

ROSANA MARIA TELES GOMES²

O presente capítulo apresenta o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), suas origens e sua história. Para isso, além de um brevíssimo relato histórico, foi feita uma exposição de sua institucionalidade. Também foram trazidos pequenos relatos de pessoas cujas vidas foram impactadas pela Instituição.

O IFPE foi criado pela Lei n. 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT). Inicialmente, quatro autarquias educacionais se congregaram para formar o IFPE: a Escola Agrotécnica Federal de Barreiros, a Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim, a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão e o Centro de Formação Tecnológica de Pernambuco (Cefet/PE), composto de três unidades à época – Ipojuca, Recife e Pesqueira. Como parte das ações conectadas à criação da Rede Federal, foram acrescidos ao IFPE, na chamada Fase II, três câmpus: Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns. A Fase III possibilitou ampliar a atuação do IFPE

¹ Doutora em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco, foi reitora do IFPE e é professora titular aposentada. Pesquisa sobre narrativa e identidade em ambientes educacionais, educação ambiental e profissional e temas afins. E-mail: analia.ribeiro@reitoria.ifpe.edu.br.

² Doutora em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco, atua como professora e chefe de gabinete da Reitoria. Pesquisa sobre literatura brasileira, literatura africana em língua portuguesa, imaginário e temas afins. E-mail: rosana.teles@reitoria.ifpe.edu.br.

em mais sete municípios de Pernambuco: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares e Pau- lista. Além da educação presencial nos seus câmpus, o IFPE oferece educação a distância em 11 polos – Águas Belas/PE, Carapina/PE, Gravatá/ PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Limoeiro/PE, Palmares/PE, Pesqueira/ PE, Recife/PE, Santa Cruz/PE, Sertânia/PE, Surubim/PE e em Santana do Ipanema/AL – e já está com cursos aprovados para mais dois – Arco- verde/PE e Fernando de Noronha/PE –, o que demonstra a abrangência da atuação institucional. Em 2024, no âmbito da Fase IV, o Instituto Federal de Pernambuco está recebendo mais quatro câmpus: Recife Centro/PE, Santa Cruz do Capibaribe/PE, Goiana/PE e Bezerros/PE.

A criação dos Institutos Federais e a expansão da RFEPCCT ressignificaram os papéis da educação profissional ante um mundo em rápidas, drásticas e profundas transformações. A potência necessária para isso advém de uma concepção de governo que se afasta do estado mínimo para instalar políticas públicas que articulem programas relativos aos direitos sociais com crescimento econômico. Especificamente, os Institutos representam uma política pública inclusiva, que busca garantir o direito à educação enquanto colabora para o desenvolvimento social e econômico da sociedade brasileira. Eles remontam a uma história de educação profissional, industrial, comercial e agrícola que se desdobra desde a colonização.

No início do século XX, emergiram dois marcos legais que seguiram fios históricos distintos, mas com aproximações paulatinas: o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas para a crescente demanda de industrialização e urbanização, e o Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910, que criou o ensino agronômico, voltado para as atividades rurais. De lá para cá, a história vem mostrando as voltas e as reviravoltas que, grosso modo, alternam movimentos autoritários com períodos democráticos.

A década de 1980 é caracterizada pela redemocratização do país em vista do encerramento do regime ditatorial iniciado em 1964. Em 1988, a chamada Constituição Democrática instituiu uma concepção de nação baseada em direitos fundamentais e sociais. Entretanto, a década de 1990 vivenciou uma perspectiva de estado mínimo que acarretou sérias consequências para o desenvolvimento da educação profissional, inviabilizando,

em boa parte, que a ela fosse aplicado o espírito da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

No início dos anos 2000, ascendeu ao poder um governo popular, cujas propostas se afastaram da ideia de estado mínimo, de modo que várias políticas e programas voltados aos direitos sociais previstos na Lei Maior do país foram implantados. Nessa direção, a criação dos Institutos Federais considerou um tripé conceitual identificado no nome que a lei dá à Rede e aos Institutos dela componentes: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Neste capítulo, abordaremos a institucionalidade do IFPE e seus impactos em Pernambuco e no Brasil.

PERCURSO HISTÓRICO

Na sua criação, o IFPE reuniu um Cefet e três Escolas Agrotécnicas. Assim, agregou a história e as particularidades das culturas descendentes tanto das Escolas de Aprendizes Artífices quanto do ensino agro-nômico – disso decorre a necessidade de apreciação dos dois percursos, ainda que brevemente.

DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES AOS INSTITUTOS FEDERAIS

No que pese o marco histórico representado pelas Escolas de Aprendizes Artífices, a educação profissional remonta à história colonial do país. Nesse período, às classes subalternas, quando muito, era destinada à educação profissional. Esse traço é um elemento fundamental para se compreender a história da educação profissional no Brasil e a importância dos Institutos no rompimento dessa lógica.

Em 1807, aconteceu a vinda da família real portuguesa à Colônia, tornando o Brasil, temporariamente, sede monárquica de Portugal. Em consequência disso, ficou mais difícil aos filhos das classes abastadas brasileiras estudarem na Europa. Com isso, várias iniciativas de educação básica e superior ganharam espaço. No que concerne à educação profissional, destacou-se, no período, a criação do Colégio das Fábricas, direcionado aos aprendizes de ofícios e aos artistas.

Já no período imperial, a partir de 1822, algumas outras iniciativas voltadas à educação profissional tiveram lugar, “como as Casas de Educandos Artífices instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865” (Vieira; Souza Junior, 2016, p. 155). A partir de então, várias outras ações de educação profissional foram implementadas no século XIX, muitas delas de caráter privado e geralmente dedicadas ao aprendizado das primeiras letras e de algum ofício.

Na primeira década do século XX, com um processo crescente de urbanização, surgiu um marco da educação profissional urbana e industrial representado pelo Decreto n. 7.566/1909, do ex-presidente Nilo Peçanha, que instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices (Brasil, 1909). A industrialização do país, especialmente a partir da década de 1930, e a decorrente preocupação com a formação de mão de obra levaram ao crescimento do número de escolas profissionalizantes e ao aumento da quantidade e da complexidade dos cursos nelas oferecidos. As Escolas de Aprendizes Artífices passaram ao domínio do então criado Ministério da Educação e Saúde Pública.

No regime ditatorial conhecido como Estado Novo, o presidente da época, Getúlio Vargas, outorgou a Constituição de 1937. Nela, pela primeira vez, a educação profissional apareceu como matéria constitucional (Brasil, 1937a). Nesse ano, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Liceus pela Lei n. 378/1937 (Brasil, 1937b). O período do Estado Novo, tendo se encerrado formalmente em 1946, profícuo em transformações econômicas e trabalhistas, também o foi no que concerne à organização da educação profissional. Em 1942, a Reforma Capanema, pelo Decreto-Lei n. 4.244, posicionou a educação profissional como parte final do ensino secundário, mas sem habilitação para o ingresso no ensino superior (Escott; Moraes, 2012).

A partir de 1946, o Brasil viveu a chamada Quarta República, uma democracia que perdurou até 1964. Nesse ínterim, em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que reconhecia “a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (Kuenzer, 2007, p. 29). No entanto, logo o país passou a viver um novo período ditatorial, sob o regime militar, a partir de 1964.

Com o aprofundamento desse regime, a LDB de 1961 foi amplamente alterada por meio da Lei n. 5.692/1971 (Brasil, 1971).

A redemocratização se ocupou da alteração ou da revogação legislativa no intuito de atender aos ditames de uma sociedade democrática que nascia. A década de 1990, sob a égide da Constituição Cidadã de 1988, proporcionou grandes contribuições para a educação profissional. A definição da educação como Direito Social (art. 6º), por exemplo, foi uma contribuição determinante. Em consequência, todos os artigos da Seção I do Capítulo III da CF/1988 se firmam sobre o lastro disposto no artigo referido: a educação é direito! Assim, toda e qualquer política ou norma sobre educação deverá ser vista pelo prisma do direito e todas as pessoas a quem ela é ofertada devem ser percebidas como sujeitos de direito. Ressalta-se que a educação participa de um conjunto de direitos: saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados (Brasil, 1988). Por conseguinte, infere-se que é imprescindível à educação observar dinâmicas que favoreçam mutuamente a universalização dos demais direitos sociais.

No que tange à educação profissional, há um reposicionamento do campo do assistencialismo para o dos direitos sociais. Contudo, à redemocratização segue-se um período marcado pela ideia do estado mínimo que afetou as políticas de educação profissional na década de 1990. Já nos anos 2000, presenciou-se a ascensão de um governo popular em cuja conjuntura a educação profissional foi ganhando os contornos que culminaram na criação dos Institutos Federais. A Lei n. 11.892/2008 seguiu o princípio da educação como direito. Isso é claramente percebido na sua primeira finalidade (art. 6º, I), que situa a centralidade da formação para a cidadania como condição da educação (Brasil, 2008).

DA EDUCAÇÃO AGRONÔMICA AOS INSTITUTOS FEDERAIS

A educação agrícola, grosso modo, era vista na Colônia com relutância pelas classes dominantes. Entretanto, os confrontos na Europa que resultaram na vinda da família real portuguesa ao Brasil dificultaram o trânsito dos filhos de fazendeiros para o Velho Continente. Desse modo, o ensino agrícola bem como o industrial sofreram alterações derivadas desse fato histórico.

Contudo, diferente do que aconteceu com a Escola das Fábricas, a presença da família real na Colônia não precipitou a criação de uma escola específica voltada para a agricultura. Segundo Molina, “as primeiras escolas agronômicas foram fundadas oficialmente no período do Brasil Imperial e da Primeira República: a pioneira delas na Bahia, em 1877” (Molina, 2019, p. 466). Por sua vez, a República não gerou maiores mudanças à educação agrícola, que continuava pervadida pelo trabalho escravo e seus equivalentes, pela ausência de uma reforma agrária efetiva e pela pressão do êxodo rural para as cidades (Sobral, 2009).

No início do século XX, emergiu a primeira regulamentação do ensino agrícola no Brasil, por meio do Decreto n. 8.319/1910, sob a presidência de Nilo Peçanha (Brasil, 1910). Em 1946, o Decreto-Lei n. 9.613, chamado de Lei Orgânica do Ensino Agrícola, possibilitou a existência de cursos técnicos e de Escolas Agrotécnicas e dispôs sobre a articulação dos cursos agrícolas com os níveis de ensino (Brasil, 1946). Importa ressaltar que, a despeito de alguns avanços, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola perpetuou o caráter excludente imposto à educação profissional até então. Exemplos disso foram os limites de ascensão à educação superior apenas para a mesma área do curso técnico e a sua oferta restrita a determinadas camadas da população. Uma compreensão conjunta da educação profissional urbana e agrícola e a possibilidade de ingresso em cursos superiores sem a obrigação de permanência na mesma área do curso técnico só passou a existir em um período democrático, com a promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1961), conforme mencionado.

Durante o Regime Militar, de 1964 a 1985, mudanças administrativas atingiram a educação agrícola. Em 1967, o ensino agrícola passou ao Ministério da Educação e Cultura e se subordinou à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA). O Sistema Escola-Fazenda, introduzido no Brasil em 1966, foi expandido para toda a Rede Federal de Ensino Agrícola em 1970. Em 1971, tentou-se implantar, por meio da Lei n. 5.692/1971, uma unificação da educação profissional industrial com a agrícola. Ao fim, tratava-se de fortalecer o modelo de agricultura que privilegiava a exportação de bens primários e a importação de insumos em detrimento dos pequenos produtores.

O fortalecimento da educação agrícola nessa época se deu pela criação da Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (Coagri) em 1973.

A autonomia e os recursos disponibilizados representaram um marco histórico para a educação agrícola sob essa Coordenação. Em 1979, pelo Decreto n. 83.935/1979, as Escolas Agrícolas passaram a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais. Com a redemocratização, foi consolidado o ensino agrícola como educação profissional. Todavia, o paradigma do estado mínimo resultou na implantação de uma abordagem reducionista e fragmentada, que separou a educação básica do ensino técnico por meio do Decreto n. 2.208/1997. Junto a isso, as práticas orçamentárias rarefeitas típicas do estado mínimo frustravam as possibilidades de desenvolvimento satisfatório das atividades. Nesse período, chegou a haver legislação proibindo a implantação de novas unidades de educação profissional.

Nesse contexto, no início da década de 2000 houve mudanças significativas na direção do cumprimento dos Direitos Sociais previstos na Constituição Cidadã. Assim, as políticas públicas implementadas nesse período pavimentaram o caminho para os Institutos Federais.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Esta seção tem como base materiais de pesquisa e de informação produzidos pelo IFPE. Textos publicados em diversos canais foram adaptados para a apresentação do Instituto de uma forma que comungue com a que ele já se mostra nas suas mídias, sobretudo no seu sítio eletrônico.

O IFPE é uma instituição pública e gratuita voltada para quem busca uma formação técnica, científica e tecnológica de excelência. Com uma estrutura que abrange diversos câmpus e uma abordagem pluricurricular, essa instituição oferta cursos técnicos integrados, subsequentes, tecnológicos, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, além do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projeja) e de programas de formação inicial e continuada. Uma característica marcante do IFPE é a condução humanística, inclusiva e garantidora de direitos, sem desconsiderar a integridade e a busca da excelência do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da governança.

A gestão democrática, marca das instituições públicas de educação, é abraçada pelo IFPE não só por conta do processo de eleição direta para a escolha de quem assume a direção-geral de cada câmpus e o cargo máximo da Instituição, mas, sobretudo, pela representatividade dos câmpus nos comitês e conselhos e pela participação da comunidade em processos decisórios e na construção de políticas internas.

Com mais de 27.000 estudantes, 2.344 servidores efetivos, dos quais 1.311 são docentes e 1.033 são técnico-administrativos, além de aproximadamente 20.000 pessoas alcançadas em projetos e programas de extensão, o IFPE tem impactado indivíduos, comunidades e a sociedade como uma potência de política pública. Atualmente, conta com 16 câmpus instalados do sertão ao litoral de Pernambuco, mais uma ampla rede de educação a distância formada por 11 polos, sendo 1 deles em Alagoas. Com os quatro novos câmpus da quarta expansão da Rede Federal e os 2 novos polos da educação a distância – que já estão com cursos aprovados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) –, a Instituição ampliará ainda mais seu alcance.

A proposta verticalizada da Rede Federal é praticada no IFPE por meio da articulação em um só lugar de cursos em diferentes níveis. Muitas das ações educativas do Instituto dependem do estabelecimento das parcerias celebradas com outras instituições. Exemplo disso é a articulação com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco para a oferta de cursos Proeja Concomitantes/Qualificação. São 41 cursos distribuídos em 15 municípios. No segundo semestre de 2024, teve início a implementação de cursos do Proeja voltados aos anos finais do ensino fundamental, resultando no envolvimento de 11 câmpus até o momento.

Nos últimos anos, o IFPE tem se dedicado também ao fomento da pesquisa básica e aplicada no desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje, são 102 grupos de pesquisa que mobilizam projetos, parcerias, iniciação científica, eventos, cursos de pós-graduação e projetos de P&D. Essas ações culminaram na elaboração de diversos trabalhos acadêmicos e no desenvolvimento de propriedades intelectuais, destacando-se a concessão, por parte do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), de 3 patentes, 3 desenhos industriais, 119 registros de software e 8 marcas.

Os projetos de extensão se destinam à comunicação com a sociedade. A cultura do empreendedorismo, da inovação e da economia criativa são

dimensões que também pautam a comunidade escolar e acadêmica. No IFPE, o estudante e a estudante encontram ainda um ambiente propício para a prática de atividades esportivas e o envolvimento com atividades artísticas e culturais por meio dos Núcleos de Artes e Cultura (NAC), fortalecendo a formação profissional garantidora de direitos.

No âmbito das políticas inclusivas, o IFPE busca desenvolver ações que promovam o respeito à diversidade e às especificidades de cada ser humano, valorizando as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais. Com vistas à construção de um espaço educacional cada vez mais aberto e acolhedor, o Instituto criou a Coordenação de Extensão com os Povos do Campo (Cepocampo), que vem desenvolvendo atividades ligadas aos diversos segmentos populacionais que lidam diretamente com a terra e com as águas. Nessa perspectiva, o IFPE aderiu ao Programa Mulheres Mil e adotou iniciativas como a criação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Deficiência (Napne), Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleos de Gênero e Diversidade (Naged) e do Núcleo 60+, que é responsável por propor, orientar e executar ações de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão de pessoas direcionadas à pessoa idosa.

Em atenção ao corpo discente, o IFPE elaborou a sua Política de Assistência Estudantil. O objetivo é auxiliar os e as estudantes no desempenho das atividades escolares e acadêmicas por meio da adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), da concessão de auxílios financeiros, de apoio biopsicossocial, de incentivo à participação em atividades esportivas e culturais, entre outras iniciativas. É nesse direcionamento que são organizados os Jogos InterCâmpus.

Visando à ampliação dos horizontes de estudantes e servidores por meio do contato com outras culturas, outros povos, outras línguas e perspectivas de construção do conhecimento, o IFPE realiza e difunde ações de cooperação internacional nos contextos administrativo, científico, tecnológico, artístico e cultural, promovendo a interação com organismos da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa no exterior.

OS CÂMPUS

Nesta seção, apresentamos os 14 câmpus do IFPE, desde o mais antigo, o Câmpus Recife, criado em 1909 como Escola de Aprendizes

Artífices, até os mais recentes, cujas atividades se iniciaram em 2014, além da unidade de educação a distância.

IFPE/CÂMPUS RECIFE

O Câmpus Recife remonta à Escola de Aprendizes Artífices e funcionou, inicialmente, no antigo Mercado Delmiro Gouveia. A partir de 1923, a Escola passou a funcionar nas instalações do Ginásio Pernambucano, e só em 1933 conquistou sede própria, no caso, o atual prédio da Fundação Joaquim Nabuco, no Derby. Nesse percurso, a Instituição recebeu diferentes nomes, a saber: Liceu Industrial de Pernambuco, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco. Em 1975, a unidade de ensino foi instaurada na nova sede: o prédio na Cidade Universitária, no qual até hoje se encontra.

O ano de 1999 marcou mais uma alteração, não somente no nome, mas também no perfil da Escola Técnica Federal, que passou a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefet/PE), do qual a Unidade Recife fazia parte. Em 2008, foi criado o Instituto Federal de Pernambuco, a princípio, formado por seis câmpus, entre eles o Câmpus Recife. No total, o Câmpus Recife oferta 32 cursos (Quadro 1).

QUADRO 1

Cursos ofertados no Câmpus Recife

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Telecomunicações (S), Segurança do Trabalho (S) (I), Saneamento (S) (I), Refrigeração e Climatização (S), Química (S) (I), Mecânica (S) (I), Eletrônica (S) (I), Eletrotécnica (S) (I), Edificações (S) (I)
Projea Qualificação	Refrigeração e Climatização, Eletricista Instalador Predial, Agente de Observação de Segurança na Indústria
Tecnólogos	Radiologia, Gestão de Turismo, Gestão Ambiental, Design Gráfico, Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Bacharelado	Engenharia Mecânica, Engenharia Civil
Licenciatura	Geografia
Especialização	Educação Ambiental e Cultural, Sustentabilidade Urbana, Práticas Interpretativas em Música Popular com Ênfase em Frevo, Matemática Comercial, Contábil, Econômica, Atuarial e Financeira
Mestrado Profissional	Gestão Ambiental

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto à estrutura física, o Câmpus Recife dispõe de laboratórios, várias salas de aula e de idiomas, salas administrativas, biblioteca,

quadra poliesportiva, piscina e instalações afins, consultório odontológico e médico para atendimento ambulatorial, bem como setores voltados ao e à estudante, no intuito de viabilizar as atividades acadêmicas.

IFPE/CÂMPUS PESQUEIRA

A antiga Uned Pesqueira da Escola Técnica Federal de Pernambuco teve sua origem no Programa de Expansão do Ensino Técnico, que tinha como objetivo a interiorização. Iniciou suas atividades em 1993, com a oferta de cursos técnicos integrados, e em 1999 começou a ofertar cursos técnicos pós-médio. Em 2004, o Cefet/PE obteve autorização para a oferta de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Assim, em 2007, o curso de Licenciatura em Matemática passou a ser disponibilizado na Unidade Pesqueira. Em 2008, a Uned Pesqueira do Cefet/PE transformou-se em Câmpus Pesqueira do IFPE. Atualmente, o Câmpus Pesqueira ofertá os cursos apresentados no Quadro 2.

QUADRO 2
Cursos ofertados no Câmpus Pesqueira

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Eletrônica (S) (I), Edificações (S) (I), Meio Ambiente (I)
Projeja Qualificação	Auxiliar de Gestão, Segurança, Meio Ambiente e Saúde no Trabalho, Auxiliar de Gestão de Serviços Turísticos, Auxiliar Administrativo
Bacharelado	Engenharia Elétrica, Enfermagem
Licenciatura	Matemática, Física
Especializações	Ensino de Física e Matemática, Energia Solar Fotovoltaica
Mestrado Profissional	Enfermagem

Fonte: Elaboração própria (2024).

Localizado no Km 214 da BR 232, o Câmpus Pesqueira possui 20.000 metros quadrados de área construída. Sua estrutura é composta por quadra poliesportiva, mais de 30 salas de aula, 13 laboratórios, biblioteca, sala para assessoria pedagógica, para apoio psicológico, atendimento odontológico, de enfermagem, nutrição e assistência social. Em razão da proximidade geográfica, o Câmpus Pesqueira tem procurado aprofundar cada vez mais sua relação com o povo xucuru, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, o que vem repercutindo em toda a cidade e região.

IFPE/CÂMPUS IPOJUCA

O Câmpus Ipojuca foi implantado na Fase I da Rede Federal. As atividades acadêmicas começaram em outubro de 2007, e em março de 2008 foram inaugurados os blocos iniciais da unidade. Pelo seu papel estratégico no contexto de desenvolvimento industrial do estado de Pernambuco, tendo em vista o Complexo Industrial Portuário de Suape, o Câmpus passou a abrigar projetos que viriam a contribuir com as potencialidades locais, favorecendo a implantação de bases científicas e tecnológicas. Hoje, os cursos oferecidos pelo Câmpus Ipojuca aparecem no Quadro 3.

QUADRO 3

Cursos ofertados no Câmpus Ipojuca

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Automação Industrial (S), Mecânica (S) (I), Petroquímica (S), Química (S), Segurança do Trabalho (S) (I)
Projeja Qualificação	Segurança do Trabalho, Mecânica, Eletricista Industrial, Agente de Observação de Segurança na Indústria
Bacharelado	Engenharia Mecânica
Licenciatura	Química

Fonte: Elaboração própria (2024).

Entre outros espaços, o Câmpus Ipojuca está estruturado com bloco administrativo, blocos de salas de aula, diversos laboratórios, biblioteca, galpões de construção naval e de engenharia mecânica, auditório e área de convivência.

IFPE/CÂMPUS BARREIROS

O Câmpus Barreiros foi inaugurado em 1924, como Patronato Agrícola Dr. João Antônio Coimbra, em Rio Formoso/PE. Em 1941, foi transferido para Barreiros/PE, e em 1947, entre outras modificações de nome, passou a se chamar Escola Agrícola João Coimbra. A denominação Escola Agrotécnica Federal de Barreiros (EAFB) foi definida em 1979. Em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais, foi instaurado o IFPE/Câmpus Barreiros, numa área de 430 hectares, a 110 quilômetros da capital.

Por estar situado numa região com alto número de assentamentos de reforma agrária, o Câmpus busca atender à demanda na área de recursos naturais, principalmente em relação à agricultura familiar. Além disso, por ser uma área turística, devido à proximidade com o litoral sul de Pernambuco e o litoral norte de Alagoas, a região também apresenta uma demanda crescente por serviços de hospedagem e produção alimentícia. Assim, o Câmpus oferece os cursos que seguem no Quadro 4.

QUADRO 4
Cursos ofertados no Câmpus Barreiros

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Zootecnia (S), Instrumento Musical (S), Hospedagem (S), Alimentos (I), Agropecuária (I)
Projeja Qualificação	Operador de Processamento de Frutas e Hortalícias, Operador de Computador, Auxiliar de Técnico em Agropecuária, Agricultor Familiar
Tecnólogos	Agroecologia
Licenciatura	Química
Especialização	Matemática

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus Barreiros tem 180 leitos nos alojamentos masculino e feminino, 25 salas de aula, refeitório, enfermaria, biblioteca, 8 laboratórios, auditório, além de 7 Unidades Educativas de Produção (UEP).

IFPE/CÂMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

O Câmpus Vitória de Santo Antão foi criado em 1954 como Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica. Entre outras mudanças de nome, em 1979 passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão. Em 2008, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, e a Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão passou a denominar-se, então, Câmpus Vitória de Santo Antão.

O Câmpus Vitória possui uma área de 140 hectares e está localizado a cerca de 2 quilômetros do centro comercial do município. A ampla estrutura física e pedagógica da unidade inclui laboratórios de pesquisa e de produção, auditório, biblioteca, refeitório, alojamentos, ginásio poliesportivo, salas de jogos, salas de aula, bloco administrativo,

entre outros espaços. Hoje, o Câmpus disponibiliza os cursos que constam no Quadro 5.

QUADRO 5

Cursos ofertados no Câmpus Vitória de Santo Antão

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Zootecnia (S), Agroindústria (S, I), Agricultura (S), Agropecuária (S)
Projeja Qualificação	Manutenção de Informática, Agricultura Familiar, Manutenção e Suporte de Computadores
Bacharelado	Agronomia
Licenciatura	Química
Especialização	Tecnologias Sustentáveis para as Ciências Agrárias
Mestrado Profissional	Filosofia – ProFilo

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus Vitória de Santo Antão atende não só à população vitoriense, mas também a cerca de quarenta cidades da região, além de ter alunos oriundos de outros estados vizinhos.

IFPE/CÂMPUS BELO JARDIM

A unidade de Belo Jardim foi inaugurada em 1958. Após outras denominações, em 1979 passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim (EAFBJ). Em 2008, foi transformada em IFPE/Câmpus Belo Jardim. Consolidou-se como um polo de referência em educação no agreste pernambucano. Ao longo de sua trajetória, o Câmpus vem contribuindo para a formação de várias gerações de profissionais. Em 2024, oferta os cursos indicados no Quadro 6.

QUADRO 6

Cursos ofertados no Câmpus Belo Jardim

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Informática para Internet (S), Enfermagem (S), Agropecuária (S) (I), Agroindústria (S) (I)
Projeja Qualificação	Operador Industrial de Alimentos
Bacharelado	Engenharia de Software
Licenciatura	Música
Especialização	Enfermagem em Saúde da Família e Comunidade

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus Belo Jardim tem uma ampla estrutura física, com diversas salas de aula, laboratórios, refeitório, biblioteca, posto de enfermagem, alojamentos, auditório, salas administrativas, entre outros espaços.

IFPE/CÂMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA

Inaugurado em 2010, o Câmpus Afogados da Ingazeira, localizado no meio do semiárido pernambucano, vem gerando um poderoso impacto sobre o desenvolvimento socioeconômico da região. Hoje, o Câmpus oferta os cursos dispostos no Quadro 7.

QUADRO 7

Cursos ofertados no Câmpus Afogados da Ingazeira

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Agroindústria (S), Saneamento (S) (I), Eletroeletrônica (S), Informática (I)
Projeja Qualificação	Operação e Manutenção de Computadores, Panificação e Confeitoria
Bacharelado	Engenharia Civil
Licenciatura	Computação
Especialização	Educação do Campo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Construído em uma área de 20 hectares, o Câmpus dispõe de 18 salas de aula, biblioteca, 19 laboratórios, bloco administrativo, área de convivência, dentre outros espaços. É reconhecido por desenvolver produtos alimentícios inovadores, sempre utilizando ingredientes típicos da região. Além disso, pesquisas na área de saneamento e meio ambiente têm contribuído para a melhoria da qualidade da água que abastece as comunidades locais. Ações desenvolvidas na unidade têm destaque na preservação do patrimônio cultural da cidade e no controle de qualidade da produção do leite e da cachaça, produtos típicos da região do Pajeú.

IFPE/CÂMPUS CARUARU

Inaugurado em 2010, o Câmpus Caruaru atende às demandas do município onde está localizado e da região circunvizinha, desenvolvendo empreendimentos nos setores de comércio, serviço e indústria. Atualmente, o Câmpus oferta os cursos mencionados no Quadro 8.

QUADRO 8

Cursos ofertados no Câmpus Caruaru

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Segurança do Trabalho (S) (I), Mecatrônica (S) (I), Edificações (S) (I)
Projeja Qualificação	Bombeiro Civil, Almoxarife de Obras
Bacharelado	Engenharia Mecânica
Especialização	Interdisciplinaridade em Educação e Ciências Humanas, Engenharia de Segurança do Trabalho

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus Caruaru conta com uma estrutura física composta por diversas salas de aula, 20 laboratórios, biblioteca, sala de dança, auditório, Centro de Libras e Línguas Estrangeiras, salas administrativas, área de convivência, sala dos professores e sala para atendimentos aos e às estudantes.

IFPE/CÂMPUS GARANHUNS

Com inauguração também em 2010, o Câmpus Garanhuns vem sendo uma instituição de referência em formação profissional e tecnológica em todo o Agreste Meridional pernambucano, onde está localizado, atendendo os estudantes de mais de 20 municípios. Em 2024, oferece os cursos constantes no Quadro 9.

QUADRO 9

Cursos ofertados no Câmpus Garanhuns

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Meio Ambiente (S) (I); Informática (S) (I); Eletroeletrônica (S) (I)
Projeja Qualificação	Operador de Computador, Auxiliar de Fiscalização Ambiental
Tecnólogos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Bacharelado	Engenharia Elétrica
Especialização	Linguagem e Práticas Sociais, Inovação e Desenvolvimento de Softwares para a Web e Dispositivos Móveis, Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista

Fonte: Elaboração própria (2024).

Com uma área total de 135.623,10 metros quadrados e 3.349,78 metros quadrados de área construída, dispõe de 4 blocos que comportam atividades acadêmicas e administrativas, 14 salas de aula, 17 laboratórios,

1 Centro de Libras e Línguas Estrangeiras, sala de pesquisa, biblioteca, sala dos professores, miniauditório e sala de convivência para servidores e servidoras. Além da preocupação com uma formação de qualidade, a Instituição oferta programas de incentivo à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer, promovendo uma formação acadêmica, técnica e humanística.

IFPE/CÂMPUS ABREU E LIMA

O Câmpus Abreu e Lima localiza-se na Região Metropolitana Norte do Recife, a uma distância aproximada de 20 quilômetros da capital. A implantação dessa unidade no município de Abreu e Lima teve como marco inicial a oferta de cursos técnicos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em dezembro de 2014. Atualmente, a oferta do Câmpus aparece no Quadro 10.

QUADRO 10

Cursos ofertados no Câmpus Abreu e Lima

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Segurança do Trabalho (S) (I), Enfermagem (S)
Projeja Qualificação	Cuidador de Idosos e Alimentador de Linha de Produção
Tecnólogos	Gestão Hospitalar
Especialização Técnica	Enfermagem do Trabalho
Formação Inicial e Continuada	Agente Comunitário de Saúde

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus tem 15 salas de aula, blocos de laboratórios e atividades administrativas, biblioteca, espaço de convivência, auditório para 280 pessoas, além de uma área em expansão para possibilitar a instalação de novos cursos.

IFPE/CÂMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO

O Câmpus Cabo de Santo Agostinho iniciou suas atividades em 2013, com a oferta de cursos técnicos pelo Pronatec. No decorrer do seu primeiro ano de funcionamento, passou a disponibilizar também cursos de formação inicial e continuada (FIC). Em 2014, cursos técnicos subsequentes regulares foram incluídos no Câmpus para melhor atender à cadeia produtiva da localidade. Hoje, o Câmpus oferta os cursos expostos no Quadro 11.

QUADRO 11

Cursos ofertados no Câmpus Cabo de Santo Agostinho

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Cozinha (S), Hospedagem (S) (I), Logística (S), Meio Ambiente (S) (I)
Projeja Qualificação	Almoxarife, Agente de Informações Turísticas
Tecnólogos	Gastronomia, Hotelaria
Bacharelado	Administração, Engenharia Ambiental e Sanitária
Especialização	Gestão Estratégica em Logística
Formação Inicial Continuada	Inglês Básico, Espanhol Básico

Fonte: Elaboração própria (2024).

A ampla estrutura física do Câmpus é composta com 25 salas de aula, bloco administrativo, 18 laboratórios, ginásio poliesportivo, auditório, área de convivência, biblioteca, entre outros espaços.

IFPE/CÂMPUS IGARASSU

O Câmpus Igarassu iniciou suas atividades no segundo semestre de 2014, ofertando cursos técnicos subsequentes. Ainda no mesmo ano, passou a oferecer cursos do Pronatec no município, possibilitando à comunidade uma educação pública, gratuita, laica e de excelente qualidade. Em 2019, o Câmpus estabeleceu uma parceria com o Presídio de Igarassu para disponibilizar o curso Projeja Qualificação em Almoxarife, destinado a cerca de 40 detentos. Dez anos após o início das atividades, o Câmpus oferece os cursos que constam do Quadro 12.

QUADRO 12

Cursos ofertados no Câmpus Igarassu

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Logística (S), Informática para Internet (S)
Projeja Qualificação	Operador de Computador, Almoxarife
Tecnólogos	Sistemas para Internet, Gestão da Qualidade
Bacharelado	Administração

Fonte: Elaboração própria (2024).

Com uma estrutura moderna, o Câmpus dispõe de 16 salas de aula, bloco administrativo, 9 laboratórios, *coworking*, biblioteca, auditório,

sala dos professores, sala de atendimento ao e à estudante e área de convivência, entre outros espaços.

IFPE/CÂMPUS JABOATÃO DOS GUARARAPES

Tendo em vista as demandas locais e as necessidades do mundo do trabalho da região, o Câmpus Jaboatão dos Guararapes começou suas atividades em 2014, com a oferta de cursos Pronatec. No segundo semestre do mesmo ano, deu início aos primeiros cursos técnicos subsequentes regulares. Em 2016, foi ofertada a sua primeira pós-graduação. Hoje, o Câmpus disponibiliza os cursos apresentados no Quadro 13.

QUADRO 13

Cursos ofertados no Câmpus Jaboatão dos Guararapes

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Comércio (S), Qualidade (S), Informática para Internet (S), Administração (S), Desenvolvimento de Sistemas (I)
Projeja Qualificação	Programador de Sistema, Programador Web, Programador Mobile, Operador de Computador, Inspetor de Qualidade, Assistente Financeiro
Tecnólogos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Especialização	Gestão e Qualidade em Tecnologia da Informação e Comunicação, Desenvolvimento, Inovação e Tecnologias Emergentes

Fonte: Elaboração própria (2024).

A estrutura física do Câmpus comporta 16 salas de aula, 8 laboratórios, bloco administrativo, área de convivência, biblioteca e auditório, entre outros espaços.

IFPE/CÂMPUS OLINDA

Atendendo às necessidades da região desde 2014, o Câmpus Olinda vem oferecendo formações ligadas à economia criativa, com vistas ao estímulo à vocação cultural como potencial para o desenvolvimento socioeconômico do município e do entorno. Temporariamente funcionando em uma sede provisória, o Câmpus está ofertando atualmente os cursos listados no Quadro 14.

QUADRO 14

Cursos ofertados no Câmpus Olinda

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Computação Gráfica (S) (I), Artes Visuais (S)
Tecnólogos	Produção de Multimídia
Mestrado Profissional	Educação Profissional e Tecnologia (ProfEPT)

Fonte: Elaboração própria (2024).

A sede definitiva do Câmpus Olinda encontra-se em processo de construção.

IFPE/CÂMPUS PALMARES

Com início das atividades também em 2014, o Câmpus Palmares estreou com a oferta de cursos técnicos subsequentes regulares e de cursos Pronatec. Hoje, disponibiliza os cursos que aparecem no Quadro 15.

QUADRO 15

Cursos ofertados no Câmpus Palmares

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Rede de Computadores (S), Manutenção e Suporte em Informática (S), Informática para Internet (I)
Projeja Qualificação	Operador de Computador, Assistente Administrativo, Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet
Tecnólogos	Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Fonte: Elaboração própria (2024).

Localizado em um terreno com aproximadamente 7 hectares, o Câmpus tem 16 salas de aula, 12 laboratórios, biblioteca, bloco administrativo e auditório, além de outros espaços voltados para atividades pedagógicas, atendendo à população do município onde está situado e a cidades circunvizinhas.

IFPE/CÂMPUS PAULISTA

Localizado em um município onde predominam atividades ligadas aos setores de serviços, comércio e indústria, o Câmpus Paulista foi inaugurado no ano de 2014. Vem sendo um importante espaço de conhecimento na região, tanto pelas atividades de ensino quanto por projetos de pesquisa e de extensão. Em 2024, o Câmpus está oferecendo os cursos dispostos no Quadro 16.

QUADRO 16
Cursos oferecidos no Câmpus Paulista

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Manutenção e Suporte em Informática (S), Informática para Internet (S) (I), Administração (S) (I)
Projeja Qualificação	Operador de Computador, Assistente Administrativo, Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet
Tecnólogos	Processos Gerenciais com Habilitação em Gestão Empresarial e Processos Gerenciais, Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Fonte: Elaboração própria (2024).

O Câmpus Paulista tem uma área total de 3 hectares, com 6.534 metros quadrados de área construída, que engloba bloco administrativo, biblioteca, auditório com capacidade para 192 pessoas, 16 salas de aula, 12 laboratórios e área de convivência, entre outros espaços.

IFPE/EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EaD) vem se fortalecendo cada vez mais como uma alternativa capaz de suprir a necessidade de formação para pessoas que, por razões diversas, não conseguem frequentar um estabelecimento de ensino presencialmente. Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), são disponibilizadas videoaulas e conteúdos de cada componente curricular, além do contato do e da estudante com professores-formadores, tutores e coordenadores. Além disso, há os encontros presenciais, que contribuem com o processo de ensino-aprendizagem e fortalecem o sentimento de pertencimento referente à Instituição. Atualmente, a educação a distância oferece os cursos apresentados no Quadro 17.

QUADRO 17
Cursos oferecidos em EaD no IFPE

Técnico Subsequente (S) e Integrado (I)	Sistemas de Energia Renovável (S), Manutenção e Suporte em Informática (S), Manutenção Automotiva (S), Informática para Internet (S), Guia de Turismo (S)
Tecnólogos	Gestão Ambiental
Licenciatura	Matemática, Geografia
Especialização	Educação Profissional, Gestão Pública, Ensino de Ciências, Ensino da Matemática para o Ensino Médio, Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Fonte: Elaboração própria (2024).

No IFPE, a EaD vem ampliando sua capilaridade, tanto que já está atuando em 11 municípios de Pernambuco e em um de Alagoas, além de estar com cursos aprovados para mais dois polos: Arcoverde/PE e Fernando de Noronha/PE.

IFPE: REDUZINDO DESIGUALDADES, TRANSFORMANDO REALIDADES

Defendo com convicção a educação como o mais eficaz instrumento para a redução das desigualdades, acreditando que cada aluno que passa por nossa instituição deve sair não apenas com um diploma, mas com a capacidade de transformar sua realidade e a de sua comunidade.³

Este capítulo apresentou um pouco da história e do trabalho do IFPE. Como mencionado, a institucionalidade que emergiu em 2008, por um lado, eflui de uma longa história de educação profissional; por outro, configura-se a partir da prerrogativa, disposta na CF/1988 e encampada pelo governo popular a partir de 2003, de que os direitos sociais, normas programáticas do país, devem ser promovidos pelo poder público. A essa prerrogativa se reportam a estrutura, as finalidades e os objetivos dos Institutos Federais, ao mesmo tempo que implicam a inclusão e o desenvolvimento econômico, social e cultural.

Remetendo à história, os relatos são de que as instituições de educação profissional da Rede Federal primaram e primam pela qualidade na construção do conhecimento. Os egressos dessa Rede, muitas vezes ocupantes de lugares de liderança na sociedade, reportam-se à “Escola Técnica” como fundamental para seu crescimento pessoal e profissional. Exemplo disso é a fala da servidora, hoje aposentada, Xênia Luna, egressa da antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco, que se tornou, posteriormente, professora na Instituição, com uma longa lista de serviços prestados.

Ingressei na antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco em 1969 como estudante da primeira turma do Curso Técnico em Edificações. Afirmo que

³ Zé Carlos, egresso da Escola Técnica Federal de Pernambuco, professor do IFPE/Câmpus Garanhuns e atual reitor da Instituição.

os três anos do curso foram uma viagem maravilhosa pelo mundo do saber, ancorada por excelentes professores, que me ensinaram a descobrir novos horizontes nas áreas das ciências e das humanidades.

A institucionalidade estabelecida em 2008 considera a qualidade da educação profissional em conjunção com a ciência e a tecnologia. Entre outras coisas, isso propicia ao e à estudante participar de projetos de monitoria, pesquisa, extensão e mobilidade estudantil – nacional e internacional – ao lado de diversas outras atividades culturais e políticas. Essas vivências tendem a transformar, ampliar e reorganizar os modos de se ver o mundo e encaminhar as possibilidades pessoais e profissionais, como explicitado nas palavras de Tiago Edvaldo, egresso do IFPE/Câmpus Vitória de Santo Antão e atualmente professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM):

optei por ser parte de um projeto da área técnica de meu curso de agropecuária. [...] No início de 2015 (já na graduação), entrei em um projeto de extensão financiado pelo CNPq que me agregou os elementos necessários para repensar o papel estratégico da agricultura no desenvolvimento rural. Os trabalhos a partir dali me fizeram refletir sobre as injustiças do campo, inclusive de gênero, e de conhecer a agroecologia como alternativa às suas superações. [...] No IFPE/Vitória, fui aprovado novamente nos programas de concessão de bolsas e passei a integrar o Diretório Acadêmico de Agronomia, como coordenador-geral, uma das mais valiosas contribuições à minha formação humana/coletiva/política. [...] Também ingressei no PDVAgro. Estar nesse Programa era uma das coisas que mais me realizavam enquanto pessoa, enquanto filho de trabalhadores, justamente porque ele oficializou, deu vida e entendeu como responsabilidade da Instituição a prática dessa aproximação com a Instituição, que me aconteceu quase que “por um acaso”. Em cada ônibus que chegava lotado de estudantes do campo para conhecer o Câmpus era uma ansiedade e emoção diferentes. Eram “outros/as Tiagos e Marivânios” que estavam começando uma história como as nossas, e sendo recebidos da forma que deviam, em uma casa que também lhes pertence. Uma outra linha de ação desse Programa foram os intercâmbios, por meio de convênios com instituições nacionais e estrangeiras. E, a fim de fortalecer ainda mais essa prática, começamos a ter aulas de espanhol e vislumbrar participação em eventos nas instituições parceiras. Foi assim que surgiu a oportunidade de internacionalização que ressignificou minha

forma de olhar o mapa mundo, de analisar os desafios do nosso país e de compreender minha identidade enquanto homem latino-americano.

Como forma de expandir seu espaço de atuação, a Instituição transcende seus muros e se articula com as comunidades e a sociedade civil, no intuito de ampliar o espectro do direito à educação, alargando a presença do estado na sociedade e fortalecendo, junto às comunidades parceiras, a luta pela densificação da democracia brasileira. Nesse sentido, o depoimento de Maria Marcia Rodrigues, membro da Executiva da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombola de Pernambuco e da Comissão Pedagógica da Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Educação de Pernambuco revela um pouco da importância dessas parcerias e articulações.

Essa parceria com o IFPE é muito importante, porque estamos desenvolvendo várias ações com a Comunidade Quilombola de Angicos, como a experiência do estágio vivência, com várias ações de fortalecimento do território. A pós em Educação Intercultural Indígena-Quilombola Antirracista, de amplitude nacional, é a única pós que realmente saiu da sua instituição e acontece nos territórios indígenas e quilombolas, com muitas confluências e ancestralidade. [...] Também a participação dos quilombolas nos Seminários de Educação do Campo e Encontro de Agroecologia, que são realizados todos os anos, contribui para o debate dos povos dos campos e dos movimentos sociais para o fortalecimento dos nossos territórios. O nosso sonho é a construção de uma proposta de mestrado na mesma linha da pós-graduação.

Em boa medida, vislumbrar a educação de qualidade como um direito de todas e de todos é enfrentar os diversos tipos de desigualdades que vulnerabilizam as camadas trabalhadoras da sociedade brasileira. De fato, a educação é um poderoso instrumento de política pública para o enfrentamento dessas desigualdades, e o IFPE, por meio de suas ações e articulações, vai se constituindo como *esse território de reparação de desigualdades, de materialização de sonhos e de transformação de vidas por meio da educação.*⁴

⁴ Laura Caliento, mulher negra, natural de Barreiros, mãe, assistente social e atual pró-reitora de Extensão do IFPE.

Desde o processo de ingresso de discentes, o IFPE abraça várias políticas de inclusão, com a isenção de taxa de inscrição e com o sistema de cotas, que prevê até 60% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas ou comunitárias. Além disso, foram criados grupos diferenciados para populações com peculiaridades documentais, como os indígenas e os quilombolas. Trata-se de buscar, no momento de inscrição no processo de ingresso do IFPE, um pouco da isonomia subtraída de determinados grupos sociais. Ao estudante ingresso, o referido enfrentamento dá-se, necessariamente, pelas ações da Assistência Estudantil, pelas políticas inclusivas de respeito à diversidade e às especificidades de cada ser humano e pelos diversos núcleos voltados a grupos específicos.

A fala de Pedro Henrique da Silva, egresso do Curso de Agropecuária do Câmpus Belo Jardim, dá a dimensão da importância de políticas de assistência aos estudantes para que eles permaneçam no processo educativo:

Sou filho de agricultores da zona rural de Poção. [...] o apoio da assistência estudantil, pelos programas como a “moradia” e o “bolsa permanência”, possibilitou minha permanência no curso, porque moro distante. [...] Fiz parte do Conselho Superior, do Nged, fiz parte do Grêmio Estudantil.

O depoimento de Tiago Edvaldo também enfatiza a importância das políticas de moradia, alimentação e bolsa permanência para os estudantes dos chamados câmpus agrícolas:

E eu vivia encantado com tudo nessa casa de educação. [...] Em uma instituição que oferecia café, almoço, janta, uma quarta refeição, moradia aos estudantes e esse programa de concessão de bolsas, um conjunto de atendimentos que tornou possível minha permanência e conclusão do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Médio.

Tiago Edvaldo foi um dos numerosos estudantes que iniciaram sua experiência no IFPE em um curso técnico e continuaram sua formação em nível superior em uma casa já conhecida, cujas práticas e políticas lhe eram familiares. Sem dúvida, a verticalização praticada no IFPE tem sido um fator de inclusão. Em observância ao que dispõe a lei dos Institutos, boa parte de sua oferta de cursos encontra-se verticalizada.

Como fruto de um esforço institucional contínuo para promover a articulação entre os níveis nos quais cursos do mesmo eixo são ofertados, o índice de verticalização do IFPE atingiu notáveis 21,2%. A partir desse esforço, as pessoas são beneficiárias de um processo continuado de formação que potencializa a transformação de suas vidas. Outras partes do depoimento de Tiago Edvaldo podem ajudar a entender a potência da verticalização para a realização de uma formação estendida e mais completa.

Com a verticalização, um estudante tem a oportunidade de vivenciar experiências formativas de longa duração e amplo alcance, iniciar sua formação em pesquisa científica no ensino médio e estendê-la até o mestrado dentro da mesma instituição. Os grupos de pesquisa, os Núcleos de Inovação e Tecnologia e a oferta de pós-graduação são assistidos por programas e políticas de fomento que qualificam laboratórios, ofertam bolsas e acompanham a produção científica do Instituto. Desse modo, a verticalização também amplia as oportunidades de extensão. Atualmente, o IFPE tem 160 projetos, vários cursos, empresas juniores, *spin-offs* e incubadora para apoiar a comunicação da Instituição com a sociedade.

A oferta de cursos na modalidade de educação a distância tem se mostrado uma vigorosa ferramenta para levar a educação a lugares e populações que, de outra forma, não teriam acesso a ela. O esforço é de ampliar para transformar. A percepção disso fica explícita na fala de Lucas Carvalho, licenciado em Matemática pela EaD/IFPE no polo Águas Belas e, atualmente, professor na Escola onde cursou o ensino médio e foi tutor presencial: *O que o IFPE representa para mim é transformação. A partir dela eu consegui sonhar, consegui atingir meus objetivos, realizar, construir conhecimento. Posso afirmar que o Instituto representa para mim transformação e pertencimento.*

O IFPE disponibiliza, ao todo, 202 cursos, dos quais 135 são da educação básica. Desses, são 59 técnicos subsequentes, 35 técnicos integrados e 41 de Projeja concomitante/qualificação. Na educação superior, são oferecidos 67 cursos entre graduação e pós-graduação. São 3 mestrados, 22 especializações, 18 tecnólogos, 14 bacharelados e 10 licenciaturas. O esforço institucional para garantir uma formação inclusiva, transformadora e de excelente qualidade na construção do conhecimento técnico-científico já é reconhecido pelas instâncias de avaliação da educação. Todos os cursos superiores de tecnologia, licenciatura e

bacharelado avaliados nos últimos dois anos tiveram nota 4 ou 5, que são as máximas na escala.

Pelo cumprimento das prerrogativas constitucionais e a observância da lei dos Institutos, pelo esforço de promover uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, pela busca da excelência acadêmica e administrativa, pelo cuidado com a coisa pública e com a gestão democrática da educação, pelas políticas inclusivas e pela coragem de avançar, o IFPE constrói, dia a dia, sua institucionalidade de enfrentar as desigualdades, garantir o direito à educação e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910*. Crêa o Ensino Agronômico e approva o respectivo regulamento. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1910. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8319-20-outubro-1910-517122-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Leis Constitucionais. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946*. Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L4024.htm Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm Acesso em: 11 ago. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa de 1988*. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29 set. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008a. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 13 ago. 2024.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 2012, João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

KUENZER, A. Z. (org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOLINA, R. S. História da Educação Agrícola no Brasil: educação do campo versus educação ruralista. *Revista de Educação PUC/Campinas*, Campinas, v. 24, n. 3, 2019.

SOBRAL, F. J. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 2, 2009.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. de. A educação profissional no Brasil. *Revista Interacções*, Portugal, v. 12, n. 40, 2016.





11



12

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Formatura escolar realizada em 1928 em frente ao prédio da Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco (EAA/PE), quando em funcionamento no Derby, atual Comando-Geral da Polícia Militar de Pernambuco | Fonte: Acervo do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE.
- 02 Sede da antiga Escola Técnica Federal de Pernambuco, na década de 1960, no Derby | Fonte: Acervo do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE.
- 03 Pedra fundamental para a construção do prédio da Escola Técnica Federal de Pernambuco, atual IFPE/ Câmpus Recife, em 1971 | Fonte: Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.
- 04 Fotos aéreas da Instituição no Derby, próximo ao Rio Capibaribe, onde atualmente funciona em comodato a Fundação Joaquim Nabuco | Fonte: Acervo do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE.
- 05 Antigo prédio de Administração do IFPE/Câmpus Barreiros | Fonte: Acervo do Câmpus Barreiros.
- 06 Antigo prédio do refeitório do IFPE/Câmpus Barreiros, visto a partir da quadra | Fonte: Acervo do Câmpus Barreiros.
- 07 Vista de parte da Escola Agrotécnica de Vitória de Santo Antão | Fonte: Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.
- 08 Vista de parte da Escola Agrotécnica de Vitória de Santo Antão | Fonte: Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.
- 09 Construção da nova sede da Escola Técnica Federal de Pernambuco na década de 1970 | Fonte: Acervo do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE
- 10 Registro da fachada da Instituição escolar no Derby, onde hoje se encontra a Fundação Joaquim Nabuco | Fonte: Acervo do Centro de História, Memória e Documentação do IFPE.
- 11 Entrada do antigo Cefet/Uned Pesqueira, atual IFPE/Câmpus Pesqueira | Fonte: Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.
- 12 Prédio de Agroindústria da antiga Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE, onde hoje fica localizado o Câmpus Vitória de Santo Antão | Fonte: Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.

TECER E CONECTAR

HISTÓRIAS

TRAJETÓRIAS DO ENSINO TÉCNICO FEDERAL NO PIAUÍ

FÁBIO ESTEFANIO DE BRITO LOPES¹

ARIANE DOS SANTOS LIMA²

GEORGE JOSÉ DOS SANTOS LIMA³

DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES⁴

ANTÔNIO AILTON FERREIRA DE CERQUEIRA⁵

Ao cruzar os portões do Instituto Federal do Piauí (IFPI), o tempo parece ceder ao poder transformador da educação. Cada tijolo e cada sala de aula ressoam histórias de resiliência e superação. O IFPI traçou um caminho repleto de desafios e conquistas. De suas origens modestas

¹ Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atua como professor do IFPI/Câmpus Oeiras. Pesquisa sobre documentário etnográfico, museologia, patrimônio cultural, educação e audiovisual. E-mail: fabiolopes@ifpi.edu.br.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), atua como professora do IFPI/Câmpus Teresina – Central. Pesquisa sobre políticas de patrimonialização, territórios e diversidades. E-mail: limaariane@ifpi.edu.br.

³ Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), atua como jornalista da Diretoria de Comunicação Social do IFPI. Pesquisa sobre midiatização, narrativas midiáticas, sexualidade e gênero. E-mail: georgelima@ifpi.edu.br.

⁴ Doutora em Geografia e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), atua como professora do IFPI/Câmpus Teresina – Central. Pesquisa sobre florística, anatoma vegetal, educação ambiental, ecologia, floricultura tropical, biomas cerrado e caatinga, e transições. E-mail: divamelia@ifpi.edu.br.

⁵ Doutor em Letras – Linguística pela UFPI, atua como jornalista na Diretoria de Comunicação Social do IFPI. Pesquisa sobre leitura, interpretação e compreensão de textos Jornalístico-midiáticos. E-mail: ilton.cerqueira@ifpi.edu.br.

até sua posição atual como um farol de esperança, a Instituição tem sido um pilar na construção do futuro dos piauienses.

Historicamente concebido pela excelência de seus cursos técnicos, que visavam à preparação de jovens para o mercado de trabalho local, atualmente o IFPI oferece educação que abrange desde o ensino médio integrado a programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Essa verticalização do ensino permite que os alunos trilhem um percurso contínuo de formação, com retorno imediato para as comunidades por meio de projetos de extensão e pesquisa. Esse modelo não só amplia as possibilidades de aprendizado, mas também fortalece a comunidade acadêmica e o vínculo com as comunidades locais, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento e inovação. Isso demonstra a importância de a oferta de ensino ocorrer em todos os níveis e modalidades, possibilitando a otimização da infraestrutura física, dos quadros de pessoal e dos recursos de gestão, além de oportunidades de crescimento acadêmico e profissional em um só espaço.

Ultrapassando em 2024 mais de 20 mil matrículas em cerca de 240 cursos, o IFPI reafirma seu compromisso com a educação e o desenvolvimento social. Cada número representa não apenas um aluno matriculado, mas uma vida em transformação, uma oportunidade criada e um sonho mais próximo de se realizar. Essa expansão evidencia a dedicação da Instituição em oferecer um ensino de excelência que abrange diversas áreas do conhecimento e atende às demandas emergentes do mercado de trabalho, preparando cidadãos capazes de trilhar novos caminhos.

A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão se reflete em diversos projetos que transformaram as histórias de comunidades de norte a sul do estado. Com características diversas, vocação agrícola, turismo e tecnologias renováveis, o corpo docente e os discentes agem na concepção de estudos e tecnologias aplicadas às necessidades de cada região.

Revisitamos essas histórias entremeando os marcos da trajetória da Instituição no Piauí, alimentada por decisões políticas e personagens da gestão em rede, com nuances que remetem, no tempo e no espaço, a sentimentos e vivências de gabinetes, corredores, pátios e salas de aula no decorrer dos 115 anos.

Ativar memórias de uma instituição centenária e empreender uma versão de sua história é um processo rico e significativo, que envolve

uma extensa e dedicada atividade de pesquisa histórica. A iniciativa se avulta pela ausência de uma política de acervos e passa pela necessidade da constituição de arquivos históricos, fontes que, em sua maioria dispersas, demandam a identificação de documentos em papel e atividades de manejo e conservação, tais como higienização, catalogação, digitalização e acondicionamento. A implementação de uma política de memória multicâmpus e contínua é essencial para garantir a preservação de forma adequada e evitar a perda de memórias institucionais. Diante do exposto, as memórias acessadas tiveram como suporte às pesquisas e publicações acadêmicas no campo da História da Educação: publicações comemorativas institucionais, materiais de comunicação da Diretoria de Comunicação (Dircom), relatórios do cotidiano institucional, depoimentos de estudantes e servidores e o Memorial do Câmpus Teresina – Central (Oliveira; Monti; Grazziotin, 2024).

Acerca disso, ressalta-se que o Memorial do Câmpus Teresina – Central é uma experiência exitosa, em processo de construção de um acervo histórico mobilizado por práticas educativas de ativação de memória e preservação do patrimônio institucional. O espaço dispõe de uma linha do tempo com os principais momentos da Instituição e tem organizado exposições que permitem à comunidade conhecer e valorizar seu patrimônio.

Toda memória aqui compartilhada será vista como a confecção de uma colcha de retalhos feita a várias mãos, mas carente de algumas partes. Cada detalhe presente é um vestígio valioso que nos fala sobre os desafios, valores e sonhos que moldaram várias identidades. Cenários que, em um dado momento, forjaram homens, mulheres e profissionais, fortalecendo seus sentidos de pertencimento e continuidade entre os membros de uma comunidade e criando conexões geracionais.

REVISITANDO HISTÓRIAS

As práticas educativas voltadas às classes populares remontam ao Brasil Colonial e ao Império, sendo iniciativas privadas de entidades religiosas e do Estado, baseadas em concepções de filantropia e assistencialismo voltadas ao atendimento básico aos pobres e ao preparo para ofícios artesanais (Romanelli, 2005). Com o fim do Império brasileiro em 1889,

o projeto de República não se alinhava às experiências vividas no território nacional e às necessidades da maioria da população. O campo e a cidade sofriam convulsões sociais marcadas pela pobreza, pelas estiagens, pelas epidemias, pela restrição à terra, pela pequena oferta de emprego e moradia, além das condições alimentadas pela manutenção das estruturas de mando na Proclamação da República (Chalhoub, 1996).

Nos centros urbanos, a abolição da escravatura deixou um contingente populacional de pretos e pardos marginalizados sem acesso a direitos básicos. O projeto do Estado brasileiro para a substituição da mão de obra escravizada se deu pelo incentivo à imigração de europeus. O caos social resultante ameaçava a ordem e as primeiras tentativas de resolução ocorreram mediante o controle dos corpos pretos e pardos e/ou pobres e “vadios”, por meio da criminalização de sua cultura, da ação de repressão, violência policial e do encarceramento.

Como forma de intervir nessa realidade, em setembro de 1909, o então presidente, Nilo Peçanha, assinou o Decreto n. 7.566, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União nas capitais dos estados, totalizando à época 19 unidades. Embora as intenções com a criação do sistema de ensino técnico em primeira camada destinasse a prevenir a “marginalização” de jovens pobres, também almejavam fornecer operários, artífices e contramestres à recente frente da economia brasileira: as indústrias (Abreu; Mattos; Dantas, 2013).

Semelhante ao contexto nacional, a problemática da pobreza também ocupou as preocupações dos gestores da capital do Piauí. Nos últimos anos do Império, e da Primeira República ao Estado Novo, Teresina foi palco de tensões agravadas com a chegada de dezenas de sertanejos que fugiam da estiagem (Araújo, 2024; Nascimento, 2015).

Em um trecho do referido decreto-lei, lê-se: “considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza” (Brasil, 1909). Essa citação aborda a leitura, na Primeira República, da relação entre a educação técnica profissional e a educação das classes populares em três aspectos principais: fornecer habilidades específicas e práticas, atender às necessidades dos setores industriais e de serviços para o desenvolvimento econômico e a redução do desemprego, e reconhecer a dignidade dos indivíduos oriundos de contextos de pobreza, proporcionando-lhes meios para melhorar suas condições de vida por meio do trabalho (Brasil, 1909).

A Lei Estadual n. 220, de 24 de setembro de 1847, inaugurou a educação profissional no Piauí com a Escola de Educandos e Artífices, destinada a órfãos pobres durante o Império brasileiro (Queiroz, 2008). Esse estabelecimento funcionou até 1873, quando foi extinto por ser considerado “deficitário”. Entre 1873 e 1875, foi substituído pelo Internato Artístico para meninos órfãos da província. Quando também foi extinto, planejou-se a abertura de um Liceu de Artes e Ofícios, autorizado em 1900, que nunca chegou a funcionar (Queiroz, 2008). Em 1909, a União assumiu a educação profissional, ocupando o espaço anteriormente gerido pela província. Mitre e Teixeira (2019, p. 5) afiançam que a Escola de Aprendizes Artífices de Teresina (EAAT) “tenha funcionado na mesma estrutura e moldes da casa de educandos, alterando apenas a esfera a que deveria se reportar, antes província, a partir de 1909, ao governo federal”. Assim, apesar das mudanças de nome, localização e gestão, a educação profissional no Piauí mantém uma continuidade histórica desde o Império, com iniciativas do governo provincial e colaboração entre as esferas estaduais e federais para atender às necessidades da Instituição.

formar operários e contramestres, ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendem aprender um ofício, havendo para isso até o número de cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessárias no Estado em que funcionar a escola, consultadas quando possível, as especialidades das indústrias locais (Brasil, 1909).

A recomendação da oferta de oficinas em consonância com as demandas da localidade perseguia a dupla resolução: a de resolver a carência de profissionais especializados para o trabalho de artesão e mecânico e, ao mesmo tempo, ter a ocupação garantida aos egressos. Desse modo, instalou-se a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (EAAP), com as oficinas de Ferraria, Serralheria, Marcenaria e Sapataria (Rêgo, 2009).

O decreto de instalação previa que as Escolas “serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim” (Brasil, 1909). Nesse sentido, de 1910 a 1938, a EAAP funcionou em um sobrado residencial alugado. Fonseca (1986),

ao avaliar o processo de instalação das EAAs pelo Brasil, atesta que, em geral, tratava-se de “prédio velhíssimo, acanhado, oferecendo péssimas condições de comodidade”.

Instalada a primeiro de janeiro de 1910 em sede provisória no sítio Pirajá de propriedade do governo do estado de onde logo foi transferida para o prédio da Rua Paissandu esquina com a David Caldas local em que permaneceu até 1938 (Queiroz, 2008, p. 38).

Nesse contexto, a oferta do ensino ocorria por meio do que foi denominado Primeiras Letras, que consistia em ler, escrever e contar, sendo essas as habilidades básicas para o exercício do ofício. Assim, os não alfabetizados passavam pelo curso de Primeiras Letras e, posteriormente, pelas oficinas. Os que ingressavam alfabetizados eram deslocados diretamente para a aprendizagem de um dos ofícios, com instrução teórico-prática para o exercício de mestre artesão e operários especializados.

A evasão escolar vinha, de longa data, preocupando os espíritos. Poucos eram os alunos que chegavam ao final dos cursos das Escolas de Aprendizes Artífices. A maioria, premida por várias causas, principalmente pelo fator econômico, abandonava aqueles estabelecimentos no fim da 3^a ou 4^a série, para procurar trabalho nas fábricas ou oficinas oferecendo aos patrões os conhecimentos já adquiridos e, que, aliás, eram superiores aos operários antigos que nunca haviam cursados escolas profissionais (Fonseca, 1986, p. 199).

A evasão escolar é foco de preocupação em qualquer sistema de ensino, e não foi diferente nas EAAs. No Piauí, em seu primeiro ano de funcionamento, de 52 matriculados, apenas 28 concluíram o curso. Acerca disso, salienta-se que a educação profissional, por se destinar às camadas populares, é interrompida pelas demandas urgentes de manutenção da sua subsistência, que, na maioria das vezes, estendem-se ao provimento da família. À vista disso, considerando as condições de vida daqueles educandos, que tinham entre 12 e 15 anos e eram socialmente percebidos como adultos, eles não estavam isentos de contribuir para o sustento familiar.

Ademais, a normativa de instalação das EAAs previa que os estudantes recebessem cotas anuais da renda líquida da oficina, calculadas a partir do nível de rendimento e dadas como prêmio. Depois,

como forma de incentivar a matrícula, foi implementado o pagamento de diárias. Segundo Fonseca (1986), o legislativo avaliou que o aumento ocorreu apenas no início e foi seguido por uma queda no número de matrículas. Por essa razão, as diárias foram extintas em 1918, sendo mantidos apenas 10% das cotas de prêmios anuais (Brasil, 1918).



Figura 1. Estudantes em frente ao Liceu Industrial do Piauí (data provável: década de 1940)
Fonte: Acervo Institucional do IFPI.

O segundo momento da educação técnica federal situa-se no Estado Novo, instituído por Vargas (1937-1945), marcado pela efervescência política e econômica em torno do nacionalismo e do trabalhismo. Nesse período, o investimento na educação técnica foi urgente e necessário ao projeto de governo defendido por Vargas. A Figura 1 retrata, em primeiro plano, estudantes fardados em formação de pelotão, muito provavelmente para entoar o hino. Em segundo plano, observam-se as feições e as linhas retas da arquitetura da sede do agora Liceu Industrial do Piauí.

Construído em 1938 conforme os desejos de modernidade, o prédio seguia a conhecida arquitetura pública de Vargas, o art decó, usada em grande escala com o objetivo de criar um ar de monumentalidade e grandiosidade. Após três anos de obras, o Liceu foi inaugurado em endereço privilegiado no centro da cidade: o quarteirão entre as ruas Gabriel Ferreira, Coelho Rodrigues, Quintino Bocaiúva e a Praça da Liberdade nas proximidades da Avenida Frei Serafim, atualmente o Prédio A do IFPI/Câmpus Teresina – Central.



Figura 2. Estudantes em sala de aula na Oficina de Marcenaria no Liceu Industrial do Piauí (data provável: década de 1940)

Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação Social do IFPI.

A Figura 2 revela a disposição dos estudantes em relação às bancadas de trabalho, às ferramentas, aos uniformes em estilo militar e à mesa de demonstração do professor, posicionada de maneira que todos possam visualizar. Observamos o mestre marceneiro acompanhando de perto um jovem aprendiz que executa uma marcação em madeira. Os demais estudantes manuseiam peças de madeira e plainas manuais, ferramentas utilizadas para nivelar, aplinar e dar forma às peças de madeira. Embora provavelmente seja uma “foto posada”, ainda assim ela nos transporta para uma época distinta.

Em 1942, a Instituição passou a denominar-se Escola Industrial de Teresina e ampliou sua estrutura com novas salas de aula, oficinas e espaços para educação física. No segundo semestre de 1944, a Escola passou a oferecer os cursos monotécnicos de tornearia mecânica e ajustagem, em cooperação com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), firmada por meio do Decreto-Lei n. 4.983, de 21 de novembro de 1942, que dispôs “sobre a organização do ensino industrial de emergência e sobre a transformação dos estabelecimentos de ensino industrial em centros de produção industrial para atender as exigências da guerra” (Brasil, 1942).

Na Escola Industrial de Teresina, o ensino ginásial era propedêutico e profissional, oferecendo cursos como Marcenaria, Mecânica de Máquinas, Solda e Serralheria, Alfaiataria e Fundição. Em 1966, a Escola passou a atuar como ensino profissional de nível de 2º grau, sendo denominada Escola Industrial Federal do Piauí. Em 1967, foi novamente renomeada

para Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI), visando adequar a educação às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

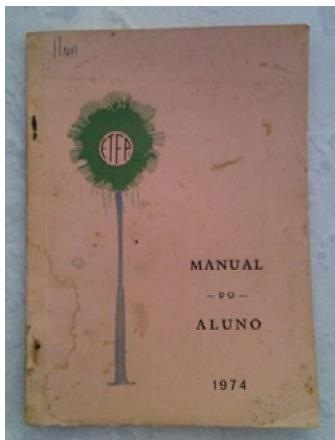


Figura 3. Capa do *Manual do aluno* (data provável: 1974)

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública de Campo Maior.

A Figura 3 apresenta um ícone histórico relacionado a sentimentos geracionais: “A turma de 74!”. A capa do *Manual do aluno* revela poucos indícios: “Ana” manuscrita à margem superior esquerda. O desenho de uma carnaúba ilustra a impressão. A escolha dessa árvore deveu-se à tentativa de conexão entre a formação técnica e os arranjos produtivos locais? Repara-se que o símbolo da ETFPI se encontra no centro da copa, muito provavelmente pelo lugar que a carnaúba ocupou na economia piauiense, por ser utilizada como símbolo do Piauí ou por uma escolha poética ao associar a ETFPI à árvore da vida, a carnaúba, aquela da qual tudo se aproveita.

Em 1998, a Instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (Cefet I), ampliando sua oferta educacional com a introdução de cursos de nível superior e consolidando sua atuação na área tecnológica. Em 2008, com a promulgação da Lei n. 11.892/2008, o Cefet/PI foi reorganizado e transformado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), integrando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. À vista disso, na Figura 4 apresentamos uma linha do tempo com os emblemas de mudanças, novos projetos e desafios que a Instituição construiu.

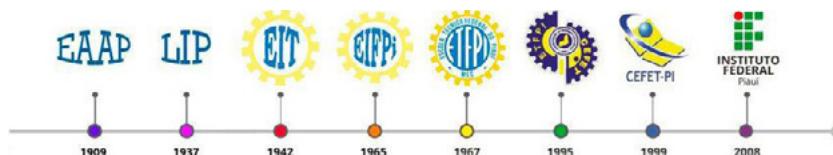


Figura 4. Linha do Tempo dos emblemas da educação técnica federal no Piauí

Fonte: Acervo da Diretoria de Comunicação Social do IFPI.

Em retrospecto, o ensino técnico federal surgiu no contexto da disciplinarização das populações empobrecidas, que causavam temor nos centros urbanos, especialmente após a Abolição. No entanto, com o passar do tempo, as instituições criadas com esse papel, juntamente com as concepções de educação popular e educação profissional e técnica (EPT), subverteram-no e passaram a ser instrumentos de emancipação em decorrência da expansão do ensino propedêutico, da oferta de cursos noturnos, da educação superior, da expansão do número de matrículas e da interiorização.

O IFPI tem expandido sua atuação, inaugurando novos câmpus, conforme o Quadro 1, e ampliando sua oferta de cursos, com foco na formação de profissionais qualificados e no desenvolvimento socioeconômico do estado do Piauí. Sua trajetória reflete o compromisso com a educação de qualidade e a promoção da inclusão social e do desenvolvimento regional.

QUADRO 1

Câmpus do IFPI e atos de criação

Câmpus	Portaria de funcionamento
Câmpus Teresina - Central	23 de setembro de 1909 (fundação)
Câmpus Floriano	Portaria n. 934, de 16 de junho de 1994
Câmpus Picos	Portaria n. 1.976, de 18 de dezembro de 2006
Câmpus Parnaíba	Portaria n. 1.977, de 18 de dezembro de 2006
Câmpus Teresina - Zona Sul	Portaria n. 1.366, de 6 de dezembro de 2010
Câmpus Angical do Piauí	Portaria n. 109, de 29 de janeiro de 2010
Câmpus Corrente	Portaria n. 125, de 29 de janeiro de 2010
Câmpus Uruçuí	Portaria n. 96, de 29 de janeiro de 2010
Câmpus Piripiri	Portaria n. 103, de 29 de janeiro de 2010
Câmpus São Raimundo Nonato	Portaria n. 97, de 29 de janeiro de 2010
Câmpus Paulistana	Portaria n. 107, de 29 de janeiro de 2010

Câmpus	Portaria de funcionamento
Câmpus Oeiras	Portaria n. 330, de 23 de abril de 2013
Câmpus São João do Piauí	Portaria n. 330, de 23 de abril de 2013
Câmpus Pedro II	Portaria n. 330, de 23 de abril de 2013
Câmpus Avançado Teresina - Dirceu Arcovide	Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014
Câmpus Pio IX	Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014
Câmpus Cocal	Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014
Câmpus Valença	Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014
Câmpus Campo Maior	Portaria n. 1.074, de 30 de dezembro de 2014
Reitoria	30 de setembro de 2015 (inauguração)
Câmpus Avançado José de Freitas	Portaria n. 378, de 9 de maio de 2016

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPI (2020-2024).

TRANSFORMANDO VIDAS

Ao longo dos corredores e salas de aula, histórias de vida se entrelaçam e se transformam. Os números revelam um impacto significativo. Quase 80% dos alunos do IFPI são de famílias que vivem com até meio salário mínimo, muitos deles inscritos no Cadastro Único e no Bolsa Família. Isso significa que a Instituição não apenas oferece uma educação de qualidade como também desempenha um papel crucial na inclusão social. Os programas de bolsas permanência e o projeto Pé de Meia, da assistência estudantil, têm um impacto profundo na vida dos alunos do IFPI. A assistência estudantil garante a permanência dos alunos na Instituição e sua dignidade, ao oferecer condições para que se dediquem plenamente ao aprendizado e ao desenvolvimento pessoal e profissional. Com esse apoio, muitos estudantes conseguem transformar suas realidades, rompendo ciclos de pobreza e construindo um futuro para si e suas famílias.

O Projeto Alvorada, por exemplo, é um acordo de cooperação técnica em parceria com o Departamento Nacional Penitenciário que visa à inclusão social e produtiva de pessoas egressas do sistema prisional. Realizado no Câmpus Teresina – Zona Sul, o projeto tem como objetivo empoderar cidadãos com direitos básicos, proporcionando-lhes capacitação laboral e convivência social. Por meio de atividades laborais e educativas, encontram novas possibilidades de reconhecimento e

ressocialização, quebrando o ciclo de marginalização e construindo um futuro mais promissor.

Da mesma forma, jovens mulheres encontraram uma oportunidade no Projeto Novos Horizontes, um acordo de cooperação técnica estabelecido entre o IFPI, o Tribunal de Justiça do Piauí, a Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (Sasc) e a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (Semcaspi). Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas recebem qualificação em diversas áreas como empreendedorismo e inovação. Essas histórias retratam uma educação que pode romper barreiras socioeconômicas e oferecer novas perspectivas.

A verticalização do ensino, por outro lado, permite que alunos tenham uma trajetória educacional contínua e integrada, desde o ensino técnico até a pós-graduação. Exemplos notáveis dessa política são Adriana Nogueira e Adélio Ferreira, cujas histórias ilustram a importância desse modelo. Adriana iniciou sua jornada no Câmpus Floriano com o Curso Técnico em Informática Integrado ao Médio, seguiu para a Licenciatura em Matemática e avançou para a especialização e o mestrado também em Matemática. Hoje, Adriana é professora, devolvendo à comunidade o conhecimento adquirido. Adélio trilhou um caminho semelhante: começou com o curso técnico integrado, graduou-se em Licenciatura em Matemática e concluiu o mestrado na mesma área. Atualmente, ele trabalha como bancário, aplicando suas habilidades analíticas e matemáticas no setor financeiro. As trajetórias de Adriana e Adélio demonstram como a verticalização do ensino nos Institutos Federais promove não apenas formação, mas também a inserção profissional diversificada, atendendo às demandas do mercado e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional.

O compromisso do IFPI com a avaliação constante e a construção colaborativa de suas políticas e práticas se materializa na realização anual do evento Integra. Esse evento tem como pretensão integrar, em nível estadual e nacional, os projetos, as pesquisas e as intervenções realizadas nos câmpus durante o ano. A programação do Integra inclui palestras, minicursos, oficinas, feiras, exposições e a socialização de projetos apoiados pelos programas institucionais em formato de apresentações orais (IFPI, 2024a). Além disso, o evento conta com uma rica programação cultural e reuniões

setoriais que envolvem coordenadores de ensino, pesquisa e extensão, membros de núcleos de pesquisa, comitês e equipes pedagógicas. Servidores de diversas áreas também participam de salas temáticas para avaliar e planejar as ações desenvolvidas nos câmpus e na Reitoria.

Complementando essas iniciativas, o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFPI atua como um elo entre a Instituição e organizações públicas e privadas. Esse núcleo apresenta soluções inovadoras para suprir as demandas da comunidade externa, firmando parcerias e promovendo a cooperação tecnológica e social (IFPI, 2024b). É responsável pela estruturação de habitats de empreendedorismo e inovação, além da divulgação de editais externos. Dessa forma, contribui significativamente para a implementação de práticas inovadoras e o fortalecimento do relacionamento entre o IFPI e diversos setores da sociedade.

ALIMENTANDO SONHOS

A produção agropecuária é um dos pilares do IFPI, especialmente em um estado com vocação histórica agropastoril como o Piauí. Projetos inovadores têm surgido para promover a sustentabilidade e a segurança alimentar. A educação para a sustentabilidade tem sido objeto de experiências exitosas no IFPI. Em diferentes frentes do ensino, da pesquisa e da extensão foram fundamentais para a consolidação e visibilidade de vocações como as dos Câmpus Cocal, Angical, Campo Maior, José de Freitas, Dirceu, entre outros. As práticas agroecológicas e o apoio à agricultura familiar e à agricultura urbana têm alimentado sonhos de desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social.

O Câmpus Cocal e o eixo de Recursos Naturais merecem destaque no Curso Superior Tecnólogo em Agroecologia e sua capilaridade na construção de um movimento agroecológico na região. O curso tem gerado frutos por meio de projetos e programas desenvolvidos ainda como parte das atividades dos cursos e pelas diferentes frentes de atuação assumidas pelos egressos. Com ações orientadas pela destacada experiência do professor agrônomo Flávio Luiz Simões Crespo (Crespo, 2024), as equipes de docentes e estudantes têm atuado nas áreas da agricultura familiar e da economia solidária sob a ótica agroecológica, os projetos têm demonstrado competência em conceber parcerias institucionais e

transdisciplinares que visam, em grande medida, à “promoção do desenvolvimento endógeno sustentável da comunidade”, que costuma ser tradicionalmente resumido como aquele que consiga atender os seguintes requisitos: seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado.

O produto de proeminência foi a implantação da Feira Agroecológica de Cocal, com cinco anos de existência, concebida pela primeira turma do Curso Tecnólogo em Agroecologia: um desafio prático da disciplina Economia Solidária referente à criação de um empreendimento de desenvolvimento endógeno sustentável na comunidade. Os produtores da região foram incentivados e orientados a produzir e comercializar produtos de origem agroecológica em praça pública. Outra atividade exitosa foi a profissionalização na produção de mel, inclusive a formação técnica alavancou a produção, levando à criação da Cooperativa FRUTAmel, idealizada e gerida por egressos dos cursos de Agricultura e Agroecologia. Ainda como parte das atividades de promoção da agroecologia em Cocal/PI, atualmente o Projeto Quintais do Bom Viver oferece suporte técnico para a criação e manutenção de quintais produtivos e agroecológicos na cidade de Cocal.

O projeto de residência profissional agrícola AgroIF Nordeste tem como objetivo promover ações para o fortalecimento da agricultura familiar por meio do desenvolvimento de tecnologias, assistência técnica, gestão e comercialização da produção por meio de três principais: residência profissional agrícola, energias renováveis e economia de água na produção agropecuária e gestão e comercialização na agricultura familiar. O AgroIF Nordeste é desenvolvido em 13 municípios do Piauí, levando em consideração o potencial de cada cidade e beneficiando em torno de 1.300 pequenos e médios produtores, com participação de alunos e egressos dos câmpus do IFPI e Colégios Agrícolas da UFPI.

Em Angical, o professor Mike Christian de Sousa Araújo desenvolveu um aplicativo em parceria com os alunos que incentiva o consumo de alimentos regionais e oferece informações nutricionais mediante receitas práticas. Esse projeto não apenas promove a saúde e a tecnologia, mas também valoriza a produção local, gerando benefícios sociais e econômicos para a comunidade.

Em Uruçuí/PI, município piauiense que compõe o Matopiba, uma das regiões de maior produção de soja do país, o Instituto surge como um polo de suporte e inovação. O Câmpus, instalado em local estratégico, não apenas oferece educação especializada de qualidade, mas também atua diretamente no fortalecimento da economia local, formando profissionais capacitados para atender às demandas do setor de agro-negócio. A presença do IF na região transforma a realidade dos jovens de famílias humildes de agricultores familiares e estes passam a vislumbrar um campo fértil para a ciência, a tecnologia e o empreendedorismo rural. Apesar das críticas direcionadas ao agronegócio e à produção das grandes culturas, os currículos dos cursos técnicos, programas de pesquisa e projetos de extensão do Câmpus Uruçuí semeiam conhecimento e inovação, produzindo estudos e projetos de produção agrícola sustentável, garantindo que os frutos do campo alimentem tanto a terra quanto os sonhos de toda uma geração. Percebemos esse recorte em pesquisas voltadas para a preservação das nascentes do Rio Parnaíba e o combate à desertificação, questões fundamentais para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais essenciais.

No IFPI/Câmpus Avançado Teresina – Dirceu Arcanjo, reconhecendo a importância da agricultura urbana para o futuro da cidade, em 2022 foi desenvolvido o projeto de extensão HortEduc, que promove o “empreendedorismo solidário”. Em colaboração com a Associação dos Horticultores do Dirceu, o projeto visou ajudar as mulheres agricultoras a enfrentarem os desafios do seu ofício. Com um subsídio, foram adquiridos equipamentos e promovidos treinamentos com o auxílio de quatro instrutores. Segundo a pesquisadora Ana Keuly Luz Bezerra, do Câmpus Dirceu, a formação incluiu treinamentos e capacitação das agricultoras em técnicas para melhorar a organização, o gerenciamento e uso do solo, a diversificação e compatibilidade de culturas, a redução da pegada de carbono agrícola, o desenvolvimento de novas habilidades e a expansão da base de clientes, além de conhecimentos sobre segurança alimentar e redução da vulnerabilidade socioambiental. Essa iniciativa também resultou no documentário *Vida Lida e Luta* (Documentário [...], 2024), no qual as horticultoras Josefa, Almiralice, Domingas e Teresinha compartilham suas rotinas em uma das maiores hortas comunitárias urbanas da América Latina. Elas são moradoras no bairro desde 1987,

e as hortas nessa região abrigam mais de 300 famílias, das quais 211 são lideradas por mulheres, em sua maioria da terceira idade. Suas vidas são marcadas pelo trabalho diário e pela economia coletiva.

No Câmpus Avançado de José de Freitas, o Projeto Hortas Pedagógicas é uma iniciativa piloto em parceria com o Ministério da Cidadania, a Prefeitura Municipal, a Embrapa e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O projeto propõe atividades de ensino e aprendizagem durante o ano letivo, com a horta como elemento central do processo pedagógico. Os resultados positivos incentivaram outras escolas municipais do Piauí a adotarem o projeto, que já gerou inúmeros benefícios, como a inclusão de novas hortaliças nas refeições escolares e familiares, além de integrar conteúdos didáticos de diversas disciplinas por meio de projetos pedagógicos.

Além disso, o Câmpus de José de Freitas tem uma clínica veterinária em parceria com a prefeitura municipal. Por meio da clínica, são implementados projetos de capacitação para cuidadores de pequenos animais, como cães e gatos, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. O projeto também prevê a castração e cuidados pós-cirúrgicos desses animais.

Em 2019, em demonstração do quão longe pode levar uma perspectiva integral de ensino, o estudante do curso técnico integrado de Agropecuária do Câmpus Paulistana, Ednaldo de Sousa, participou da 13^a International Earth Science Olympiad (IESO 2019), realizada em Daegu, Coreia do Sul, onde conquistou medalhas de bronze. Ednaldo e mais três estudantes do IF Triângulo Mineiro e IF Sul de Minas Gerais representaram o Brasil na competição, que teve a participação de 42 países. As provas versaram sobre temas relacionados à água, ao clima, aos solos e à energia. Na categoria equipe internacional, o estudante do Câmpus Paulistana realizou diversos trabalhos práticos com sua equipe, composta por estudantes da China, França e Filipinas, conquistando novamente medalha de bronze.

O Câmpus Pio IX, em parceria com a Prefeitura Municipal de Pio IX, está desenvolvendo o projeto Revitalização da Cultura do Ouro Branco. O objetivo é fomentar a revitalização da cultura algodoeira no município e resgatar, na memória dos agricultores, o tempo em que Pio IX era um grande produtor dessa cultura, tão vital para a geração de emprego e renda na região. Esse projeto inclui seminários e palestras,

além de oferecer assistência técnica por meio de técnicos em agropecuária, egressos do Câmpus, contratados especialmente para essa iniciativa.

O Núcleo de Pesquisa para Recuperação de Áreas Degradas (Nuperade), localizado em Gilbués/PI, é uma parceria do IFPI com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Apoia estudos sobre desertificação e testa tecnologias para controlar a degradação das terras, além de promover a recuperação de áreas já degradadas. Esse projeto faz parte das ações do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil), que define as diretrizes e ações para combater e prevenir a desertificação nas regiões brasileiras com clima semiárido e subúmido seco. Outra parceria significativa entre o IFPI e a Semar/PI é a realização do zoneamento ecológico-ecônômico do estado do Piauí, que visa instituir diretrizes para o uso das terras de acordo com suas potencialidades e fragilidades socioculturais, econômicas e ambientais, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

Com o objetivo de promover a proteção, a revitalização e a recuperação das nascentes na zona rural do município de Corrente/PI, o Câmpus Corrente apresenta o projeto Preservação e Recuperação de Nascentes da Bacia do Paraim, Município de Corrente/PI. Essa proposta é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre o IFPI e a Codevasf. A iniciativa pretende melhorar as condições hidroambientais das microbacias hidrográficas de Corrente/PI, contribuindo para a melhoria qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos e, consequentemente, para a qualidade de vida das comunidades rurais. O projeto tem como objetivo executar ações de proteção, recuperação e monitoramento em áreas de nascentes no município, visando aprimorar as condições hidroambientais das microbacias hidrográficas locais.

No Câmpus Valença, o projeto Parceiros do Meio Ambiente, coordenado pelo professor Dayvid de Sousa Miranda e desenvolvido em parceria com o Instituto Aço Verde do Brasil da empresa AVB, tem como intuito reduzir os focos de incêndio nos municípios. A equipe do projeto é composta por estudantes dos cursos técnicos integrados em Agropecuária e Meio Ambiente, incluindo professores, técnicos-administrativos, técnicos agrícolas e colaboradores da Fazenda Calubra (AVB). Essa iniciativa promove uma colaboração interdisciplinar e prática, envolvendo os discentes, e fortalece a formação de profissionais

capacitados e conscientes, ao mesmo tempo que contribui para a sustentabilidade e preservação ambiental na região.

CONSTRUINDO CIDADES DO FUTURO

A presença do IFPI em cidades como Oeiras tem sido um verdadeiro catalisador de mudanças socioeconômicas. A instalação de um câmpus promove uma série de benefícios que vão além da educação. A economia local é estimulada pela atração de servidores e discentes de regiões próximas, impulsionando setores como comércio, hotelaria, imobiliário, serviços e alimentação. Essa realidade se replica nos outros câmpus instalados em todo o estado. Estudos mostram que a presença dos Institutos Federais afeta positivamente as dinâmicas socioespaciais das cidades, especialmente nas médias e pequenas, gerando novas dinâmicas urbanas e impulsionando o crescimento local. Segundo a pesquisa do professor Bueno (2022), os impactos da instalação de IFs são observados não apenas em termos de formação profissional, mas também na geração de renda e movimentação da economia local. No entanto, mesmo com os cursos criados a partir das demandas locais, há desafios em alinhar a oferta com o mercado e garantir que os egressos encontram empregos condizentes com sua formação técnica.

O projeto coordenado pela professora Gabriela Meireles, do Câmpus Pedro II, a exemplo, teve a finalidade de realizar um levantamento da situação dos pequenos joalheiros do município de Pedro II, estudando suas implicações para a economia local. O projeto também propôs associar um elemento qualificador da atividade de economia solidária, com o objetivo de fortalecer e valorizar os lapidários, ourives e joalheiros. As principais jazidas de opalas brasileiras localizam-se em Pedro II. A opala, pedra preciosa ainda pouco valorizada no país, movimenta a economia local desde a extração até a sua transformação em joia. O município tem a única reserva de gemas nobres de opala no Brasil, que é a segunda maior do mundo. O projeto mostra a relevância de um estudo voltado às demandas locais, com enfoque na joalheria artesanal, tendo contribuído para o enriquecimento de informações sobre a região durante o período pandêmico que vivenciamos, além de estabelecer um vínculo social e solidário com os lapidários, ourives e joalheiros da região.

No município de Picos, os ramos do comércio e do serviço desempenham papel fundamental no fortalecimento da economia local e vêm crescendo nos últimos anos, levando o município à posição de 3º maior PIB do estado, atrás apenas da capital Teresina e de Parnaíba (Cepro, 2014). Sendo assim, o Câmpus Picos desenvolve muitos projetos e pesquisas na área do empreendedorismo, como o projeto de extensão Mulheres Empreendedoras: capacitação e promoção de debates para transformação de vidas e o projeto Complexa Feira Livre de Picos/PI – Um estudo do comportamento empreendedor dos atores da cadeia de alimentos. Esses projetos têm como objetivo analisar as condições que influenciam o comportamento empreendedor dos feirantes de Picos, bem como conhecer o processo da cadeia logística local, contribuindo com processos de formação e otimização da cadeia produtiva.

TECNOLOGIA, ENERGIAS RENOVÁVEIS E SAÚDE

O Projeto de Extensão Formação de Professores e Tecnologias Digitais: Desafios e Possibilidades, coordenado pelo professor Silvino Marques da Silva, do Câmpus Floriano, busca impactar a formação de professores, antecipando e atendendo às demandas do cenário educacional contemporâneo, marcado pela rápida evolução das tecnologias digitais. A iniciativa visa ampliar as competências tecnológicas dos docentes, elevando seu conhecimento sobre as mais recentes tecnologias educacionais e aprimorando suas habilidades no uso de plataformas on-line, recursos multimídia e ferramentas de colaboração. Esse projeto não só capacita os professores para melhor utilizarem as tecnologias, mas também enriquece o ambiente de aprendizagem dos alunos.

Como reflexo da aposta em tecnologia e saúde, temos a trajetória de Romero Antônio Ramos de Mendonça, discente que integra o GrunaLabs – Laboratório de Inovação do Câmpus Teresina – Central. Ele é sócio de uma startup que lançará um aplicativo para auxiliar no tratamento da apraxia de fala adquirida, isso exemplifica o impacto das iniciativas do IFPI em tecnologia aplicada à saúde. Sua história ilustra como a combinação de conhecimento técnico e empreendedorismo pode gerar soluções inovadoras que melhoram a qualidade de vida das pessoas.

Outro exemplo de tecnologia, agora aplicada à agricultura, é o projeto de pesquisa liderado pelo professor Francisco Assis Ricarte Neto, do Câmpus São Raimundo Nonato, que propõe o desenvolvimento de um sistema de irrigação automatizado de baixo custo baseado na plataforma Arduino. Esse sistema utiliza sensores eletrônicos para monitorar variáveis ambientais e tomar decisões automatizadas, otimizando a irrigação. Essa inovação não apenas torna a agricultura mais eficiente e acessível para pequenos produtores como também promove sustentabilidade e conservação dos recursos hídricos, gerando significativos benefícios sociais.

Os cursos de energias renováveis oferecidos pelo IFPI são essenciais para capacitar profissionais a enfrentarem os desafios de um futuro mais verde. O programa Qualifica Mais EnergIFE fomenta a oferta de vagas no curso de qualificação profissional de Eletricista com formação em sistemas de energias renováveis, disponibilizados na modalidade de formação inicial e continuada (FIC) nos Câmpus Teresina – Central, Picos, Parnaíba e Floriano. Esses cursos são fundamentais para preparar a próxima geração de técnicos especializados, que liderarão a transição energética no Brasil. Além disso, o IFPI também oferece cursos de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Energias Renováveis, ampliando ainda mais as oportunidades de formação e especialização nesse campo crucial para o desenvolvimento sustentável.

Pensando em criar um espaço para facilitar e subsidiar ações de tecnologia e inovação, está em construção o Polo de Inovação, localizado no centro de Teresina, em um imóvel doado pela Secretaria de Patrimônio da União. O Polo tem a missão de atender às demandas das cadeias produtivas por meio de atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e formação profissional. Seu objetivo é oferecer soluções inovadoras que aumentem a competitividade das empresas nos mercados nacional e internacional. O professor Gilvan destaca que o Polo também atuará como um agente articulador de parcerias de cooperação entre o IFPI e centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação reconhecidos internacionalmente, fortalecendo a integração entre a Instituição e as melhores práticas globais no setor produtivo.

ABRAÇANDO A DIVERSIDADE

O IFPI é um espaço em constante desenvolvimento para promover uma cultura de inclusão. Programas dedicados aos povos originários, às comunidades quilombolas, afrodescendentes, à diversidade de gênero e à inclusão de pessoas com deficiência refletem o compromisso do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) e do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) em criar um ambiente acolhedor e propício à diversidade.

O Napne é um setor consultivo e encontra-se ligado à Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão, com cada núcleo sediado nos câmpus. Ele responde pelas atividades da Ação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e Políticas de Inclusão do IFPI, tendo por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas. Com ações voltadas para a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência, oferecendo suporte pedagógico, tecnologia assistivas e adaptação escolar para garantir a equidade no processo educacional. Um exemplo notável é o projeto de robótica educacional desenvolvido no Câmpus Parnaíba, que utiliza a robótica como uma ferramenta de inclusão social para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As atividades são cuidadosamente planejadas com a equipe especializada da Associação das Mães dos Autistas (AMA) e adaptadas às necessidades individuais de cada participante. Esse projeto não apenas promove a socialização, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas, proporcionando aos alunos um ambiente de aprendizado estimulante e inclusivo.

O Neabi tem por finalidade nortear ações de ensino, pesquisa e extensão e as relações étnico-raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito do IFPI e com a comunidade externa. Celebra e promove a cultura afro-brasileira e indígena, com atividades que incluem projetos de ensino e extensão, oficinas, palestras e eventos culturais, valorizando as raízes e as identidades de todos os povos que compõem nossa complexa e rica origem.

Um exemplo é a parceria entre o Câmpus São João do Piauí, o Neabi e a Capoeira de Quilombo na realização da Kizomba, evento que, em 2023, chegou à sua décima sétima edição. O projeto teve como objetivo

enaltecer a identidade afro-brasileira, proporcionando uma abordagem abrangente da literatura, cultura, história e memória negra no Brasil, por meio de um evento didático-pedagógico voltado para os níveis básico, técnico e superior de ensino. Com oficinas de capoeira, musicalidade e RPG afro-centrado, exposições de trabalhos multidisciplinares sobre negritudes, Desfile Beleza Negra, apresentações teatrais em escolas públicas do município, formação de professores sobre cotas de heteroidentificação, visita à Tenda de Umbanda Mãe Fininha e palestras abordando a educação antirracista e os instrumentos legais de combate ao racismo no Brasil. A periodicidade do evento reflete a aproximação entre a academia e a população quilombola da região.

Em relação aos povos originários, destacam-se as parcerias entre as comunidades nas cidades de Piripiri e Uruçuí. Segundo o professor Marcos Vinicius Pereira Oliveira (Oliveira, 2024), sociólogo e pesquisador de comunidades tradicionais, a aproximação com o povo Tabajara de Piripiri ocorreu por meio dos projetos e das parcerias entre os membros do Neabi e a escuta das comunidades, resultando em eventos e projetos nas comunidades indígenas, tais como o Abril Indígena, Cartilha da Cultura Tabajara, Programa Ações Saberes Indígenas na Escola. Em Uruçuí, com a chegada do professor João Paulo Costa em 2016, pesquisador da história indígena, foi intensificado o acompanhamento do Movimento Indígena do Piauí. Ele participou ativamente da mobilização de memórias indígenas por meio do projeto Memórias de Sangue, que contribuiu significativamente para o processo de autoafirmação étnica do povo Gueguês. O projeto colheu relatos de memória e os alinhou a fontes escritas identificadas em arquivos históricos. No contexto da retomada territorial, as pesquisas realizadas demonstraram a legitimidade das reivindicações do povo Gueguês.

O IFPI adota políticas educativas e de conscientização sobre questões de gênero e sexualidade, promovendo um ambiente de respeito e igualdade. Um exemplo significativo é a trajetória de Luiza Santos, discente do Curso Técnico em Informática no Câmpus Campo Maior. Como mulher trans, Luiza enfrentou diversos desafios, no entanto destaca o acolhimento recebido no IFPI, que incluiu o uso do nome social nas chamadas e sistemas, e o apoio contínuo de professores e colegas, o que foi fundamental para sua permanência na Instituição. Ela sugere

a implementação de projetos que aumentem a visibilidade e o apoio às alunas trans, tanto social quanto academicamente, ressaltando a importância de combater a ignorância e os tabus por meio da inclusão dessas questões em disciplinas como História. Luiza enfatiza que a visibilidade e as políticas inclusivas são essenciais para garantir que pessoas trans se sintam parte do ambiente acadêmico, superando as barreiras e dificuldades que muitas vezes enfrentam (Santos, 2024).

TRADIÇÃO, ARTE E CULTURA

A arte e a cultura são partes essenciais da formação integral dos alunos do IFPI. No Câmpus Teresina – Central, várias iniciativas destacam a importância da arte na formação dos estudantes. Projetos como a Orquestra Jovem do IFPI, o Coral do IFPI, o Musas Brasileiras, o Canários do Choro, o Panela Jazz e os Projetos de Musicalização Infantil no Bairro Parque Brasil (zona norte) e Povoado Formosa (zona sudeste) oferecem aos alunos oportunidades do exercício da expressão musical e desenvolvimento cultural. Esses projetos enriquecem a experiência educativa e também fortalecem o vínculo dos alunos com a comunidade e a cultura local. Contudo, a gestão do IFPI enfrenta o desafio de ampliar a disponibilização de cursos em outras linguagens artísticas, como Artes Visuais, Artes Cênicas e Dança, para atender à demanda crescente e diversificar ainda mais as opções formativas.

O Laboratório de História e Arte do IFPI Oeiras (Lahis) é um espaço transdisciplinar dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e práticas didáticas no campo da História e da Arte, utilizando recursos audiovisuais. Implementado por meio do Programa de Apoio à Pesquisa Estruturação e Reestruturação de Infraestrutura Laboral (Proagrupar-Infra), o Lahis tem produzido obras de grande relevância. O curta-metragem documentário *Divino do Povo* é um exemplo, tendo alcançado projeção nacional ao vencer prêmios de Melhor Direção e Melhor Filme no Encontro Nacional de Cinema e Vídeo dos Sertões. Esse reconhecimento evidencia a capacidade do IFPI em produzir conteúdo cultural de alta qualidade e relevância.

Outra produção significativa do Lahis é a exposição *Mulheres do Rosário: Teias do Tempo*, realizada em parceria com a prefeitura de Oeiras. A exposição destaca a história e a cultura das mulheres negras do

Bairro Rosário, sublinhando sua importância na formação das identidades locais. Promovendo um diálogo entre a academia e a comunidade, essa mostra oferece uma visão plural e abrangente da contribuição dessas mulheres para a história do município, fortalecendo a memória cultural e social da região.

No município de São Raimundo Nonato/PI, o projeto coordenado pela professora Flavia Oliveira da Silva Louzeiro se destaca por promover a capacitação e a formatação de roteiros turísticos de base comunitária na Comunidade Tradicional do Território Quilombo Lagoas. Esse projeto visa conscientizar a comunidade sobre o turismo de base comunitária e promover o desenvolvimento sustentável na região. A iniciativa não só valoriza a cultura e as tradições locais como também incentiva o turismo responsável, que respeita e preserva o patrimônio cultural e natural da comunidade.

Dentre os muitos talentos formados pelo IFPI, destaca-se Vanderley, egresso do Câmpus e ex-integrante da Banda de Música do IFPI. Ele se tornou Bacharel em Clarineta pela Universidade Federal de Goiás e mestre em Performance pela Azusa Pacific University e pela University of Southern California. Recentemente, Vanderley lançou o livro *Performance: Aprendendo uma Arte* e atualmente integra a Orquestra Sinfônica de Los Angeles, nos Estados Unidos. Sua trajetória é um testemunho inspirador do impacto da educação artística promovida pelo IFPI, mostrando como a Instituição pode abrir portas para oportunidades globais.

O professor Juscelino Lima, do Câmpus Teresina – Zona Sul, e seu orientando Paulo Sobrinho Ferreira, aluno de Análise de Sistemas do Câmpus Picos, desenvolveram o aplicativo Lercult/PI. Financiado pelo Pibiti-CNPq em 2019, o Lercult/PI é uma inovação tecnológica no Piauí. Ele objetiva mapear e descrever, por meio de uma plataforma on-line, as principais expressões e manifestações culturais dos sertões piauienses, sobretudo na microrregião de Picos. O aplicativo apresenta esse patrimônio cultural de forma interativa e educativa, reafirmando o compromisso da ciência e das instituições de pesquisa em avançar o conhecimento e renovar métodos de ensino e aprendizagem.

Essas ações do IFPI demonstram o compromisso da Instituição com a promoção da arte, cultura e memória, integrando essas áreas ao processo educativo e à vida comunitária. Ao abraçar a diversidade cultural

e histórica do Piauí, o IFPI não só enriquece a formação dos seus alunos, mas também contribui para a valorização e preservação do patrimônio cultural do estado, promovendo uma educação completa e transformadora.

ESPORTE, DE CORPO E ALMA

O desenvolvimento de projetos de Jogos Eletrônicos no IFPI exemplifica o compromisso da Instituição com a inovação e o esporte. Em 2023, o IFPI conquistou o título de campeão na etapa nacional dos Jogos Eletrônicos dos Institutos Federais (eJIFs), destacando-se entre 25 Institutos Federais participantes. Esse feito não só reflete a habilidade técnica dos alunos, mas também a dedicação da Instituição em fomentar novas modalidades esportivas que acompanhem as tendências contemporâneas.

Além disso, os Jogos Intercâmpus, promovidos pela Reitoria, por meio da Pró-Reitoria de Extensão, reúnem cerca de 500 atletas de diversos câmpus da Instituição, que competem em modalidades como atletismo, handebol, futsal, voleibol, futebol, vôlei de praia e basquete. Esses jogos proporcionam aos participantes a oportunidade de exercitar o espírito de equipe e cooperação, contribuindo para uma formação integral que vai além do conhecimento técnico.

O IFPI também investe em infraestrutura esportiva de qualidade para garantir que seus alunos tenham as melhores condições para a prática de esportes. Campos, quadras e ginásios modernos são mantidos e continuamente aprimorados para oferecer um ambiente seguro e motivador para os atletas.

Além dos torneios e campeonatos, o IFPI realiza projetos voltados para a inclusão social por meio do esporte, promovendo atividades físicas em comunidades carentes e incentivando a prática esportiva como meio de desenvolvimento pessoal e social. Programas de treinamento e competições são estruturados para engajar alunos de todas as idades e habilidades, garantindo que todos tenham acesso às oportunidades de desenvolvimento físico e esportivo.

O exemplo de sucesso do IFPI em eventos como os Jogos Eletrônicos e os Jogos InterCâmpus reforça a importância do esporte na formação dos alunos, demonstrando que a prática esportiva é uma extensão vital do aprendizado acadêmico. Por meio dessas iniciativas, o IFPI não apenas

cultiva atletas talentosos, mas também forma cidadãos preparados para enfrentar desafios com disciplina, trabalho em equipe e resiliência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFPI é mais do que uma instituição de ensino. É um lugar onde sonhos são alimentados, vidas são transformadas e o futuro é construído tijolo por tijolo, com educação de qualidade, inclusão e inovação. A história do IFPI é feita de pessoas, suas lutas e conquistas, e de um compromisso inabalável com a transformação social. Cada aluno que passa por suas portas carrega consigo não apenas um diploma, mas a esperança de um futuro melhor, a capacidade de fazer a diferença e o poder de transformar o mundo ao seu redor.

Essas iniciativas e programas demonstram que o IFPI não é apenas uma instituição de ensino, e sim um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A integração de projetos de extensão com o currículo regular tem mostrado resultados impressionantes. A curricularização permite que os alunos apliquem o conhecimento teórico em situações práticas, preparando-os melhor para os desafios do mercado de trabalho e da vida. A inovação tecnológica e o estímulo ao empreendedorismo são constantes na formação, criando verdadeiros líderes e agentes de mudança.

O impacto do IFPI vai além das salas de aula e dos corredores, alcançando profundamente a vida de seus alunos e suas comunidades. Por meio de programas de assistência estudantil, projetos de inclusão social e a verticalização do ensino, o IFPI tem se mostrado um agente transformador na luta contra a desigualdade socioeconômica. Eventos como o Integra e a atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica reforçam o compromisso da Instituição com a excelência e a inovação, promovendo um ambiente de cooperação e desenvolvimento contínuo. Assim, o IFPI não só educa, mas também inspira e capacita seus servidores e alunos a transformarem suas vidas e contribuírem para um futuro mais justo e promissor para todos.

O IFPI representa um farol para a construção do futuro de milhares de jovens piauienses. Sua trajetória é uma prova do poder transformador da educação quando combinada com inclusão, inovação e compromisso social. Por meio de suas iniciativas abrangentes e diversificadas, o IFPI

continua a ser um exemplo de como a educação pode ser um instrumento de mudança, construindo um futuro mais justo e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M.; MATTOS, H.; DANTAS, C. *Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos*. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2013. v. 2.
- ARAUJO, M. M. B. de. *Cotidiano e pobreza: impasse da sobrevivência em Teresina*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BEZERRA, A. K. *Entrevista concedida a Ariane dos Santos Lima*. 2024.
- BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 jul. 2024.
- BRASIL. *Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918*. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1918. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html#:~:text=Decreto%3A,da%20Agricultura%2C%20Industria%20e%20Commercio>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.983, de 21 de novembro de 1942*. Dispõe sobre a organização do ensino industrial de emergência e sobre a transformação dos estabelecimentos de ensino industrial em centros de produção industrial para atender as exigências da guerra. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4983-21-novembro-1942-415008-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 3 out. 2024.
- BUENO, P. H. de C. Impactos Socioeconômicos produzidos pela Instalação de Um Instituto Federal: uma análise da realidade de Oeiras (PI). *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 23, n. 89, p. 260-276, 2022.
- CEPRO (Centro de Pesquisas econômicas e Sociais do Piauí, Governo do Estado do Piauí). *Cerrados piauienses: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região*. Teresina: Cepro, 2014.

CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, J. P. P. *Entrevista concedida a Ariane dos Santos Lima*. 2024.

CRESPO, F. *Entrevista concedida a Ariane dos Santos Lima*. 2024.

DOCUMENTÁRIO “Vida, lida e luta”. Piauí: IFPI, 2024. 1 vídeo (18 min). Publicado pelo canal IFPiauí Comunicação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1YxCsQ0RSc&ab_channel=IFPiau%C3%ADComunica%C3%A7%C3%A3o Acesso em: 23 jul. 2024.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986.

IFPI (Instituto Federal do Piauí). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024*. Teresina: IFPI, 2020. Disponível em: <https://share.google/koP11D24qF-JYziiV> Acesso em: 1 ago. 2024.

IFPI (Instituto Federal do Piauí). *Integra*. Piauí: IFPI, 2024a. Disponível em: <https://sites.ifpi.edu.br/integra/> Acesso em: 1 ago. 2024.

IFPI (Instituto Federal do Piauí). Um software desenvolvido por uma instituição pública para instituições públicas. Piauí: IFPI, 2024b. Disponível em: <https://suap.ifpi.edu.br/> Acesso em: 1 ago. 2024.

MITRE, A. B.; TEIXEIRA, M. L. G. Escola Industrial de Teresina (1950): projeto arquitetônico e educacional. *Labor & Engenho*, Campinas/SP, v.13, 1-12, e019012, 2019.

NASCIMENTO, F. A. do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: EDUFPI, 2015.

OLIVEIRA, M. P. de; MONTI, E. M. G. do; GRAZZIOTIN, L. S. S. O acervo do Instituto Federal do Piauí – Câmpus Teresina – Central: possibilidades de arquivamento da memória institucional. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 30esp, p. 114-136, 2024.

OLIVEIRA, M. V. P. *Entrevista concedida a Ariane dos Santos Lima*. 2024.

QUEIROZ, T. de J. M. *Educação no Piauí (1880-1930)*. Imperatriz: Ética, 2008.

RÊGO, V. R. *100 fatos de uma escola centenária*. Teresina: IFPI, 2009.

ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, L. *Entrevista concedida a Fábio Estefano Lopes*. 2024.





08



09

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Exposição no hall do Câmpus Teresina - Central pelo aniversário de 79 anos da Escola Técnica Federal do Piauí | Fonte: Acervo do IFPI.
- 02 Momento de abertura do maior evento acadêmico do IFPI Integra, realizado desde 2017 | Fonte: Acervo do IFPI.
- 03 Entrega de imóvel pela Secretaria de Patrimônio da União ao IFPI para instalação do Polo de Inovação do IFPI durante visita do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à cidade de Teresina/PI | Fonte: Acervo do IFPI.
- 04 Hasteamento da bandeira pelo ministro da Educação, Murilo Hingel, durante a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Floriano/PI da Escola Técnica Federal do Piauí em 1994 | Fonte: Acervo do IFPI.
- 05 Discurso da diretora da Escola Técnica Federal do Piauí, Rita de Cássia, durante a solenidade de inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Floriano/PI em 1994 | Fonte: Acervo do IFPI.
- 06 Solenidade de descerramento de placa de instalação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (Cefet/PI) no ano de 1998 em Teresina/PI | Fonte: Acervo do IFPI.
- 07 Solenidade de abertura dos Jogos InterCâmpus do Instituto Federal do Piauí do ano de 2023 | Fonte: Acervo do IFPI.
- 08 Sede do Polo de Inovação do IFPI no centro de Teresina/PI | Fonte: Acervo do IFPI.
- 09 Escola Industrial de Teresina | Fonte: Acervo da Biblioteca On-line do IBGE.

DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES AO INSTITUTO FEDERAL

TRAJETOS DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA¹
ANDRÉ GUSTAVO BARBOSA DA PAZ MENDES²

Neste capítulo, objetivamos reconstituir a implantação da rede de instituições educativas de natureza técnica e profissional no Rio Grande do Norte, desde as condições vigentes na denominada Primeira República (1889-1930) – quando de sua criação em 1909, em âmbito nacional – e sua paulatina expansão na esfera estadual a partir das demandas existentes em diferentes contextos no decorrer da história do Brasil.

Na perspectiva teórico-metodológica, apoiamo-nos nas reflexões de Magalhães (2004, p. 58), para quem registrar a história de uma instituição educativa consiste em entender e esclarecer os processos e os compromissos sociais sob os quais ela se constituiu. Quanto a essa concepção, entende-se que “conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento” e

¹ Doutor em História da Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), leciona História no Câmpus Natal – Central do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), com atuação no ensino técnico integrado e no ensino superior. Pesquisa, sobretudo, história da educação e história social. E-mail: francisco.sousa@ifrn.edu.br

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, leciona história no Câmpus Natal – Central, com atuação no ensino técnico integrado. Pesquisa, sobretudo, história da educação e história social. E-mail: andre.mendes@ifrn.edu.br

de suas práticas. Qual seria, então, a genealogia da Instituição educativa estudada e quais foram as diferentes fases de sua longeva trajetória histórica?

Foi sob a influência do industrialismo – defendido por uma parcela da elite brasileira como a solução para diversos problemas do país – que o governo do então presidente da República, Nilo Procópio Peçanha (1909-1910), determinou, nos termos do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, de ensino primário profissional, público e gratuito, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com instalações previstas para as capitais dos estados brasileiros (Brasil, 1909). Assim, esse decreto corresponde a uma espécie de “atestado de nascimento” das Escolas de Aprendizes Artífices, instituições educativas cuja origem se entrelaça com as demandas oriundas dos processos de urbanização e industrialização ocorridos nas principais cidades do Brasil no início do século XX. Inclusive em Natal, capital do Rio Grande do Norte, para a qual direcionamos o foco neste capítulo.

No desenvolvimento dessa análise, propomos uma periodização que, sem desconsiderar as diferentes denominações atribuídas à Instituição ao longo de sua história, distingue quatro fases diferentes em seus propósitos formativos profissionais na sua relação com a comunidade envolvente, conforme definição utilizada por Magalhães (2004) para a sociedade na qual está inserida a Instituição estudada.

Na primeira fase (1909-1942), que engloba desde a criação da Escola de Aprendizes Artífices até o período do Liceu Industrial, desenvolvem-se a formação profissional para a proteção social – com o ensino elementar de ofícios – orientada para a manutenção da ordem; na segunda fase (1942-1963), denominada de transição, que abrange essencialmente o período da Escola Industrial de Natal, são oferecidos cursos básicos do ginásio industrial e se conjuga a formação para a proteção social com alterações em direção à finalidade oficial da Instituição; na terceira fase (1963-1999), que abrange o período final da Escola Industrial, além dos períodos da Escola Industrial Federal e da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, quando, sob o contexto do nacional-desenvolvimentismo, foram instituídos cursos técnicos e readequada a formação profissional às demandas do mercado de trabalho na comunidade envolvente. Na quarta fase – de 1999 até os dias atuais – quando, sob novas configurações na institucionalidade, abrange desde o período do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

(Cefet/RN) até a denominação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Às vésperas dos 116 anos de história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFPCT), a reconstituição histórica proposta nos limites deste capítulo permite vislumbrarmos desafios e limitações, assim como os avanços observados em múltiplos marcos registrados ao longo da história institucional no Rio Grande do Norte, alguns deles característicos das peculiaridades existentes no âmbito estadual. Outros, emblemáticos quanto ao que verificamos de forma mais ampla no plano nacional. Desse modo, a relevância da temática abordada neste capítulo se expressa em diferentes aspectos, por exemplo, ao se expandir por todo o território nacional, a Instituição criada em 1909 ofereceu a educação não só como ferramenta de formação profissional, mas, sobretudo, de emancipação. Em um país extremamente desigual, proporcionou oportunidades educacionais para milhares de estudantes e contribuiu de forma efetiva para a redução de nossa secular desigualdade social. Se o presente capítulo de fato fornecer subsídios para entendermos o processo histórico estudado, capaz de proporcionar essas mudanças em nossa sociedade, daremos como razoavelmente cumprido o nosso objetivo.

FASES HISTÓRICAS E RECONFIGURAÇÕES INSTITUCIONAIS

A FASE DO ENSINO PRIMÁRIO DE OFÍCIOS E A FORMAÇÃO PARA A PROTEÇÃO SOCIAL

Em discurso proferido em 1º de novembro de 1910, o então governador, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, anunciou: “criada pelo Governo da União e instalada em um [prédio] próprio estadual, funciona, desde o dia 1º de janeiro, *quando foi inaugurada*, a Escola de Aprendizes Artífices” (Rio Grande do Norte, 1910, p. 7, grifo nosso). Em Natal, conforme informou o governador, a Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte –denominação que vigorou até 13 de janeiro de 1937 – foi instalada no prédio do outrora Hospital da Caridade, cedido à União pelo governo estadual, localizado atualmente na Rua Presidente Passos, no Bairro Cidade Alta, em frente à Praça coronel Lins Caldas (Nesi, 2002).

Naquele primeiro ano letivo, a Instituição registrou a matrícula inicial de 100 alunos, aos quais oferecia o ensino profissional nas

oficinas de Alfaiataria (33 alunos), Marcenaria (32 alunos), Sapataria (12 alunos) e Serralharia (23 alunos). A partir de 1º de abril de 1910, passou a funcionar a quinta oficina na seção de Funilaria, com 7 alunos redistribuídos, dos quatro cursos iniciais (Rio Grande do Norte, 1910). Considerando-se as características da economia estadual, de natureza primário-exportadora, e as fragilidades existentes no setor industrial, os cursos oferecidos na Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte (Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia) apresentavam frágil pertinência com os objetivos propostos pelas autoridades governamentais.

Contudo, as contradições verificadas entre os ofícios ensinados na Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte e as necessidades da indústria estadual não foram algo circunscrito à realidade local. Ao analisarmos os ofícios lecionados nas Escolas da Rede Federal em estados de economia similar à potiguar, verificamos a predominância de atividades artesanais. Assim como na unidade de Natal, “A maioria absoluta das Escolas ensinava alfaiataria, sapataria e marcenaria [...]. Poucas foram as oficinas destinadas ao ensino de ofícios propriamente industriais, de emprego generalizado”, tais como mecânica, tornearia ou eletricidade (Cunha, 2000, p. 71).

Afinal, inicialmente “pensadas como instituições benfeicentes, as Escolas de Aprendizes Artífices deveriam proporcionar assistência médico-dentária e ferramentas para seus alunos e promover a eventual venda de seus trabalhos”, conforme afirmam Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 247), ancorados em pesquisa documental. Desse modo, o estímulo ao negócio próprio do menor socialmente desfavorecido expressava flagrante contradição com o objetivo de formar operários para as indústrias locais, conforme registrado no Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou a Rede Federal de Ensino Industrial (Brasil, 1909). Mais que a formação para o hipotético emprego na indústria, os prêmios e demais benefícios instituídos na Escola conquistaram o apoio dos responsáveis pelos desfavorecidos da fortuna, das autoridades locais e da imprensa. Por isso, tornou-se necessário, mais rápido do que se imaginava, instalar a Instituição em outro prédio condizente com suas crescentes atribuições.

Antes da mudança para a nova sede, a Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte se estabeleceu provisoriamente nas dependências do Natal Clube, agremiação social à época localizada no centro da cidade, nas proximidades da atual Praça Kennedy, esquina com a avenida na qual se instalaria pouco depois (Sousa, 2015). Após cerca de três meses naquele espaço, em 1914 a Instituição passou a ocupar o n. 743, da Avenida Rio Branco, na Cidade Alta, em um prédio de dimensões maiores, mais adequado ao funcionamento da Escola (Rio Grande do Norte, 1913).

A localização em uma área central de Natal, diferente da primeira sede, situada em região de difícil acesso, nas proximidades do Rio Potengi, colocou a Instituição educativa em evidência no cenário urbano. Entretanto, algo não mudaria: a educação assistencialista e mantenedora da ordem realizada na Escola estimulava formandos a instalarem seu próprio negócio. Os benefícios concedidos aos formandos, tais como a distribuição de livros, medalhas, prêmios pecuniários e, em especial, ferramentas de seu ofício, foram mantidos nos termos propostos pelo Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918, que estabeleceu novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices (Brasil, 1918). Contudo, os resultados obtidos, com o fim de qualificar trabalhadores para a indústria, não eram animadores. Para Cunha (2000), assim como ocorrera com instituições congêneres, tornava-se evidente a sua ineficácia.

Ciente das dificuldades, o então ministro Ildefonso Simões Lopes e o Dr. Araújo Castro, diretor de Indústria e Comércio, nomearam em 1920 “uma comissão de técnicos especializados no assunto para examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente” (Fonseca, 1986a, p. 201). Dos trabalhos dessa comissão, liderada pelo engenheiro João Lüderitz³ – diretor do Instituto Parobé na época –, resultou o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico.

³ Em 1908, João Lüderitz foi nomeado diretor do Instituto Técnico Profissional-ITP (initialmente denominado Escola Benjamim Constant), criado em 1906 pelo engenheiro João José Pereira Parobé e pertencente à Escola de Engenharia de Porto Alegre. A partir de 1910, o governo federal incorporou oficialmente o Instituto Técnico Profissional como a Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Sul. Em 1917, já integrante da Rede Federal de ensino profissional industrial, o antigo ITP foi renomeado como Instituto Parobé em homenagem ao seu primeiro diretor.

Com efeito, algumas das determinações do Serviço de Remodelação resultaram em inovações ocorridas na Escola de Aprendizes Artífices em Natal, exemplificadas na renovação de materiais utilizados em oficinas, nas reformas ocorridas no edifício escolar e na aquisição de manuais técnicos para a biblioteca (Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, 1936). Todavia, essas medidas foram consideradas insuficientes. Por isso, em decorrência do trabalho desenvolvido por Lüderitz no Serviço de Remodelação, o então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, aprovou, em 13 de novembro de 1926, a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1927). Na visão das autoridades federais da época, esse documento seria o marco na renovação do ensino industrial no país.

Apesar das mudanças previstas na Consolidação dos Dispositivos, manteve-se, em essência, a função do ensino profissional industrial, sua destinação aos desfavorecidos da fortuna e, no caso da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, a contradição com as necessidades das indústrias existentes na comunidade envolvente. Além disso, conservou-se o caráter da formação profissional para a proteção social (Berrio, 1999; Chamon, 2011) explícito na permanência da Caixa de Mutualidade, dos auxílios, dos prêmios, dos pecúlios e do fornecimento de ferramentas aos formandos no ato da entrega dos certificados, conforme expresso nas orientações oficiais (Brasil, 1927).

A partir da chamada Revolução de 1930, as forças políticas que controlaram o governo federal, ao estimularem o desenvolvimento econômico alicerçado na industrialização, criaram expectativas favoráveis em relação às necessárias mudanças no ensino industrial profissionalizante. Entretanto, a formação profissional ministrada na Escola do Rio Grande do Norte manteve as características básicas daquela realizada na Primeira República: os mesmos cursos oferecidos desde 1910, a formação para a proteção social, o estímulo à iniciativa dos aprendizes no intuito de iniciarem seus próprios negócios e a ênfase nos princípios da ordem, do civismo e da disciplina (Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, 1936).

Naquele contexto, a partir das determinações do artigo 37 da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, as Escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União foram transformadas em Liceus destinados ao ensino

profissional de todos os ramos e graus. Em Natal, o Liceu Industrial foi instalado na Cidade Alta, no mesmo endereço no qual funcionara desde 1914 a Escola de Aprendizes Artífices. Quais seriam as expectativas em relação àquela Instituição educativa federal? Vejamos o exemplo simbólico em uma matéria publicada no dia 18 de maio de 1937, com o sugestivo título *A Academia do Pobre*, o autor do artigo registrou:

Além do ensino e do aprendizado, *tem o aluno almoço e merenda, quer dizer, é uma boca a menos para a panela da família; [...] e pode classificarse como uma instituição modelar, onde reina ordem, disciplina, espírito de organização [...]. Deixemos de pessimismos porque a Escola de Aprendizes Artífices há de ser, em breve, a Academia do Pobre (A Academia [...], 1937, p.1, grifo nosso).*

O título e o conteúdo do artigo evidenciam a representação da Instituição como destinada a estudantes pobres, indivíduos sem perspectivas na vida, aqueles definidos na legislação como *desfavorecidos da fortuna*. Assim, a aludida representação disseminada na comunidade envolvente sinaliza que a mudança de denominação ocorrida a partir de janeiro de 1937 – da outrora Escola de Aprendizes Artífices para Liceu Industrial do Rio Grande do Norte – não teve mais implicações práticas. O caráter de proteção social (Berrio, 1999; Chamon, 2011) da formação escolar profissional perdurou e os cursos oferecidos à comunidade estudantil, de acordo com os livros de matrículas consultados, eram basicamente os mesmos do início do século XX: Alfaiataria, Funilaria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia (Liceu Industrial do Rio Grande do Norte, 1937). “Portanto, permanecia um certo distanciamento entre a proposta de industrialização brasileira, de produção em massa, da proposta de profissionalização [...] até então vigente” na Instituição (Meireles, 2006, p. 59).

Da mesma forma, a Constituição de 10 de novembro de 1937, representativa de propósitos modernizantes do Estado Novo varguista – implantado naquela mesma data – manteve, em seu artigo 129, a antiga finalidade do ensino industrial no Brasil. Era a primeira vez que uma Constituição brasileira fazia alusão aos deveres do Estado no ensino profissionalizante (Fonseca, 1986a). Todavia, a Carta Magna mantinha – tal qual o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909 – a destinação desse tipo de ensino para as classes socialmente desfavorecidas.

Em decorrência disso, nessa fase do percurso histórico institucional, muito mais que mudanças almejadas, verificou-se a continuidade na educação de natureza social realizada no Liceu Industrial do Rio Grande do Norte, como se constatou em todo o Brasil:

Do início do século até o Estado Novo [...], o ensino industrial foi visto essencialmente como uma forma de educação caritativa, destinada a tirar os pobres da ociosidade, mas sem maior significação do ponto de vista econômico e social mais amplo (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 248, grifo nosso).

Desse modo, como ressaltado na periodização adotada neste trabalho, a temporalidade na qual a Instituição denominou-se Liceu Industrial do Rio Grande do Norte (1937-1942) está inserida na fase da formação escolar profissional, predominantemente direcionada para a proteção social (Berrio, 1999; Chamon, 2011).

Não obstante, desde 1939, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, o impacto do contexto internacional modificou gradativamente a rotina do Liceu Industrial na capital potiguar. A partir de 1942, com o ingresso do Brasil no conflito, a situação emergencial na Instituição seria teoricamente acentuada, porém, na prática, o ensino ali ministrado pouco mudou. Contudo, com a promulgação do Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial determinou mudanças para a educação profissional e uma nova denominação para o antigo Liceu, que passou a denominar-se Escola Industrial de Natal (Brasil, 1942b).

Era o início de nova fase na história institucional, cujos desafios internos e externos continuaram em ascensão numa sociedade cada vez mais complexa. Como explica Magalhães (2004, p. 116), “a influência da instituição educativa vai para além dos seus muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos”.

Considerando-se a reflexão do autor, na perspectiva da mesoabordagem e do paradigma relacional, quais transformações ocorridas nesse período definiram uma nova fase no percurso institucional? Em que medida, na perspectiva de análise dialética, ela reduz contradições observadas entre particularidades institucionais e a sociedade na qual a Escola estava inserida?

A FASE DE TRANSIÇÃO APÓS A LEI ORGÂNICA DO ENSINO INDUSTRIAL

A implantação da Escola Industrial de Natal ocorreu sob as determinações do Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial). Formulado em conturbado contexto histórico interno e externo – Estado Novo e Segunda Guerra Mundial respectivamente –, esse decreto definiu os fundamentos do ensino industrial, “que é o ramo de ensino, de grau secundário, *destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria* e das atividades artesanais, e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca” (Brasil, 1942a, grifo nosso).

Desse modo, a partir de 25 de fevereiro de 1942, em anuêncià às prescrições da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a Escola Industrial de Natal iniciou as suas atividades no mesmo prédio da Avenida Rio Branco, n. 743, na Cidade Alta, no qual se instalara desde 1914 a Escola de Aprendizes Artífices e, posteriormente, o Liceu Industrial. A finalidade primordial da Escola Industrial de Natal permaneceu vinculada àquela de ministrar cursos industriais e de mestria, “a que [pudesse] satisfatoriamente atender às suas instalações”, conforme previsto no Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (Brasil, 1942c). Nessa época, apesar de instalada em edifício imponente, suas acomodações tornaram-se obsoletas em relação às crescentes demandas da sociedade, de modo que o governo federal, por intermédio do ministro da educação, solicitou à gestão escolar estudos para o plano de expansão da estrutura institucional (Medeiros, 2011).

A viagem do diretor da Escola Industrial de Natal ao Distrito Federal, em 10 de janeiro de 1943, atendeu, nas palavras de Fonseca (1986a, p. 24), à “iniciativa inédita [...] no Brasil, com a convocação de todos os diretores de Escolas Industriais e Técnicas para discutirem”, na capital do país, assuntos pedagógicos e administrativos relacionados à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial. O evento convocado por Gustavo Capanema foi, para Fonseca (1986a, p. 24), um marco: “muitas questões iam entrando em ordem e o ensino industrial aprofundava as suas raízes e firmava os novos princípios”.

Nas duas décadas após a queda do Estado Novo (1937-1945), a construção de nova estrutura física, capaz de ampliar as atividades da

Instituição no Rio Grande do Norte, avançou com base no contexto do nacional-desenvolvimentismo, cujas exigências destoavam do paradigma profissionalizante das Escolas Industriais à época existentes no Brasil. Essa desarmonia, segundo Cunha (2005), delineou-se com os desdobramentos promovidos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, visto que a rigidez normativa obstruía o ajuste do ensino às mudanças ocorridas na economia.

Qual seria, então, o alcance daquelas determinações legais na Escola Industrial de Natal? Ao analisarmos o itinerário histórico da Instituição, cujo desenvolvimento vincula-se com as diretrizes previstas na Lei Orgânica do Ensino Industrial, verificamos mudanças e permanências em relação às suas antecessoras – Escola de Aprendizes Artífices e Liceu Industrial – quanto às suas finalidades, organização do ensino, condições de admissão dos educandos, constituição do corpo docente e da gestão escolar, cursos oferecidos e práticas educativas, caracterizando-a como uma fase de transição na história institucional.

Em relação às suas finalidades e à organização do ensino industrial⁴ ministrado na Instituição, observamos que foi definido, segundo Fonseca (1986a, p. 10), “como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário”. Com relação às condições de admissão dos alunos, mantiveram-se as exigências de não serem portadores de doenças infectocontagiosas, estarem vacinados e terem idade entre 12 e 16 anos. Contudo, definiram-se novas exigências, como a conclusão da educação primária e a aprovação em exames vestibulares (Brasil, 1942a).

Nesse sentido, a Escola Industrial de Natal, assim como as demais instituições da Rede Federal, já não era oficialmente destinada – como fora desde 1909 – aos “desfavorecidos da fortuna” ou “desvalidos da sorte”, eufemismos utilizados para se referirem aos estudantes pobres. Dessa forma, o processo seletivo por exames vestibulares, e não por atestado de pobreza, constitui notável mudança na legislação, com repercussão direta na Escola Industrial de Natal. Nas palavras de Fonseca (1986a, p. 15),

⁴ O Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, em seu artigo 6º, define que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos. O primeiro ciclo abrangeia as seguintes ordens de ensino: ensino industrial básico, ensino de mestria, ensino artesanal e aprendizagem. O segundo ciclo, por sua vez, abrangeia o ensino técnico e o ensino pedagógico (Brasil, 1942a).

“o ensino industrial já não cuidava mais de encher as suas escolas com qualquer tipo de meninos”.

Embora o exame vestibular fosse pré-requisito para a admissão dos alunos sem distinções sociais, durante as décadas de 1940 e 1950 ainda perdurava entre os estudantes a representação daquela Instituição educativa como direcionada aos desvalidos. O amálgama ressaltado não era algo fortuito, pelo contrário, caracterizou a história da Escola na fase aqui analisada. Por outro lado, a Escola era exaltada pelo rigor disciplinar, para diversos pais, comparável às instituições militares. De acordo com depoimento prestado por Laércio Severiano,⁵ ex-inspetor de disciplina da Escola Industrial de Natal, muitos desses pais, preocupados com possíveis desvios de conduta de seus descendentes, matriculavam os filhos ali justamente por esse atributo. Não obstante, o mesmo Decreto-Lei 8.590/1946, que manteve traços da educação de natureza social do passado, conforme a conceituação utilizada por Berrio (1999) e Chamon (2011), revogou a concessão de ferramentas aos formandos (Brasil, 1946). Segundo Fonseca (1986a), com essas medidas removearam-se, ainda que de forma insuficiente, obstáculos ao intento de formar profissionais para a indústria local.

Outras interseções entre mudanças e permanências ocorreram no processo de admissão do quadro funcional, inclusive docente. De acordo com a Lei Orgânica do ensino industrial, “o provimento, em caráter efetivo, de professores das Escolas Industriais e Escolas Técnicas Federais [...] dependerá da prestação de concurso” (Brasil, 1942a, p. 11). Essa determinação, embora relevante e necessária, não resolveu as dificuldades verificadas na contratação de profissionais habilitados para lecionar disciplinas técnicas. A documentação disponível revela que tais obstáculos permearam o percurso histórico institucional e estiveram entre os maiores desafios enfrentados por seus gestores (Escola Industrial de Natal, 1962). As dificuldades persistiram, porém, desde então, verificou-se uma crescente qualificação do quadro docente, principalmente a partir do convênio assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos

⁵ Conforme Laércio Severiano da Silva, ex-aluno da Instituição (1946-1952), que retornou à Escola Industrial de Natal, em 1962, como inspetor de disciplina. Depoimento prestado ao autor em 24 de outubro de 2013.

em 1946, no qual se formalizou a Comissão Brasileiro-Americanana de Educação Industrial (CBAI), cujo Programa de Ação previa o “desenvolvimento de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores” (Fonseca, 1986b, p. 101).

A flexibilidade era maior no processo de admissão do pessoal administrativo. Segundo Laércio Severiano da Silva,⁶ sua contratação, assim como a de vários funcionários que atuaram na Escola no período, foi marcada pela informalidade. Já a gestão escolar não ficou imune nessa fase de transição. Com atuações limitadas desde 1909, a partir das alterações geradas pela Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, as Escolas Técnicas e as Industriais adquiriram “personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira” (Brasil, 1959, p. 3). Ao mesmo tempo que a legislação outorgou considerável autonomia à Escola Industrial de Natal, instituiu o Conselho de Representantes como órgão máximo da administração escolar e reduziu as funções do cargo de diretor.

Em relação aos cursos oferecidos pela Instituição, a legislação elaborada durante o Estado Novo incidiu sobre a Escola Industrial de Natal com o Decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942, que aprovou o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial (Brasil, 1942b). A partir da regulamentação das secções e dos cursos pertinentes ao ensino industrial básico (primeiro ciclo), a Escola Industrial de Natal definiu aqueles que seriam oferecidos à comunidade envolvente, em conformidade com as determinações do governo federal. Dois dos cursos básicos disponibilizados à comunidade apresentaram-se como novidade: Mecânica de Máquinas e Artes do Couro.

Entretanto, considerando-se que entre as disciplinas fundamentais de cultura técnica lecionadas no curso de Mecânica de Máquinas temos fundição, forja e serralheria,⁷ constatamos as similaridades com os cursos anteriormente existentes: Funilaria e Serralharia. O mesmo ocorreu com Artes do Couro, que tinha Sapataria entre as principais disciplinas (Brasil, 1942b).

⁶ Conforme depoimento prestado ao autor em 24 de outubro de 2013.

⁷ Esse curso aparece na documentação, em diferentes temporalidades, com duas grafias: serralharia e serralheria. Para efeito de padronização, optamos pelo uso da primeira forma; exceto quando nos referirmos ao próprio documento consultado.

Depreende-se, então, que os cursos oferecidos pela Escola, a partir de 1942, mantinham, em síntese, a estrutura curricular do passado.

Além dos exemplos citados, foram mantidos os cursos de Alfaiataria e Marcenaria, que até o início da década de 1960, transcorridos mais de 50 anos da criação da Instituição, continuavam sendo oferecidos à sociedade natalense. O curso de Alfaiataria, por exemplo, ensinava atividade profissional em franco declínio com o crescimento da indústria de confecções em todo o Brasil, inclusive no Rio Grande do Norte (Souza, 2015). Assim, por volta de 1960, o curso de Alfaiataria tornou-se um dos símbolos, se não o mais evidente, das contradições entre o que se realizava e o que se pretendia na formação profissional ministrada na Escola Industrial de Natal.

As ambiguidades constatadas não invalidavam a qualidade da educação geral oferecida pela Instituição. Contudo, as contradições entre as necessidades do mercado de trabalho e os cursos oferecidos pela Escola eram patentes. Alterações de rumo seriam necessárias, mas quais mudanças implementar? Em setembro de 1962, por ocasião do 1º Encontro de Professores do Ensino Industrial de Natal, o professor Severino Joaquim da Silva ressaltou “que as Escolas Industriais ainda não [haviam atingido] a finalidade a que se [destinavam] e que [deviam] empregar todo o esforço possível para dar ao estudante aquilo de que realmente ele [precisava]”. No entanto, houve quem salientasse “a importância de maior propaganda e divulgação mais concreta do ensino industrial, mostrando que *o aluno embora não se [realizasse] como um profissional, [recebia] no seu aprendizado uma educação integral*” (Escola Industrial de Natal, 1962b, p. 17, grifo nosso).

Entre as conclusões registradas no relatório do encontro de professores, aprovou-se, por unanimidade, a conveniência da implantação dos cursos técnicos em Natal e o apelo pela “conclusão das obras da Escola Industrial do Tirol, *a fim de melhor atender às necessidades industriais locais*” (Escola Industrial de Natal, 1962c, p. 19, grifo nosso). As duas propostas interligavam-se, porém a morosidade na construção do novo prédio da Escola ainda perdurava. A expansão da Escola para a oferta de cursos técnicos, e não só os básicos de outrora, tornou-se necessidade inadiável e dominava a pauta das reuniões entre a gestão, os professores e os funcionários administrativos.

Quais cursos técnicos implantar e sob quais critérios eram duas das principais temáticas discutidas. Na reunião realizada em 7 de novembro de 1962, o diretor da Escola, Irineu Martins de Lima (1962-1964), após retornar de Brasília, onde pleiteara a liberação de verbas e a implantação do curso técnico, além dos cursos básicos existentes, explicou:

Na criação do Curso Técnico *deve-se visar mercado de trabalho*. Teremos que fazer estudos, levantamentos e depois apresentar ao Conselho de Representantes para a devida aprovação [...]. Precisamos saber quais os cursos que devemos criar, dispensando os que exigirem um equipamento muito oneroso por falta de verba e espaço (Escola Industrial de Natal, 1962a, p. 2, grifo nosso.)

As limitações orçamentárias e de estrutura física seriam empecilhos consideráveis, mas as dificuldades identificadas não impediram a definição dos cursos oferecidos à comunidade. Tal decisão ocorreu na reunião realizada em 5 de dezembro de 1962. Na ocasião, foram comunicadas as conclusões deliberadas no Conselho de Professores, que, por sua vez, foram encaminhadas ao Conselho de Representantes, órgão máximo da administração institucional. De acordo com os termos registrados na Ata daquela reunião, decidiu-se pela

criação do Curso Técnico Industrial com dois cursos: *Mineração e Construção de Estradas*. Os cursos serão ministrados à noite, das 18 às 22 horas, perfazendo um horário de 33 horas semanais, das segundas às sextas-feiras; tendo nos sábados, pela manhã, aulas práticas. O curso será de 4 anos, com 180 aulas anuais, não exigindo equipamentos dispendiosos, nem laboratório no primeiro ano (Escola Industrial de Natal, 1962d, p. 28, grifo nosso.)

A definição pelos cursos de Mineração e Estradas atenderia aos critérios de não comprometer o orçamento e adequar-se à estrutura física escolar. Todavia, a relevância mais evidente daquela decisão seria a pertinência entre a formação profissional ministrada e as necessidades do mercado de trabalho da região na qual a Instituição estava inserida. Tendo em vista a perspectiva analítica aqui defendida, a implantação desses cursos balizou uma nova fase da Escola na sociedade norte-rio-grandense.

A FASE DO ENSINO SECUNDÁRIO E A FORMAÇÃO TÉCNICA PARA O MUNDO DO TRABALHO

Nos primeiros anos da década de 1960, o Rio Grande do Norte estava sob o impacto de consideráveis mudanças. Entre essas, citam-se o acelerado processo de urbanização, os investimentos na infraestrutura estadual e a criação de diferentes empresas estatais com atuações, por exemplo, em rodovias, telefonia, abastecimento d'água, saneamento básico e eletrificação. Esse conjunto de mudanças ampliou a demanda por pessoal técnico qualificado. Foi a essa sociedade em transição que a instituição escolar teve que se adequar, criar novos cursos e rever a formação profissional proporcionada a seus estudantes (Sousa, 2015).

Esse processo de adequação proporcionou a terceira fase do percurso histórico institucional aqui analisado, cujos primórdios foram registrados na reunião de 23 de abril de 1963, no Salão de Honra da Escola Industrial de Natal, quando o diretor, Irineu Martins de Lima, comunicou o início do curso técnico e a contratação de professores que integrariam o corpo docente dos novos cursos de Estradas e Mineração (Escola Industrial de Natal, 1963). Autorizada a ministrar os cursos técnicos desde 1959, conforme reafirmado nos termos de legislação complementar àquela autorização (Brasil, 1961), somente em abril de 1963 a Escola Industrial de Natal efetivou a implantação dessa formação profissional no ensino secundário.

Foi com base em tal conjuntura que se implantaram as turmas pioneiras dos cursos técnicos. As inscrições ocorreram de janeiro a fevereiro de 1963, e as matrículas, realizadas em março daquele ano, registraram 29 alunos no curso de Estradas e 27 no curso de Mineração. Começava ali a nova fase na Instituição investigada – então Escola Industrial de Natal –, cujo propósito deliberado era a formação profissional nessas duas áreas, para as quais as demandas no mercado de trabalho estadual eram crescentes (Medeiros, 2011).

Com a priorização do ensino industrial técnico, o pragmatismo impôs-se na Instituição: medidas consideradas assistenciais perderiam o protagonismo e a formação escolar profissional dos alunos assumiria o centro da ribalta. Nesse sentido, os cursos industriais básicos foram vistos como atrelados ao passado arcaico. Por isso, em nome do progresso, seriam substituídos pelos cursos técnicos mais ajustados às necessidades

das sociedades modernas, conforme exige a relação escola-comunidade envolvente, na perspectiva da análise de Magalhães (2004).

Foi em meio ao processo de expansão das atividades institucionais que a Escola Industrial e a comunidade envolvente foram atingidas pelo golpe civil-militar que, em abril de 1964, destituiu o governo de João Goulart (Sousa, 2015). Para alguns contemporâneos, o impacto daqueles acontecimentos no ambiente interno seria reduzido, e a repressão desencadeada em diferentes entidades não seria observada ali.⁸ Para outros, pelo contrário,

o clima político dentro da Instituição, mesmo que em menor escala, comparando-se com outras repartições públicas, sofria reflexos dos embates políticos entre oposição e governo com seus instrumentos de luta e repressão. *Muitos alunos e professores sofreram investigações militares.* Colegas eram chamados para depor sobre as atitudes suspeitas de determinado professor. Discursos mais inflamados contra o regime eram passíveis de prisão, como ocorreu com o professor João Faustino. Além dele, muitos professores foram interrogados em inquéritos militares (Pegado, 2006, p. 41, grifo nosso).

Esse mesmo governo autoritário, que perseguiu docentes e discentes considerados incômodos, adotou medidas de estímulo ao ensino técnico. Inicialmente, com a mudança de denominação da Instituição, a promulgação da Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965, determinou que as Universidades e as Escolas de Ensino Técnico da União estabelecidas nas capitais seriam classificadas de federais e atreladas à designação de seus respectivos estados (Brasil, 1965). Desse modo, a Escola Industrial de Natal (EIN) foi renomeada como Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte (EIRN). Para além da mudança na denominação, buscava-se adequar a Instituição às necessidades do ensino de caráter tecnicista em ascensão no país. Em suma, a modernização autoritária em curso no Brasil elegeu as Escolas Federais como peças dessa engrenagem.

Em sintonia com esse propósito, o ensino profissionalizante adotado na Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte precisava

⁸ Avaliação partilhada pelo professor Severino do Ramo de Brito, conforme depoimento prestado ao autor em 15 de agosto de 2013.

extrapolar o mercado nordestino e suprir demandas de empresas públicas e privadas de todo o país. Os cursos de Estradas e Mineração, mesmo que implantados com atraso, em relação às necessidades da economia estadual, enquadravam-se nessa lógica. Nesse sentido, o período de existência da EIN – de apenas três anos, 1965-1968 – integrou a parcela de fase mais ampla marcada por uma crescente adaptação da formação profissional ministrada na Instituição às necessidades do mercado de trabalho. Desse modo, em 1966, ao promover a formatura das primeiras turmas dos cursos técnicos, criados em 1963, a Instituição atraía cada vez mais alunos e sua estrutura física apresentava sinais de esgotamento (Meireles, 2006). Naquele contexto, a crescente demanda estudantil tornaria o antigo prédio da Avenida Rio Branco obsoleto (Escola Industrial de Natal, 1964). Os cursos técnicos exigiam estrutura adequada, com novas salas de aula e laboratórios devidamente equipados.

Essa situação finalmente foi superada quando se concretizou outro marco no processo de expansão da formação técnica ali realizada: a inauguração em 11 de março de 1967 da nova sede da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte. Situada na Avenida Senador Salgado Filho, n. 1559, esquina com a Avenida Bernardo Vieira, na localidade de Morro Branco, no Bairro Tirol, em área de 90 mil metros quadrados (Medeiros, 2011). Em dezembro de 1965, após sucessivas paralisações, as obras da nova sede foram retomadas sob a liderança do então presidente do Conselho de Representantes da Escola, Luiz Carlos Abbott Galvão – empresário de fortes vínculos com o governo autoritário vigente na época –, e finalmente concluídas em março de 1967 (Escola [...], 1967). Naquele ano, com a inauguração das novas instalações, a Instituição registrou o total de 1.189 matrículas, até então o maior número de sua história (Sousa, 2015).

Após mais de meio século de funcionamento na Avenida Rio Branco, no centro da cidade, a sede da Instituição deslocara-se para as cercanias do perímetro urbano de Natal, simbolizando o esforço no rumo da modernização institucional exigida (Pegado, 2006). Pouco depois, por determinação da Portaria Ministerial n. 331, de 6 de junho de 1968, a Instituição foi novamente renomeada, passando a denominar-se Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) (Pegado, 2006).

Sob o contexto do chamado *milagre econômico*⁹ brasileiro, a Escola recebeu recursos que possibilitaram diferentes ações internas. Entre essas, a construção de novos laboratórios para áreas profissionais específicas, a instalação em suas dependências do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), cujo objetivo era a capacitação da força de trabalho local, e o Centro Tecnológico do Nordeste (Cetene), entidade de âmbito regional para a formação de professores. Além disso, em 1969 foram implantados dois novos cursos técnicos: Eletromecânica e Edificações (Meireles, 2006). O primeiro deles foi desmembrado no ano seguinte e deu origem aos cursos de Eletrotécnica e Mecânica. Em seguida, no auge desse período de expansão da economia nacional, cuja ênfase estava no setor secundário, mais dois cursos foram instalados na Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte: Geologia e Saneamento. Ainda nesse período,

instala-se na ETFRN o Serviço de Integração Escola-Empresa. Podemos inferir que a opção pela formação de Escolas Técnicas Federais constituiu-se em reflexo do “Milagre”. Buscava-se a superação dos indicadores de produção. Dessa forma, a produção técnica, sobretudo no setor produtivo secundário, era elemento-chave (Meireles, 2006, p. 69-70).

Na citação da pesquisadora, observamos duas questões fundamentais: o fortalecimento da relação Escola-comunidade envolvente, sobretudo com o setor empresarial e o mercado de trabalho, e a crescente relevância do ensino técnico na sociedade brasileira. Considerando-se que o projeto de desenvolvimento do governo federal estimulava a industrialização do país, o chamado *milagre econômico* criava uma demanda por mão de obra qualificada, inclusive técnica de nível médio, capaz de atender às necessidades provocadas pelo acelerado incremento da economia nacional.

Outra mudança ocorrida nessa fase da história institucional, em conformidade com a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e instituiu a profissionalização compulsória no ensino secundário em todo o Brasil (Brasil, 1971).

⁹ Período que, na historiografia brasileira, abrange, em síntese, de 1969 a 1973, e é caracterizado como de elevada taxa de crescimento da atividade econômica, sob influência do capital externo (Meireles, 2006).

Tendo em vista as diretrizes emanadas dessa legislação, o Conselho de Representantes da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte priorizou o ensino técnico profissionalizante de 2º grau e extinguiu o curso ginásial industrial (Pegado, 2006). As últimas turmas concluíram seus estudos em 1974, porém, desde 1971, já não houve ingresso de novos alunos no curso ginásial (Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, 1971).¹⁰

A partir desse período, a ETFRN consolidou sua atuação no âmbito da formação profissional. Ao refletirem sobre essa etapa do percurso histórico institucional, assim se pronunciaram Camelo e Moura:

Essa atuação é viabilizada precisamente pelo que falta aos sistemas estaduais de ensino, ou seja, financiamento adequado e corpo docente especializado, o que também tem – e continua tendo – uma estreita relação com o financiamento, pois a política de remuneração docente na esfera federal é muito distinta daquela dos demais sistemas públicos de educação (Camelo; Moura, 2006, p. 89).

Para os pesquisadores, como observado, os fatores citados foram fundamentais para a ETFRN se diferenciar da rede pública estadual de educação e se consolidar como referência de qualidade na formação de técnicos de nível secundário.

A partir de 1975, outro marco ocorreu na Escola: o registro da primeira matrícula feminina, quando Neuma Sueli Marinho de Bastos, filha de militar transferido do Rio de Janeiro, ingressou no curso de Edificações e rompeu a unidade de gênero até então vigente na Instituição. No ano seguinte, 607 candidatas concorreram às vagas do ensino técnico, tendo 129 delas obtido aprovação, reduzindo preconceitos e alargando horizontes (Medeiros, 2011).

Ademais, considerando-se que o objetivo primordial era a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a Tabela 1 sintetiza o comparativo entre as três fases da história institucional, com base nesse critério, e comprova as significativas mudanças ocorridas entre as diferentes fases da periodização histórica proposta neste estudo.

¹⁰ Conforme registros do *Livro de Matrículas* (1971) e depoimento prestado pelo ex-aluno Gilson Gomes de Medeiros em 24 de março de 2014.

TABELA 1

**Percorso histórico institucional (comparativo:
matrículas, concluintes, inseridos)**

Critérios	Matrículas	Concluintes	Percentual ²	Inseridos	Percentual ³
1^a Fase (1910-1942)	6.220	49	0,79%	-	-
2^a Fase (1942-1963)¹	4.122	276	6,7%	37	13,4%
3^a Fase (1963-1974)	8.535	921	10,8%	724	78,6%

Notas:

¹ Se incorporarmos os dados de 1940-41 na 2^a Fase, os matriculados sobem para 4.579 e os concluintes para 280.

² Percentuais de concluintes a partir do número de matrículas.

³ Percentuais de inseridos a partir do número de concluintes.

Fonte: Sousa (2015, p. 230).

Como é perceptível nos dados da Tabela 1, na 3^a Fase do trajeto histórico institucional, a implantação dos cursos técnicos e a formação profissional em crescente sintonia com as demandas da comunidade envolvente constituiu o ápice desse processo. Soma-se a isso uma série de outros fatores: a estrutura física adequada, a qualificação do quadro docente, o processo de seleção para o ingresso discente e condições conjunturais favoráveis (Sousa, 2015).

Cerca de duas décadas depois, em 29 de dezembro de 1994, teve início o processo de interiorização da ETFRN com a inauguração da unidade de Mossoró, cujas atividades letivas iniciaram em março de 1995. Entretanto, o crescente prestígio social da Instituição gerou um notável efeito colateral: a paulatina elitização do corpo discente no processo de seleção. Em contraposição a essa situação indesejada, a gestão da ETFRN adotou, a partir de 1995, de forma pioneira, o sistema de reserva de vagas para estudantes oriundos de grupos sociais vulneráveis (Pegado, 2006). À época, estávamos às vésperas de outra mudança fundamental, quando uma nova institucionalidade seria implementada e ampliaria de forma significativa a sua atuação educativa na sociedade potiguar.

**A FASE INSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEA:
A INCORPORAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR
E DA PÓS-GRADUAÇÃO**

Em 1994, iniciou-se o processo de transição das Escolas Técnicas Federais para os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) no Brasil.

No Estado do Rio Grande do Norte, a nova institucionalidade se deu apenas no ano de 1999, com a criação do Cefet/RN. Antes dessa transição, ainda em 1995, despontou na Instituição uma proposta curricular inovadora, na perspectiva da formação omnilateral e da educação politécnica. Tal proposta foi resultante de um processo de construção coletiva e historicamente demarcada como o primeiro projeto político-pedagógico institucional. Nela, havia um projeto curricular de referenciais histórico-críticos, com princípios filosóficos emancipatórios e de tendência pedagógica progressista. Reconhecida nacionalmente, a proposta apresentava uma reorganização e/ou substituição das ofertas vigentes, estruturando-as em seis áreas de conhecimento: Construção Civil, Eletromecânica, Geologia e Mineração, Informática, Serviços e Tecnologia Ambiental (IFRN, 2012).

Contudo, o modelo curricular foi precocemente desarticulado em função da regulamentação da educação profissional brasileira, por meio do Decreto n. 2.208/1997 e da conjuntura de reformas instauradas na educação nacional. A regulamentação atingia os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394/1996 (LDB) – que tratavam da organização e do funcionamento da educação profissional –, e acabava por orientar uma série de reformas com implicações *in loco*, tal como instituir a separação formal entre o ensino médio e o ensino técnico.

Ante a política educacional prevista, o projeto pedagógico de 1995 enfrentou resistências por setores do Ministério da Educação, quando do término da implantação do Projeto Político-Pedagógico emergia concomitantemente o Decreto n. 2.208/1997, fato que levou a comunidade escolar a agir com coerência política: “alunos, professores e diretores da Instituição fizeram uma passeata da Escola até a Secretaria do MEC para reivindicar a manutenção do modelo implementado no Rio Grande do Norte e autorizado como projeto piloto” (Pegado, 2006, p. 43). A negociação subsequente garantiu que metade das vagas fossem destinadas ao ensino médio, à revelia da intenção do MEC de extinguir o ensino médio na Rede Federal, da qual faziam parte as Escolas Técnicas e os Cefets. Esse movimento de resistência à separação do ensino médio da formação técnica decorreu das discordâncias em relação ao processo de reformas neoliberais implementadas nos anos de 1990 na educação profissional brasileira, uma vez que tais reformas

tinham como elemento central a desregulamentação e a descentralização do Estado na prestação dos serviços públicos, incluindo a educação.

Ao final de 2003, houve o redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico do Cefet/RN, numa perspectiva participativa e de construção coletiva, a fim de superar a cisão entre a formação propedêutica e a técnica imposta pelo Decreto n. 2.208/1997. No entanto, a revisão do projeto escolar só se consolidou no ano de 2004, sob lastro do Decreto n. 5.154/2004, que orientou a reestruturação da educação profissional e tecnológica em cursos e programas de forma a possibilitar o retorno à oferta de cursos técnicos integrados à educação básica.

As principais mudanças curriculares decorrentes do redimensionamento do Projeto Político-Pedagógico do Cefet/RN em 2005 foram: o retorno à oferta dos cursos técnicos de nível médio integrado, a reorganização acadêmica institucional, a reestruturação das ofertas dos cursos técnicos subsequentes e dos cursos superiores de graduação tecnológica e a reestruturação curricular dos cursos superiores de licenciaturas, existentes desde 2002 (Pereira, 2010).

Antes mesmo das disputas relatadas sobre o currículo e as Escolas e modalidades de ensino almejadas, ocorreu a primeira iniciativa de interiorização da educação profissional ofertada pela antiga ETFRN: a implantação da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (Uned/Mossoró), inaugurada em 29 de dezembro de 1994. Com o tempo, essa expansão estagnou, pois a ampliação da oferta de educação profissional no país foi impedida pela Lei n. 9.649/1998, que explicitava, no art. 47, a proibição de investimentos destinados à criação e à manutenção de Unidades de Ensino de educação profissional.

Todavia, a consolidação do novo plano de expansão da Rede Federal em nível nacional ocorreu a partir de 2006, tendo o governo federal o objetivo de interiorizar a educação profissional e tecnológica em todo o país. No Cefet/RN houve a implantação de mais três Unidades de Ensino: da Zona Norte – em Natal, de Ipanguaçu e de Currais Novos, no interior do estado. As novas Uneds constituíram a Fase I da expansão da Rede Federal no Rio Grande do Norte. Em paralelo, devido ao lançamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), a Instituição passou a atuar na educação profissional técnica

de nível médio na modalidade de educação de jovens e adultos, assim como ofertou cursos de formação em nível de pós-graduação lato sensu para educadores que atuavam nessa modalidade (IFRN, 2012).

A guinada institucional aconteceu durante a transição para o IFRN, nos termos da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da qual as instituições tornaram-se pluricurriculares e multicâmpus, de educação superior, básica e profissional. Desse modo, receberam atribuições diversas e especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, pautadas pela conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as práticas pedagógicas. A nova institucionalidade revitalizou e ampliou a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, além de permitir a equivalência com as universidades federais no que se refere à regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior (IFRN, 2012).

Um dos reflexos dessas condições institucionais foi o aumento significativo das matrículas discentes em diversas modalidades de ensino durante o primeiro decênio de funcionamento do IFRN. Conforme se comprova pelos dados da Tabela 2:

TABELA 2
Discentes matriculados por ano e modalidade de ensino (2008-2018)

Modalidade	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Formação Inicial Contínua (FIC)	7.842	6.253	6.455	9.459	9.583	8.091	11.945	7.752	6.644	8.633	10.720
Técnicos Integrados		4.633	6.188	6.826	6.112	8.825	9.609	12.864	11.297	12.122	12.550
Técnicos Subsequentes	5.530		3.687	4.008	4.782	5.113	6.115	7.274	10.352	6.560	7.605
Técnicos Concomitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203	169
Graduação Tecnológica		1.334	1.088	1.297	1.504	1.896	2.223	2.751	2.679	3.330	3.531
Licenciatura	1.839										
Engenharia	-	-	-	-	-	-	-	-	40	62	91
Pós-Graduação	392	1.101	1.299	1.061	293	1.347	1.385	1.254	999	1.960	3.496
Total de matrículas	15.603	17.804	20.244	24.968	24.508	28.406	34.588	37.382	30.320	36.144	40.178

Fonte: IFRN (2009), IFRN (2016), IFRN (2023), IFRN, (c2024).

Nesse ínterim, também se efetivou o crescimento do quantitativo de servidores pós-graduados. Com isso, órgãos e setores internos da gestão institucional viabilizaram o cumprimento dos procedimentos burocráticos para a qualificação, permitindo a elevação dos níveis de educação formal ao promover: concessões de afastamento para o curso de pós-graduação stricto sensu; licenças de capacitação para a elaboração de trabalho de conclusão de curso de especialização, dissertação de mestrado e tese de doutorado; reserva de vagas para servidores em cursos de pós-graduação ofertados pela própria Instituição; e a formalização de parcerias com outras instituições para elevação da qualificação dos servidores efetivos do IFRN (Tabosa *et al.*, 2024).

Por fim, novos investimentos foram direcionados para a expansão e interiorização da Rede Federal no estado. O aproveitamento desses recursos culminou na atual configuração do IFRN – sob orientação dos potenciais sociais, econômicos e culturais locais –, então constituído por uma Reitoria e 22 câmpus distribuídos por todas as regiões do Rio Grande do Norte. O Quadro 1 pormenoriza tanto as estruturas criadas nas localidades quanto os fluxos da expansão e interiorização:

QUADRO 1
Localização dos câmpus do IFRN e os Arranjos
Produtivos Sociais e Culturais Locais (2024)

Mesorregião	Microrregião	Município/Câmpus	Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais (APLs)
Agreste Potiguar	Baixa Verde	João Câmara	Cajucultura e beneficiamento de castanha de caju e ovinocaprinocultura
	Borborema Potiguar	Santa Cruz	Avicultura, confecções e ovinocaprinocultura
	Agreste Potiguar	Nova Cruz	Bovinocultura de corte
		São Paulo do Potengi	Bovinocultura de leite
	Angicos	Lajes	Ovinocaprinocultura, bovinocultura de leite e artesanato em palhas e fibras
Central Potiguar	Seridó Ocidental	Caicó	Confecções/têxtil, rendas e bordados, tecelagem, bovinocultura de leite, laticínios e turismo rural
	Seridó Oriental	Currais Novos	Polpas, sucos de frutas e água de coco, confecções/têxtil, tecelagem, rendas e bordados, bovinocultura de leite e laticínios, piscicultura e pesca, mineração e turismo rural
		Parelhas	Bovinocultura de leite, cerâmica estrutural e telha cerâmica, piscicultura e pesca, artesanato em rendas e bordados, mineração e turismo rural
	Macau	Macau	Sal marinho, aquicultura na região costeira, cadeia produtiva do petróleo, gás e energia e carcinicultura, pesca e petróleo

Mesorregião	Microrregião	Município/Câmpus	Arranjos Produtivos Sociais e Culturais Locais (APLs)
Leste Potiguar	Natal	Natal - Central	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas, sucos de frutas e água de coco, aquicultura na região costeira, bovinocultura de leite, petróleo, gás e energia, confecções têxtil, flores e plantas ornamentais
		Natal - Cidade Alta	Turismo e hospitalidade e cultura
		Natal - Zona Norte	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas e sucos de frutas, água de coco, aquicultura na região costeira, bovinocultura de leite, petróleo, gás e energia, confecções têxtil, flores e plantas ornamentais
	Região Metropolitana de Natal	Parnamirim	APL da água mineral, movelaria, panificação, polpas e sucos de frutas, água de coco, aquicultura na região costeira, petróleo, gás e energia, confecções/têxtil e flores e plantas ornamentais
		São Gonçalo do Amarante	Bovinocultura de corte, laticínios, movelaria, polpas e sucos de frutas, água de coco, aquicultura na região costeira
	Macaíba	Ceará-Mirim	Cerâmica estrutural, aquicultura na região costeira, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, confecções/têxtil, flores e plantas ornamentais, piscicultura e pesca e turismo no litoral
	Litoral Sul	Canguaretama	Aquicultura na região costeira, carcinicultura e turismo no litoral
Oeste Potiguar	Chapada do Apodi	Apodi	Apicultura, cerâmica estrutural do Apodi-Assu, ovinocaprinocultura, laticínios, bovinocultura de leite, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, fruticultura, piscicultura e pesca e turismo rural
	Vale do Açu	Ipanguaçu	Apicultura bovinocultura de leite, agricultura, pecuária, cerâmica estrutural e fruticultura
		Jucurutu	Artesanato em rendas e bordados, confecções/têxtil, bovinocultura de leite, piscicultura e pesca
	Mossoró	Mossoró	Apicultura, aquicultura, cajucultura e beneficiamento de castanha de caju, fruticultura, ovinocaprinocultura, petróleo, gás e energia, APL de polpas e sucos de frutas, água de coco e turismo rural
	Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	Apicultura, bovinocultura de leite e ovinocaprinocultura
Todas	---	Natal - Zona Leste	Áreas diversificadas para a educação a distância

Fonte: IFRN (2023) e IFRN (c2024).

Nota: Os APLs não necessariamente definem as escolhas dos cursos ofertados em cada câmpus.

Legenda - Expansão e Interiorização:

- Unidade Sede (1967)
- Pioneiro na interiorização (1994)
- Fase I (2006-2007)
- Fase II (2007-2010)
- Fase III (2010-...).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na perspectiva teórico-metodológica da mesoabordagem e do paradigma relacional, este capítulo explorou as vinculações estabelecidas entre a Instituição educativa pesquisada e o contexto sociocultural que a circunda. Por conseguinte, constata-se que a Instituição educativa só cumpre seu papel histórico-social se atender às necessidades da sociedade na qual está inserida, tanto no tempo quanto no espaço. Esse compromisso é ainda mais crucial quando se trata de uma instituição que se destina à formação profissional para o mundo do trabalho.

Em síntese, o alcance de seu objetivo fundamental está condicionado à existência de um conjunto de requisitos necessários e suficientes para torná-lo plausível. Esses requisitos são indispensáveis e estão vinculados, entre outros fatores, à qualificação de gestores e docentes, ao tipo de formação escolar profissional realizada, à estrutura física da Instituição e às condições verificadas na sociedade, de tal modo que esta possa absorver os egressos formados nas áreas dos respectivos cursos.

A partir da compreensão das perspectivas e dos limites da formação realizada pela Instituição investigada e considerando os objetivos oficiais no decorrer de sua trajetória, procuramos evidenciar como as relações estabelecidas entre a Instituição educativa e a comunidade envolvida diferenciaram-se em quatro fases distintas do percurso histórico institucional, conforme a periodização proposta: a fase do ensino básico e a formação para a proteção social (1909-1942), a fase de transição (1942-1963), a fase do ensino secundário e a formação técnica para o mundo do trabalho (1963-1999) e a fase das institucionalidades contemporâneas, de 1999 até os dias atuais (2024), com a incorporação do ensino superior e da pós-graduação.

A periodização adotada, cabe ressaltar, não significa defesa de concepção linear ou evolucionista da história. Ao propô-la, pautamo-nos em uma opção metodológica capaz de sintetizar, com clareza, as diferentes características observadas nas quatro fases do percurso histórico institucional. Destacamos, sobretudo, a relevância histórica e social da Instituição educativa pesquisada para o desenvolvimento da sociedade potiguar. Ao longo de seu percurso secular, os impactos positivos das ações educativas ali desenvolvidas para milhares de estudantes são evidentes. Entre outros efeitos, produziram qualificação profissional e humanística, ampliação de oportunidades, melhorias na qualidade de vida e redução de consideráveis desigualdades.

REFERÊNCIAS

A ACADEMIA do pobre. *A Ordem*, Natal, p. 1, 1937.

BERRIO, J. R. Introducción a la historia de la educación social en España. Historia de la Educación. *Revista interuniversitaria*, n. 18, p. 5-11, 1999.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://share.google/OTDdGUflaug2iKD4A>. Acesso: 26 set. 2012.

BRASIL. *Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918*. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1918. Disponível em: <https://share.google/rZG6xXrVFqjXq52fd> Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Consolidação dos dispositivos concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices*. Campos: Artes Gráficas, Escola de Aprendizes Artífices, 1927.

BRASIL. *Decreto n. 8.673, de 3 de fevereiro de 1942*. Aprova o Regulamento do Quadro dos Cursos do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942a. Disponível em: <https://share.google/FWhp4n3TZGaMKNJbh> Acesso em: 3 mar. 2013.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942b. Disponível em: <https://share.google/tkqJYWSbDE697B4IG> Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942c. Disponível em: <https://share.google/FbwNxaSUYJZpg7Lw> Acesso em: 31 jan. 2013.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 8.590, de 8 de janeiro de 1946*. Dispõe sobre a realização de exercícios escolares práticos sob forma de trabalho industrial nas escolas técnicas e escolas industriais, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://share.google/C0HPdsFkJX-qeJNQfM> Acesso em: 25 nov. 2013.

BRASIL. *Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 50.492, de 25 de abril de 1961*. Complementa a regulamentação da Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, dispondo sobre a organização e funcionamento de ginásio industrial. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://share.google/Ns3FumWnYN71JmQdG> Acesso em: 25 nov. 2013.

BRASIL. *Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília/DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: <https://share.google/Aa0Lrb4Jcaoe-dxPR3> Acesso em: 29 ago. 2014.

BRASIL. *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em: 16 ago. 2014.

CAMELO, G. L. P.; MOURA, D. H. Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do Cefet/RN. In: PEGADO, E. A. da C. (org.). *A trajetória do Cefet/RN: do início do século 20 ao alvorecer do século 21*. Natal: Ed. IFRN, 2006.

CHAMON, C. S. *Educação, trabalho e proteção social no início da República brasileira*. Vitória: Unifesp, 2011. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/926.pdf Acesso em: 31 dez. 2014.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília/DF: Flacso, 2000.

CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília/DF: Flacso, 2005.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de Material de Consumo*. Natal: Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte, 1936. Manuscrito.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Ata da reunião de professores realizada no dia 7 de novembro de 1962*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1962a. Livro único, p. 2.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Ata da reunião de professores realizada no dia 17 de setembro de 1962*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1962b. Livro único, p. 17.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Ata da reunião de professores realizada no dia 17 de setembro de 1962*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1962c. Livro único, p. 19.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Ata da reunião de professores realizada no dia 5 de dezembro de 1962*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1962d. Livro único, p. 28.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Ata da reunião de professores realizada no dia 4 de março de 1964*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1964. Livro único, p. 35.

ESCOLA INDUSTRIAL DE NATAL. *Registro de Atas das Sessões de Professores*. Natal: Escola Industrial de Natal, 1963. Livro único.

ESCOLA Industrial: inauguração é hoje. *Diário de Natal*, Natal, p. 3, 1967.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de matrículas*. Natal: Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, 1971. Manuscrito.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino técnico no Brasil*. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986a. v. 1.

FONSECA, C. S. da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986b. v. 2.

IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2009-2015)*. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/pdis>
Acesso em: 2 jul. 2024.

IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). *Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva*. Natal: EDIFRN, 2012. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/ensino/projeto-politico-pedagogico>
Acesso em: 5 jul. 2024.

IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)*. Natal: IFRN, 2016. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/pdis>
Acesso em: 5 jul. 2024.

IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). *Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026)*. Natal: IFRN, 2023. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/pdis>
Acesso em: 5 jul. 2024.

IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte). *PDIs anteriores*. Rio Grande do Norte: IFRN, c2024. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico/pdis/>
Acesso em: 29 set. 2024.

LICEU INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Livro de Matrículas*. Natal: Liceu Industrial do Rio Grande do Norte, 1937.

MAGALHÃES, J. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. São Francisco, 2004.

MEDEIROS, A. L. de. *A forja e a pena: técnica e humanismo na trajetória da Escola de Aprendizes Artífices de Natal à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. IFRN, 2011.

MEIRELES, E. C. de. Da Escola de Aprendizes Artífices ao Centro Federal de Educação Tecnológica: uma análise econômica. In: PEGADO, E. A. da C. (org.). *A trajetória do Cefet/RN: do início do século 20 ao alvorecer do século 21*. Natal: Ed. IFRN, 2006.

NESI, J. F. L. *Caminhos de Natal*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2002.

PEGADO, E. A. da C. Reflexos da história no cotidiano institucional desde a Escola de Aprendizes e Artífices até o Cefet/RN. In: PEGADO, E. A. da C. (org.). *A trajetória do Cefet/RN: do início do século 20 ao alvorecer do século 21*. Natal: Ed. IFRN, 2006.

PEREIRA, U. Á. *Políticas de educação profissional técnica e de ensino médio no Brasil: a implementação no Cefet/RN (1998-2008)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

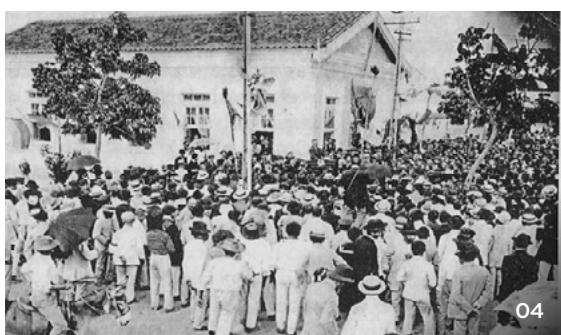
RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Oitava Legislatura em 1º de novembro de 1913, pelo governador Alberto Maranhão*. Natal: Typografia d'A República, 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da Primeira Sessão da Sétima Legislatura, em 1º de novembro de 1910, pelo governador Alberto Maranhão*. Natal: Typografia d'A República, 1910.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capa-nema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, F. C. O. de. *Em nome da ordem e do progresso: a formação profissional no percurso da Escola de Aprendizes Artífices à Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (1909-1971)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Natal, 2015.

TABOSA, W. A. F. et al. (org.). *IFRN 10 anos de criação em mais de um século de história*. Natal: IFRN, 2019. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1763> Acesso em: 5 jul. 2024.

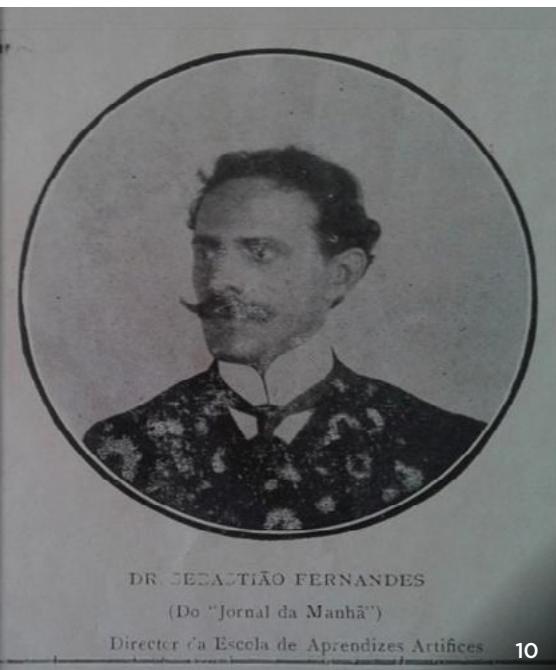




08



09



DR. SEBASTIÃO FERNANDES

(Do "Jornal da Manhã")

Director da Escola de Aprendizes Artífices

10



11



12



13



14



15

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Cerimônia de encerramento do ano letivo de 1910 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 02 Batalhão Escolar discente em exercícios de esgrima em 1913 | Fonte: Arquivo de Augusto Tavares de Lyra, sob a guarda atual de Francisco Anderson Tavares de Lyra.
- 03 Sede da Instituição durante o período de 1914 a 1967 | Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).
- 04 Inauguração do Natal Clube em 1906, local onde funcionou provisoriamente a Escola de Aprendizes Artífices (na transição dos anos letivos de 1913-1914) | Fonte: Nesi (2002, p. 55).
- 05 Exposição e venda de trabalhos realizados por alunos da Escola Industrial de Natal em 1942 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 06 Solenidade de Colação de Grau, presidida pelo diretor Jeremias Pinheiro, no Salão Nobre da Escola Industrial de Natal em 1950 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 07 Cerimônia de formatura na Escola Industrial de Natal em 1945 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 08 Alunos no refeitório da Escola Industrial de Natal em 1965 | Fonte: Acervo de Ronaldo de Oliveira Barreto, ex-aluno do curso de Estradas.
- 09 Vista aérea da Escola Industrial Federal do Rio Grande do Norte em 1966 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 10 Dr. Sebastião Fernandes de Oliveira, 1º diretor da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte | Fonte: Arquivo de Tavares de Lyra, sob a guarda atual de Francisco Anderson Tavares de Lyra.
- 11 Primeira equipe de funcionários da Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Norte em 1910 – em pé, professor de Desenho e mestres de oficinas; sentados, professora Maria do Carmo Torres Navarro, o diretor, Sebastião Fernandes de Oliveira, o escrutarário e o porteiro-contínuo | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 12 Instalação e posse do Conselho de Representantes em 1961 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 13 Apresentação de coral durante a Hora Cívica em 1950, com destaque para o integrante do Corpo de Vigilantes, cuja braçadeira caracteriza-o (primeiro aluno da esquerda para a direita na fila inicial) | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.
- 14 Grupo de estudantes de diferentes regiões do Brasil formado pela Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (CBAI), em Curitiba/PR no ano de 1964 – entre eles, os estudantes da Escola Industrial de Natal Adalberto, Aécio Flávio, Antonio Fernandes de Carvalho, Dantas, Luiz Tomaz, Humberto, Janilson Dias de Oliveira e Manoel Batista, Mariberto e Paulo Xavier | Fonte: Medeiros (2011, p. 76).
- 15 Assinatura de convênio ETFRN-Volkswagen em 1974 | Fonte: Arquivo do IFRN/Câmpus Natal – Central.

MEMÓRIA E LEGADO

A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

JOSÉ SOLON SALES E SILVA¹

DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

A Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, criada em 1909, iniciou seu funcionamento em 24 de maio de 1910. Conforme o decreto de criação, a unidade da federação deveria instalá-la em um prédio federal ou cedido pela unidade federada, porém, na Fortaleza/CE do início do século XX, os edifícios públicos eram poucos, e a cidade ainda era precária em serviços.

De acordo com Souza (2010, p. 3):

Seus edifícios deveriam pertencer à União ou ser cedidos pelo Governo do Estado para sua instalação. Cabe observar que isso aconteceu, por exemplo, em Manaus, onde a Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas ficou inicialmente instalada em uma chácara pertencente ao Governo do Estado.

Da promulgação do decreto criador da Escola de Aprendizes Artífices até sua instalação decorreram oito meses, tempo necessário para

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro (2013), atua como professor titular do Instituto Federal do Ceará. Pesquisa sobre turismo, folclore, planejamento turístico, cultura, agências de turismo e transportes turísticos, turismo cemiterial, elaboração de roteiros turísticos, etiqueta, ceremonial e protocolo e enologia. E-mail: memorial@ifce.edu.br

a aquisição do local onde a Instituição funcionaria: o antigo prédio da Companhia de Aprendizes Marinheiros, uma modesta casa que pertenceu a Joaquim da Cunha Freire, o barão de Ibiapaba, rico comerciante de Fortaleza na segunda metade do século XIX.



Figura 1. Joaquim da Cunha Freire, o barão de Ibiapaba²

Fonte: Joaquim [...] (2018).

² Joaquim da Cunha Freire, filho do sr. Felisberto Correia da Cunha e de d. Custódia Ribeiro da Cunha, nasceu em Cauípe, Caucaia, em 18 de outubro de 1827. Desde muito cedo, dedicou-se ao comércio e, consequentemente, atingiu fabulosa fortuna. Na vida pública, foi vice-presidente da Província várias vezes e chefe político de grande influência, tendo colaborado com inúmeras benfeitorias em Fortaleza/CE. Casou-se com a senhora Maria Eugênia dos Santos. Por decreto imperial de 17 de janeiro de 1874, tornou-se o primeiro barão de Ibiapaba. Em Fortaleza, mandou edificar um sobrado na Rua da Praia, utilizado mais tarde para sediar a Escola de Aprendizes Marinheiros e, posteriormente, a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará.



Figura 2. Prato de porcelana francesa do século XIX com superfície de fundo branco, friso azul e dourado e borda com as iniciais e o brasão de armas do Barão de Ibiapaba, leiloado em 4 de outubro de 2016, na casa de leilões Marise Domingues Arte & Leilão, em São Paulo/SP

Fonte: Marise Domingues (2023).



Figura 3. Sobrado do Barão de Ibiapaba na Rua da Praia, onde funcionou inicialmente a Escola de Aprendizes Artífices, de 1910 a 1914

Fonte: Nobre (2012).

A Companhia de Aprendizes Marinheiros mudou-se para um prédio-barracão no local onde hoje funciona a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. Nesse período, ela encontrava-se sob o comando do capitão-tenente Miguel de Castro Caminha, que o exerceu de 25 de fevereiro de 1910 a 22 de janeiro de 1914. A casa onde se instalou a Escola de Aprendizes Artífices situava-se na Rua da Praia, atual Avenida Pessoa Anta, nas imediações da Caixa Cultural.



Figura 4. A linha vermelha da imagem marca a Avenida Pessoa Anta, antiga Rua da Praia, local do primeiro endereço do IFCE

Fonte: Google Maps, 2015.

Na Fortaleza dos anos 1920, havia uma única linha de bonde, chamada de Caminho da Praia, para chegar à Escola. Saindo da Rua Floriano Peixoto, percorria a Rua Castro e Silva, passando pela Praça da Sé, e seguia pela Avenida Alberto Nepomuceno até a Rua da Praia. Em seguida, tomava a Avenida Almirante Tamandaré até a Rua dos Tabajaras e voltava pelo mesmo trajeto até a Praça da Sé. Todavia, o bonde era o meio de transporte utilizado pela elite, não se permitindo passageiros das classes menos privilegiadas, o que suscita dúvidas sobre as condições de transporte para os alunos abrangidos pelo decreto de criação da Escola.

Ofertavam-se as oficinas de Marcenaria e Carpintaria, Serralharia e Ferraria, Alfaiataria, Sapataria e Tipografia. Posteriormente, ofereceram-se curso primário, curso de Desenho e oficina de Mecânica. A oficina de Tipografia e Encadernação foi inaugurada em 25 de maio de 1910, as de Sapataria e Alfaiataria, em 7 de setembro de 1911, e as de Marcenaria e Carpintaria, Serralharia e Mecânica, em janeiro de 1912. Em 1913, adquiriram-se maquinários destinados à movimentação a motor das oficinas, inaugurados somente em 21 de novembro de 1915. O Quadro 1 apresenta as peças de grande valia para o ensino naquela época:

QUADRO 1
Peças utilizadas nas oficinas

Oficinas	Peças
Ferraria e Serralharia e de Mecânica	1 motor vertical sistema “swiderski” de força de 25HP; 1 máquina de furar ferro; 1 torno mecânico com transmissão intermediária; 1 máquina de atarraxar parafuso com transmissão intermediária; 1 máquina pequena de furar ferro; 1 ventilador com transmissão intermediária.
Marcenaria e Carpintaria	1 máquina de aplinar; 1 máquina de abrir mechas; 1 máquina de serrar (serra circular); 1 torno; 1 máquina para escavação de mechas de venezianas; 1 máquina de serrar (de fita).
Tipografia e Encadernação	1 máquina de impressão “La Monette”; 1 máquina de impressão “Diamante”; 1 máquina de cortar papel.
Sapataria	1 máquina bigorna para costurar; 1 máquina bigorna larga para costurar; 1 máquina de costurar ponto de vista; 1 máquina de pregar salto; 1 máquina de esmerilhar solados; 1 máquina de lustre; 1 máquina de cilindrar sola; 1 máquina de abrir ofendidos; 1 máquina de enformar calçados.

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em 1914, o Almanaque do Ceará publica a seguinte lista a respeito da Escola de Aprendizes Artífices (Câmara, 1914):

Diretor: Carlos Câmara
Secretário: José Araripe
Porteiro: Eugênio Gomes de Lima
Professor de Desenho: Adolpho Pompeu de Arruda
Adjunto de Desenho: Virgílio Gomes de Oliveira
Professora do curso primário: Helena da França Alencar
Adjunta do curso primário: Amélia de Castro
Mestre da oficina de Tipografia: Francisco R. Cavalcante
Mestre da oficina de Sapataria: José Francisco Cyrino
Mestre da oficina de Alfaiataria: Raymundo Rodrigues

Quanto ao número de matrículas, a tabela a seguir mostra os quantitativos de 1910 a 1920:

TABELA 1

Quantitativo de matrículas nas oficinas, de 1910 a 1920

ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS NAS OFICINAS
1910	128
1911	100
1912	118
1913	197
1914	330
1915	300
1916	258
1917	317
1918	281
1919	182
1920	217

Fonte: Anuário do Ceará (1922).

Em publicação de 1922, o diretor Carlos Câmara listou os concluintes das oficinas dos anos de 1910 a 1921. Nessa época, a maioria dos alunos, que era pobre e trabalhadora, evadia-se por precisar de meios de sobrevivência ou por outros empecilhos à finalização das oficinas. Dessa forma, o quadro a seguir mostra os primeiros alunos a concluírem os cursos integralmente.

QUADRO 2

Concluintes das oficinas de 1910 a 1921

OFICINA	QUANTIDADE	ALUNOS
Alfaiataria	2	Francisco de Assis e Silva José Gonçalves
Tipografia e Encadernação	2	Alfredo Faustino Octávio Cavalcante Bastos.
Marcenaria e Carpintaria	5	Manoel Soares da Silva Francisco Cavalcante Costa Raymundo Lopes Carneiro José Gonçalves Ramos Walfrido de Souza
Ferraria e Serralharia e Mecânica	4	Francisco Ehrich Filho Raymundo Felippe Raymundo de Castro Cunha Francisco Soares da Costa

Fonte: Câmara (1921).

Em 1921, é informado no Almanaque do Ceará que “a Escola mantém uma Associação Cooperativa e de Mutualidade, com um fundo social de mais de 14.000\$000, e se destina a socorrer os alunos em caso de moléstia e acidentes” (Câmara, 1921). De acordo com o Almanaque do Ceará “a todos esses alunos foram fornecidos, pela Associação Cooperativa e de Mutualidade, as ferramentas e utensílios indispensáveis para o seu ofício, de acordo com o dispositivo regulamentar” (Câmara, 1922, p. 125).

Em 1928, é criada a seção de Artes Gráficas, substituindo a oficina de Tipografia e Encadernação, tendo o professor Jorge Raupp como mestre.



Figura 5. A linha do bonde “Caminho da Praia” na segunda década do século XX, em Fortaleza/CE

Fonte: Nobre (2012a).

A Escola de Aprendizes Artífices funcionou por quatro anos na Rua da Praia, mudando-se pela primeira vez, em 1914, para a Praça Marquês de Herval, atual Praça José de Alencar. Instalou-se em local central, vizinho ao Theatro José de Alencar, em amplo prédio onde funcionava o Batalhão de Segurança, passando a ter melhorias no ensino dos ofícios.



Figura 6. Prédio do Batalhão de Segurança em 1904, para onde se mudou a Escola de Aprendizes Artífices do Ceará em 1914

Fonte: Acervo institucional (2017).

Após a Revolução de 1930,³ por meio de decreto presidencial de Getúlio Vargas, a Escola de Aprendizes Marinheiros foi extinta em 5 de novembro de 1931, sendo restaurada somente em 1940, e a Escola de Aprendizes Artífices, em 1932, ganhou nova sede na Avenida Filomeno Gomes, n. 30, no Bairro Jacarecanga, bastante adaptada para suas atividades.



Figura 7. Sede da Escola de Aprendizes Artífices de 1932 a 1937, na Avenida Filomeno Gomes, em Fortaleza/CE

Fonte: Almanaque do Ceará (1922).

Durante o governo Vargas, o país ingressou na era da indústria, em parte por negociações com o governo americano. A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, reestruturou o Ministério da Educação e Saúde Pública e estabeleceu, no artigo 37, que as Escolas de Aprendizes Artífices, mantidas pela União, seriam transformadas em Liceus e se destinariam ao ensino profissional de todos os ramos (Brasil, 1937). No Ceará, a Instituição passou a denominar-se Liceu Industrial de Fortaleza.

Com a nova denominação e a recriação da Escola de Aprendizes Marinheiros, o Liceu Industrial de Fortaleza mudou-se mais uma vez, passando a funcionar, de 1937 a 1940, no prédio anteriormente ocupado pelo Liceu do Ceará, na Praça dos Voluntários, no centro de Fortaleza. Posteriormente, a edificação foi demolida para ali serem construídas as instalações da Secretaria de Polícia e Segurança Pública.

³ Movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, que culminou em um golpe de Estado.



Figura 8. Primeiro prédio do Liceu do Ceará, de 1845 até 1935⁴
Fonte: Nobre (2012b).

Em 17 de janeiro de 1940, Francisco de Menezes Pimentel, o interventor federal no Ceará, cargo equivalente ao de governador, doou um terreno com 29.973 m² para a construção definitiva do Liceu Industrial de Fortaleza. O terreno, situado no Bairro do Prado, abriga hoje o Câmpus Fortaleza, que outrora também foi sede do IFCE. Nesse mesmo ano, a Instituição fez mais uma mudança de endereço, dessa vez para um prédio situado na Rua 24 de Maio, n. 230, no centro de Fortaleza.



Figura 9. Prédio onde funcionou o Liceu Industrial do Ceará e posteriormente a Escola Industrial de Fortaleza de 1940 até 1952
Fonte: Nobre (2011).

⁴ Em 1935, a sede se mudou para onde se encontra até hoje, na Praça Gustavo Barroso, no Bairro Jacarecanga. Nesse prédio, o Liceu Industrial de Fortaleza funcionou de 1937 a 1934.

Dirigia a Instituição naquela época o Dr. Waldir Diogo de Siqueira, que, ao ser convidado, em 1939, para o cargo de diretor, pensou em declinar do convite, mas acabou aceitando o desafio em função de a Instituição não ter a atenção governamental merecida, o que impedia sua expansão por falta de instalações próprias e dignas para atendimento ao alunado. Tão logo assumiu o cargo, tratou de conseguir o terreno para a instalação definitiva do Liceu e contratou Emilio Hinko, arquiteto húngaro radicado em Fortaleza desde os anos 1920, para projetar a sede na Avenida Treze de Maio, no Bairro Benfica.

Emilio Hinko formou-se pela Escola Politécnica da Hungria em engenharia e arquitetura, possuía uma construtora sediada no Rio de Janeiro e teve como um dos principais clientes o Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo projetado e construído também as Escolas de Salvador e Teresina. Interessante notar o ecletismo do arquiteto em relação aos três edifícios, pois, apesar de ter sofrido forte influência clássica, o prédio da Escola da Bahia já se traduzia em um edifício de doze andares com linhas modernas, enquanto os prédios de Fortaleza e de Teresina tinham um andar, em função dos terrenos: os dois últimos, mais amplos e em áreas com baixo índice de ocupação; e o de Salvador, em área exígua e populosa.

O Benfica é um bairro que começou a ser povoado nos anos 1910, ao redor da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, e recebeu esse nome pelo fato de o construtor da igreja, sr. João Antônio do Amaral, ter sido um português nascido na freguesia de Benfica, pertencente ao concelho de Lisboa, sendo contígua a esta. A história do bairro também se liga ao banqueiro e coronel José Gentil Alves de Carvalho, que ali adquiriu uma mansão em 1909, levando sua família de Sobral para residir numa chácara onde hoje tem sede a Reitoria da Universidade Federal do Ceará.

A nova sede do Liceu, doada pelo Estado, se situaria no campo do Prado, assim chamado por existir ali um campo de futebol onde hoje se localiza o Estádio Presidente Vargas, ao lado de uma pista de corridas de provas de turfe, mas a inauguração do prédio aconteceu somente em 19 de março de 1952. A concepção do edifício teve influência do estilo protomoderno, visível mediante platibandas escalonadas, motivos geométricos com funções decorativas e marquises que adornam janelas e portas.

De acordo com Roesler e Moura (2009, p. 11):

Destacam-se nestas edificações protomodernas princípios de composição clássicos expressos através da tripartição e simetria, despojamento decorativo, preocupação com detalhes técnicos que auxiliam na durabilidade do edifício, os quais, ao mesmo tempo são linhas importantes da composição volumétrica, marcação do acesso e das esquinas dos edifícios.

A construção, oriunda da arquitetura religiosa, projetava para a área interna um prédio em claustro, reverenciando as edificações delineadas para o saber ao longo da história, e tinha um jardim, que caracteriza essa arquitetura. Hoje, o claustro é ocupado por uma piscina semiolímpica, mas conserva a função de bem formar e bem educar a comunidade cearense.



Figura 10. Escola Industrial de Fortaleza logo após sua inauguração, no início dos anos 1950
Fonte: Nobre (2011).



Figura 11. Retrato de Emilio Hinko
Fonte: Nobre (2010).



Figura 12. Prédio do Instituto Federal da Bahia (IFBA), no Bairro do Barbalho, projetado por Emílio Hinko

Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.



Figura 13. Instituto Federal do Piauí (IFPI), outro projeto de Emílio Hinko

Fonte: Câmpus [...] (2012).

A construção e a inauguração da sede própria da Escola de Teresina, nos anos 1940, em terreno doado pela Prefeitura Municipal, caracterizaram-se por apresentar uma arquitetura *art déco*.

Os três prédios funcionam até hoje, tendo todos eles passado por uma série de intervenções exigidas pelas necessidades atuais, por exemplo o atendimento a especificações de acesso, como rampas, pisos táteis e elevadores, e a modernização dos próprios espaços.

Em 28 de agosto de 1941, a Instituição recebeu uma nova denominação por meio de despacho do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, passando a se chamar Liceu Industrial do Ceará. Posteriormente, uma série de outras denominações lhe foram dadas, tentando-se refletir o momento histórico e as transformações pelas quais passava: Escola Industrial de Fortaleza, mediante o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942; Escola Industrial Federal do Ceará, em 1965,

na gestão de Castelo Branco; Escola Técnica Federal do Ceará, instituída mediante portaria ministerial em 1968, conferindo-lhe nomenclatura até hoje lembrada por muitos cearenses; Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, por meio da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, cuja implantação se efetivou apenas em 1999; por fim, em 2008, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

O Quadro 3 apresenta todas as nomenclaturas e a legislação correspondente.

QUADRO 3
Nomenclaturas do IFCE e legislação correspondente

ANO	DENOMINAÇÃO
1909	Escola de Aprendizes Artífices do Ceará, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro, durante o governo de Nilo Peçanha.
1937	Liceu Industrial de Fortaleza, mediante a Lei n. 378, de 13 de janeiro, durante o governo de Getúlio Vargas, que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. O art. 10 da referida lei criou o Departamento Nacional de Educação com oito divisões, entre elas a Divisão de Ensino Industrial, e o art. 37 transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus. A Divisão de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde criou um sistema de Liceus em todo o território do país.
1941	Liceu Industrial do Ceará, por intermédio de despacho do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, de 28 de agosto.
1942	Escola Industrial de Fortaleza, mediante o Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro. Ainda quando tinha esse nome, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, transformou a Instituição em autarquia, dando-lhe autonomia financeira e administrativa, e incorporou a missão de formar técnicos de nível médio.
1965	Escola Industrial Federal do Ceará, mediante a Lei n. 4.759, de 20 de agosto, durante o governo do cearense Humberto de Alencar Castelo Branco.
1968	Escola Técnica Federal do Ceará, pela Portaria n. 331, de 6 de junho de 1968, do Ministério da Educação e Cultura, no governo do marechal Artur da Costa e Silva.
1994	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, mediante a Lei n. 8.948, de 8 de dezembro, durante o governo de Itamar Augusto Cautiero Franco. A referida lei, no entanto, condiciona no art. 3º: § 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.
1999	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, mediante o Decreto s/n de 22 de março, que dispõe sobre sua implantação por meio da transformação e mudança de denominação da autarquia Escola Técnica Federal do Ceará. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, aprova o Regimento Interno do Cefet/CE pela Portaria n. 845.
2008	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, mediante a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro.

Fonte: Silva (2017).

QUADRO 4

Duração das pessoas jurídicas a partir da Escola de Aprendizes Artífices do Ceará até o Instituto Federal do Ceará

PERÍODO	NOMENCLATURA
De 1909 a 1937 (28 anos)	Escola de Aprendizes Artífices do Ceará
De 1937 a 1941 (4 anos)	Liceu Industrial de Fortaleza
De 1941 a 1942 (1 ano)	Liceu Industrial do Ceará
De 1942 a 1965 (23 anos)	Escola Industrial de Fortaleza
De 1965 a 1968 (3 anos)	Escola Industrial Federal do Ceará
De 1968 a 1994 (31 anos)	Escola Técnica Federal do Ceará
De 1994 a 2008 (9 anos)	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
A partir de 2008	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Fonte: Silva (2017), adaptado da legislação brasileira.

No que tange à Escola Técnica Federal do Ceará, destaca-se que o ano inicial da sua expansão foi 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e a gestão institucional do professor Samuel Brasileiro Filho. Nesse ano, inauguraram-se duas Unidades de Ensino Descentralizadas (Uneds), uma localizada no município de Cedro/CE, que teve autorização em maio de 1995 e início de funcionamento a partir de 11 de setembro do mesmo ano, ofertando o Pró-Técnico, curso preparatório para ingresso em seus cursos de Mecânica e Eletrotécnica; e a outra em Juazeiro do Norte/CE, que iniciou seu funcionamento também em 11 de setembro de 1995, oferecendo os cursos técnicos de Eletrônica e Edificações na modalidade de ensino integrado (ensino médio e técnico).

Já em 14 de setembro de 2004, o Decreto n. 5.225 é sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a competência institucional dos Cefets para ministrarem ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu. Em 13 de novembro de 2007, a Uned Maracanaú é inaugurada na Região Metropolitana de Fortaleza, cujas atividades iniciaram antes da inauguração do prédio, tendo em vista seu primeiro curso (Técnico em Desenvolvimento de Software) datar de 2006, com 40 alunos, que eram transportados até o Câmpus Fortaleza para as aulas até a conclusão do prédio de Maracanaú.

O Decreto n. 5.225 foi revogado pelo Decreto n. 5.773, de 2006, que por sua vez foi revogado pelo Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que vigora até hoje e dispõe sobre o exercício das funções de regulamentação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Com a aprovação da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Centros Federais de Educação Tecnológica tornaram-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições de educação básica, profissional e superior. São Instituições de Ensino Superior (IES), pluricurriculares e multicâmpus, que, para efeito de incidência das disposições que regem a regulação, são equiparadas às universidades federais, mas têm maior abrangência na área de formação, pois também formam no ensino básico.

Ao ser instalado, o IFCE teve como primeiro reitor (*pro tempore*), de 2008 a 2012, o professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, cuja maior missão foi instalar e consolidar o IFCE. Para tanto, criou a primeira equipe da reitoria, constituída pelos professores: Virgílio Augusto Sales Araripe, pró-reitor de Administração; Gilmar Lopes Ribeiro, pró-reitor de Ensino; Francisco Gutenberg Albuquerque Filho, pró-reitor de Extensão; Franco de Magalhães Neto, pró-reitor de Desenvolvimento Institucional; Glória Maria Marinho Silva, pró-reitora de Pesquisa e Inovação. Em 2011, o prof. Cláudio Ricardo também foi presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

A reitoria funcionou inicialmente em salas do IFCE/Câmpus Fortaleza, de 2008 a 2011, ano em que foram alugadas três casas no Bairro Joaquim Távora, sendo o Gabinete do Reitor e as assessorias instalados na Rua Dr. José Lourenço, n. 3000. As outras duas casas ficavam próximas, em um mesmo quarteirão. Em uma delas, situada na Rua Lívio Barreto, n. 94, foram instaladas as Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, além da Diretoria de Assistência Estudantil. Na terceira casa, situada na Rua Júlio Siqueira, n. 193, funcionavam as demais diretorias ligadas à reitoria. Posteriormente, a casa da Rua Dr. José Lourenço foi pedida pelo proprietário, que não quis renovar o contrato de aluguel, de modo que o Gabinete do Reitor se mudou para uma casa na Avenida Rui Barbosa, n. 2847, a um quarteirão da casa da Rua Lívia Barreto.

Em sua gestão, houve a unificação do Câmpus Fortaleza com as unidades descentralizadas (Cedro, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú e Sobral) e as Escolas Agrotécnicas (Iguatu e Crato), bem como a criação de outros câmpus e câmpus avançados do IFCE em: Acaraú (2010), Canindé (2010), Crateús (2010), Limoeiro do Norte (2008), Quixadá (2008), Sobral (2008).

QUADRO 5

Datas de criação das unidades institucionais do IFCE

CÂMPUS	DATA DE CRIAÇÃO	PRIMEIRO DIRETOR
(1) Fortaleza	Inauguração: 1909 Decreto n. 7.556, de 23 de setembro de 1909	José Pompeu de Sousa Brasil
(2) Crato	Inauguração: 1954, como Escola Agrotécnica Decreto n. 22.470, de 20 de janeiro de 1947	Solon Pinheiro Teles (1955-1964)
(3) Iguatu	Inauguração: 1955, como Colégio de Economia Doméstica Rural Elze Barreto Em 1979, Escola Agrotécnica Federal de Iguatu DOU de 23 de março de 1955 e EAT/Iguatu em 1979	Elze Alves Lima Verde Montenegro
(4) Umirim	1990 - Unidade descentralizada da Escola Agrotécnica do Crato 2008 - Câmpus Avançado do IFCE/Câmpus Crato 2013 - IFCE/Câmpus Umirim Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Anderson Ibsen Lopes de Souza (2013-2020)
(5) Juazeiro do Norte	Início das atividades: 11 de setembro de 1995 Inicialmente Uned do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará Portaria MEC n. 523, de 10 de maio de 1995	Fernando Macêdo Carneiro (1994-1998)
(6) Cedro	Inauguração: 11 de setembro de 1995 Inicialmente unidade descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará Portaria MEC n. 523, de 23 de setembro de 1995	Francisco Wellington Alves de Souza (1995-1998)
(7) Maracanaú	Portaria MEC n. 2027, de 28 de dezembro de 2006 Inauguração: 2007 Inicialmente Uned do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	Júlio César da Costa e Silva (2006-2021)
(8) Limoeiro do Norte	Portaria MEC n. 687, de 9 de junho de 2008	José Façanha Gadelha (2009-2016)
(9) Sobral	Oficialmente criada em 9 de junho de 2008, mediante Portaria n. 689, do Ministério da Educação	Reuber Saraiva de Santiago (2009-2013)
(10) Quixadá	Início das atividades: 10 de junho de 2008 Portaria MEC n. 688, de 9 de junho de 2008	Aristides de Souza Neto
(11) Reitoria	Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008	Cláudio Ricardo Gomes de Lima
(12) Tauá	Inauguração como Câmpus Avançado: 20 de novembro de 2009 Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Antônio de Sá e Silva (2010-2012)
(13) Aracati	Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	José Orlando Medeiros da Silva (2011-2014)
(14) Baturité	Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Francisco Eugênio de Lima
(15) Tianguá	Inauguração como Câmpus Avançado: 28 de julho de 2010 Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	José Monteiro de Souza (2010-2013)

CÂMPUS	DATA DE CRIAÇÃO	PRIMEIRO DIRETOR
(16) Canindé	Portaria MEC n. 374, de 29 de março de 2010 Inauguração: 23 de novembro de 2010 Entrega solene à comunidade: 4 de maio de 2011	Evandro Martins
(17) Crateús	Portaria MEC n. 375, de 29 de março de 2010 Conclusão parcial da obra: julho de 2010 Inauguração: 29 de novembro de 2010	Francisco Charles Teixeira de Vasconcelos (2010-2012)
(18) Acaraú	Portaria MEC n. 373, de 29 de março de 2010	Amilton Nogueira de Vasconcelos (2010-2013)
(19) Jaguaribe	Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Rosilmar Alves dos Santos
(20) Camocim	Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Amilton Nogueira de Vasconcelos
(21) Caucaia	Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Rodrigo Freitas Guimarães (2011-2018)
(22) Tabuleiro do Norte	Inauguração como Câmpus Avançado: 17 de abril de 2012 Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Cícero de Alencar Leite
(23) Guaramiranga	Termo de cessão de uso: 10 de julho de 2012 Portaria MEC n. 505, de 10 de junho de 2014	Francisca Ione Chaves
(24) Morada Nova	Inauguração como núcleo avançado do Câmpus de Limoeiro do Norte: 27 de fevereiro de 2010 Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Maria Beatriz Cláudio Brandão
(25) Ubajara	Inauguração como Câmpus Avançado: 2011 Portaria MEC n. 330, de 23 de abril de 2013	Agamenon Carneiro da Silva (2011-2018)
(26) Jaguaruana	Inauguração: 2014 Portaria MEC n. 505, de 10 de junho de 2014	Francisco Evandro de Melo
(27) Itapipoca	Inauguração como Câmpus Avançado: 26 de janeiro de 2015 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Alencar Tavares
(28) Pecém	Termo de cessão: novembro de 2015 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Marcel Ribeiro Mendonça (2016-2021)
(29) Polo de Inovação Fortaleza	Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Cristiane Borges Braga
(30) Boa Viagem	Inauguração: 9 de maio de 2016 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	João Paulo Arcelino Rego (2016-2020)
(31) Horizonte	Autorização de funcionamento: 2016 Portaria n. 378, de 9 de maio de 2016, publicada no DOU de 10 de maio de 2016 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Antônio Moisés Filho de Oliveira Mota

CÂMPUS	DATA DE CRIAÇÃO	PRIMEIRO DIRETOR
(32) Paracuru	Inauguração: 9 de agosto de 2016 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Toivi Masih Neto
(33) Acopiara	Ínicio das atividades em sede provisória: 2017/2 Inauguração das instalações oficiais: 27 de abril de 2018 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Maria Eliani Holanda Coelho (2017-2021)
(34) Maranguape	Inauguração: 21 de dezembro de 2018 Portaria MEC n. 378, de 9 de maio de 2016	Robson da Silva Siqueira (2018-2024)
(35) Mombaça	Inauguração: 27 de novembro de 2020 Portaria MEC n. 2.265 de 22 de junho de 2018	Raimundo Eudes de Souza Bandeira
(36) 2 Câmpus em Fortaleza	2024	-
(37) Campos Sales	2024	-
(38) Cascavel	2024	-
(39) Lavras da Mangabeira	2024	-
(40) Mauriti	2024	-

Fonte: Elaboração própria (2024).

No início dos anos 2010, a Instituição recebeu a proposta de um contrato de cessão de uso gratuito do antigo Palácio Guaramiranga, que foi residência de veraneio dos governadores do Ceará ainda no século passado. A cessão de uso foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e a assinatura do termo ocorreu em 10 de julho de 2012. Com esse equipamento, o IFCE passa a ser o primeiro Instituto no Brasil a possuir um hotel-escola aberto para atendimento ao público em geral.

O hotel-escola iniciou seu funcionamento ao público em 2014 e continua com sua missão até os dias de hoje. Essa ação foi de grande benefício para a área do turismo, hospitalidade e lazer, assim como para a gastronomia, pois o equipamento conta com uma moderna cozinha pedagógica, além de cozinha completa no restaurante que atende a sociedade, o que veio a fortalecer e engrandecer a formação do aluno nessa área.

Cláudio Ricardo Gomes de Lima é atualmente professor titular aposentado do IFCE. No final de 2005, foi eleito pela comunidade

acadêmica diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefet/CE) e exerceu tal função até 2008. Tornou-se o primeiro reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, para o mandato de 2008 a 2012. No âmbito da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), foi secretário municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, secretário executivo do Turismo e presidente da Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinova).

O segundo e terceiro reitor do IFCE, professor Virgílio Augusto Sales Araripe, assumiu o primeiro mandato em 2013 e foi reeleito para a gestão de 2017 a 2021. No decorrer do segundo período, também assumiu a vice-presidência do Conif em 19 de fevereiro de 2019.

A equipe de trabalho da primeira gestão foi assim constituída: Tássio Francisco Lofti Matos, pró-reitor de Administração e Planejamento (a nova pró-reitoria englobou a de Administração e a de Desenvolvimento Institucional); Reuber Saraiva de Santiago, pró-reitor de Ensino; Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq, pró-reitora de Extensão; Auzuir Rípardo de Alexandria, pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Ivam Holanda de Souza, pró-reitor de Gestão de Pessoas, cargo até então inexistente. Na primeira gestão, o reitor cuidou da solidificação do Instituto, bem como deu prosseguimento à expansão pelo interior do Ceará.

A equipe da administração superior durante a segunda gestão contou com a seguinte composição: Tássio Francisco Lofti Matos, pró-reitor de Administração e Planejamento; Reuber Saraiva de Santiago, pró-reitor de Ensino; Zandra Maria Ribeiro Mendes Dumaresq, pró-reitora de Extensão; José Wally Mendonça Menezes, pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Ivam Holanda de Souza, pró-reitor de Gestão de Pessoas.

Na segunda gestão foram implementadas as seguintes unidades: Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Jaguaribe, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim em 2013; Jaguaruana e Guaramiranga em 2014; Boa Viagem, Horizonte, Itapipoca, Paracuru, Pecém e o Polo de Inovação em 2016. Em 12 de agosto de 2016, finalmente é inaugurado o prédio da sede da reitoria, que foi edificado em terreno amplo no Bairro Jardim América, a 800 metros do Câmpus Fortaleza, a sede mais antiga da Rede no estado do Ceará. De acordo com IFCE (2022):

O terreno onde se instalou a Reitoria do Instituto Federal do Ceará foi doado pelo Ministério da Agricultura, em 22 de outubro de 2010, situado na Rua Jorge Dummar, n. 1.703, Jardim América, adquirido por doação do Município de Fortaleza – Ceará, conforme escritura datada de 8 de julho de 1950. De acordo com escritura “registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 2^a Zona da Comarca de Fortaleza, em 20 de julho de 1950 assim descreve e caracteriza o imóvel: uma área de terra de 15.541,92m², localizado no Bairro Benfica (nos anos 50 era este o nome do bairro), na Rua Jorge Dummar, entre a Rua Antônio Mendes e a Avenida Eduardo Girão, de propriedade da União é feita a Cessão de Uso Gratuito, do imóvel antes descrito e caracterizado, que se destina à instalação da sede da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE.

O projeto de arquitetura do edifício da Reitoria é de autoria do arquiteto e urbanista Delberg Ponce de Leon e do arquiteto e engenheiro civil Rodrigo Ponce de Leon, com características pós-modernas. Esses arquitetos também projetaram o IFCE/Câmpus Crateús, inaugurado em 2010, e o de IFCE/Câmpus Caucaia, inaugurado em 2013. Outra grande ação da gestão do reitor Virgílio Araripe foi destinar um prédio histórico nas dependências da Reitoria para instalar o Memorial do IFCE Raimundo César Gadelha de Alencar Araripe. Trata-se de uma construção de 1951 feita para sediar a Superintendência do Ministério da Agricultura em Fortaleza, atendendo aos estados do Ceará, Piauí e Maranhão. O Memorial do IFCE é um equipamento cultural de grande relevância e conta a história do IFCE desde sua fundação. A área construída do edifício é de 490 m².

O quarto reitor do IFCE, professor José Wally Mendonça Menezes, eleito por voto direto, tomou posse do cargo em 25 de fevereiro de 2021, e seu mandato se estenderá até 2025. Compõem sua equipe: Reuber Saraiva de Santiago, pró-reitor de Administração e Planejamento; Cristiane Borges Braga, pró-reitora de Ensino; Ana Cláudia Uchoa Araújo, pró-reitora de Extensão; Joélia Marques de Carvalho, pró-reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Marcel Ribeiro Mendonça, pró-reitor de Gestão de Pessoas.

Quanto à expansão da Rede no estado do Ceará, encontram-se em fase de implantação mais seis câmpus, sendo dois na capital, Fortaleza, e os demais em Campos Sales, Cascavel, Lavras da Mangabeira e Mauriti,

que totalizam 39 câmpus em todo o estado, além da Reitoria e do Polo de Inovação.

O reitor Wally Menezes assumiu em 2023 a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Cearense (Cruc), fato inédito desde sua criação em 1992, por ser a primeira vez que um reitor do IFCE assume tal função. Tomou posse no referido conselho em 31 de agosto de 2023 e permanecerá na função até 2025.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937*. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm Acesso em: 14 ago. 2024.

CÂMARA, S. T. *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1921*. Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1914.

CÂMARA, S. T. *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1921*. Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1921.

CÂMARA, S. T. *Almanach Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1922*. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1922.

CÂMPUS do IFPI será implantado em Esperantina. *Esperantina: Cidadeverde.com*, 2012. Disponível em: <https://cidadeverde.com/esperantina/45138/Campus-do-ifpi-sera-implantado-em-esperantina> Acesso em: 28 maio 2024.

DOMINGUES, M. Catálogo de Peças – lote 118. In: MARISE Domingues: leilão, arte e decoração. São Paulo: Marise Domingues, [2016]. Disponível em: <https://www.marisedomingues.com.br/peca.asp?ID=2106687&ctd=32&tot=454&tipo=&dia=&pesq=> Acesso em: 28 maio 2024

GOOGLE MAPS. *Avenida Pessoa Anta – Centro*. 1 fotografia. Captura de imagem: 2015. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/T1MsFMiBNbMeNDrcA> Acesso em: 23 maio 2022.

IFCE (Instituto Federal do Ceará). Memorial do IFCE. Fortaleza: IFCE, 2022. Disponível em: <https://ifce.edu.br/memorial/memorial-do-ifce>. Acesso: 30 abr. 2024.

JOAQUIM da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba). *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.* [São Francisco, CA: Fundação Wikimedia], 2023. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_da_Cunha_Freire_\(Bar%C3%A3o_de_Ibiapaba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_da_Cunha_Freire_(Bar%C3%A3o_de_Ibiapaba)) Acesso em: 26 maio 2024.

NOBRE, L. Emilio Hinko: vida e obra. *In: NOBRE, L. Fortaleza Nobre*, Fortaleza, 12 jun. 2010. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/06/emilio-hinko-vida-e-obra.html> Acesso em: 25 maio 2024.

NOBRE, L. Escola Técnica Federal do Ceará: Instituto Federal do Ceará. *In: NOBRE, L. Fortaleza Nobre*, Fortaleza, 29 mar. 2011. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2011/03/escola-tecnica-federal-do-ceara.html> Acesso em: 26 maio 2024.

NOBRE, L. Avenida Pessoa Anta: Rua da Praia. *In: NOBRE, L. Fortaleza Nobre*, Fortaleza, 29 set. 2012a. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/09/avenida-pessoa-anta-rua-da-praia.html> Acesso em: 25 maio 2024.

NOBRE, L. Fortaleza das Antigas III. *In: NOBRE, L. Fortaleza Nobre*, Fortaleza, 16 fev. 2012b. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2012/02/fortaleza-das-antigas-iii.html?m=0> Acesso em: 25 maio 2024

ROESLER, S.; MOURA, R. M. G. R. de. O acervo protomoderno pelotense e seu potencial para habitação de interesse social. *In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL*, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Resumos* [...]. Rio de Janeiro: [s. n.], 2009. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2016/01/135.pdf>. Acesso em: 27 maio 2024.

SOUZA, A. C. R. de. As Escolas de Aprendizes Artífices e a legislação federal durante a República Velha. *In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO*, 14., 2010, Manaus. *Resumos* [...]. Manaus: Connepi, 2010. Disponível em: <http://congressos.IFAL.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1769/1007> Acesso em: 25 maio 2024.







DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Piscina do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 02 Aluno da Escola Técnica Federal do Ceará | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 03 Alunos da Escola Técnica Federal do Ceará | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 04 Evento institucional sem data | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 05 Construção da piscina do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 06 Resultado da construção da piscina do Câmpus fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 07 Antiga quadra do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 08 Nova quadra do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 09 Nova quadra do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 10 Coral da Escola Técnica Federal do Ceará | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 11 Biblioteca do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do Memorial do IFCE.
- 12 Laboratório de Informática Aplicada do IFCE/Câmpus Sobral | Fonte: Acervo do IFCE.
- 13 Laboratório de Aprendizagem de Máquinas e Simulações Computacionais do Câmpus Maracanaú | Fonte: Acervo do IFCE.
- 14 Semana Esportiva e Cultural do Câmpus Fortaleza | Fonte: Acervo do IFCE.
- 15 Laboratório de Instalações Elétricas do Câmpus Sobral | Fonte: Acervo do IFCE.

A HISTÓRIA DE UMA CASA DE EDUCAÇÃO CENTENÁRIA

O INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA DE ONTEM E DE HOJE

EMMANOEL DE ALMEIDA RUFINO¹

JIVAGO CORREIA BARBOSA²

LUCIANO CANDEIA³

MÁRCIO VICTOR DE SENA DINIZ⁴

PAULO HENRIQUE MARQUES DE QUEIROZ GUEDES⁵

A produção da história de uma instituição de educação profissional centenária reveste-se de importância, pois se configura como uma lente a partir da qual se pode observar transformações, permanências e legado, conferindo à Casa de Educação a “imortalidade” que transcende as várias gerações que transitaram por suas salas de aula, laboratórios, ginásios e bibliotecas em busca de conhecimento, realização profissional e/ou formação para a vida.

Com base nesse pressuposto, o presente capítulo tem como objetivo prístino abordar a história do atual Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) no decorrer dos seus 115 anos de trajetória.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), atua como docente do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). E-mail: emmanoel.rufino@ifpb.edu.br.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), atua como docente do IFPB. E-mail: jivago.barbosa@ifpb.edu.br.

³ Doutor em Educação pela UFPB, atua como docente do IFPB. E-mail: candeia@ifpb.edu.br.

⁴ Doutor em Filosofia pela UFPB, atua como docente do IFPB. E-mail: marcio.diniz@ifpb.edu.br.

⁵ Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, atua como docente do IFPB. E-mail: paulo.guedes@ifpb.edu.br.

Na apresentação da história dessa agremiação, partimos de seu processo de implantação – na forma de Escola de Aprendizes Artífices em 1909, na então cidade da Paraíba do Norte, hoje João Pessoa,⁶ capital do estado de mesmo nome – e chegamos aos dias atuais. Nessa trajetória, passamos pelas reformas educacionais que marcaram a história da educação profissional no Brasil, por meio do marco temporal mencionado, constatando como isso se refletiu na Instituição paraibana durante as diversas fases históricas do período republicano brasileiro (1889-2024). Veremos neste escrito que as reformas suprarreferidas levaram não só a mudanças na denominação da unidade escolar, mas, sobretudo, a reconfigurações organizacionais, administrativas e pedagógicas ao longo da sua história.

Quanto à sua metodologia, este capítulo pode ser classificado como de natureza qualitativa e de delineamento bibliográfico-documental. Para sua produção, foi feito um levantamento da literatura que, de forma direta ou apenas tangencialmente, abordou a história e a memória do IFPB em diferentes épocas e por meio de diversos enfoques. Com relação à questão propriamente relacionada à abordagem, predominou neste escrito a historiográfica e, assim sendo, cabe uma breve consideração a esse respeito.

Os trabalhos de base historiográfica devem revelar, principalmente, a produção acerca de determinados temas ou campos do conhecimento. Mais que isso, de acordo com Barros (2022), deve-se problematizar esta produção indo além da descrição do relato, promovendo uma análise do que foi produzido e identificando o seu “lugar de produção”. Dessa forma, a historiografia tanto pode ser fonte e objeto de pesquisa como um meio para estabelecer um diálogo sobre determinado tema a partir de uma pesquisa original. No primeiro caso, tem-se uma espécie de História da Historiografia, por isso, neste escrito, privilegiamos uma determinada produção, a propósito de um tema, como objeto de pesquisa e fonte história para traçarmos um “balanço historiográfico” da produção sobre a trajetória histórica de uma instituição educacional centenária, no caso o IFPB (Barros, 2022).

⁶ A cidade foi renomeada em 1930, em homenagem ao então presidente do estado (governador) da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que foi assassinado naquele ano.

Este capítulo foi configurado em três partes: na primeira, discorre-se sobre a história da Instituição educacional paraibana entre os períodos da Escola de Aprendizes Artífices (1909-1937) e do Cefet (1999-2008); na segunda, discutem-se as mudanças institucionais e pedagógicas no IFPB a partir de 2008, destacando alguns de seus avanços; na terceira, realiza-se um exame crítico acerca de alguns problemas atuais do Instituto.

O BRASIL PÓS-1889 E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAIBANA NO SÉCULO XX

O processo de desenvolvimento da educação brasileira se articulou como um modelo de desenvolvimento desigual que persiste até os dias de hoje. Ou seja, os fatos históricos reforçam um processo de desigualdade social e educacional que está presente no Brasil desde o período colonial, passando pelo Império,⁷ pela República Velha, pelo regime Vargas e pela Ditadura Civil-Militar, até os dias atuais.

Mesmo após a abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República, por meio de um golpe militar (1889), as mudanças essenciais acabaram não ocorrendo, tanto pela falta de inclusão dos negros livres na sociedade – permanecendo marginalizados e ocupando as periferias urbanas – quanto pela falta de mudanças efetivas no âmbito político e pela ausência de conscientização social sobre a implantação da República. Com a promulgação da primeira Constituição republicana em 1891, a instrução popular – ensino primário – passava a ser de responsabilidade dos estados, chamados anteriormente de províncias, e caberia ao Congresso Nacional “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” (artigo 35, inciso 3º), além de “prover a instrução secundária no Distrito Federal” (artigo 35, inciso 4º), em um país com mais de 80% da população analfabeta (Brasil, 1891).

Quando a mão de obra escrava – que outrora movia os engenhos de açúcar e servia de base para as plantações dos cafezais – tornou-se

⁷ Ressalte-se que a primeira Constituição brasileira, de 1824, afirmava (art. 179) que a Constituição garantiria a todos os cidadãos “a instrução primária e gratuita, [e] os colégios e universidades, onde serão ensinados os elementos das ciências, belas-letras e artes”. Nas condições históricas em que se forjou o reconhecimento legal desse direito, o que estava em discussão não era a escolaridade das massas” (Azevedo, 2001, p. 19).

“livre”, foi necessário雇用essas pessoas para que não se tornassem “indolentes” ou “malandros”. Foi nesse momento de transição que “a educação foi chamada a participar do debate” (Saviani, 2019, p. 216). Além dessa transição, é importante frisar que, mesmo o país experimentando um desenvolvimento tardio em seu processo de industrialização, era necessário assegurar mão de obra para as fábricas que se estabeleceram na região Sudeste desde o final do século XIX, sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O legado deixado pelos quatro séculos de escravidão estigmatizou o trabalho manual e influenciou negativamente a classe média, afastando-a do proletariado emergente, que surgiu com esse processo de industrialização.

A ORIGEM DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

A partir de 1909, com o Decreto n. 7.566/1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs) pelo então presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do “Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio [sic]”, devendo ser estabelecidas nas capitais dos estados brasileiros (Brasil, 1909).

Dessa forma, no início do século XX, ao mesmo tempo que criava um mecanismo de qualificação da força de trabalho para as indústrias que surgiam nesse período, o governo reforçava o processo de segregação social e escolar, já que as EAAs eram destinadas aos filhos das camadas pobres da população, uma política assistencialista que interessava à burguesia industrial e mantinha o proletariado ocupado com o ensino profissionalizante. Para Candeia e Cury (2022, p. 74):

Foi o momento em que instituições acanhadas que se dedicavam ao ensino de ofícios, foram substituídas por escolas com projetos mais consistentes, uma vez que a necessidade de formar trabalhadores assalariados foi se impondo como ideia associada ao progresso e a modernização do país e consorciada com a motivação de construção da unidade política republicana.

As EAAs funcionavam em edifícios pertencentes à União, e os cursos ofertados eram criados com base nos interesses da burguesia

industrial dos 19 estados onde as Escolas foram instauradas, sendo destinados a crianças entre 10 a 13 anos, que absorviam conhecimentos teóricos e empíricos para se tornarem operários e contramestres das fábricas, como estabelecido no Decreto n. 7.763, de 23 de dezembro de 1909.

Na Paraíba, a EAA foi inaugurada no dia 6 de janeiro de 1910 e funcionava no atual Quartel do Batalhão da Polícia Militar do Estado, sendo transferida, em 1929, para um novo edifício, construído na Avenida João da Mata, no Bairro de Jaguaribe. As primeiras oficinas disponibilizadas foram Encadernação, Alfaiataria, Marcenaria, Sapataria e Serralharia, sendo ofertadas para 134 discentes, ressalta-se que tinham um caráter disciplinador e rigoroso sobre aquele público infanto-juvenil, filhos das camadas populares.

Segundo Coriolano de Medeiros, um dos primeiros diretores da EAA paraibana, além do preconceito existente por parte da “comunidade” em relação ao público que frequentava as salas de aula da EAA paraibana, “a adesão aos cursos foi aquém daquilo que esperavam, pois tratava-se de uma escola voltada para jovens carentes que eram em sua maioria analfabetos, que necessitavam trabalhar para sustentar as suas famílias e não conseguiam conciliar o tempo de trabalho e estudo durante uma delonga de seis anos” (Ferreira, 1997, p. 74).

No ano de 1911, durante o governo do presidente Hermes da Fonseca, foi publicado o Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911, que elaborou um novo regulamento para as EAAs, configurando as oficinas em regime de externato e com duração de quatro anos (artigo 4º) e estabelecendo requisitos para a realização das matrículas dos estudantes (artigo 7º), a saber: terem entre 12 e 16 anos, não sofrerem de moléstia infectocontagiosa e não terem “defeitos physicos que os inhabilitem para o aprendizado do officio [sic]” (Brasil, 1911).

Na Paraíba, no ano de 1918, foi instalado o curso noturno destinado aos trabalhadores analfabetos. Entretanto, inúmeros problemas foram registrados nesse período, como a “rotatividade de professores, que alegavam problemas visuais pela insuficiência de iluminação e insatisfação pela baixa gratificação financeira”, assim como a “evasão escolar em grau considerável, pois de 1910 a 1930, dos alunos que se matriculavam cerca de 32% no curso diurno e 53% no noturno abandonaram a

Escola” e somente “cerca de 1% em cada turno chegaram a concluir [os seus cursos]” (Ferreira, 1997, p. 75).

Para Bezerra (2017, p. 66), as EAAs “em sua primeira década de funcionamento, constituíram-se de fato em escolas de caráter moral-assistencialista, cujos interesses estavam atrelados às classes dominantes, através do controle social das camadas populares e sua “adequada inserção profissional”. Com base nos dados analisados por meio das pesquisas realizadas para a escrita deste capítulo, podemos afirmar que, durante a chamada República Velha, os resultados apresentados pela Escola de Aprendizes Artífices não alcançaram o êxito esperado na Paraíba.

O BRASIL DURANTE O REGIME DE GETÚLIO VARGAS (1930-1945) E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAIBANA

No Brasil, os acontecimentos históricos da década de 1920 foram os responsáveis pelo declínio da economia cafeeira, que passou a enfrentar uma crise de superprodução. Essa crise foi agravada efetivamente pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, desembocando no fim da hegemonia da classe burguesa agroexportadora, sobretudo a elite cafeeira paulista, que foi obrigada a migrar para outros setores da economia no início de um processo político-econômico-social que desaguaria na chamada “Revolução” de 1930, fazendo emergir uma burguesia industrial e financeira.

Com a vitória dos “revolucionários”, Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República em 3 de novembro de 1930, e no dia 11 de novembro do mesmo ano assinou o Decreto n. 19.398, que instaurou definitivamente o governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (1930-1934). Esse foi o princípio de um governo discricionário, intervencionista e centralizador, marcado por inúmeras ações autoritárias, a exemplo da dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Câmaras Municipais. Além disso, foi adotado o Sistema de Interventorias, em que todos os governadores dos estados foram depostos, sendo substituídos por inteventores federais nomeados e subordinados diretamente a Vargas. Os integrantes

do movimento tenentista, principalmente os militares, tornaram-se a principal base de apoio para as interventorias estaduais.⁸

O governo provisório foi alicerçado sobre bases corporativistas, burocráticas e racionalizadas, mas também estabeleceu uma espécie de reestruturação-modernização de alguns setores organizacionais e institucionais estratégicos, a exemplo da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupado inicialmente por Francisco Luís da Silva Campos, e de outros setores e serviços vitais para o projeto nacional-desenvolvimentista pensado por Getúlio Vargas e seus ministros.

Nesse período, a educação começou a ser compreendida como o caminho para a disciplina, enaltecedo o espírito nacionalista, o trabalho, a moral e os bons hábitos. Em 14 de novembro de 1930, foi publicado o Decreto n. 19.402, que subordinava as EAAs ao novo ministério. Em 1931, foi estabelecida a Reforma Francisco Campos, formulada com o objetivo de criar um sistema nacional de ensino público, abrangendo três aspectos: o ensino superior, o ensino médio (escolas secundária e comercial) e a organização da escola brasileira. A dualidade estrutural que marca as EAAs desde a sua criação tornou-se ainda mais acentuada, pois segundo Solange Zotti (2006, p. 3): “na prática, a reforma de Campos estabeleceu um projeto de educação diferenciado: uma educação ‘para pensar’ e outra ‘para produzir’”. Ou seja, uma escola voltada para a classe dominante e a outra para a massa proletária.

Em 1932, foi publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que teve como objetivo a renovação da escola tradicional. O referido documento enalteceu a prática dos direitos civis vinculados à educação, destacando: a educação pública, a obrigatoriedade da educação, a escola única, a laicidade e a gratuidade. Em 1934, foi promulgada uma nova Constituição que declarava a educação como direito de todos,

⁸ Sobre o movimento tenentista, a ideia de uma educação pública e obrigatória foi uma das principais propostas-concepções de Estado ventiladas pelos tenentes que compuseram a chamada Aliança Liberal (AL). Esse grupo defendia uma série de reformas sociais, tais como o sufrágio secreto, a reforma agrária, a implantação da educação pública obrigatória, a nacionalização dos recursos naturais (minérios, petróleo etc.), além do combate ao liberalismo econômico. Para mais informações, ver: *A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)* (Barbosa, 2024).

bem como sua gratuidade. Em 13 de janeiro de 1937, foi publicada a Lei n. 378, que transformou as EAAs em “Lyceus” de ensino profissional.

Em 10 de novembro de 1937, com toda a estrutura político-ideológica montada a partir do arcabouço de um discurso político vinculado ao sentimento patriótico e anticomunista, Getúlio Vargas divulgou uma nova Constituição – redigida por Francisco Campos –, proclamando a ditadura chamada de Estado Novo (1937-1945), que suspendeu as eleições de 1938, supriu o poder legislativo, restabeleceu o sistema de interventorias e colocou na ilegalidade os partidos políticos. A Constituição promulgada tornou o ensino primário gratuito e obrigatório.

A partir de 1942, foram criadas as Leis Orgânicas de Ensino, conhecidas como Reforma Gustavo Capanema. A reforma tinha como um dos eixos centrais a formação de mão de obra –ensino profissionalizante. Segundo Xavier (1990, p. 111), “a rede de ensino profissionalizante, de outra feita, procurava direcionar a formação educacional da classe trabalhadora, fosse esta dirigida ao ensino industrial, comercial ou agrícola”. Durante a referida reforma, foi publicado o Decreto-Lei n. 4.073, em 30 de janeiro de 1942, também chamado de Lei Orgânica do Ensino Industrial, que alterou o nome dos Lyceus de ensino profissional para Escolas Industriais e Técnicas, modificando também a oferta de ensino, que passou a ser secundário.

Com relação à educação profissional federal na Paraíba, durante o período Vargas, a antiga EAA transformou-se em Liceu Industrial (1937-1942), e depois em Escola Industrial (1942-1958). Entretanto, como bem frisa Bezerra (2017, p. 79), apesar dos avanços vivenciados pela educação e, mais especificamente, pelo ensino profissionalizante no período Vargas, “o caráter dualista que ainda caracterizava a dicotomia do ensino técnico-profissionalizante x ensino propedêutico persistiu ao longo das reformas das décadas de 1930 e 1940”, o que fez com que “a concepção ideológica presente nas Reformas Francisco Campos e Capanema” tivesse resultado “na continuidade histórica do percurso de discriminação e marginalização do ensino técnico-profissional”.

Voltando ao cenário político nacional, no dia 30 de outubro de 1945, Vargas seria deposto pelo mesmo grupo de militares que o ajudou a se manter no poder durante 15 anos.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FEDERAL NA PARAÍBA NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

No decorrer do breve período democrático pelo qual passou o país, entre 1946 e 1964, ocorreram algumas mudanças na Escola Industrial paraibana, como a alteração de nome para Escola Industrial Coriolano de Medeiros, em homenagem ao ex-diretor da Instituição paraibana, denominação estabelecida pela Lei n. 3.412, de 18 de junho de 1958, durante o governo do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, a partir de um projeto de lei de autoria do senador paraibano Ruy Carneiro.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas foram reordenadas em Escolas Técnicas Federais pela Lei n. 3.552/1959. A partir de então, essas instituições escolares passaram à condição de autarquias, gozando de personalidade jurídica própria e autonomia pedagógica, administrativa e financeira, e constituindo-se, dessa forma, com um grau maior de flexibilidade (Leite, 1979). Observemos que se tratou de uma visão progressista em relação à educação profissional, conforme destaca Bezerra (2017).⁹

Nesse contexto, Leite (1979) e Lima (1995) interpretam o período entre 1959 e 1964, no âmbito da Escola Industrial da Paraíba, como um *continuum* (apesar da ruptura político-institucional ocorrida no país em 1964), pois foi marcado por conflitos internos de atribuição em relação aos dirigentes máximos da Instituição paraibana. Lima (1995) explica que, a partir do reordenamento de 1959, essas Escolas começaram a ter um Conselho de Representantes em sua administração. Já o diretor máximo da Escola era, de acordo com a norma vigente, indicado pelo presidente daquele Conselho. Os conflitos constantes entre o Conselho e a Direção tiveram como resultado uma intervenção federal na Instituição, entre 1963 e 1964, ocasião em que a então Escola paraibana teve três gestores em um curto espaço de tempo.¹⁰

⁹ No entendimento de Bezerra (2017, p. 90), a Lei n. 3.552/1959 avançou também no sentido de pontuar, em seu artigo primeiro, que o objeto dessas instituições educacionais seria proporcionar uma formação a um só tempo técnica e de cultura geral, além de apontar para verticalização educacional e, ainda, para o atendimento pedagógico que considerasse as diferenças individuais dos estudantes.

¹⁰ De acordo com Lima (1995), os interventores foram respectivamente: professor Genivaldo Cavalcanti de Avellar, professor Irineu Matias de Lima (oriundo da Escola Industrial do Rio Grande do Norte) e professor Moacir Benvenutti (procedente da Escola Industrial de Florianópolis).

Outras mudanças institucionais e pedagógicas significativas no contexto da educação profissional federal – inclusive na Paraíba – viriam a ocorrer com a interrupção da ordem democrática na política brasileira a partir de 1º de abril de 1964. A Ditadura Civil-Militar – também denominada de Empresarial-Militar –, foi imposta ao país a partir do golpe político de abril de 1964. Desde então, e até seu término em 1985, a nação sobreviveu a um regime de exceção caracterizado por intensa violência física e simbólica.

Em 1964, Itapuan Bôttô Targino foi nomeado como diretor da Instituição, da qual esteve à frente até 1983. Segundo Lima (1995, p. 54), a gestão de Itapuan Targino foi marcada pela “expansão, revitalização e modernização” da Instituição. Apesar da ausência de gestão democrática – já que o cargo de direção na Instituição educacional não era escolhido por meio de eleições internas –, ocorreram avanços no período agora examinado. Entre 1964 e 1970, a unidade praticamente triplicou o número de estudantes; e, além disso, começou a ofertar vagas para alunas em seus cursos ainda em 1964, algo até então vedado institucionalmente. A propósito dessa conquista, consta que em 1970 cerca de um quarto das matrículas foram do sexo feminino – 337 de matrículas de alunas contra 1.107 de alunos). Já em 1980, o Relatório de Atividades indicou que o número de alunas dobrou em relação ao de 1970, contabilizando 658 alunas contra 1.642 alunos na Instituição (Lima, 1995).

Digno de registro também foi a mudança da Escola para a nova sede no início da década de 1960, localizada na Avenida Primeiro de Maio, no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa. Em 1965, por determinação da Lei n. 4.759/1965, a Instituição foi renomeada de Escola Industrial Federal da Paraíba. Contudo, esse nome teve uma breve história, pois, três anos depois, a unidade passou a ser chamada de Escola Técnica Federal da Paraíba, por meio da Portaria n. 331, de 6 de junho de 1968, do Ministro da Educação e Cultura.

Ainda no contexto do Estado de Exceção, no plano educacional foi promulgada a Lei n. 5.692/1971, que reestruturou a educação básica brasileira instituindo, dentre outras coisas, a ideia de um ensino técnico universal embasado na obrigatoriedade da formação profissional em escolas regulares da educação básica de ensino médio – então

denominado 2º grau. Notemos que essa profissionalização compulsória de nível básico representou, idealmente, o fim da dualidade educacional – algo antigo e resistente na estrutura da educação básica nacional – ao conceber uma trajetória escolar única para o conjunto dos estudantes, seja de escolas públicas ou particulares. Entretanto, malograda na sua efetividade, essa obrigatoriedade foi flexibilizada somente em 1982, por meio da Lei n. 7.044/1982, muito embora, conforme destacam Giorgi e Almeida (2014), o texto reitere a ideia de preparação para o mundo do trabalho desde a educação básica.

Registremos que a lei de 1971 esteve relacionada à chamada Teoria do Capital Humano¹¹ – vinculada à Pedagogia Tecnicista¹² –, sendo uma subordinação da educação escolar às demandas imediatas dos setores econômicos e concebendo as pessoas como meros insumos produtivos, os chamados “recursos humanos”. Também é importante mencionar que esse contexto culminou com uma demanda maior em relação ao trabalho especializado de nível técnico, algo que, aliado ao crescente aumento da qualidade educacional das Escolas Técnicas Federais, resultou uma visibilidade mais ampla destas instituições, ainda mais considerando-se que elas fomentavam uma formação que tornava seus estudantes competitivos nos exames vestibulares, possibilitando a muitos egressos pobres a verticalização no nível superior. Quanto a este último aspecto, basta considerarmos que em 1980, por exemplo, o índice de evasão da ETFPB foi de apenas 2,3% (Lima, 1995), o que denota a valorização social da Instituição já àquela altura, bem como, repitamos, as oportunidades profissionais e de verticalização que oferecia aos seus egressos.

¹¹ Desenvolvida principalmente por economistas, trata-se de um conjunto de ideias que partem do princípio de que investimentos em educação básica têm grande potencial para potencializar a produtividade dos trabalhadores, tal como ocorre com bens de capital físico – novas técnicas ou tecnologias. Assim sendo, essa teoria tem uma feição utilitária e “consequentialista” em relação à educação, relegando a segundo plano, ou mesmo descartando, seu valor como promotora de uma formação integral e humanista, ou seja, trata-se de uma agenda de educação exclusivamente vista como resultado e nunca como processo. Sobre o tema, ver Giorgi e Almeida (2014, p. 267-268).

¹² “Abordagem educacional que enfatiza a objetivação do trabalho pedagógico, a eficiência, a racionalidade, a neutralidade na educação, visando formar indivíduos com habilidades práticas e específicas para o mercado de trabalho” (Giorgi; Almeida, 2014, p. 267-268).

Também foi nesse contexto que algumas Escolas Técnicas – a de Minas Gerais, a Celso Suckow da Fonseca (Rio de Janeiro) e a do Paraná – foram convertidas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Ce-fets), por meio da Lei n. 6.545/1978, passando a oferecer cursos de nível superior, graduação e pós-graduação. Outra mudança macroestrutural educacional importante, ainda no contexto da Ditadura Civil-Militar, foi a inclusão das Escolas Agrícolas Federais no âmbito administrativo do Ministério da Educação (MEC). Antes, essas instituições escolares estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura. Em 1967, começaram a integrar a Rede Federal de Escolas Profissionais.

Voltando à história da ETFPB, em 1983, após quase 20 anos, chegou ao término a gestão do diretor Itapuan Bôtto Targino. Seu sucessor foi o professor Espedito Pereira, nomeado pelo ex-presidente João Figueiredo para um mandato de quatro anos, a partir de uma lista tríplice encaminhada ao Ministro da Educação e Cultura pelo Conselho Consultivo da Instituição. O professor Espedito Pereira ainda foi reconduzido ao cargo para mais quatro anos de mandato. No entanto, dessa vez, por meio de eleição direta, sendo que a proposta de consulta partiu do próprio gestor, em meio ao clima de redemocratização do país (Lima, 1995, p. 83-84).¹³

Concluindo esta seção, consideramos importante registrar que a política educacional do Regime Militar caminhou no intuito amplo de desnacionalizar a educação brasileira (Giorgi; Almeida, 2014), algo que pode ser evidenciado pelos chamados acordos MEC-USAID –convênios de assistência técnica e de cooperação financeira assinados entre o Brasil e os Estados Unidos com o objetivo de reformar o sistema escolar brasileiro a partir de uma concepção de educação tecnicista – e pelo Programa Aliança para o Progresso.¹⁴

¹³ Importante registrar que, na gestão de Espedito Pereira, também foram instituídas eleições secretas para escolha dos coordenadores de área e de curso, assim como ocorreram processos de consulta para escolha de membros da Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) e da Comissão Permanente do Pessoal Técnico Administrativo (CPPTA) e dos representantes do Conselho Superior da Instituição (Lima, 1995).

¹⁴ Foi um Programa de ingerência política americana nas Américas do Sul e Central sob o pretexto de combater a disseminação do comunismo e que teve como principal mecanismo os investimentos em áreas como educação, saúde e infraestrutura.

A NOVA REPÚBLICA, O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PARAÍBA

Historiadores e economistas costumam se referir à década de 1980 como “a década perdida”, essa expressão tem relação com o grave quadro econômico e social que a marcou, tanto no Brasil quanto em vários países da América Latina, impedindo o crescimento e o desenvolvimento. Além disso, o Brasil enfrentou mudanças significativas nos arranjos produtivos, com impactos na qualificação profissional e, por conseguinte, na formação técnica.

Contudo, houve uma valorização social crescente em relação à educação técnica. Um indício dessa valorização no cenário paraibano pode ser atestado pelo aumento da concorrência por vagas nos cursos técnicos da ETFPB. De acordo com Lima (1995), em 1985 o processo de seleção para o ingresso de estudantes na Instituição teve 1268 inscritos. Um ano depois, o número subiu para 1454, e em 1988 contou com 1969 candidatos. Em relação ao número de servidores daquela instituição de ensino, em 1980 havia 121 docentes e 104 servidores técnico-administrativos – oito anos após isso, os números saltaram para 180 e 172 respectivamente. Em meados dessa década, o processo de informatização da Instituição iniciou-se, bem como a oferta de cursos extracurriculares nessa área, sobretudo para egressos, funcionando, nesse caso, como uma espécie de requalificação, visto que as empresas estavam iniciando a informatização de seus processos produtivos (Lima, 1995).

No ano de 1990 foi criada a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (Senete-MEC), tornando-se a instância responsável pelas políticas públicas relativas à formação profissional e tecnológica. Foi instituído o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (MEC), o qual teve por consequência imediata, para a ETFPB, a criação de duas unidades descentralizadas de educação profissional (Uned) na Paraíba: nas cidades de Cajazeiras e de Campina Grande (Lima, 1995).¹⁵ Ressaltemos que a educação profissional federal na Paraíba, até então,

¹⁵ Localizada no alto sertão da Paraíba, a 471 quilômetros de distância da capital, João Pessoa, o Câmpus Cajazeiras foi inaugurado em 1994 como Uned da então Escola Técnica Federal da Paraíba, como forma de promover a interiorização da educação profissional no estado. Já a Uned de Campina Grande seria implantada em 2006, ganhando sua sede própria apenas em 2009 (Sá, 2016).

existia apenas em João Pessoa (ETFPB) e em Sousa, com a Escola Agrotécnica Federal (Sá, 2016)¹⁶.

Ainda no ano de 1990, ocorreu a segunda eleição direta da história da Instituição, na qual disputou o ex-diretor Itapuan Bôtto Targino, saindo vencedor do pleito o professor Bráulio Pereira Lins, para um mandato entre 1991 e 1995 (Lima, 1995). Em 1991 houve uma greve de servidores da Instituição, e em 1993 foi fundada a seção sindical do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º e 2º Grau (Sinasefe), que originou o Sindicato Estadual dos Trabalhadores das Escolas Técnicas Federais de 1º e 2º Grau da Paraíba (Sintef/PB), de acordo com Lima (1995).

Em 1994, a Lei n. 8.948 instituiu o Sistema Nacional de Educação Profissional (EP), que promoveu a reorganização institucional das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais, muitas delas passando à condição de Cefet, conforme Campello (2007). A ETPB foi elevada a essa condição por meio de Decreto de 22 de março de 1999, nos termos da referida lei, mantendo sua prerrogativa jurídico-administrativa de autarquia federal vinculada ao MEC.¹⁷

Um marco histórico da educação brasileira foi a promulgação da nova LDB (Lei n. 9.394/1996), que significou uma reestruturação profunda no sistema educacional nacional, inclusive no que diz respeito ao ensino técnico. Atualmente, a lei contém uma seção (IV-A) inteiramente dedicada à EP técnica de nível médio, bem como o Capítulo III, que trata da educação profissional e tecnológica, incluídas pela Lei n. 11.741/2008.

De viés político neoliberal e comprometido com uma agenda educacional com ênfase na eficiência, competitividade e gestão, baseada em resultados que privilegiavam metas e avaliações de desempenho,

¹⁶ Localizada no alto sertão paraibano (a 430 quilômetros de João Pessoa), a Escola iniciou suas atividades em 1955 como Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAFS), e em 2008 integrou o Cefet/PB, posteriormente o IFPB (IFPB, 2023).

¹⁷ Em todo o sistema, a “Cefetização” da educação profissional federal ensejou a verticalização nessas instituições, visto que, além da oferta tradicional de cursos técnicos em básico, houve a introdução do nível superior da educação profissional, como ocorreu no Cefet/PB. Essa nova estrutura ocasionou também a possibilidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e de extensão, tal como tradicionalmente acontecia nas universidades federais (Ciavatta, 2006).

o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado por profundas mudanças na educação básica brasileira, tais como: a nova LDB, o estabelecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a universalização do ensino fundamental.

Todavia, em relação à EP de nível médio, houve um grande retrocesso por meio do Decreto n. 2.208/1997, que anulou a possibilidade de oferta de ensino técnico integrado ao ensino médio, ficando a EP estabelecida apenas nas formas concomitante e sequencial ao ensino médio (Pontes, 2012). Esse Decreto cristalizou um movimento daquele governo no intuito de estabelecer uma EP de nível médio essencialmente subordinada às demandas dos setores produtivos.¹⁸

ANALISANDO O PRESENTE: A IMPLANTAÇÃO DO IFPB E OS SEUS AVANÇOS

Com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, ocorreu a criação dos Institutos Federais (IFs) e, em seu inciso XXI do art. 5º, o Cefet/PB e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa foram transformados em Instituto Federal da Paraíba. Assim, o IFPB e outros IFs passaram a ser definidos, por meio do art. 2º, como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicâmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (Brasil, 2008).

A referida legislação, sem dúvida, proporcionou uma nova concepção para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) em todo o âmbito nacional, a tal ponto que, como observado por Wilson Conciani, ex-reitor do Instituto Federal de Brasília, pode-se afirmar que os IFs atualmente “são tão conceituados quanto as universidades federais” (UM passado [...], 2012, p. 15). Essa observação indica a relevância que os IFs, desde sua criação,

¹⁸ O Decreto n. 2.208/1997 foi revogado em 2004, no primeiro mandato do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto n. 5.154/2004, que restituíu a possibilidade de currículo integrado para a EP técnica de nível médio. Nele, houve a exigência legal para que as instituições federais de EP ofertassem o mínimo de 50% de suas vagas na forma de cursos técnicos integrados ao nível médio.

assumiram nos âmbitos da educação pública e da formação profissional no Brasil. Contudo, é necessária certa cautela para não incorrermos em uma leitura ingenuamente entusiasmada e, em consequência disso, falsa diante da realidade.

Evidentemente, é importante fazermos uma análise crítica cuidadosa de cada Instituto Federal específico e do seu desenvolvimento nos últimos 15 anos, para, com isso, identificarmos seus avanços e retrocessos, e, assim, chegarmos a conclusões serenas a respeito dos reais impactos de cada instituição em seu respectivo espaço geográfico e social atual. É o que se pretende fazer nas páginas seguintes, apresentando, primeiramente, as principais transformações ocorridas e os avanços no âmbito do IFPB ao longo da última década e meia para, na sequência, serem analisados alguns problemas inseridos nessa nova fase do Instituto.

A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NA PARAÍBA

A Lei n. 11.892/2008, por meio dos seus parâmetros norteadores de estrutura multicâmpus (arts. 2º e 9º) e de territorialidade (art. 6º, incisos I, II e IV), impulsionou os IFs a se expandirem pelo Brasil, adentrando em vários municípios e possibilitando o acesso à educação e formação profissional de excelência a populações socialmente desassistidas, que viviam em locais distantes das capitais ou das regiões mais desenvolvidas de seus respectivos estados e, por essa razão, tinham um acesso limitado à educação e ao mercado de trabalho. Sobre a relevância do segundo parâmetro, Conciani argumenta que “a territorialidade é fundamental para os IF, porque sua missão é identificar problemas e desenhar soluções para a área [geográfica] específica em que atuam. Por isso têm de estar em todas as regiões do país” (Um passado [...], 2012, p. 15).

No que tange ao IFPB, além dos já existentes Câmpus de João Pessoa, Cajazeiras, Sousa e Campina Grande, a referida expansão multicâmpus possibilitou a criação dos seguintes câmpus: em 2008 – Cabedelo, Monteiro e Picuí, em 2009 – Princesa Isabel e Patos, em 2011 – Guarabira, em 2014 – Areia e Pedras de Fogo, em 2015 – Cabedelo Centro, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana e Soledade, em 2016

- Itaporanga e Mangabeira/Zona Sul,¹⁹ em 2017 – Santa Luzia, em 2019
- Santa Rita (IFPB, 2016). Atualmente, além do 21 câmpus em funcionamento na Paraíba, foi anunciada, no início de 2024, a criação de mais três: o de Mamanguape, o de Sapé e o de Queimadas (Abiahy, 2024).

Com relação ao ensino, o art. 6º (inciso I) da Lei n. 11.892/2008 estabelece como uma das finalidades dos IFs “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia” (Brasil, 2008). Essa nova reconfiguração do ensino na RFEPECT, detalhada no art. 7º da legislação, deu origem a uma pluralidade significativa de cursos para o IFPB. Tomando como exemplo o Câmpus João Pessoa, listamos alguns deles:²⁰

- Dentre os cursos de ensino técnico integrado ao nível médio, ou cursos ETIM (art. 7º, inciso I), tem-se: Contabilidade, Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Eventos (Projeja), Informática, Instrumento Musical e Mecânica.
- Entre os cursos técnicos subsequentes, que objetivam a capacitação, o aperfeiçoamento e a atualização profissional (art. 7º, inciso II), são – ou já foram – ofertados: Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Equipamentos Biomédicos e Secretariado.
- Já entre os cursos superiores de tecnologia (art. 7º, inciso VI, alínea a), são – ou já foram – ofertados: Automação Industrial, Construção de Edifícios, Design de Interiores, Geoprocessamento, Gestão Ambiental,

¹⁹ Também localizado na capital da Paraíba, o Câmpus Avançado Mangabeira foi criado em 2014 e sua sede – ainda em construção – ficaria localizada no bairro pessoense de Mangabeira, por isso a nomenclatura inicial do Câmpus. Com a Resolução n. 28/2023 – CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, o seu nome foi alterado para Câmpus Avançado João Pessoa Zona Sul. Nesses dez anos de existência e sem dispor de um espaço físico próprio, o Câmpus Zona Sul já funcionou no espaço da Escola Técnica Estadual de João Pessoa e, atualmente, estabelece-se provisoriamente no espaço físico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Aruanda.

²⁰ Como indicado, os cursos listados na sequência estão circunscritos ao Câmpus João Pessoa. Na página oficial do IFPB (aba “Portal do Estudante” > aba “Cursos”), podem ser encontrados todos os cursos ofertados pela Instituição, em todos os níveis e modalidades de ensino, agrupados pelos 21 câmpus que compõem atualmente o Instituto paraibano (IFPB, 2024).

Negócios Imobiliários, Rede de Computadores, Sistemas de Telecomunicações e Sistemas para Internet.

- Entre os cursos superiores de licenciatura (art. 7º, inciso VI, alínea b), ofertam-se: Letras – Língua Portuguesa (EaD), Matemática e Química.
- Entre os cursos superiores de bacharelado e engenharia (art. 7º, inciso VI, alínea c), tem-se: Administração, Administração Pública (EaD), Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.
- Entre os cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização (art. 7º, inciso VI, alínea d), é ofertado: Ensino de Ciências e Matemática (EaD/UAB).
- Finalmente, entre os cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado (art. 7º, inciso VI, alínea e), ofertam-se: Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) (semipresencial), Engenharia Elétrica e Tecnologia da Informação.

Além da ampliação do ensino em várias frentes, como visto anteriormente, os IFs, de acordo com os incisos III e IV do art. 7º da legislação que os instituiu, passaram a estimular também atividades de pesquisa e de extensão. É essa atual canalização das atividades do IFPB, procurando unificar os eixos Ensino-Pesquisa-Extensão, que, retomando uma fala anterior, o elevou a um patamar equivalente aos das duas instituições federais de ensino superior do estado, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O IFPB E SUAS CONQUISTAS

Dentre os avanços conquistados pelo IFPB no decorrer dos seus 15 anos de existência, destacamos três: (a) a possibilidade de mais democratização do acesso à educação na RFPCT (perspectiva social); (b) a possibilidade de uma autêntica integração curricular (perspectiva acadêmico-pedagógica); e (c) a criação do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP/IFPB) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/IFPB).

Na seção anterior, delimitamos a exposição para o Câmpus João Pessoa. Na presente seção, será necessário realizar outro recorte epistemológico, para viabilizar um debate mais verticalizado sobre os pontos já elencados.

Nesse sentido, procuraremos desenvolver a reflexão tendo como base o ensino técnico integrado. Essa opção ampara-se na própria Lei n. 11.892/2008, que concede uma atenção especial aos cursos ETIM, assegurando, por meio do seu art. 8º (*caput*), que todos os IFs devem garantir, em cada exercício letivo, o mínimo de 50% de suas vagas para atender a essa modalidade de ensino (Brasil, 2008).

Quanto ao item A, discorreu-se anteriormente sobre a ampliação do acesso à educação e à formação profissional que o IFPB possibilitou a muitos grupos sociais desassistidos ao redor de todo o estado. Esse movimento, que pode ser chamado de “democratização da educação”, está diretamente ligado, como já apontado, à estrutura multicâmpus dos IFs e à sua redistribuição geográfica. No caso da Paraíba, entre os câmpus litorâneos de Cabedelo Centro e Cabedelo, localizados nos quilômetros 0,5 e 4,5 da Rodovia Transamazônica (BR-230), e o câmpus sertanejo de Cajazeiras, a cerca de 500 quilômetros dos câmpus cabedelenses, existem outros 18 câmpus, sendo todos distribuídos ao longo das quatro mesorregiões da Paraíba: Zona da Mata (seis câmpus), Agreste (seis câmpus), Borborema (três Câmpus) e Sertão (seis Câmpus). Observando por essa ótica, fica nítida a contribuição do IFPB para a democratização do acesso à educação e à formação profissional e tecnológica no estado, incluindo, evidentemente, não apenas a oferta do ETIM, mas também dos outros níveis de ensino em suas diferentes modalidades.

No que tange ao item B, uma inegável conquista dos IFs foi o marco normativo, por meio da lei de 2008, para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que conseguissem integrar, no âmbito da RFPCT, as disciplinas da formação geral e as da respectiva formação técnica. No contexto do IFPB, esse princípio integrador encontra-se explicitamente formulado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos ETIM (os PPC), como o de Eletrotécnica (IFPB, 2006) e o de Controle Ambiental (IFPB, 2011), que destacam o perfil do/a estudante formado/a como um/a profissional habilitado/a com bases científicas e tecnológicas (contemplando, assim, a formação técnica), mas também com bases humanísticas, assumindo uma perspectiva crítica, proativa, ética e global no exercício de sua respectiva profissão (contemplando, desse modo, a formação geral).

Inserido nessa dimensão de integração curricular, vale destacar também a aprovação, por meio do Conselho Superior da Instituição,

do regulamento acerca dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) para os cursos técnicos de nível médio no âmbito do IFPB (Resolução n. 48/2023 – Consuper/Reitoria/IFPB). Desde 2008, não havia qualquer normatização oficial referente aos TCCs, mesmo – curiosamente – os PPCs dos cursos ETIM indicando a necessidade de elaboração desse tipo de trabalho acadêmico.²¹ Nesse sentido, cada coordenação de curso estabelecia suas diretrizes acerca do TCC e uma problemática sempre presente era: o curso é ETIM, porém a temática do TCC poderia ser retirada de qualquer área do conhecimento ministrada no curso, no caso estar relacionada com qualquer disciplina, seja da formação técnica ou da formação geral? Com raras exceções, a resposta quase sempre dada era que a formação técnica tinha proeminência sobre a formação geral, pois o IFPB é uma instituição de ensino profissional e tecnológico. Quem defende a posição anterior costuma omitir propositadamente o termo “educação” presente na sigla RFEPECT e, em seu lugar, enfatizar o termo “ensino”.

No entanto, evidentemente, a resposta à questão é insatisfatória no contexto dos cursos ETIM, que, como vimos, têm uma natureza pedagógica integradora entre as áreas do conhecimento e, portanto, transcendem essa visão conservadora e tecnicista da educação – infelizmente, ainda muito presente na RFEPECT brasileira. É nessa conjuntura de debate e de intensa luta política entre as diferentes concepções de educação e entre os diferentes papéis que os IFs podem assumir na sociedade que a Resolução n. 48/2023 do IFPB procurou resgatar e assegurar os princípios de integração curricular que nortearam a criação dos próprios IFs. No que tange à temática dos TCCs e sua respectiva abordagem metodológica no contexto do ETIM, o art. 12 estabelece que cada estudante, auxiliado pelo/a orientador/a, poderá conceber e desenvolver livremente seu TCC a partir das seguintes diretrizes: especificamente na formação profissional (inciso I) ou, se assim o quiser, na formação geral (inciso II); ou, caso prefira, integrando a formação profissional e

²¹ Duas ressalvas podem ser feitas quanto aos câmpus de Cabedelo (com a Nota Técnica n. 01/2019 – DG/CB/Reitoria/IFPB) e de João Pessoa (com a Resolução n.18/2020 – CD/JP/REITORIA/IFPB), que elaboraram – ainda que tardiamente – seus documentos normativos visando delinear a elaboração dos TCCs dos cursos ETIM em seus respectivos câmpus. Sobre a referida inércia, pontua-se que esses documentos nasceram somente dez anos após a implantação do ETIM.

geral (inciso III). Essa normatização que abrange todos os 21 câmpus da Instituição restabeleceu a equivalência entre as formações profissional e geral que o IFPB se propõe a fornecer.

O item C menciona duas conquistas que ultrapassam tanto o âmbito do Câmpus João Pessoa quanto o dos cursos ETIM, sendo, portanto, conquistas de toda a RFEPCT paraibana. O NDPEP/IFPB foi criado pela Resolução n. 1/2010 – Consuper/Reitoria/IFPB. Dentre os objetivos desse núcleo, destacam-se a preservação e organização de todo o acervo – livros, documentos históricos, registros fotográficos etc. – relativo à Instituição em seus mais de 100 anos de existência. A meta anterior revela a importância do NDPEP como um guardião da memória do Instituto paraibano não apenas na atualidade, mas principalmente para as próximas gerações de servidores/as, estudantes e pesquisadores/as. É válido ressaltar que, sem esse núcleo, a própria confecção deste capítulo e a sua tentativa de contribuir com a narração da história do IFPB seriam inviabilizadas.

A esse respeito, acrescenta-se que o NEABI/IFPB foi criado pela Resolução n. 62/2017 – Consuper/Reitoria/IFPB. Dentre os objetivos desse núcleo, o art. 2º (inciso I) determina a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas de acordo com a temática das identidades das populações afrodescendentes e indígenas e das relações etnicorraciais tanto no âmbito da Instituição quanto no de sua relação com a sociedade paraibana. Essa meta releva o compromisso político do IFPB também com a formação cidadã, assumindo a incumbência de lutar pela divulgação e valorização histórico-culturais de duas raízes – a africana e a indígena –, que ajudaram essencialmente na formação da cultura nacional. Nesse contexto, com a Resolução n. 17/2022, convocada pela Resolução n. 61/2023 – Consuper/Reitoria/IFPB, todos os câmpus paraibanos deverão fornecer a infraestrutura necessária para implantação e o funcionamento dos NEABIs locais, visando, com isso, estreitar o debate entre os princípios norteadores do núcleo e as demandas de cada câmpus.

AINDA SOBRE O PRESENTE: O IFPB E SEUS PROBLEMAS

Há exatamente 100 anos, José Américo de Almeida publicava *A Paraíba e seus problemas*, obra que mapeava e analisava as várias mazelas

do estado no primeiro quarto do século XX. O objetivo central do autor não era desacreditar a Paraíba, mas, ao contrário, diagnosticar as causas dos problemas elencados e refletir sobre eles, pensando em soluções para auxiliar o desenvolvimento do estado (Almeida, 2024). Esse objetivo é bastante semelhante à meta deste tópico, no que se refere à reflexão crítica que será desenvolvida acerca do IFPB.

TRÊS PROBLEMAS A CONSIDERAR

O primeiro problema que indicamos relaciona-se, dialeticamente, com a primeira conquista enunciada na seção sobre o Brasil durante o regime de Getúlio Vargas e a educação profissional paraibana: para a garantia do acesso mais democrático à educação na Rede Federal, era preciso expandir o Instituto por todo o estado; por sua vez, essa multiplicação de câmpus e cursos também acarretou dificuldades relativas à infraestrutura em várias localidades do IFPB. Alguns sintomas desse primeiro problema podem ser observados por meio da criação de novos câmpus em espaços físicos precários, que acabam por inviabilizar o próprio desenvolvimento do eixo Ensino-Pesquisa-Extensão.

Se este capítulo, por um lado, se detivesse ao enaltecimento da expansão do Instituto, com sua estrutura multicâmpus e a consequente democratização da educação profissional e tecnológica no estado – o que foi feito no tópico 3 –, mas, por outro lado, silenciasse sobre o sério problema agora apontado, estaríamos colaborando com uma visão parcial da realidade, o que poderia resultar em uma conclusão ingenuamente eufórica e falsamente otimista sobre o real impacto da RFPCT na Paraíba. Por essa razão, é fundamental refletirmos sobre o “outro lado da moeda”.

O Câmpus Avançado Zona Sul ilustra uma dimensão do problema, pois, apesar de estar em atividade, ainda não tem uma instalação própria, tendo de “sobreviver” em espaços físicos emprestados, como o da Escola Técnica Estadual de João Pessoa e o da Escola Municipal Aruanda. Outras faces da problemática analisada podem ser encontradas em alguns câmpus mais afastados da capital paraibana, como o de Guaraíra, segundo a pesquisa de Silva e Gomes (2018). Apesar de se detarem na percepção dos estudantes acerca da infraestrutura do Câmpus e de alguns quesitos terem recebido uma avaliação satisfatória – como as salas de aula e os laboratórios –, ainda assim Silva e Gomes apontam

quesitos de infraestrutura que podem comprometer o pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem no IF/Guarabira, tais como a ausência de campo de futebol e de quadra de esporte, assim como problemas relativos à área de vivência, cantina, cozinha e ao refeitório.

Registre-se que a precariedade em alguns setores da infraestrutura educacional não é um problema exclusivo do IFPB, mas atinge a Rede Federal a nível nacional, como evidenciam as pesquisas de Melo, Silva e Santana (2019). Embora delimitada para a infraestrutura acadêmica relativa às pesquisas científicas e sua contribuição no cenário da inovação nacional, os autores concluem que, apesar do grande potencial dos IFs, ainda são necessários avanços nesse quesito, como a ampliação, melhoria e manutenção adequada dos referidos espaços físicos.²²

Desse modo, o segundo problema é o da evasão escolar. É importante ressaltar que a evasão não surge no IFPB a partir de 2008. Infelizmente, esse é um problema histórico enfrentado pela Instituição paraibana desde seus primórdios, excetuando-se o final de 1970 e o início de 1980, como já mencionado. Em 1910, a Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba matriculou 134 estudantes e, depois de cinco anos, a primeira turma foi diplomada com apenas três deles. Três décadas adiante, o problema persistiu: entre 1937 e 1939 foram diplomados, respectivamente, quatro, nove e três estudantes (Brasil, 1940).²³

Com relação ao panorama atual, a evasão escolar continua sendo uma problemática bastante preocupante. Seguem alguns dados circunscritos à esfera do ETIM no Câmpus João Pessoa:²⁴ as duas primeiras

22 Alguns dos problemas enfrentados pelos/as estudantes e docentes que precisam utilizar os laboratórios do IFPB não são exclusividades dos câmpus mais jovens ou localizados no interior do estado, pois também atingem o Câmpus João Pessoa: no curso ETIM em Eletrotécnica, as disciplinas de Máquinas Elétricas e de Comandos Elétricos, ministradas no 3º e 4º ano, precisam dividir a turma pela metade (em Grupo 1 e Grupo 2), visto que os respectivos laboratórios não comportam a turma completa simultaneamente, com cerca de 30 estudantes. Nesse mesmo curso, há outras disciplinas que são subdivididas por razão de limitação de espaço nos laboratórios: Projetos de Instalações Elétricas, Eletricidade Básica, Desenho Técnico, Eletrônica Industrial, Manutenção Elétrica e Automação.

23 Esses dados foram baseados no relatório (precisamente, no Anexo 1 da página 37) que o então diretor da Escola paraibana, João Rodrigues Coriolano de Medeiros, entrega ao diretor da Divisão de Ensino Industrial em janeiro de 1940, descrevendo as três primeiras décadas de funcionamento da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba (Brasil, 1940).

24 As informações apresentadas na sequência do texto foram coletadas no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap).

turmas do curso de Instrumento Musical, que ingressaram em 2009 e 2010, com 40 vagas cada, formaram, após quatro anos de curso, apenas 13 e 9 estudantes respectivamente; já o curso de Eletrotécnica, também com grade curricular de quatro anos, formou 17 estudantes em 2019, dos 40 que ingressaram em 2016 no turno da tarde (cenário pré-pandemia), e 25 estudantes em 2023, dos 40 que ingressaram em 2020 no turno da manhã (cenário pós-pandemia).

A escolha dos cursos de Instrumento Musical e Eletrotécnica foi intencional. O primeiro é um dos cursos mais jovens da Instituição, criado após a implantação dos Institutos Federais, e o segundo é um dos mais tradicionais do IFPB, completando 60 anos de criação em 2024. Além disso, escolhemos uma turma de Eletrotécnica do cenário pré-pandemia e uma do cenário pós-pandemia para constatarmos que o índice de evasão foi altíssimo em ambos os casos.

Com as mudanças ocorridas no cenário político nacional – como a significativa redução de investimentos na educação por parte do governo federal a partir de 2016 (Rossi *et al.*, 2019) e o ressurgimento dos esforços para fazer dos IFs um centro profissionalizante centrado unicamente em produzir “mão de obra especializada”, usando a expressão do ex-diretor Itapuan Bôttô Targino²⁵ –, o IFPB, assim como outros Institutos brasileiros, está tendo de lidar internamente com novas demandas. Nesse sentido, surge um terceiro problema, que chamaremos de “lógica da redução na duração dos cursos ETIM”, a qual consiste em diminuir o tempo dos cursos ETIM de quatro para três anos.

Esse é um ponto delicado no Instituto paraibano, pois há os grupos favoráveis e contrários a tal proposta de mudança. Inclusive, dentro das próprias coordenações de curso nem sempre há unanimidade com relação a uma ou outra hipótese. No caso do IFPB, a convivência com outros problemas históricos, a exemplo da evasão escolar, vem fazendo as vozes pró-redução ecoarem cada vez mais fortes. Assim, dos nove

²⁵ Essa perspectiva exclusivamente tecnicista da educação é exposta na apresentação da *Sinopse Histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba*, quando o então diretor, Itapuan Bôttô Targino, ressalta que “o papel que a nação” confiou às Escolas Técnicas Federais foi “a sua missão de preparadoras de mão de obra especializada”, de modo que a educação nesses estabelecimentos de ensino deve estar “orientada para o exercício da profissão” (Leite; Galizza, 1979, p. 5). Mesmo após a LBD de 1996 e a implantação dos IFs em 2008, essa visão tecnicista ainda reverbera no atual contexto dos cursos ETIM.

cursos ETIM existentes em João Pessoa, dois deles reduziram sua matriz curricular para três anos (Instrumento Musical e Contabilidade), outros dois já foram criados com duração de três anos (Informática e Eventos), e os demais (Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Eletrônica e Mecânica), que mantêm em quatro anos sua matriz curricular, analisam a viabilidade de aderir à redução para três anos nos atuais debates acerca da reformulação dos seus respectivos PPCs.

Nesse contexto, os que são contrários à redução argumentam que, no âmbito do ETIM, há a grade curricular do ensino médio (ministrada em três anos no Brasil) e a grade curricular do respectivo curso técnico (nacionalmente ministrada entre três a quatro semestres), de modo que o tempo de quatro anos – em vez de cinco anos ou quatro anos e meio – já corresponde a uma redução aceitável para um curso integrar a formação dos ensinos médio e técnico. Além disso, a manutenção de quatro anos permitiria fornecer aos estudantes uma formação profissional e humanística sem precisar “enxugar” a grade curricular ou comprometer a saúde mental deles, ao obrigar-los a estudar em dois turnos, de segunda a sexta-feira, durante três anos letivos extenuantes, tendo de se desdobrar para poder estagiar ou participar de atividades de pesquisa e extensão. A propósito, soma-se a esse argumento a preocupação de se perder condições adequadas para desenvolver esse complexo de atividades que vão além do ensino e tornam distinto – em comparação com outras instituições públicas e privadas de educação básica – o perfil formativo dos IFs.

Com relação à controversa questão a respeito de qual dos dois lados estaria com a razão, não há como dar uma resposta definitiva neste texto, pois exigiria uma investigação mais detalhada. Entretanto, é necessário apontar dois graves equívocos ou falácia que comumente são cometidos por parte de quem defende a lógica da redução.

A primeira falácia consiste em argumentar que “deve-se reduzir para minimizar a evasão escolar no ETIM”. Um dos equívocos nesse caso é desconsiderar que a evasão é um problema histórico do Instituto e que as suas causas são bem mais complexas do que a duração do curso. Inclusive, também não é correto correlacionar a evasão com a duração do curso, haja vista que o curso de Controle Ambiental – ainda com duração de quatro anos – tem um dos maiores índices de conclusão da capital:

as turmas concluintes em 2022 e 2023 formaram, em um contexto pós-pandemia, 35 e 34 estudantes respectivamente.

O segundo erro se refere ao argumento de que o IFPB “deve reduzir a duração do ETIM para focar na vocação essencial do Instituto, que é preparar para o mercado de trabalho”. Esse é um argumento anacrônico, que seria compatível com o que se concebia como “educação” e “sociedade” nos períodos das Escolas de Aprendizes Artífices ou das Escolas Técnicas Federais –como mencionado na nota anterior. Hoje em dia, esse segundo argumento está mais alinhado às expectativas de profissionalização dos cursos técnicos subsequentes.²⁶ Entretanto, no contexto dos cursos de ETIM, esse ideário não encontra base de sentido, uma vez que os referidos cursos têm agora a dupla função de formação profissional e formação geral, integrando-as.

Apoiada nos dois argumentos falaciosos dispostos, a defesa da redução da duração dos cursos ETIM nos parece duplamente equivocada. Cabe, então, aos defensores de tal proposta apresentar argumentos mais consistentes para justificar sua demanda.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O IFPB DE AMANHÃ

Após a explanação feita nas páginas precedentes, poder-se-ia esperar que esse fosse o momento oportuno para serem apresentadas as soluções dos problemas anteriormente indicados e, nesse sentido, contribuir efetivamente para a construção do IFPB do futuro. Contudo, observamos que essa nobre meta ultrapassa os dois objetivos centrais deste capítulo. Nesse caso, elaborar uma breve revisão histórica sobre as diferentes fases pelas quais passou a educação profissional e tecnológica na Paraíba, desde sua criação por meio da Escola de Aprendizes Artífices

26 Sobre a tradicional concepção de formação profissionalizante típica de cursos de ensino técnico (como os subsequentes), é pertinente destacar que se desenrola uma ampla discussão no âmbito das bases conceituais da educação profissional e tecnológica (EPT) – especialmente após o início do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) em 2017 –, na qual muitos pesquisadores, como Nosella (2007) e Saviani (2007), elucidam sobre o reducionismo tecnicista da relação entre trabalho, educação e formação/qualificação do ser humano, defendendo – em lugar desse reducionismo – uma concepção de formação humana que não restrinja vida a trabalho e trabalho a emprego.

em 1909, e desenvolver uma reflexão – também sucinta – sobre os impactos da implantação do Instituto Federal no estado a partir de 2008.

Além disso, um estudo mais robusto – que dê conta da complexidade dos problemas elencados e possa apresentar soluções concretas para eles – exige não somente uma extensão maior do que a estabelecida para o nosso texto (de apenas 25 páginas), mas também um conjunto de pesquisas mais aprofundadas, que demandariam um considerável tempo de duração – talvez de anos – para o seu adequado desenvolvimento e, consequentemente, para se alcançar resultados mais consistentes.

Entretanto, ponderamos que, independentemente da temática ou do âmbito do IFPB a ser investigado para seu aprimoramento futuro, é imprescindível que ele seja analisado levando-se em conta a sua especificidade histórica dentro da Instituição e a dupla perspectiva dos seus pontos positivos e negativos. Isso porque focar-se apenas nas conquistas pode gerar uma interpretação ingênua e eufórica da realidade, enquanto ater-se somente aos problemas induz a uma compreensão pessimista dessa mesma realidade. Ambas as visões são inadequadas, pois promovem uma leitura parcial do objeto de estudo. Nesse sentido, é sob essa perspectiva dialética que as futuras reflexões acerca da RFPCT paraibana podem contribuir significativamente para a construção do IFPB de amanhã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste escrito, buscamos construir pontes que nos possibilitem transitar entre os diferentes contextos que marcaram a história de uma escola profissional centenária. Nesse percurso, começamos pela fundação, em 1909, e pelos primeiros tempos de seu funcionamento, passando por uma série de mudanças estruturais que marcaram sua história institucional durante várias décadas, até alcançarmos as transformações definidoras de seu perfil pedagógico e organizacional atual, com a criação do IFPB. Esse marco ocorreu em meio a um ciclo de quatro mandatos de presidentes de esquerda, cujos governos tiveram um impacto simbólico e positivo sobre as políticas públicas educacionais relativas à educação profissional, conforme destacamos em algumas páginas deste escrito. Por fim, nesse transitar histórico, buscamos traçar um quadro com alguns problemas atuais do IFPB, considerando, sobretudo,

o período posterior ao golpe político que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, iniciando um ciclo de estagnação/retrocesso na educação profissional federal no país.

Atualmente, o IFPB destaca-se como uma instituição educacional multicâmpus – são 21 câmpus espalhados por todas as mesorregiões do estado, que oferta educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada²⁷ em vários níveis e modalidades de ensino. Como forma de ilustrar seu papel institucional de resistência em defesa da educação pública, alguns dados merecem ser destacados. O IFPB passou de aproximadamente 26 mil matrículas, em 2017, para cerca de 34.500, em 2023. No mesmo período, os números de vagas disponibilizadas, de ingressantes e de estudantes concluintes foram, respectivamente, 8.969, 8.367 e 2.728 contra 11.974, 9.413 e 5.478, seis anos depois. Ainda em relação ao mesmo período, o quantitativo de cursos da Instituição subiu de 219 para 257, ficando a taxa de evasão atual em 12,74% (base de 2023).²⁸

Os números anteriormente elencados demonstram que, apesar do engessamento orçamentário e de todo um rol de ataques políticos que a educação pública sofreu entre 2016 e 2022, em específico a educação profissional federal, o IFPB se manteve firme em sua missão institucional de “ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão”, de modo a “contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática”.²⁹

A parte suas especificidades, é preciso considerar que esta Instituição se insere em uma configuração organizacional muito maior, compondo a gigantesca RFEPECT, composta por 43 instituições – sendo 38 Institutos Federais (IFs), 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets),

²⁷ A concepção de “qualidade socialmente referenciada”, aplicada à educação, considera as necessidades sociais (inclusão; equidade; participação democrática; sustentabilidade, por exemplo), culturais (respeito à pluralidade cultural) e econômicas (formação para o mundo do trabalho; inovação; criatividade; empreendedorismo, dentre outros) da comunidade onde a unidade escolar está inserida. Neste sentido, vai muito além da simples “eficácia” do desempenho acadêmico. Sobre o tema, ver Nardi (2023).

²⁸ Os números citados foram filtrados da base de dados da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

²⁹ Conferir também a visão e os valores da Instituição em IFPB (2016).

2 universidades tecnológicas federais (UTFs) e 1 Colégio Pedro II –, que abrangem 657 unidades, cerca de 13 mil cursos, aproximadamente 1,7 milhões de estudantes matriculados e por volta de 730 mil concluintes.³⁰ Com relação especificamente à atual configuração da RFPCT na Paraíba, nas páginas anteriores, procuramos indicar alguns pontos importantes que consideramos descrever o desenvolvimento do IFPB nos seus 15 anos de existência, tanto no aspecto de suas contribuições quanto no dos problemas que julgamos necessário serem trazidos à tona e discutidos de forma transparente e democrática. No entanto, reafirmamos que a complexidade de muitas das questões apontadas aqui exige pesquisas mais robustas, de forma a serem analisadas e aprofundadas com mais rigor acadêmico-científico.

Neste sentido, o presente trabalho é entregue com um estado de espírito – semelhante ao da Comissão de servidores que elaboraram o livro sobre a Escola Técnica Federal da Paraíba em 1995 –, pois, em nosso texto, também “existe a certeza das lacunas, que não puderam ser preenchidas devido ao pequeno espaço de tempo destinado a pesquisar e escrever sobre uma instituição que tem muito a dizer”, uma vez que, hoje, contamos com 115 anos “de história implantados no seio de uma sociedade dinâmica, em constante interação com o processo educativo” (Lima *et al.*, 1995, p. 120). Contudo, de nossa parte fica, de um lado, a serenidade de termos sido justos em nossa releitura das quase 12 décadas de história da educação profissional federal sediada na Paraíba e, de outro lado, a esperança de termos contribuído – ainda que minimamente – com a construção do IFPB de amanhã.

REFERÊNCIAS

ABIAHY, A. C. *Novas unidades dos institutos devem começar a funcionar até 2026*. João Pessoa: IFPB, 2024. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/noticias/2024/03/novas-unidades-dos-institutos-devem-comecar-a-funcionar-ate-2026> Acesso em: 15 maio 2024.

ALMEIDA, J. A. de. *A Paraíba e seus problemas*. 5. ed. Brasília: Ed. Senado Federal, 2024. 2 v.

³⁰ Base de dados de 2023, disponível em: Brasil (2024).

AZEVEDO, J. M. L. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 17-42.

BARBOSA, J. C. *A integração dos “Brasis”: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)*. João Pessoa: Ed. CCTA, 2024.

BARROS, J. D'A. História e historiografia: todas as interações possíveis. In: BARROS, J. D'A. (org.). *A Historiografia como fonte histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2022, p. 15-77.

BEZERRA, I. C. *Curso técnico integrado ao ensino médio em instrumento musical do IFPB: reflexões a partir dos perfis discente e institucional*. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas captaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911*. Dá novo regulamento ás Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Relatório apresentado ao Ser. Diretor da Divisão do Ensino Industrial pelo Diretor [João Rodrigues Coriolano de Medeiros] da Escola de Aprendizes Artífices na Paraíba, relativo ao período compreendido entre 5 de janeiro de 1910 e 5 de janeiro de 1940 [...]*. João Pessoa: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orçamento – Panorama*. Brasília/DF: Plataforma Nilo Peçanha, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OTThYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQzMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>
Acesso em: 29 set. 2024.

CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais: projetos em disputa, nos anos 1970 e nos anos 1990. *Revista Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 26-35, 2007.

CANDEIA, L.; CURY, C. E. Educação Profissional na Paraíba: a Escola de Aprendizes Artífices. In: PINHEIRO, A. C. F.; SANTOS, C. J. dos; LEME, M. E.; MULLER, B. M. *Educação e Trabalho na Paraíba*. Fortaleza: UECE, 2022. p. 60-90.

CIAVATTA, M. Os Centros Federais de Educação Tecnológica e o ensino superior: duas lógicas em confronto. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 100-121, 2006.

FERREIRA, L. de F. G. Educação e trabalho na Paraíba: a escola de aprendizes e artífices. *Saeculum*, João Pessoa, n. 3, 1997.

GIORGI, M. C.; ALMEIDA, F. S. de. Ensino profissional no Brasil: diálogos com a Ditadura Militar. *OPSIS*, Catalão, v. 14, n. 1, p. 262-281, 2014.

IFPB (Instituto Federal da Paraíba). *Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletrotécnica*. João Pessoa: Conselho Diretor, 2006. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/164/documentos/PPC_Curso_T%C3%A9cnico_Integrado_em_Eletrot%C3%A9cnica_2006.pdf
Acesso em: 17 mai. 2024.

IFPB (Instituto Federal da Paraíba). *Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Controle Ambiental*. João Pessoa: Conselho Diretor, 2011. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/96/documentos/PPC_INTEGRADO_AO_M%C3%89DIO_EM_CONTROLE_AMBIENTAL.pdf
Acesso em: 17 mai. 2024.

IFPB (Instituto Federal da Paraíba). *Sobre o IFPB*. Paraíba: IFPB, 2016. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/institucional/sobre-o-ifpb>
Acesso em: 29 set. 2024.

IFPB (Instituto Federal da Paraíba). *Sobre o câmpus*. Sousa: IFPB/Câmpus Sousa, 2023. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/sousa/institucional/sobre-o-campus> Acesso em: 25 maio 2024.

IFPB (Instituto Federal da Paraíba). *Portal do Estudante*. Paraíba: IFPB, 2024. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/> Acesso em: 29 set. 2024.

LEITE, J. J.; GALIZZA, D. S. de. *Sinopse histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba*. João Pessoa: [S. n.], 1979.

LIMA, M. F. C. de et al. *Da Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba: memórias do ensino técnico*. João Pessoa: ETFPB/Gráfica, 1995.

MELO, J. N. de; SILVA, G. F. da; SANTANA, J. R. de. Os Institutos Federais de Educação e o Sistema Nacional de Inovação: a infraestrutura acadêmica de pesquisa como contribuição ao processo de inovação nacional. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 15, n. 37, p. 226-245, 2019.

NARDI, E. L. Uma qualidade para a escola pública: entre o socialmente referenciado e a lógica da regulação por resultados. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 43, n. 121, p. 34-43, 2023.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação política. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 137-151, 2007.

PONTES, A. P. F. S. *Ensino médio integrado: formação política como horizonte?* Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M. de; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 40, 2019.

SÁ, A. U. de. *Uma análise comparativa entre dois momentos, o da implantação e o atual dos Câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, nos municípios de Campina Grande e outros*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação de Olford Walters College and University, João Pessoa, 2016.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2019.

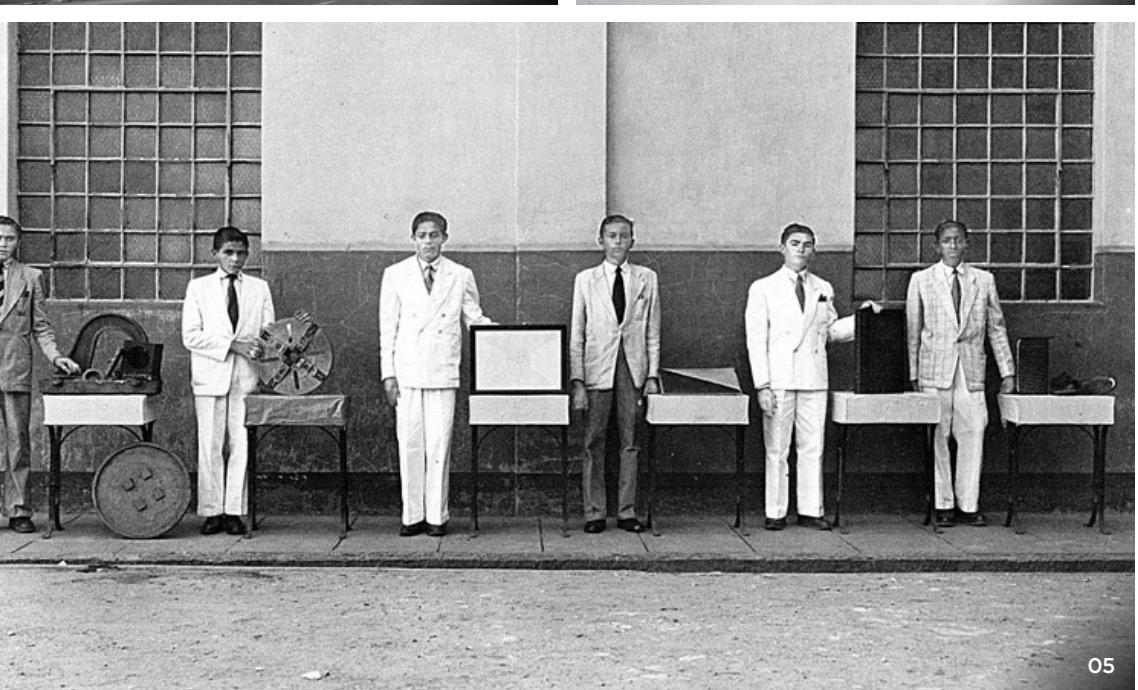
SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Rivista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SILVA, V. C. da; GOMES, A. C. C. *A percepção dos alunos sobre a infraestrutura do IFPB – Câmpus Guarabira*. Trabalho de Conclusão de Curso (CST em Gestão Comercial) – Instituto Federal da Paraíba, Guarabira, 2018.

UM PASSADO vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ed. IFB, 2012.

XAVIER, M. E. S. P. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

ZOTTI, S. A. O ensino secundário nas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar. *In: CONGRESO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 4., 2006, Goiânia. *Anais* [...]. Goiânia: UCG, 2006.







DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Instalação da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba (Quartel da Polícia Militar)
- 02 Primeiros mestres e alunos da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba em 1910
- 03 Primeiro edifício da Escola, onde a Instituição funcionou de 1929 a 1961
- 04 Corpo docente e administrativo em 1939
- 05 Exposição de trabalhos realizada pelos alunos concluintes em 1941
- 06 Fachada da Escola Industrial Coriolano de Medeiros
- 07 Dia 7 de setembro de 1964 na Escola Industrial Federal da Paraíba
- 08 Alunos campeões no futebol de salão em 1968
- 09 Cotidiano da Escola Técnica Federal da Paraíba na década de 1970
- 10 Vista aérea do prédio da Escola Técnica no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa/PB, no início da década de 1970
- 11 Aula inaugural do primeiro curso superior da Instituição (Telemática) em 14 de abril de 1999
- 12 Apresentação da Banda Marcial no Centro Histórico de João Pessoa sob a regência do professor João Lobo
- 13 Primeiro dia de aula na Unidade de Ensino Descentralizada (Uned), atual IFPB/Câmpus Cajazeiras, no ano de 1995
- 14 Inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) de Campina Grande - na imagem, da esquerda para a direita: o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva; o então deputado estadual, Luciano Cartaxo; o diretor e, posteriormente, reitor do IFPB, Nicácio Lopes; e o governador da Paraíba, José Maranhão
- 15 IFPB/Câmpus João Pessoa no Bairro de Jaguaribe | Fonte: Acervo do Câmpus João Pessoa.

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO BRASIL

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA EM MOVIMENTO

CREUDECY COSTA DA SILVA¹

TEREZINHA DE JESUS CAMPOS DE LIMA²

JANETE RODRIGUES DE VASCONCELOS CHAVES³

Instituição jovem, arqueologia centenária. É desafiador trazer 115 anos de uma história brasileira, nordestina e maranhense e situá-la em um contexto de tão relevante compromisso com marcos e marcas da educação

¹ Mestra em Ciências Sociais e graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atua como professora de História no Instituto Federal do Maranhão (IFMA)/ Câmpus São Luís – Centro Histórico. É líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Patrimônio e integrante da coordenação do Projeto Memorial IFMA. Pesquisa sobre memória, patrimônio cultural e museus, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. E-mail: creudecy@ifma.edu.br.

² Doutora em Educação e mestra em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atua como professora do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFMA/Câmpus São Luís – Centro Histórico. É líder do Grupo de Pesquisa Velhice, Cultura e Sociedade (GEVCS) e integrante da coordenação do Projeto Memorial IFMA. Pesquisa sobre turismo, hospitalidade, lazer, educação e gerontologia. E-mail: terezinha@ifma.edu.br.

³ Mestra em Saúde e Ambiente e graduada em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), atua como professora do Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFMA/Câmpus São Luís – Centro Histórico. É líder do Grupo de Pesquisa Turismo, Hospitalidade e Lazer (GPTH) e integrante da coordenação do Projeto Memorial IFMA. Pesquisa sobre turismo, lazer, hospitalidade, educação ambiental e patrimonial. E-mail: janetervc@ifma.edu.br.

profissional brasileira abordadas nesta coletânea, cujo conteúdo promove outras narrativas partidas de um ponto comum, mas plenas de singularidades que registram a historicidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil. É desse prisma que se chama a atenção para a trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) em uma linha temporal que convida o leitor a revisitar e a refletir sobre as transformações perpassadas que ancoram o lugar estratégico que a Instituição vem ocupando presentemente.

O ponto de partida (ou retorno) desta história são as primeiras décadas do regime republicano no Brasil, assinaladas por mudanças, advindas, sobretudo, da oficialização da extinção da escravidão e impulsionadas pelos interesses do setor agroindustrial. O país respirava novos ares e aspirava a novos sonhos, acalentados pelo ideal de “progresso”, que na visão de uma parcela da elite só seria possível com o desenvolvimento da indústria no país, tirando-o do atraso e elevando-o ao status de “nação civilizada”.

No bojo dessas transições se evidencia também a necessidade de qualificação de mão de obra e, consequentemente, de novos investimentos e iniciativas dedicadas à promoção de uma educação profissional técnica popular. Deve-se acrescentar, ainda, o aumento da população pobre e o inchaço das cidades, gerando diversos problemas populacionais e sociais que deveriam ser resolvidos.

Assim, as Escolas de Aprendizes Artífices são idealizadas com o propósito de facilitar “às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes na luta pela existência”, uma vez que qualificava os filhos da camada menos aquinhada da sociedade preparando-a para ingressar no mercado de trabalho e afastá-los da “ociosidade ignorante” e da “escola do vício e do crime” (Brasil, 1909, p. 1). Tais anseios começam a se concretizar em 1909, quando Nilo Peçanha, então presidente da República, criou 19 unidades dessas Escolas, uma em cada estado brasileiro (Brasil, 1909).

É importante ratificar que este é um marco divisor do ensino oferecido até então pelas Casas dos Educandos Artífices criadas em 1840 pelo governo imperial brasileiro, que buscava “recolher meninos que se encontravam em estado de pobreza e menosprezados socialmente, e assim ensinar uma profissão manual”, fato que acentua o propósito

assistencialista (Castro, 2007, p. 153). Embora as duas vertentes educacionais apresentem pontos semelhantes, a diferenciação acontece no âmbito pedagógico, uma vez que as Escolas de Aprendizes Artífices, desde a criação, estavam submetidas a uma legislação específica que regulamentava seus currículos, metodologias e critérios de ingresso para que os alunos adquirissem capacidade técnica ao exercício de uma determinada profissão. Em São Luís, a Casa dos Educandos Artífices foi inaugurada em 1841 e funcionou no mesmo prédio que, em 1910, abriu a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, fato que contribuiu para uma maior proximidade entre as duas instituições.

Vale pontuar que essas instituições estavam subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e deveriam funcionar em edifícios pertencentes à união ou cedidos pelos governos locais com o objetivo de formar operários e contramestres por meio do ensino gratuito de conhecimentos técnicos e práticos, tendo como público-alvo jovens das classes menos favorecidas (Brasil, 1913).

Como determinado pelo Decreto n. 7.566/1909, essa nova modalidade de ensino técnico profissionalizante deveria ser implantada em todas as capitais da República. Isso faz refletir que a trajetória histórica é um caminho que situa e contribui para as análises das realidades vividas e, nesse sentido, voltamos o olhar para a capital do Maranhão, São Luís, que, embora do ponto de vista legal desde 1909 havia garantido tal tipo de ensino, na prática foi em janeiro de 1910 que a Escola de Aprendizes Artífices iniciou suas atividades, dando início ao que denominamos de primeira fase da educação profissional no estado. Mas como era a cidade de então?

Fundada por franceses em 1612, São Luís surgiu em um dos pontos mais altos da Ilha às margens dos rios Anil e Bacanga⁴ na Avenida Dom Pedro II e se expandiu dando origem ao cerne urbano, hoje denominado de Centro Histórico de São Luís. Parte dessa área foi reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1997,

⁴ Os rios Anil e Bacanga drenam para a Baía de São Marcos, tendo em seus estuários áreas cobertas de mangues, cuja hidrodinâmica é influenciada pelas marés que chegam a atingir até 7 m.

por constituir um excepcional exemplo de cidade colonial portuguesa e manter intacta sua malha urbana remanescente do século XVII.

Esse expressivo conjunto arquitetônico, de reconhecido valor, é oriundo dos séculos XVIII e XIX, tempos em que o Maranhão se destacou na economia nacional como um dos grandes exportadores de arroz, algodão e matérias-primas regionais (Silva, 2018, p. 21). Em referência à construção desse patrimônio histórico que embeleza o núcleo inicial de São Luís, cumpre registrar a participação dos povos africanos que chegaram à cidade na condição de escravizados, mas que carregavam consigo diversos conhecimentos, entre eles os da construção civil e de carpintaria e, juntamente com os portugueses, edificaram os suntuosos sobrados e solares utilizando soluções ambientais adaptadas para a realidade local, fazendo uso de material construtivo, como cantarias de lioz, azulejos e gradis. Contudo, ressalta-se que tais privilégios ficavam restritos à área de moradia da elite local da época, enquanto a grande parte da população vivia em condições precárias nos arrabaldes ludovicense.

É a compreensão desse contexto que nos possibilita o desvelamento das transformações que referenciam o início da evolução da Rede Federal no Maranhão por meio das fases de Escola de Aprendizes Artífices; Liceu Industrial; Escola Técnica de São Luiz; Escola Técnica Federal do Maranhão; Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Maranhão (Cefet/MA); e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Na composição do trabalho de expor elementos para a compreensão dessa dinâmica, adotou-se abordagem qualitativa empreendida por meio de investigação bibliográfica e documental. A pesquisa documental foi especialmente útil ao objeto e objetivo aqui definidos pela utilização de fontes primárias acessadas nas bases de dados da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e seus recursos (hemeroteca, dossiês, acervo etc.), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Memorial IFMA, este último com o acervo de fontes orais e a Coleção Fotográfica Heber Macambira.

Nessa perspectiva, compartilhar políticas educacionais, inovações pedagógicas e contribuições socioeconômicas de cada uma das fases que alicerçam o percurso histórico da Rede no estado se ampara na

percepção de que embora o Decreto n. 7.566/1909 verse e dê as diretrizes para a implantação e o funcionamento desses estabelecimentos de ensino, a realidade local, na sua cotidianidade, vai moldando feições diferenciadas nesse país de proporções continentais.

PRIMEIRA FASE: OS FILHOS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES VÃO PARA A ESCOLA – ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO MARANHÃO, INÍCIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO (1909-1937)

*EU VENDIA PIRULITO, ARROZ DOCE, MUNGUNZÁ
ENQUANTO EU IA VENDER DOCE, MEUS COLEGAS IAM ESTUDAR
A MINHA MÃE, TÁO POBREZINHA, NÃO PODIA ME EDUCAR...
MAS O NEGÓCIO NÃO É BEM EU, É MANÉ, PEDRO E ROMÃO
QUE TAMBÉM FORAM MEUS COLEGAS, E CONTINUAM NO SERTÃO
NÃO PUDERAM ESTUDAR E NEM SABEM FAZER BAIÃO*

João Do Vale⁵

O cantor e compositor João do Vale, preto, filho de camponês, retrata em suas canções a realidade que viveu em sua infância pobre no interior da cidade maranhense de Pedreiras, em meados do século XX. Para além das memórias individuais,⁶ as lembranças do cantor dizem de uma realidade que marcou a trajetória de muitas outras crianças que tiveram suas vidas atravessadas pelas dificuldades cotidianas de uma parcela significativa da população mais pobre, em sua maioria preta, parda e indígena, que povoava o extenso estado do Maranhão. As condições eram adversas e, muitas vezes, o desejo de estudar se tornava um sonho, nem sempre atingido por todos.

O cenário descrito contribui para o entendimento de uma porção da região nordestina pelos idos do referido século, demonstrando a importância que o ensino técnico profissionalizante representou para essa

⁵ João Batista do Vale (1934-1996) foi um cantor e compositor. Sua música possui forte discurso social e político, preocupado com a questão racial. Os versos são da canção “Minha História”, composta em parceria com Raimundo Evangelista (João [...], 2024).

⁶ Maurice Halbwachs diz que “de bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantengo com outros ambientes” (Halbwachs, 2006, p. 69).

parcela urbana da população carente do estado e a expectativa positiva experimentada com a chegada da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, pois “agora mandando inaugurar escolas de ensino primário e profissional, os poderes da União passam do idealismo estafante à iniciativa franca, à ação exemplaríssima e fecunda” (Jornal [...], 1910).

O momento histórico efetivado pela inauguração da Instituição em janeiro de 1910 foi, sem dúvidas, de extrema importância para os filhos da classe trabalhadora maranhense ao propiciar, por meio dos cursos ofertados, a formação mínima para que meninos – “entre dez e treze anos que não sofrerem de moléstia infectocontagiosa ou deficiência que impossibilitasse o aprendizado do ofício” (Brasil, 1909) – tivessem uma profissão e, assim tornasse possível um futuro de menos dificuldades, como objetivava o Decreto n. 7.566 de 1909.

O primeiro quadro de servidores da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão foi formado por José Barreto da Costa Rodrigues – diretor; Almir Augusto Valente – escriturário; Cesário dos Santos Veras – professor de desenho; e Ermelinda de Souza Martins – professora do curso primário; tendo ainda como porteiro-contínuo Vicente Ferreira Maia. As aulas de Desenho eram de responsabilidade de um professor especialista, e os cursos primários visavam a formação de normalista, fato que explica, no quadro inicial das Escolas, a presença de uma mulher.

A primeira turma foi formada por um quantitativo de 74 alunos matriculados, contudo a documentação aponta que somente 56 freqüentaram as atividades pedagógicas no ano inicial de funcionamento (Diário [...], 1930). A oferta deveria contemplar até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que funcionaria no horário das 10h às 16h. No turno noturno, deveriam ser ofertados dois cursos, sendo um primário para aqueles estudantes que não “soubessem ler, escrever e contar; e outro de desenho, para aqueles que carecessem dessa habilidade para o exercício do ofício que estavam aprendendo” (Brasil, 1909). Era facultado ao aluno matricular-se apenas em um “ofício, consultada a respectiva tendência e aptidão” (Brasil, 1911). Logo nos primeiros anos de funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices surgiram diversas críticas que iam desde a estrutura física dos prédios que as abrigavam, passando pela ausência do “aparelhamento” das oficinas e a inexistência de formação técnica dos professores que atuavam nessas instituições. Aos mestres e contra-mestres cabia a condução das oficinas, mas como não tinham formação

pedagógica e apenas habilidades para a prática, a base teórica ficava prejudicada. Os professores e mestres eram inspecionados pelo diretor, a quem cabia zelar pela eficácia do ensino (Diário [...], 1930).

Nesse sentido, foi criado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Comissão de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, transformada em 1921 no Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico que tinha como dever supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices (Teodoro, 2006, p. 31).

A partir da orientação do Serviço de Remodelação, diversas mudanças foram feitas nesses estabelecimentos de ensino técnico no país, sobretudo no âmbito pedagógico, a exemplo da reestruturação do currículo que passou a ser unificado para todas, além do calendário escolar, da carga horária de disciplinas, entre outras (Teodoro, 2006, p. 32). Vale destacar que outra novidade foi a exigência de concurso de provas práticas para o provimento dos cargos de professores e adjuntos de professores, assim como de mestres e contramestres (Brasil, 1918). No bojo dessas alterações, em 1930 a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão também teve seu quadro de servidores ampliado, supostamente para atender às novas exigências normativas, a saber:

Director: Almir Augusto Valente [...].

Escripturario: Raymundo Lima Santos.

Professora de portuguez primário: Hermelinda M. Meirelles.

Adjuntas:

Maria José M. Coutinho.

Raymunda Cerveira.

Professor de Desenho: Dr. Cezário dos Santos Véras.

Adjunctos:

Ambrosio Guimarães.

Urbano de Araújo Franco.

Mestre de officina de marceneiro: Theophilo de Moraes Rêgo.

Contra-mestre: Raymundo Rosalino Nunes.

Mestre da officina de sapateiro: Fortunato Santos Carvalho.

Mestre de officina de alfaiate: Eduardo de Souza Marques.

Mestre de officina de ferreiro: Nestor do Espírito Santo.

Mestre da officina de mechanica: João Martins Rios.

Porteiro-almoxarife: Vicente Ferreira Maia Filho [...].

(Escola [...], 1930, p. 510-511).

Os nomes dos servidores acima citados não indicam a inexistência de outros docentes que possam ter feito parte dessa instituição escolar no estado, restringem-se, na verdade, aos limites dos documentos consultados em pesquisa para a composição deste trabalho. Ainda assim, também ajudam a ilustrar aspectos trazidos pela referida remodelação, tal como a citada obrigatoriedade de concursos, em que funcionários lograram aprovação para adentrar a um outro momento da educação profissional trazido com a fase do Liceu Industrial.

SEGUNDA FASE: POR UMA DEMANDA EMERGENTE DA INDÚSTRIA NACIONAL – O LICEU INDUSTRIAL DO MARANHÃO (1937-1942)

DE RIO. GOVERNADOR PAULO RAMOS. S. LUIZ.
MUITO GRATOS PELO SEU ATENCIOSO TELEGRAMA,
VOLTO A MANIFESTAR AO PRESADO AMIGO O
MEU PROPÓSITO DE VISITAR SEU ESTADO.
É O QUE ESPERO FAZER UMA VEZ ELABORADO
O PROJECTO DO *LYCEU INDUSTRIAL*, A SER AHI
CONSTRUÍDO PELO GOVERNO FEDERAL. [...]
SAUDAÇÕES CORDIAES. GUSTAVO CAPANEMA,
MINISTRO EDUCAÇÃO.

(A próxima [...], 1937, p. 1)

A educação profissional no Brasil desde seus primórdios esteve ligada à conjuntura política e econômica do país, e na década de 1930 não foi diferente. Nos primeiros anos da chamada Era Vargas⁷ foi criado, através do Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que tinha dentre outras atribuições cuidar das Escolas de Aprendizes Artífices, como determinado no seu art. 5º (Brasil, 1930).

A partir de então, esse Ministério torna-se o responsável por traçar as diretrizes para o ensino no país, tomando como princípio norteador duas vertentes: uma voltada para o auxílio dos estabelecimentos

⁷ A Era Vargas é a fase da história brasileira em que Getúlio Vargas governou o país (1930-1945).

particulares, municipais e estaduais, e outra direcionada para a manutenção de uma rede federal de Liceus, para o ensino comercial, agrícola e industrial. O governo buscava elaborar um código do ensino profissional e manter e criar novos estabelecimentos de ensino profissional, ampliando sua área de atuação.

Em 1937, buscando atender às exigências profissionais da indústria nacional, aconteceu uma reestruturação no Ministério da Educação que transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Outro fator a ser considerado é que, pela primeira vez, o ensino profissionalizante foi tratado em uma Constituição brasileira, conforme o art. 129 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (Brasil, 1937).

Nesse contexto, a Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão foi transformada em Liceu Industrial, e as mudanças iniciais ficaram por conta daquelas determinadas por leis regulamentares, direcionadas a reformulações nos currículos e ampliação dos objetivos, agora mais específicos para suprirem as necessidades do mercado da indústria nacional. As atividades educacionais em São Luís ainda permaneciam no antigo prédio da Praça da República cedido pelo governo do estado, no Bairro Diamante, mas esse novo olhar sobre a educação profissional foi acompanhado por recursos destinados também à melhoria da infraestrutura física dessas instituições.

Assim, de acordo com o Processo n. 34.218/37, que consta nos relatórios anuais, a obra da sede do Liceu Industrial do Maranhão teve início no ano de 1937 no Bairro do Areal, atual Monte Castelo, provavelmente em terreno doado pela prefeitura da cidade, e teve como investimento total do governo federal o valor de 2.471:180\$000 mil réis dividido em cinco parcelas, sendo a primeira de 600:000\$00 mil réis. Nesse montante estava incluso um valor de 3.133:000\$000 mil réis para

a mudança para a nova sede, talvez para a compra de mobiliário e equipamentos para a melhoria da oferta das oficinas.

Ainda em relação à construção do prédio próprio para abrigar a Instituição no ano de 1937, cabe ressaltar que, possivelmente, tenha havido uma comissão voltada para o seu acompanhamento, pois a análise de imagens do acervo fotográfico do Memorial IFMA,⁸ aponta uma sequência de fotografias da obra com a presença marcante, dentre outras, do professor de Desenho Urbano de Araújo Franco, servidor do então Liceu Industrial do Maranhão e provavelmente também da Escola Técnica de São Luiz, considerando a cronologia das imagens.

Como já destacado, o ensino profissionalizante segue as diretrizes políticas e ideológicas do país e, nesse sentido, o ano de 1942 trouxe mais uma mudança a partir do Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial): o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nesses estabelecimentos aconteceriam mediante um exame de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (Brasil, 1942a).

Tal regulamentação foi determinante na mudança das feições do ensino iniciado em 1909, uma vez que agora o foco era atender à emergente indústria nacional que necessitava de mão de obra qualificada para suprir, prioritariamente, suas necessidades em um contexto econômico decorrente da Segunda Guerra Mundial, que demandava um aumento da produção industrial do país. Os técnicos seriam profissionais de nível médio, intermediários entre os operários e os de formação superior. Esse cenário estabeleceu as bases para a emergência da Escola Técnica de São Luiz.

⁸ O Centro de Preservação da Memória do Instituto Federal do Maranhão (Memorial IFMA) é um projeto estratégico que, desde 2015, trabalha com o intuito de preservar, valorizar e divulgar a memória institucional.

TERCEIRA FASE: OS FILHOS DE OPERÁRIOS PODERIAM CHEGAR À UNIVERSIDADE – ESCOLA TÉCNICA DE SÃO LUIZ (1942-1965)

PASSADOS SESSENTA E SEIS ANOS, AINDA POSSO VER TUDO ALI: A PORTARIA, AS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO DAQUELE GIGANTE, POSSO VER O SEU CORREDOR E NELE AS SALAS 1,2,3 E 4. LÁ EM CIMA A SALA 12, POSSO VER E OUVIR O SINO E A SIRENE. E PERMEIO PELA ESCOLARIDADE E NELA A RAIMUNDO MARTINIANA, FEITA DE COMPETÊNCIA E HUMILDADES.

Viegas, ex-aluno da ETS⁹

O Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, “estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial” e a divide em quatro modalidades: a) Escolas Técnicas, b) Escolas Industriais, c) Escolas Artesanais; d) Escolas de Aprendizagem (Brasil, 1942b). O Maranhão é contemplado com a primeira modalidade e, assim, o Liceu Industrial do Maranhão passa a ser denominado de Escola Técnica de São Luiz (ETSL).

Vale pontuar que a mudança de nomenclatura institucional vinha quase sempre acompanhada de medidas de cunho pedagógico que, de forma generalista, trouxe alguns benefícios para a educação profissional ao longo das etapas. Aqui, especificamente, a legislação equiparou a formação profissional ao ensino secundário e abriu precedente para que os alunos oriundos do ensino técnico profissionalizante, os outrora filhos de operários, adentrassem à universidade e adquirissem uma formação de nível superior na área equivalente à da sua formação, fato destacado como a vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo (Brasil, 2008b). Nesse sentido, embora tais avanços possam parecer pouco se comparados isoladamente, significaram muito para a formação da Instituição que temos hoje, denominadas de Institutos Federais.

A Escola Técnica de São Luiz continuou funcionando no prédio-sede, no então Bairro do Areal, hoje Monte Castelo,¹⁰ sob a direção do arquiteto carioca Argemiro Freire Gameiro. Era uma edificação de arquitetura moderna simples, sem ornamentos, mas que contava com

⁹ Depoimento obtido no âmbito do projeto do Memorial IFMA.

¹⁰ O Bairro do Areal foi denominado de Monte Castelo após a Segunda Guerra Mundial.

espaços privilegiados, como uma quadra de esportes na área central, blocos de laboratórios, refeitório, cozinha e o Cine Teatro Viriato Corrêa, inaugurado em 1942, construído para receber 800 pessoas e planejado com acabamento requintado para a época, como piso de taco, telhado em vigas cruzadas, portas largas de madeira, além de uma decoração sofisticada composta de cortinas de tecido de veludo vermelho, dando um ar imponente ao ambiente (Rudakoff, 2014).

Vale destacar que o Cine Teatro fazia parte da vida artística e cultural da capital maranhense, fato ratificado por Rudakoff (2014, p. 56) ao destacar que um jornal de circulação local noticiou a realização de um “programa de festejos” promovidos pela Escola Técnica de São Luiz voltado para “altas autoridades estaduais, federais, civis e militares”, além de servidores/as, alunos/as e familiares. Ainda sobre esse espaço cultural, em 1946 o teatrólogo e escritor Viriato Corrêa foi recebido na Instituição e “homenageado pelos alunos da Escola com a “encenação dramática de ‘Y Juca Pirama’ de Gonçalves Dias” (Diário de São Luiz, 1946 *apud* Rudakoff, 2014, p. 56).

Em relação aos cursos no período, há registros da oferta de: Mecânica de Máquinas, Máquinas e Instalações Elétricas, Serralheria, Marcenaria, Alfaiataria, Artes de Couro, Construção de Máquinas e Motores, Eletrotécnica, Edificações, Desenho de Arquitetura e de Móveis (Vaz, 1998, p. 2 *apud* Rudakoff, 2014, p. 56).

Outra peculiaridade na trajetória histórica institucional é o processo seletivo para ingresso dos estudantes, na época conhecido como exame de admissão, um processo difícil¹¹. Cumpre dizer que as vagas ofertadas pela Escola Técnica não eram disputadas somente por jovens moradores da capital maranhense, mas também por aqueles que viviam em outros municípios do estado que, impulsionados quase sempre pela família, se deslocavam a longas distâncias para aventurarem uma vaga, sobretudo para o internato: “passei e fiz o curso de Marcenaria porque tinha jeito”, afirma um recordador.¹²

Tais exames eram realizados em dois momentos, conforme chamada pública do dia 24 de fevereiro de 1948, que “convocava aqueles aprovados

¹¹ Informação baseada nos relatos de recordadores/as da Escola Técnica de São Luiz, que são egressos/as participantes do projeto do Memorial IFMA.

¹² No texto é utilizado o termo recordador/a em referência a pessoas que vivenciaram experiências vinculadas às fases da trajetória histórica do IFMA cujo depoimento constitui o acervo do Memorial IFMA.

na primeira etapa para comparecerem no dia 23 do corrente, às 8 horas, os alunos abaixo enumerados, os quais deverão comparecer aos aludidos exâmes, munidos do material necessário para aquele fim" (Diário [...], 1948). Os cursos eram divididos em duas categorias: industriais e técnicos.

A Instituição funcionava também no regime de internato e semi-internato¹³ e contava, inicialmente, com 12 dormitórios separados por divisorias de madeira, e cada cômodo abrigava 12 alunos, sendo um total de 144 internos, ainda de acordo com as reminiscências de um recordador:

Os cômodos em “tabique” serviram por algum tempo. Depois retiraram/ desfizeram, desmancharam os cômodos e restou uma grande área livre, desocupada. Simultaneamente, os beliches metálicos foram dispostos em fileiras, servindo ao mesmo número de 144 de internos. A este “novo tempo”, eu fui alojado na fileira do lado esquerdo, primeira cama, embaixo. Gostava de lá. De lá mesmo, nas manhãs lançava mão na corneta e ... tocava a Alvorada. Havia uns tantos “preguiçosos”, retardatários, sonolentos, mas... ninguém reclamava com a corneta, nem com o corneteiro. Era a lei, era a regra, era a ordem!¹⁴

A fala do recordador evidencia o regime rígido da Instituição naquela fase, nada mais que o reflexo ditatorial imposto pela ditadura militar no país, daí a normalidade e aceitação dos demais colegas, em tempos que a ‘ordem’ era sinônimo de ‘progresso’. Outro dado importante é aquele trazido por Vaz (1998 *apud* Rudakoff, 2014, p. 60) acerca desse modelo de organização institucional já no ano de 1961, quando a Escola

tinha um total de 344 alunos matriculados, sendo que 290 alunos estavam matriculados nos cursos industriais básicos e 54 nos cursos industriais técnicos. Neste ano, a Escola Técnica de São Luiz tinha 180 alunos em regime de internato. Os demais ficavam na Escola em regime de semi-internato. Para atender a demanda dos alunos, a Escola contava com 47 técnicos administrativos, 18 professores de cultura geral, 16 professores de práticas de oficina e 7 professores de práticas educativas.

A participação da Escola se fazia sentir para além do âmbito escolar, adentrando a economia local, com a realização de compras de

¹³ Conforme Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 no seu art. 57, Parágrafo 4º: “além do regime de externato, serão, sempre que possível, adotados os regimes de semi-internato e de internato (Brasil, 1942a).

¹⁴ Depoimento do acervo do Memorial IFMA.

insumos para manutenção do estabelecimento, como se observa no extracto do texto jornalístico a seguir:

Escola Técnica de São Luiz – Edital n. 3/Registro de Fornecedores: De ordem do Senhor Diretor e de conformidade com a legislação vigente, convido os interessados em fornecimentos de material para esta Escola, a virem fazer, nessa secção, o registro que os habilitem a inscrição nas Coletas de Preços e concorrências que, oportunamente, serão abertas (Diário [...], 1948, p. 3).

Na reconstrução da Fase – ETSL, as fontes orais¹⁵ foram ferramentas de extrema importância, dada a escassez de material escrito. Assim, as memórias nos guiaram na composição das trajetórias. Sobre a mudança, a saída, ou chegada desse novo ciclo, as lembranças de um recordador remetem ao dia em que ao retornar das férias “alí já se chamava Escola Técnica Federal do Maranhão”, testemunhando o diretor “Ronald Carvalho, no pátio da Escolaridade, exibindo o novo emblema, modelo a ser seguido doravante...”. Talvez o recordador não tenha percebido que a Escola, embora exibisse um outro “emblema”, nada mais era do que a mesma instituição se adequando a mais um período de transformação.

QUARTA FASE: PROFISSIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA, URGÊNCIA NA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA – ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO MARANHÃO (1965-1989)

QUEM ANUNCIAVA AS HORAS AQUI ERA O APITO
DAS FÁBRICAS E A SIRENE DA ESCOLA TÉCNICA,
QUE TODO MUNDO OUVIA NA CIDADE,
ÉPOCA EM QUE NÃO HAVIA TANTA POLUIÇÃO SONORA

Professor Francisco Pinheiro¹⁶

Conduzidos por um novo “símbolo” e um “novo modelo” a ser seguido, a Escola Técnica Federal do Maranhão (ETFMA) teve início em 1965,¹⁷ com marcante influência na vida cotidiana da comunidade

15 O Memorial IFMA desenvolve pesquisa baseada em fontes orais com o objetivo de compor acervo imaterial advindo de depoimentos, especialmente de servidores aposentados e ex-alunos (Projeto História Oral e Formação de Acervos Memorialísticos, ação de fluxo contínuo baseada na metodologia da História Oral).

16 Depoimento do acervo do Memorial IFMA.

17 Portaria n. 239/1965 e Lei n. 4.795, de 20 de agosto de 1965.

a exemplo da simbologia do “tocar da sirene” e sob a direção do professor Ronald da Silva Carvalho. A Escola inicialmente ofertou os cursos técnicos de Agrimensura, Decoração, Edificações, Eletromecânica, Eletrônica, Mecânica, Química e Saneamento (Rudakoff, 2014, p. 64).

Cabe pontuar que, nessa fase, o prédio-sede recebeu melhorias advindas de verba destinada a benfeitorias desses espaços em atendimento às novas exigências do ensino profissionalizante no país, como mostra o art. 10 da Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ao enfatizar que, “além de pessoal docente idôneo, os estabelecimentos devem sempre contar com biblioteca, laboratórios, oficinas, gabinetes e salas-ambientes, aparelhados para um ensino eficiente e prático” (Brasil, 1959).

Outro destaque do período foi a mudança na oferta dos cursos técnicos a partir de 1970, que passou a funcionar da seguinte forma: o primeiro ano era dedicado ao nível básico, com as disciplinas da chamada “base comum” como Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Inglês), Organização social e política do Brasil, História, Geografia, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Educação Física, Ensino Religioso e Programas de Saúde. Ao final desse primeiro ano, os alunos escolhiam a área técnica que desejavam cursar, considerando as notas alcançadas no período (Rudakoff, 2014).

Um marco da época foi a entrada das mulheres como alunas em 1972 nos cursos de Eletrotécnica, Edificações, Química, Saneamento, Decorações e Mecânica, pois se quebrava uma barreira de 63 anos de um lugar marcado, predominantemente, pela presença masculina. Um fato assinalado nas lembranças de servidores aposentados e de ex-alunos/as que viveram esse momento ímpar e as adaptações sentidas na forma de conduzir as aulas e na convivência.

Em referência às mudanças advindas do cenário político e econômico, ocorridas em plena ditadura militar, tempos de repressão e de forte coerção das liberdades individuais em todos os aspectos da vida humana, destaca-se a segunda versão da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), que cuidou da reforma e da profissionalização do ensino médio, levando em consideração as necessidades demandadas pelo mundo do trabalho. Consequentemente, era preciso atender ao setor produtivo industrial, que se encontrava carente de mão de obra,

e as Escolas Técnicas eram vistas como instituições que deveriam responder a essas necessidades, pois podiam fornecer profissionais para o ingresso imediato, uma vez que muitos desses jovens não poderiam ou não almejavam ingressar na universidade. Nesse sentido, o Projeto n. 19 do Plano Setorial de Educação e Cultura para o período de 1972/1974 destaca:

Uma análise objetiva da realidade do mercado de trabalho no início da década de setenta demonstrava que os profissionais qualificados em cursos superiores de longa duração eram frequentemente subutilizados, isto é, estavam sendo requisitados para funções que poderiam ser exercidas com uma formação mais prática e rápida. Daí o grande incentivo daquela época, para a realização de cursos técnicos de nível médio (do então 2º grau) (Brasil, 2021, p. 8).

Outros pontos valorosos que referendam esse período da ETFMA estão relacionados ao que aqui denominamos de início da interiorização institucional, da projeção no campo esportivo, do reconhecimento do valor cultural das práticas musicais e das manifestações cívicas na cidade. Os municípios de Rosário/MA, Caxias/MA e Itapecuru-Mirim/MA são exemplos de localidades que serviram de campo empírico para práticas pedagógicas de disciplinas, caracterizando ações extensionistas da época que foram capturadas pelas lentes do fotógrafo Heber Macambira.¹⁸

O esporte, também um destaque nessa fase, integrava a Instituição a outras agremiações, sobretudo por ocasião dos Jogos Escolares Maranhenses (Jems), com as premiações em modalidades diferenciadas, fato perceptível na variedade de peças relacionadas à memória esportiva que se encontram expostas em espaço do Memorial IFMA, fruto de inventariação desenvolvida em pesquisa de iniciação científica. Entre todas as peças do acervo, foram encontradas referências à modalidade de natação;

¹⁸ Heber Macambira (1953-1985), fotógrafo institucional que registrou o cotidiano da Escola Técnica de São Luís, posteriormente Escola Técnica Federal do Maranhão (ETFMA). O acervo, formado por um conjunto de aproximadamente 6.000 imagens analógicas positivas em suporte de gelatina P&B (preto e branco) e fotografias em cor, encontra-se sob a guarda do IFMA/Câmpus São Luís Centro Histórico e permite vislumbrar inúmeras atividades realizadas por servidores e alunos da Instituição e também fora dela, inclusive em outros municípios maranhenses.

basquetebol; voleibol; tênis de mesa; atletismo; basquete; handebol; futebol de salão; ginástica; futebol; judô e xadrez (Moutinho, 2019).

Seguindo o curso da memória, encontramos o papel social das Bandas Musical e Marcial, elementos simbólicos fortes nas lembranças dos recordadores e, sobretudo, daqueles que moravam nos arredores da Instituição por servir de orientação da marcação do tempo e de motivação para o ingresso de novos alunos que se sentiam atraídos por tal equipamento cultural. Ademais, a banda musical participava de diversos eventos da cidade, ultrapassando os muros da Escola e adentrando o universo citadino.

A representatividade musical, esportiva e de interiorização são legados identitários que se mantiveram na fase iniciada no final dos anos de 1980, quando ocorreu a mudança para Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (Cefet/MA). Nesse sentido, a preservação do acervo museológico e imaterial (memorialístico) remanescente da Instituição tem papel fundamental e são elos que levam ao (re)conhecimento desse passado cada vez mais longínquo. É por meio dele que, para as gerações presentes e futuras, se revelarão a história da Instituição e, consequentemente, fortalecerão sua identidade como lugar de relevante herança para a educação profissional do Maranhão.

QUINTA FASE: ENTRE “CEFETÓES” E “CEFETINHOS”, UMA NOVA DINÂMICA – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO (1989-2008)

O HOMEM É O SEU PASSADO; SEM DÚVIDAS
QUE O HOMEM É O SEU PASSADO [...]
ENTÃO O PRESENTE E O FUTURO SÃO O PASSADO [...]

O PASSADO INSTRUÍ!

Professor Ramiro Azevedo¹⁹

A quinta fase tem início na chamada Nova República, iniciada em 1985 até os dias atuais. No âmbito político, Tancredo Neves, eleito pelo voto direto, faleceu antes mesmo de ser empossado, assumindo o seu vice,

¹⁹ Depoimento do acervo do Memorial IFMA.

José Sarney, que respondeu pela presidência até 1990, período economicamente marcado por elevadas taxas de inflação e baixos níveis de crescimento econômico. Assim, nesse período o governo buscava estabilizar a economia e controlar o processo inflacionário.²⁰

Voltando o olhar para a educação profissional, no final da década de 1970, ainda no governo ditatorial de Ernesto Geisel, ocorre um processo que, décadas depois, alteraria os rumos da Rede Federal como um todo no país. Tal mudança iniciou-se em 30 de junho de 1978, com a Lei n. 6.545, que oficializou a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Ressalta-se que a passagem das Escolas Técnicas Federais para o modelo Cefet se deu de forma gradual, sendo a do Maranhão a quarta a fazer parte desse seletivo grupo. Registra-se que tal fato aconteceu apenas onze anos depois, através da Lei n. 7.863, de 31 de outubro de 1989, no governo de José Sarney, que a transformou em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (Cefet/MA), passando a ser regida pelas normativas da referida lei e gozando de benefícios que as outras três já haviam conquistado.

Com a mudança de status, o Cefet/MA obteve também a prerrogativa da oferta de cursos de nível superior, além de poder ministrar pós-graduação lato sensu e stricto sensu e a ofertar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, bem como realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica. Outra marca desse momento histórico foi a implantação da primeira unidade de ensino descentralizada (Uned),²¹ por meio da Portaria n. 157, de 12 de março de 1987, na cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste do Maranhão. Esta funcionou, provisoriamente, nas instalações da Escola Dorgival Pinheiro de Sousa com os cursos de Edificação, Eletromecânica e Eletrotécnica, mudando-se para uma sede própria em 1990.

Voltando para o âmbito nacional, apenas na década de 1990 é que as demais Escolas Técnicas do país foram alteradas para Cefets,

²⁰ A reversão do quadro teve início em 1994, com o Plano Real.

²¹ Essa ação fazia parte do Projeto de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (Protec). Na época, a Instituição ainda se chamava Escola Técnica Federal do Maranhão e, posteriormente, tornou-se Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (Cefet).

ação promovida no final do Governo Itamar Franco,²² através da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que determina no art. 3º, parágrafo 1º, que haverá um decreto específico para cada centro, obedecendo critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica (Brasil, 1994). Deve-se atentar, ainda, que a referida lei impõe considerável alteração à excelência dos Cefets, limitando seu campo de atuação, além de atrelar essas instituições ao Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Na análise de Campello (2007, p. 5)

As redefinições que vão sendo feitas na abrangência da ação educativa dos Cefet que, no ensino superior, passa de “ministrar ensino em grau superior de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos (Lei n. 6545/78) para “ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais especialistas na área tecnológica (Decreto n. 87.310/82) e, finalmente, para “oferta de ensino superior tecnológico, diferenciado das demais formas de ensino superior” (Decreto 2.406/97). No Decreto 2.406/97 fica claramente explicitado o objetivo do ensino técnico: “proporcionar habilitação profissional para os setores da economia.

É válido pontuar que tais mudanças tiveram reflexos mais incisivos na política educacional desses estabelecimentos, que, a partir daí, passaram a ser tratados de forma diferenciada dentro da Rede Federal. Nesse sentido, teoricamente, o Cefet/MA teve benefícios por ter pertencido à primeira geração dos Cefets, apelidados de “Cefetões”, enquanto aqueles que tiveram suas ações mais limitadas ficaram reconhecidos como “Cefetinhos” (Campello, 2007).

Ademais, ao longo de suas diversas fases organizacionais, não foram poucos os obstáculos. Aqui destaca-se as restrições financeiras enfrentadas ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos anos 1990, fato marcado na lembrança de recordadores, pois “era comum os comentários nos corredores falando sobre os efeitos negativos do governo de FHC para o funcionamento desta autarquia pública” (Santos, 2019, p. 70).

²² Itamar Franco governou o Brasil de 29 de janeiro de 1992 a 1º de janeiro de 1995, após a renúncia de Fernando Collor de Melo.

Para além das dificuldades impostas pelos desdobramentos políticos, mudanças na estrutura física na sede do Cefet/MA marcaram esse período, a exemplo da construção de uma edificação para abrigar a parte administrativa da Instituição no pátio interno, no lugar da quadra que servia de espaço para a realização de momentos cívicos, culturais e desportivos. Aliás, foi nesse período, sob a direção de Celso Leal, que houve a desestruturação do espaço artístico-pedagógico e a perda mais significativa da efervescência cultural da Escola (Rudakoff, 2014). “Ele [Celso Leal] acabou com tudo; acabou com a banda de música primeiro, depois acabou os grupos porque eles não tinham apoio e foram acabando” (Cassas, 2013 *apud* Rudakoff, 2014, p. 116).

Cumpre dizer que esse cenário vai se modificando a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com seu ápice em 2008, após a Lei n. 11.892/2008, trazendo melhorias e a ampliação da RFPCT, processo que vai culminar com a mudança de Cefet/MA para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

FASE ATUAL: A REDE FEDERAL SE EXPANDE PARA O INTERIOR DO ESTADO (2008-ATUALIDADE)

FALAR DO IFMA É CONTEMPLAR TAMBÉM A HISTÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL DA REDE FEDERAL.
A MINHA HISTÓRIA NO IFMA COMEÇA DESDE A ETFMA, PASSANDO PELO CEFET [...], ENTÃO É DIGNO QUE SE DEFENDA UM PROJETO DE UM MEMORIAL QUE CONTEMPLA ESSA HISTÓRIA. É UMA HISTÓRIA QUE TRANSCENDE O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM [...] ABRAÇA TODO UM PROCESSO EVOLUTIVO DA PRÓPRIA CIDADE, DO PRÓPRIO ESTADO [...].

Professor Miguel Veiga²³

Mais de cem anos de existência e não há como não lembrar de tempos em que estudar na Escola de Aprendizes Artífices, no Liceu Industrial, na ETSL, na ETFMA e no Cefet/MA era um sonho de muitos, mas a realidade de poucos. O século XX avançou e, com ele,

23 Depoimento do acervo do Memorial IFMA.

as transformações na estrutura organizacional e educacional do ensino profissional, resultado de desdobramentos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Brasil. Hoje, anos vinte do século XXI, essa “mesma instituição” se expande para o interior do Maranhão, concretizando mais expressivamente aquele desejo de outrora.

Esse deslocamento rumo ao interior do estado tem início nas últimas décadas do XX, mas ganha força no século XXI, tendo como marco histórico o ano de 2008, com a união do Cefet/MA e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras, originando o atual IFMA por meio da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Cabe registrar que todas as mudanças processadas ao longo do século XX não foram tão marcantes quanto a de 2008, pois não se tratava somente de reformulações, reordenamentos, ampliação de funções, mas de uma aglutinação com três outras instituições de reconhecido saber, que vinham de trajetórias diferentes, com raízes e finalidades que as distanciam do modelo das Escolas Técnicas e, portanto, uma mudança que mexeu na estrutura organizacional, no plano político-pedagógico, na administração e na identidade institucional.

Nesse contexto, é importante dizer que as Escolas Agrotécnicas Federais (São Luís, Mangabeiras e Codó) têm suas histórias atreladas ao modelo pedagógico *escola-fazenda*, ligado ao setor agrícola do país e voltado para atender o público da área rural com finalidades específicas, enquanto as técnicas tinham por finalidade atender às necessidades demandadas pelo setor industrial das capitais. Ao discutir essa mudança, ou melhor, essa junção das agrotécnicas com os Cefets, Otranto (2010) pontua que eram muitas as preocupações:

Os membros das comunidades das diferentes escolas queriam saber se elas iriam continuar oferecendo os cursos profissionalizantes para os quais estavam preparadas e se continuariam a disponibilizar alojamentos e alimentação aos seus alunos originários, na grande maioria, da zona rural. Indagavam se o oferecimento dos novos cursos tecnológicos não iria sobrepor os técnicos e, com o tempo, acabaria com eles e, ainda, se tudo o que havia sido construído ao longo dos anos não deixaria de existir em pouco tempo (Otranto, 2010, p. 93).

Uma outra preocupação pertinente trazida pelas agrotécnicas era a mudança de identidade, uma vez que sua expertise, conforme situado, estava na “interiorização da educação profissional e tecnológica” e que

há muito atendia às “demandas vinculadas à oferta de cursos ligados à área agrícola e temiam perder todas as conquistas anteriores” (Otranto, 2010, p. 93). Além das preocupações pedagógicas e identitárias, existiam ainda aquelas de cunho político-administrativo, “caso integrassem um Câmpus composto por Cefets que, ‘pela ordem de importância’ seria a cabeça do Ifet, ou seja, ocuparia a reitoria da nova instituição, e a EAF a ele se subordinaria” (Otranto, 2010, p. 93).²⁴

O redesenho, em sua complexidade, representa os desafios que essa “nova-velha” instituição passou a enfrentar após mais essa transformação, pois como previsto pelas Agrotécnicas, os Cefets ficaram à frente dos recém-criados Institutos Federais.²⁵ A nova estrutura deveria contar com um órgão de administração central, a Reitoria, que poderia ser instalado em espaço físico distinto de qualquer um dos câmpus, desde que previsto em estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação (Brasil, 2008a).

No Maranhão, a gestão do Instituto Federal está sob a coordenação, supervisão e controle da Reitoria, que faz a articulação com os câmpus e demais órgãos de apoio do Instituto. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), este é composto pelo reitor, seu gabinete e assessoria; as pró-reitorias; as diretorias sistêmicas; os órgãos de apoio; a Procuradoria Federal; Corregedoria; Ouvidoria; Departamento de Comunicação e Eventos; Assessoria de Relações Internacionais; Secretaria dos Colegiados Superiores; Comissões; e diretorias-gerais dos câmpus. Tal estrutura funciona em prédio próprio localizado no Bairro do Renascença, em São Luís, tendo como atual reitor Carlos César Teixeira Ferreira²⁶ (IFMA, 2019).

Retomando a discussão sobre a política educacional dos Institutos Federais, de acordo com a lei de criação, estes guardam o objetivo de, no âmbito acadêmico, “garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de

²⁴ O autor utiliza em seu trabalho as siglas Ifet, significando Instituto Federal de Educação Tecnológica, e EAF, significando Escola Agrotécnica Federal.

²⁵ De acordo com a Lei n. 11.892/2008, os Institutos Federais seriam formados com a seguinte configuração: I- Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs); II- Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); III- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) e Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet/MG); IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais.

²⁶ Carlos César Teixeira Ferreira foi eleito para o quadriênio (2020-2024) e reeleito em maio de 2024 para mais quatro anos de mandato à frente da Instituição.

suas vagas para atender aos objetivos” (art. 8º) de “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (art.7º, inciso I) (Brasil, 2008a).

Seguindo o modelo constituído, o IFMA se confirma como ente de natureza jurídica de autarquia, com atuação no Estado, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, conforme Lei n. 11.892/2008. O Maranhão é uma unidade federativa de grande dimensão e, embora tenha “avançado” se comparado ao cenário do início do século XX, ainda vive condições desfavoráveis,²⁷ incluindo os índices educacionais. É nesse contexto de desafios que se inicia a fase de Instituto Federal no Maranhão.

Com a nova institucionalidade, a figura de um reitor se projeta e, destarte, José Ferreira Costa²⁸ assumiu, em 2008, como primeiro reitor, em caráter *pro tempore*, com a missão de conduzir a Instituição nesse período de transição e adaptação à nova realidade. É diante do quadro de desafios expostos que a Instituição buscou marcar:

mais um capítulo dessa portentosa história da educação profissional do país, porquanto a sua configuração pressupõe a materialização de um processo de expansão que está sustentado numa ação integrada e referenciada na ocupação e no desenvolvimento do território, tomado como um espaço de prazer, de trabalho e de humanização (IFMA, 2017, p. 21).

Atualmente, o IFMA²⁹ tem ponto de presença em 27 municípios maranhenses, agrupados em quatro polos representativos da regionalização adotada para fins de planejamento e gestão, que atestam uma capilaridade de relevante para o papel do Instituto como política pública: Polos Metropolitano (Alcântara, Rosário, Itapecuru, São Luís – Centro Histórico,

²⁷ O estado detém a maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza no Brasil.

²⁸ José Ferreira da Costa ficou à frente da Instituição de 2008 a 2012; formado em Eletrotécnica e licenciado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão e ex-aluno da, então, Escola Técnica Federal do Maranhão.

²⁹ O IFMA possui limite de atuação territorial para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos ofertados, circunscrito ao estado do Maranhão, aplicando-se, no caso da oferta de ensino à distância, a legislação específica (Redação dada pela Resolução n. 106, de 31.10.2018), conforme Regimento Geral do IFMA, Parágrafo único.

São José de Ribamar, São Luís – Maracanã e São Luís – Monte Castelo); Central/Baixada (Bacabal, Barra do Corda, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês, Viana e Zé Doca); Cocais/Litoral Leste (Araioses, Barreirinhas, Caxias, Codó, Coelho Neto e Timon) e Sul/Tocantino (Açailândia, Buriticupu, Carolina, Grajaú, Imperatriz, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Porto Franco).

Isto significa remeter aos fundamentos e diretrizes de um modelo concebido para o compromisso de torná-los “agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais” (Brasil, 2008b, p. 4).

A atualidade da configuração citada reflete um processo de expansão que aconteceu de forma gradual, seguindo as determinações das políticas educacionais do governo federal, e, assim, o Instituto pode ir ocupando as regiões do estado do Maranhão com a missão de “promover educação profissional científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável” (PDI/IFMA 2019-2023, p. 20), conforme Quadro 1.

QUADRO 1
Fases da expansão do IFMA e distribuição dos Câmpus

FASES DA EXPANSÃO - CÂMPUS				
Pré-existentes	Fase I	Fase II	Fase III	Avançados
Codó Imperatriz São Luís - Maracanã São Luís - Monte Castelo São Raimundo das Mangabeiras	Açailândia Buriticupu Santa Inês São Luís - Centro Histórico Zé Doca	Alcântara Bacabal Barra do Corda Barreirinhas Caxias Pinheiro São João dos Patos Timon	Araioses Coelho Neto Grajaú, Itapecuru Mirim Pedreiras Presidente Dutra São José de Ribamar Viana	Carolina, Porto Franco Rosário

Fonte: Elaborado com base em IFMA (2019, p. 86).

Como dito anteriormente, o IFMA é uma instituição que oferta educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos

com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. É válido pontuar que por ser uma instituição multicâmpus, portanto descentralizada, a administração dos câmpus é realizada por diretores-gerais, nomeados de acordo com as determinações do Artigo 13º da Lei n. 11.892/2008, e tem seu funcionamento e estrutura organizacional em conformidade com o Regimento Interno,³⁰ aprovado pela Resolução 124, em 10 de dezembro de 2008 pelo Conselho Superior (Consup) do IFMA. Nesse sentido, os câmpus, situados em sua maioria em municípios do interior do estado, são dotados de autonomia e independência.

Tal estrutura reforça a mudança no perfil de educação que os Institutos Federais têm procurado imprimir em prol da “busca pela excelência”. Mas, ao mesmo tempo, revela as dificuldades organizacionais e administrativas que uma corporação do tamanho do IFMA precisa enfrentar. Nesse sentido, deve-se levar em conta as dificuldades de comunicação entre as partes desse todo, sentidas, sobretudo, pelos Câmpus mais afastados da capital São Luís, onde está localizada a Reitoria.³¹

Ainda que os desafios sejam muitos, como até aqui enfatizado, é imperativa a presença do Instituto Federal na transformação da realidade educacional maranhense. Assim, nesses 16 anos de existência sob a identidade IFMA, a Instituição vem testando modelos de gestão capazes de minimizar tais dificuldades e contribuir para alavancar uma educação profissional de qualidade em seus câmpus.

Se pensarmos o impacto da expansão do IFMA e sua capilaridade no Maranhão em termos quantitativos, deparamo-nos, por exemplo, com registros significativos como os que são trazidos na Plataforma Nilo Peçanha em relação ao ano de 2023, computada a oferta de 523 cursos, sendo 371 de nível médio técnico integrado, 96 de graduação, 16 de especialização, seis de mestrado e um de doutorado.

³⁰ “Art. 384. A organização, o funcionamento e as atribuições dos Câmpus do IFMA reger-se-ão pela Legislação Federal, pelo Estatuto, pelo Regimento Geral, por este Regimento Interno dos Câmpus, pelos Regulamentos, pelas Resoluções, pelas resoluções, portarias e ordens de serviço” (IFMA, 2018).

³¹ Tais dificuldades tentam ser sanadas pelo uso das tecnologias disponíveis, bem como pelos encontros do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Coldir) que realiza periodicamente, preferencialmente, em um Câmpus diferente seus encontros, incluindo a Reitoria.

QUADRO 2

IFMA: panorama geral de dados acadêmicos 2023

Unidades	Cursos	Matrículas	Vagas	Inscritos	Concluintes ³²	Ingressantes
29	523	45.522	11.004	40.857	5.407	10.884

Fonte: Elaborado com base em PNP (c2024).

Outro diferencial implantado a partir da fase de Instituto Federal é o aprimoramento entre o ensino, a pesquisa e a extensão, dimensões fundamentais para o alcance das finalidades institucionais. Assim, são lançados editais de fomento de acordo com níveis de interesse e área de atuação. Tais ações, além de servirem como um instrumento de produção de conhecimento, rompem as fronteiras da Instituição na busca de soluções para problemas da comunidade em geral, de natureza social, ambiental e econômica.

Nessa mesma perspectiva, foram criados os chamados “projetos estratégicos”³³ diretamente relacionados ao “Mapa Estratégico, o que representa um esforço concreto da Instituição em efetivar o alcance dos objetivos e obter resultados”. Também se sobressai o desenvolvimento de pesquisa, inovação e empreendedorismo para que os estudantes possam explorar novas fronteiras científicas e tecnológicas. Igualmente, com investimentos em arte, cultura, esporte, internacionalização e com laboratórios avançados, a Instituição integra o conhecimento acadêmico com a prática, estimulando a produção de projetos inovadores e mais inclusivos, pensando o ser humano em sua “pluridimensionalidade filosófica, histórica, biológica, econômica, ecológica, política, emocional, cultural e social e, ademais, aberto ao transcendente” (IFMA, 2019, p. 38).

32 O diagnóstico dos principais fatores que levam à evasão, bem como a proposição de ações para o seu combate, fazem parte do Plano Institucional de Prevenção e Combate da Evasão e Retenção Escolar, cuja implantação tornou-se iminente diante do Acórdão n. 506, de 2013, do Tribunal de Contas da União (TCU) (PDI/IFMA 2019-2023).

33 O IFMA conta com 26 (vinte e seis) projetos estratégicos: IFMA no Mundo; Observatório dos APLs; Centro de Formação de Servidores; IFMA Digital; Fábrica de Inovação; Mulheres Mil; Gestão de Conhecimento; TV IFMA; Rádio IFMA; Intranet IFMA; Processo Eletrônico; Sistema de Gestão de Tarefas ;Escritório de Processos; Câmpus de Referência; Laboratórios Inteligentes; IFMA Sustentável; Suap Edu; Memorial IFMA; Selo IFMA Afirmativo; Polo Digital; Catálogo de Projetos de Ensino; IFMA Amazônia Legal Maranhense; Coworking; Empreenda-se; IFMA Livre de Violência de Gênero; Instituto Cidadão.

Por quanto mais que se projetar em função do provimento de mão de obra para o mercado de trabalho, a fase atual se empenha na formação de “sujeitos históricos envolvidos em constante processo de transformação que não se reduz ao tempo e ao espaço, de ação, crítico, reflexivo, construtor de sua história e cultura” (IFMA, 2019, p, 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Memória e história são dimensões que possuem estreita relação, convergência que se buscou trazer neste trabalho com a missão de reconstruir a trajetória de uma instituição centenária, marcada por seis longas fases diferenciadas entre si, mas que, em certa medida, afluem em uma mesma direção. Olhar para o passado por meio de fontes documentais foi tão essencial quanto o apoio dos chamados “*lugares de memória*”, na forma apresentada por Nora (1993) e aqui traduzidos pela oralidade e recordações. Ambos deram suporte na elucidação de momentos ameaçados pelo esquecimento, *fio de Ariadne* para que chegássemos à fronteira daquilo que éramos e o que somos na atualidade.

E o palco inicial da (re)construção da trajetória da educação profissional no Maranhão foi a capital, São Luís, cidade que se manteve, até meados do século XX, com características provincianas, mas que atualmente exibe feições de metrópole, carregando consigo marcas de um período histórico que a torna singular. A expansão da Rede Federal, já no século XXI, fruto das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas na área educacional pública do Brasil, permitiu o alargamento das fronteiras do ensino profissionalizante no país e no estado.

Ao longo de 115 anos, fomos Escola de Aprendizes Artífices (1909), Liceu Industrial de São Luís (1937), Escola Técnica Federal de São Luiz (1942), Escola Técnica Federal do Maranhão (1965), Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (1989) e, finalmente, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (2008), com presença em 27 municípios que acolhem os 29 câmpus do Instituto em território maranhense.

E o que faz essa historicidade *sui generis* em torno desses referenciais é o curso de um desenvolvimento de características próprias, elementos que a tornam singular dentro da Rede Federal, fruto da sua história, da sua

localidade e da sua gente. Os desafios enfrentados ao longo desse tempo também significam uma oportunidade de superação e crescimento, seja na maneira como as fases anteriores se modelaram, seja na atualidade em que o IFMA vem empenhado na construção de uma gestão capaz de dirimir obstáculos e consolidar-se como “ser uma instituição de excelência em ensino, pesquisa e extensão, de referência nacional e internacional, indutora do desenvolvimento do Estado do Maranhão” (IFMA, 2019, p. 20).

Como proclamado no título deste trabalho, tratamos de uma *história em movimento* e, nessa perspectiva, é ilustrativo o anúncio feito pelo atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2024, da criação de mais quatro câmpus do IFMA no estado: Amarante do Maranhão, Balsas, Chapadinha e Colinas. Eis, portanto, mais oportunidades e desafios que, alimentados pela história recente e alicerçados pelos autos da história e das memórias mais antigas, continuarão dando forma ao Instituto Federal do Maranhão.

REFERÊNCIAS

A PRÓXIMA visita ao ministro da Educação. *O Imparcial*, São Luiz/MA, ano XII, n. 5582, p. 1, 22 maio 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/107646/19310> Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Manoel Edwiges de Queiroz Vieira). *Relatório do ano de 1913 apresentado ao Presidente da República dos Estado Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1914. v. 1. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181799/Relatorio%20da%20Escola%20de%20Aprendizes%20Artífices%20%281913%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1918. Disponível em: <https://share.google/pESp4oXNYs4KhD-teI> Acesso em: 16 out. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930*. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrc/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937*. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.html Acesso em: 1 out. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12 jun. 2024.

BRASIL. *Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959*. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 9 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção e diretrizes*. Brasília/DF: MEC/SETEC, 2008b.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Tecnológico*. Brasília/DF: MEC/CNE, 2021.

CAMPELLO, A. M. “Cefetização” das Escolas Técnicas Federais – Projetos em disputa nos anos 1970 e 1990. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 12, n.1, p. 26-35, jan./abr. 2007.

CASTRO, C. A. *Infância e trabalho no Maranhão Provincial*: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889). São Luís: EdFUNC, 2007.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial*, Rio de Janeiro, ano 86, v. 3, p. 510-511, 1930.

ESCOLA Técnica de São Luiz. *Diário de S. Luiz*, n. 511, 24 fev. 1948. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093874/9604> Acesso em: 6 jul. 2024

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

IFMA (Instituto Federal do Maranhão). *Plano Estratégico: IFMA 2016-2020*. São Luís: IFMA, 2017. Disponível em: <https://planejamentoestategico.IFMA.edu.br/wp-content/uploads/sites/53/2017/01/planoestategico20162020.pdf> Acesso em: 20 maio 2024.

IFMA (Instituto Federal do Maranhão). *Resolução n. 124, de 10 de dezembro de 2018*. Dispõe acerca do Regimento Interno dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís: IFMA, 2018. Disponível em: <https://santaines.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/03/Resolucao-124-Regimento-Interno-dos-Campi.pdf> Acesso em: 4 out. 2024.

IFMA (Instituto Federal do Maranhão). *Plano de Desenvolvimento Institucional: IFMA 2019-2023*. São Luís: IFMA, 2019. Disponível em: <https://portal.IFMA.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/IFMA-PDI-PRINCIPAL-v-18-20190626-visualizacao.pdf> Acesso em: 20 maio 2024.

JOÃO do Vale. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa208956/joao-do-vale> Acesso em: 26 jul. 2024.

JORNAL A Pacotilha, Maranhão, ed. 12, n. 12, sábado, 15 de janeiro de 1910. Rio de Janeiro: BNDigital, [1910]. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_02&pesq=augusto%20limpo%20teixeira%20freitas&pagfis=49 Acesso em: 4 out. 2024.

MOUTINHO, A. M. S. Memória Esportiva do Instituto Federal do Maranhão. *In: CONBRACE, 21.; CONICE, 8., 2019, Natal. Resumos [...]*. Natal: Conbrace: Conice, 2019.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São Paulo, dez. 1993.

OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifets. *Revista Retta: UFRRJ/PPGEA*, Seropédica, v. I. n. 1, jan./jun. 2010.

PNP (Plataforma Nilo Peçanha). IFMA: dados e indicadores acadêmicos. Brasília/DF: PNP, c2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> Acesso em: 15 jul. 2024.

RUDAKOFF, A. N. M. *As mulheres professoras de Arte na Escola Técnica Federal do Maranhão (1975-1989)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SANTOS, P. V. dos. *Criação e expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão: impasse da gestão e impactos institucionais*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

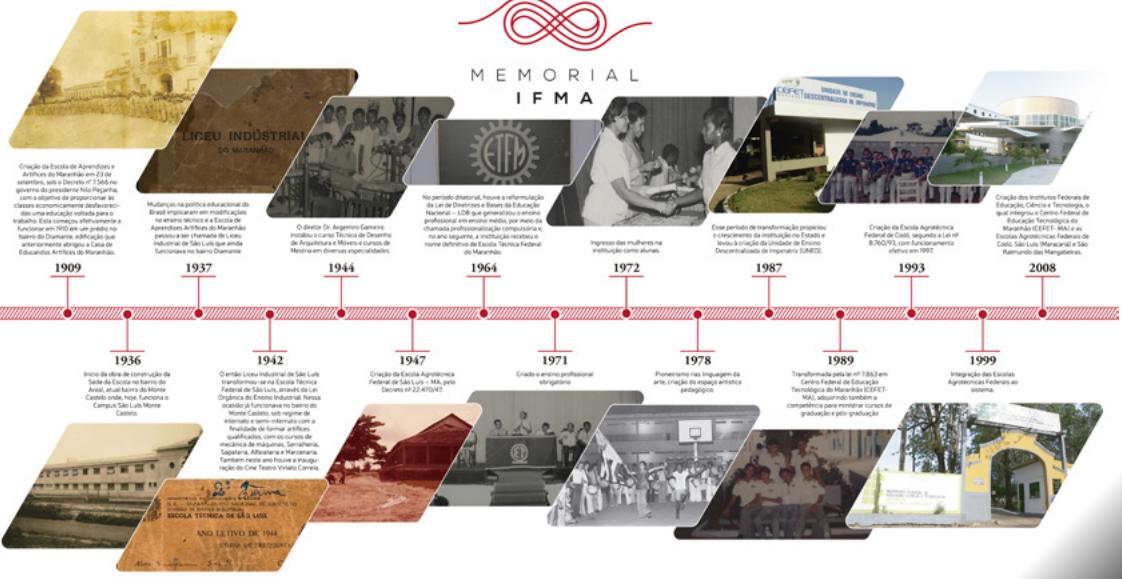
SILVA, A. da S. *Revista do Norte: a impressão fotográfica e a impressão social de São Luís no começo do Século XX*. 2018. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

TEODORO, E. G. Docentes na Escola de Aprendizes Artífices do Pará: diacronia dessa atuação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.24, p. 26-39, dez. 2006.

VAZ, L. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão: esboço histórico. *Revista “Nova Atenas” de Educação Tecnológica*, São Luís, v. 1, n. 1, jul./dez. 1998.



MEMORIAL IFMA



01



02



03



04



05





DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Linha do tempo do Instituto Federal do Maranhão | Fonte: Acervo do Memorial IFMA.
- 02 Prédio que abrigou a Escola dos Educandos Artífices em 1841 e, posteriormente, a Escola de Aprendizes Artífices em 1910, no Largo do Diamante, em São Luís, hoje sede do Ministério da Agricultura no Maranhão | Fonte: Acervo do Memorial IFMA.
- 03 Prédio da Escola Técnica de São Luís no Bairro Areal/Monte Castelo | Fonte: FGV/CPDOC.
- 04 Alunos da fase ETSL (1964) "em forma" antes de entrar em sala de aula | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA).
- 05 Alunos da fase ETSL (1964) em desfile cívico, na Rua Grande no Centro de São Luís/MA | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA)
- 06 Fachada do prédio da Instituição na fase ETFMA, no Bairro do Monte Castelo, em São Luís/MA | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA).
- 07 Desfile cívico da ETFMA em 7 de setembro, em comemoração do Dia da Independência do Brasil, em São Luís/MA | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA).
- 08 Banda de Música na fase ETFMA em São Luís/MA | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA).
- 09 Aula prática do Curso de Reparador de Rádio na fase ETFMA em São Luís/MA | Fonte: Acervo Fotográfico Heber Macambira (Memorial IFMA).
- 10 Alunos do Câmpus São Luís - Centro Histórico na transição Cefet-IFMA | Fonte: Acervo do Memorial IFMA.
- 11 Fachada do prédio da atual sede da Reitoria do IFMA | Fonte: Acervo do IFMA/ASSCOM (foto de Ricardo Lago).
- 12 IFMA: arte, esporte e cultura | Fonte: Acervo do IFMA/ASSCOM (foto de Ricardo Lago).
- 13 IFMA: além fronteiras | Fonte: Acervo do IFMA/ASSCOM (foto de Ricardo Lago).
- 14 IFMA: educação inclusiva | Fonte: Acervo do IFMA/ASSCOM (foto de Ricardo Lago).
- 15 IFMA: tecnologia e inovação | Fonte: Acervo do IFMA/ASSCOM (foto de Jesus Chuseto).

NARRATIVAS HISTÓRICAS DAS ESCOLAS ORIGINÁRIAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

KELLY CRISTINA BARBOSA¹

CLEBER MARQUES DE OLIVEIRA²

MANUELA DO NASCIMENTO SILVA³

LARISSA COIMBRA DO NASCIMENTO⁴

¹ Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento, atua como bibliotecária no Instituto Federal de Sergipe (IFS). É diretora de Unidades Informacionais e Publicações e editora-chefe da Editora do IFS, além de membro da Comissão Própria de Avaliação (CPA/IFS). Pesquisa sobre gestão e organização de bibliotecas, desenvolvimento de coleções, regulação institucional e promoção da cultura sergipana. E-mail: kelly.barbosa@ifs.edu.br.

² Pós-graduado em Psicopedagogia e graduado em Pedagogia, atua no IFS, onde integra a Comissão Própria de Avaliação (CPA/IFS). Tem experiência docente na educação básica e superior nas áreas de Filosofia e Pedagogia. Pesquisa sobre avaliação institucional, formação de professores, filosofia da educação e educação profissional. E-mail: cleber.oliveira@ifs.edu.br.

³ Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento, é arquivista do IFS, onde atua como coordenadora geral de Protocolo e Arquivo (CGPA). Pesquisa sobre ciência da informação, arquivologia e museologia, com ênfase na gestão documental em instituições públicas. E-mail: manueladocx@gmail.com.

⁴ Mestra em Gestão da Informação e do Conhecimento, é arquivista do IFS/Câmpus São Cristóvão, onde atua como coordenadora de Protocolo e Arquivo. Pesquisa sobre gestão da informação e do conhecimento, tecnologias da informação, processos eletrônicos e arquivologia, com foco em competência em informação e sistemas digitais. E-mail: larissacoimbra12@gmail.com.

A história do Instituto Federal de Sergipe (IFS) é o resultado da fusão de duas grandes instituições de ensino de Sergipe: a Escola de Aprendizes e Artífices (EAA/SE) e o Patronato São Maurício. Embora tenha seguido caminhos distintos, as instituições tinham como objetivo a formação de mão de obra qualificada por meio do ensino industrial e agrícola, além de regenerar a infância dos menores abandonados e desprovidos de recursos. A EAA/SE e o Patronato São Maurício formariam, anos mais tarde, a estrutura do IFS.

Em 1909, o presidente da época, Nilo Procópio Peçanha, expediu o Decreto n. 7.566/1909, que deu origem às Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) em todas as capitais dos estados brasileiros. Essas Escolas ofereciam oficinas gratuitas, conforme a necessidade de cada região, voltadas para as práticas manuais e mecânicas, como Alfaiataria, Sapataria, Artes Gráficas, Carpintaria e trabalhos em metal. O objetivo era qualificar a mão de obra para atender à crescente demanda das indústrias emergentes. As EAAs eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e responsáveis por ministrar o ensino em nível primário profissional, tornando-se referência na formação de jovens “desvalidos da sorte e desfavorecidos de fortuna” como mão de obra qualificada de acordo com a necessidade das indústrias locais.

Na década de 1980, surge um novo cenário econômico e produtivo provocado pelo desenvolvimento de novas tecnologias. Nessa perspectiva, as instituições de educação profissional começaram a diversificar e modernizar seus programas e cursos para melhorar os níveis da qualidade do ensino e prestação de serviços.

Em 29 de dezembro de 2008, no governo do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), 7 Escolas Técnicas Federais (ETFs) e 8 Escolas Vinculadas a Universidades foram integradas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT), formando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) (Brasil, 2008).

Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação (MEC) concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 câmpus em funcionamento. Nesse período, foram criados 38 IFs, presentes em todos

estados, oferecendo cursos de qualificação e ensino médio nas formas integrada, concomitante e subsequente, além dos cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Até 2022, segundo o site da RFEPCT, existiam 661 unidades, vinculadas a 38 IFs, a dois Cefets, à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II. Atualmente, em 2024, já existem 685 Unidades, vinculadas a 38 IFs, a dois Cefets, à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a 22 Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais e ao Colégio Pedro II.

O IFS foi instituído pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo formado pelo Cefet/SE, que contava com a Unidade Descentralizada de Lagarto (Uned), e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), consideradas as unidades mais antigas da Instituição.

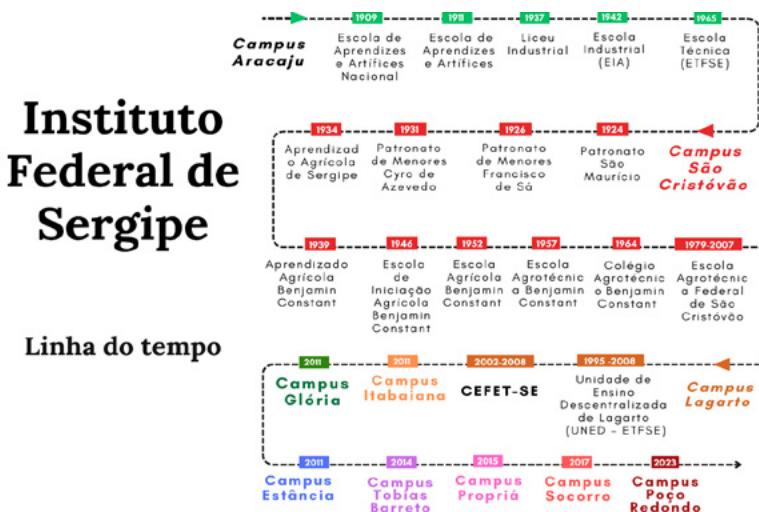


Figura 1. Linha do tempo do IES

Fonte: Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações do IES.

TRAJETÓRIA DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SERGIPE (CEFET/SE)

A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SERGIPE (EAA/SE) - 1911 A 1936

Após a publicação do Decreto n. 7.566/1909, que criava as EAAs (Brasil, 1909), a implantação dessas Escolas ocorreu de forma rápida e

ampla em diversos estados brasileiros. No entanto, Sergipe destacou-se por ser o último estado a implementar a sua EAA, em 1911. Esse atraso aconteceu por causa de vários fatores, principalmente da falta de apoio político do estado de Sergipe ao governo federal.

O decreto determinava que essas instituições fossem localizadas nas capitais dos estados. Entretanto, a primeira sugestão de implantação da EAA/SE foi na cidade de Lagarto, no interior do estado. De acordo com Santos Neto (2009), em 1910, a Escola foi inicialmente instalada na Delegacia Fiscal da Receita Federal, onde não havia oferta de aulas, mas apenas atividades administrativas.

Oficialmente, as aulas na EAA/SE começaram no dia 1º de maio de 1911 – data emblemática em que se comemora o Dia do Trabalhador – no prédio doado pela União, localizado na Rua Lagarto, n. 952. Contudo, a Escola permaneceu nesse local até 1963, quando foi transferida para o prédio situado na Avenida Engenheiro Gentil Tavares, no antigo Bairro da Baixa Fria.

Conforme Santos Neto (2009), o Dr. Augusto César Leite (1910-1916) foi o primeiro diretor da EAA/SE e desfrutava de grande prestígio perante a sociedade, inclusive entre seus adversários políticos.



Figura 2. Escola de Aprendizes Artífices

Fonte: Acervo do MIFS (2024).

Em 1911, a Escola matriculou inicialmente 120 alunos, jovens desvalidos da região. O currículo oferecia cursos profissionais de Desenho e Primário, incluindo ofícios de Ferraria, Mecânica, Alfaiataria, Marcenaria e Selaria. As matrículas aumentaram no decorrer dos anos, haja vista que a EAA/SE se tornou um meio essencial para que famílias desprovidas de recursos alcançassem uma melhoria de vida. Segundo Patrício (2003), a partir de 1918 a Escola passou a oferecer cursos noturnos organizados e ministrados pelos docentes da Instituição. Esses cursos eram destinados a alunos com idades entre 16 e 19 anos, que recebiam aulas durante duas horas diárias. De acordo com Santos Neto (2009), em 1922 o número de matrículas subiu para 188, e para 268 em 1930.

Entre as professoras, destacavam-se Cândida dos Santos Menezes, a primeira mulher a fazer parte do corpo docente da Instituição, que lecionará no curso de Primeiras Letras; Luiza Paes Guedes, uma excelente professora de Língua Portuguesa; Edila Sousa, especialista em desenho; e Maria da Conceição Sobral, mestra em Pedagogia.

Ademais, outra contribuição significativa para a formação dos alunos foi a da professora Leyda Régis, responsável pela publicação da Revista Sergipe Artífice por quase 20 anos. Esse periódico anual apresentava à comunidade o dia a dia da Escola por meio do trabalho realizado pelos professores, alunos e pela equipe administrativa.

A Escola disponibilizava diversos benefícios aos alunos, preparando-os para a vida social e profissional. Nesse contexto, ressalta-se a oferta de práticas profissionais por meio das oficinas, o que facilitava a obtenção de vagas de emprego. Além disso, o currículo abrangente proporcionava uma formação completa e diversificada, ampliando as oportunidades no mercado de trabalho.

A partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, iniciou-se a industrialização do país. Em 1937, foi criada a Divisão do Ensino Industrial, subordinada ao novo Ministério da Educação e Saúde. Essa medida possibilitou a transformação das EAAs em Liceus, como o Liceu Industrial de Aracaju, que se tornou um pilar para as mudanças sociais, econômicas e educacionais. Desse modo, as Escolas passaram de uma percepção assistencialista para promotoras de uma educação que contribuiria significativamente para o crescimento e desenvolvimento do país.

DO LICEU INDUSTRIAL DE ARACAJU À ESCOLA INDUSTRIAL DE ARACAJU (EIA) – 1937 A 1965

A criação do Liceu Industrial de Aracaju no país ocorreu após a promulgação da Constituição de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas. Esse movimento visava alinhar o ensino ao desenvolvimento e à ampliação da área industrial do Brasil, ofertando mão de obra qualificada. Dessa forma, a educação profissional passou a ser compreendida como um campo estratégico da educação, contribuindo significativamente para a expansão industrial do país e do estado de Sergipe.

De acordo com Ferreira (2017), a Lei n. 378, de janeiro de 1937, determinou que os Liceus Industriais deveriam oferecer ensino profissional em todos os ramos e graus, iniciando, assim, o ensino industrial no nível ginásial, equivalente ao primeiro ciclo do ensino médio. Foi nesse cenário que surgiu o Liceu Industrial de Aracaju, com o objetivo de preparar a mão de obra necessária para a diversificação das atividades produtivas locais e regionais.

Segundo Santos Neto (2009), apesar das mudanças culturais relevantes e do aumento dos investimentos governamentais e da iniciativa privada, a Escola ainda enfrentava condições precárias. Mesmo após várias tentativas de melhorias durante os anos, persistiam problemas como a falta de maquinário e mobiliário, salas e oficinas insalubres, além da insuficiência de espaço necessário para a transformação pretendida, conforme relato ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Mesp) pelo então diretor, Clodoaldo Vieira Passos (1937-1947).

A EIA foi estabelecida em 1942, após uma iniciativa do MEC que equiparou o ensino profissional e técnico ao ensino médio por meio do Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro (Brasil, 1942b). De acordo com Ferreira (2017), a Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada pelo Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, marcou um ponto de inflexão na trajetória da modalidade. Essa legislação estabeleceu as bases para a organização e o regime do ensino industrial, delineando-o como um ramo de ensino de segundo grau, com foco na formação profissional de trabalhadores em diversos setores da economia, incluindo a indústria, o artesanato, os transportes, as comunicações e a pesca (Brasil, 1942a).

Durante o período da EIA, houve grandes avanços na educação profissional, social e moral ofertada aos alunos da Instituição, além da

ampliação da estrutura física da Escola. O ensino era dividido em duas vertentes: a primeira era o básico industrial, que apresentava aos alunos o conhecimento de um ofício promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); e a segunda, o ensino técnico, sob a responsabilidade do Mesp, promovido aos alunos que já haviam concluído o ensino ginásial, sendo seu caráter de nível superior. Muitos desses alunos formados em engenharia atuavam na própria Escola.



Figura 3. Exemplo da industrialização das oficinas
Fonte: Acervo do MIFS (2024).

Paralelamente, a Instituição nomeou sua primeira bibliotecária, Maria Cecília Costa Pinto, e deu início à oferta dos primeiros cursos voltados para as mulheres, que começavam a ingressar no mercado de trabalho. Dentre esses cursos, os de corte e costura, chapéus, flores e ornamentos eram voltados principalmente para os afazeres tradicionais e as habilidades domésticas. No entanto, apenas quatro alunas se formaram, o que resultou na suspensão temporária desses cursos. Após isso, a entrada das mulheres na Instituição ocorreu apenas 15 anos depois, com a implantação dos cursos técnicos.

A gestão de Pedro Braz (1947-1962) promoveu vários avanços, adaptando-se às necessidades ou prioridades para a Instituição.

Conforme Santos Neto (2009), entre esses destaques podemos citar: melhorias na infraestrutura e nos equipamentos, aperfeiçoamento do corpo docente, modernização do currículo, estabelecimento de parcerias com empresas e instituições, práticas pedagógicas e curriculares inovadoras.

A MODERNIZAÇÃO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE ARACAJU (EIA) POR MEIO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE (ETFSE) – 1965 A 2002

O estado de Sergipe enfrentava um aumento na demanda por profissionais especializados na exploração de minerais, produção e distribuição de energia hidrelétrica, bem como na abertura de novas indústrias. Como resultado, havia uma busca por profissionais qualificados em diversas áreas, atraindo pessoas de diferentes classes sociais. Ainda durante a gestão de Pedro Braz no período da EIA, foi adquirido o terreno na área conhecida como Baixa Fria, uma vez que o prédio localizado na Rua de Lagarto já não atendia mais às demandas da Escola.



Figura 4. Prédio da Escola Técnica em construção, atual Câmpus Aracaju
Fonte: Acervo do MIFS (2024).

A ETFSE, sob a gestão do engenheiro Pedro Braz, passou por um período de significativa evolução em várias áreas. Socialmente, houve uma ampliação do acesso à educação, sobretudo para os grupos desfavorecidos, como operários e pessoas de baixa renda, com a oferta de aulas noturnas de Desenho Técnico. No âmbito administrativo, a modernização da infraestrutura, com a aquisição do novo terreno e parcerias

estratégicas, evidenciou um compromisso em adequar a Escola às demandas educacionais da época.

Em termos educacionais, houve a ampliação da oferta de cursos, apoio ao desenvolvimento de pessoal e participação ativa dos alunos em iniciativas de melhoria. Essas ações demonstraram o compromisso em promover uma educação inclusiva, diversificada e participativa na Instituição.

No entanto, sua saída abrupta devido a motivos de saúde resultou em um declínio na Instituição. Esse período tumultuado culminou com a primeira greve de estudantes em 1963. Entre os motivos da greve, podemos citar: a falta de material didático, o encerramento da oferta de almoço e fardamento pela Escola, a má gestão do caixa escolar e a insuficiência das bolsas que auxiliavam na permanência dos estudantes, o autoritarismo e a falta de diálogo da nova direção com os estudantes, além das péssimas condições do antigo prédio da Rua de Lagarto. A greve foi encerrada em outubro de 1963, com a renúncia do ex-diretor Moacir Batista dos Santos (Santos Neto, 2009).

Após várias reuniões entre os líderes do movimento e o Conselho de Representantes da Escola, os alunos conseguiram algumas melhorias e um consenso em 17 de outubro de 1963. Contudo, os líderes da greve foram cassados em 1964 pelo Regime Militar, por isso as atas do Conselho daquele ano não foram encontradas nos arquivos da Escola durante uma pesquisa histórica em 1989, e até mesmo nos dias de hoje no Arquivo Intermediário do Câmpus Aracaju. Assim, Humberto Moura assumiu a direção em meio à luta dos estudantes por melhores condições de ensino e mais participação na gestão da Instituição para apaziguar a situação entre a administração e os alunos.

Entre suas ações, oferecia aulas de Desenho Técnico durante os horários extraclasses, especificamente no turno da noite, voltadas para operários e indivíduos desfavorecidos. Humberto Moura deixou a direção da Escola em 30 de junho de 1964, sendo sucedido por Theotonilio Mesquita, que enfrentou graves problemas financeiros que o forçaram a modificar o projeto de construção do prédio na Baixa Fria.

Essas mudanças não foram bem recebidas pelos professores, que alegaram que as alterações prejudicariam futuras ampliações. Desse modo,

Theotonilio foi convidado a representar a Diretoria Industrial em outra localidade, deixando vaga a direção da Escola.

É importante destacar que, a partir de 1962, a Escola Industrial já oferecia o curso de Edificações em caráter técnico. Contudo, com a implantação da Escola Técnica Federal de Sergipe (ETFSE), a Instituição evoluiu do ginásio industrial para o ensino médio. Em 1965, registra-se a abertura dos cursos de Estradas e Eletromecânica, que posteriormente passaram por uma nova subdivisão, criando os cursos de Eletrotécnica e de Máquinas e Motores (Santos Neto, 2009).

O novo prédio começou a funcionar em meados da década de 1970 e abriga até hoje o Câmpus Aracaju. Em 3 de setembro de 1965, foi publicada a Portaria Ministerial n. 239 (MEC), baseada na Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965, que tratava da denominação, do ensino e das estruturas administrativas das recém-criadas Escolas e Universidades Técnicas (Brasil, 1965).

O professor Irineu Martins de Lima assumiu o cargo em 1969 e permaneceu até 1979, período marcado por diversas realizações. Um dos marcos foi a construção do Auditório Pedro Braz em 1971. Ademais, esse espaço foi palco de importantes eventos culturais, como peças de teatro, shows musicais e espetáculos de dança, incluindo performances das renomadas bailarinas Lu Spinelli e Moema Maynard, além de ter sediado o desfile de Miss Sergipe em 1974. Em 1973, foi registrada a existência de uma galeria de arte no prédio da Escola.

No ano seguinte, em 1972, o professor Irineu inaugurou as novas instalações da biblioteca, que recebeu o nome de Biblioteca Dr. Augusto Leite, em homenagem ao primeiro diretor da Instituição, quando ainda era conhecida como EAA. De acordo com Medeiros e Ximenes (1989), durante o período em que a Escola foi dirigida por Irineu Martins de Lima, ela alcançou uma projeção das mais elevadas entre as congêneres de âmbito nacional.

O diretor Irineu implementou uma política de valorização da pessoa humana, o que contribuiu para que a Instituição atingisse uma fase áurea de crescimento. Em maio de 1979, entregou o cargo, e quem assumiu a direção da Escola foi o ex-governador do estado de Sergipe Paulo Barreto de Meneses. A sua gestão foi marcada pela criação dos cursos

de Química e Eletromecânica, além de várias reformas que melhoraram a estrutura do prédio como um todo.

O diretor seguinte foi o professor Daniel Bispo de Andrade, que dirigiu a Escola de 1983 a 1987. Daniel Bispo de Andrade buscou expandir as fronteiras das ETFs por meio de estratégias como a criação de unidades descentralizadas, como a de Lagarto. Portanto, essa iniciativa visava atender à crescente demanda da indústria do estado por profissionais qualificados, ao mesmo tempo que pretendia melhorar a qualidade do ensino técnico oferecido.

Em 1987, aconteceu a primeira eleição para diretor da Escola, sendo eleito o professor José Alberto Pereira Barreto, que teve como objetivo melhorar as instalações físicas da Instituição no atual Câmpus Aracaju, além do Pavilhão Leyda Régis, que aprimorou consideravelmente o ambiente de ensino e a aprendizagem dos alunos.

Barreto foi o responsável pela reorganização do Arquivo Intermediário da Escola, mesmo sem contar com um profissional especializado em arquivologia, com o objetivo de viabilizar o acesso a documentos importantes e a preservação deles. Em sua gestão, iniciou-se o primeiro movimento para a criação do Memorial, um espaço destinado a preservar e divulgar a história e os feitos da Instituição, que foi instituído oficialmente apenas em 2018 (IFS, 2021). Essas ações foram fundamentais para o desenvolvimento e a modernização da ETFSE, representando um período de grandes melhorias e expansões na infraestrutura e na organização.

Em 1991, a Escola elegeu a primeira mulher para a função de dirigente, a professora Lenalda Dias dos Santos. Ela implementou significativas mudanças na organização didática da Escola, reduzindo a duração dos cursos profissionalizantes de quatro para três anos, com o fim de diminuir a evasão escolar e acelerar a entrada dos estudantes no mercado de trabalho.

Em 1993, foi iniciado o projeto de informatização, incluindo a importação de produtos informáticos, que contribuiu para a total informatização da Escola, resultando na criação do laboratório de informática educativo. No dia 27 de junho de 1994, Lenalda inaugurou a Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto (Uned), que começou oferecendo cursos de Edificações e Eletromecânica.



Figura 5. Vista aérea da Uned/Lagarto – atual Câmpus Lagarto

Fonte: IFS (2020).

No período entre 1995 e 2005, a Escola foi dirigida por Antônio Belarmino dos Santos. Durante esse tempo, a Instituição ampliou e melhorou os laboratórios, as salas de aula e outros espaços educativos, além de continuar o desenvolvimento da Uned/Lagarto.

A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SERGIPE EM CEFET/SE

Durante a gestão de Antônio Belarmino da Paixão, a Escola tornou-se o Centro Federal de Educação Tecnológico (Cefet/SE). O processo de transformação em ETFSE teve início com a promulgação da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e foi consolidado pelo Decreto de 13 de novembro de 2002 (Brasil, 1994, 2002).

Essa mudança elevou o status da Instituição, permitindo a oferta de cursos superiores de tecnologia e ampliando sua atuação no ensino, na pesquisa e na extensão. Na sua gestão, houve investimentos em infraestrutura, expansão das unidades descentralizadas, diversificação de cursos, modernização tecnológica e incentivo à qualificação docente, consolidando o Cefet/SE como uma instituição de referência no estado e contribuindo para o desenvolvimento regional.

O último diretor do Cefet/SE foi o professor Juarez Vrubel, o responsável pelo processo de “Ifetização”. O professor do curso técnico em Eletrônica foi escolhido como o diretor-geral do Cefet/SE por meio de eleições diretas, assumindo o cargo no dia 7 de novembro de 2005, sucedendo o professor Antônio Belarmino. Durante sua gestão, ele enfatizou

o processo pedagógico na formação de futuros profissionais, obtendo conquistas importantes, apesar da oposição de alguns servidores, que, por vezes, prejudicaram o desenvolvimento das atividades institucionais (Santos Neto, 2009).

Um marco importante de sua gestão foi a celebração do centenário da Instituição, com destaque para a emissão de um selo comemorativo do centenário, sugerido por ele ao MEC e aprovado a nível federal.

Em 2008, com a promulgação da Lei n. 11.892/2008, a gestão de Vrubel participou da estruturação da RFEPECT, tornando-se o primeiro reitor do IFS. Ao sair da gestão em 2010, o IFS contava com sete cursos superiores, incluindo Saneamento Ambiental, Ecoturismo, Engenharia Civil e Licenciaturas em Matemática e Química, além da criação dos cursos de Automação e Informática no Câmpus Lagarto, antiga Uned/Lagarto.

CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO: DO PATRONATO AGRÍCOLA SÃO MAURÍCIO ATÉ OS DIAS ATUAIS

A fundação do Patronato Agrícola São Maurício, em 31 de outubro de 1924, foi motivada por intensas discussões sobre a criação de uma Escola Agrícola no estado de Sergipe. Assim, essa instituição educacional foi estabelecida com o propósito de regenerar a infância pobre sergipana por meio do trabalho agrícola e formar mão de obra agrícola voltada para menores em situação de abandono (Nery, 2006).

O Projeto dos Patronatos foi aplicado em todo o país e, sempre que possível, associado a colônias agrícolas, sendo considerados órgãos de proteção, assistência e tutela moral aos menores. Criado pelo governo do estado de Sergipe, o Patronato oferecia cursos de aprendizes artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional, tendo como primeiro diretor o Sr. Juvenal Marques Canário (Nery, 2006).

No entanto, foi inaugurado somente no dia 2 de maio de 1925, com 41 alunos internos. Seu fundador foi o sergipano Maurício Graccho Cardoso, então presidente do estado de Sergipe. Por esse motivo, a primeira denominação foi escolhida em homenagem ao seu idealizador. Ao ser implantado em Sergipe, o Patronato São Maurício tinha capacidade para atender 200 alunos e era o único dos patronatos de iniciativa estadual. Foi a primeira instituição de ensino agrícola do estado,

sendo transferido para o governo federal em 1934, quando se transformou em Aprendizado Agrícola de Sergipe (Nascimento, 2004).

Conforme Nascimento (2004), os estudos sobre a história do ensino agrícola em Sergipe revelam três grandes períodos:

IMPLANTAÇÃO (1836 A 1924)

- **Patronato São Maurício (1924):** criado pelo governo do estado de Sergipe, que oferecia cursos de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

CONSOLIDAÇÃO (1924 A 1957)

- **Patronato de Menores Cyro de Azevedo (1931):** o interventor federal Augusto Maynard Gomes modificou a denominação do Patronato para Patronato de Menores Cyro de Azevedo.
- **Aprendizado Agrícola de Sergipe (1934):** o Patrono recebeu, por meio de decreto, uma nova denominação, passando a se chamar Aprendizado Agrícola de Sergipe.
- **Aprendizado Agrícola Benjamin Constant (1939):** a Instituição passou a se chamar Aprendizado Agrícola Benjamin Constant.
- **Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant (1943):** a Instituição foi autorizada a manter os cursos de ensino rural, com duração de três anos, destinados à formação de trabalhadores rurais.
- **Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant (1946):** a Lei Orgânica de Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil, e a Escola passou a ser chamada de Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant.
- **Escola Agrícola Benjamin Constant (1952):** a Escola passou a ministrar o ensino primário e ginásial, sendo denominada de Escola Agrícola Benjamin Constant.
- **Escola Agrotécnica Benjamin Constant (1957):** a Instituição teve seu nome modificado novamente para Escola Agrotécnica Benjamim Constant.

APOGEU E ESGOTAMENTO (1957 A 2007)

- **Colégio Agrotécnico Benjamin Constant (1964):** com o advento da Lei n. 4.024/1961 e a partir de 1964, a denominação da Escola foi mudada, mais uma vez, para Colégio Agrotécnico Benjamin Constant.
- **Implantação do curso de Economia Doméstica (1965):** implantação do curso de Economia Doméstica, de nível médio, dirigido principalmente ao sexo feminino, com parceiras dos técnicos agrícolas, desenvolvendo programas de extensão rural.
- **Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1979):** ocorreu a última alteração do nome da Instituição, passando a se chamar Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.
- **Autarquia Federal (1993):** a Escola foi transformada em autarquia federal, sendo ligada ao Ministério da Educação e do Desporto.

Em 2008, o IFS/Câmpus São Cristóvão foi instituído pela Lei n. 11.892, de 29 de dezembro, por meio da transformação da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, sendo o único câmpus a disponibilizar o regime de internato a seus alunos.

Até 2024, o Câmpus teve 27 diretores, sendo eles: Juvenal Marques Canário (1924-1926), Otto Leite (assumiu de forma interina em 1926-1926), Leônicio José dos Santos (1926), Domingos Rodrigues (1926-1928), Bernardino Dantas (1928-1931), Manoel de Oliveira (assumiu de forma interina em 1931-1932), Urbano de Oliveira Lima Neto (1932-1932), Heitor Airlei Tavares (1932-1932), Aristóteles de Oliveira Barreto (1932-1934), José Augusto de Lima (1935-1945), Astolfo Pinto Bandeira (1945-1947), Manuel do Vale Bentes (1947-1948), Valdemar Mendes Costa (1948-1949), João Fernandes de Souza (1949-1953), Wanderley do Prado Barreto (1953-1962), Tennyson Aragão (1962-1964), Zaldo de Lima (1964-1966), Laonte Gama da Silva (1966-1988), Francisco Gonçalves (1982-1988), Alfredo Franco Cabral (1988-1989), Alberto Aciole Bomfim (1989-1993), Claudia Dantas Lima (1994-2002), Alberto Aciole Bomfim (2002-2005), José Aelmo Gomes dos Santos (2006-2010), Wilton Mota Almeida – *pro tempore* (2010-2010), Alfredo Franco Cabral (2010-2018), Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2018-2026) – conforme informações de Nascimento (2004), Nery (2006), IFS (2018) e Brasil (2018, 2022).

Ademais, o Câmpus conta com o Centro de Memória, Documentação e Cultura, Benjamin Constant (Cembec), criado no ano de 2022, por meio da Portaria n. 3.484, de 2 de dezembro de 2022, com o intuito de resgatar, preservar e difundir as memórias do IFS/Câmpus São Cristóvão (IFS, 2022b). Contém em seu acervo documentos, livros e peças museológicas que contam parte da história do Câmpus.



Figura 6. Centro de Memória, Documentação e Cultura, Benjamin Constant (Cembec)
Fonte: Cembec do IFS/Câmpus São Cristóvão (2024).

O Câmpus também possui um arquivo central com capacidade de armazenar 2.040 caixas-arquivos, contendo livros e documentos como: Livro de assentamento funcional do servidor (1934), Livro de portaria (1976 a 1993), Registro de certificado de alunos (1946), Livro de termo de posse (1976 a 1998), Registro de ponto de professores de Economia Doméstica (1965) e Registro de ponto de servidores (1944).

Portanto, o IFS/Câmpus São Cristóvão conta a história não apenas de uma instituição pública, mas também de uma importante parte do estado de Sergipe e sua participação na promoção da educação e da formação da Rede Federal de Educação durante seus anos de existência.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: “IFETIZAÇÃO”, UM OLHAR SOBRE O PRESENTE

A transformação em IFS representa um dos maiores avanços no ensino técnico e tecnológico do estado. A partir da criação dos IFs, o ensino profissional se desenvolveu, principalmente nas cidades menos populosas. Desde 2007, as matrículas em cursos profissionalizantes aumentaram 109% no Brasil (IFS, 2018).

Os Cefets, criados pela Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994, passaram a ser denominados de IFs, com a promulgação da Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a RFEPECT. Com isso, mediante a integração do Cefet/SE, as Unidades de Ensino de Aracaju e Lagarto, bem como a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), compuseram a nova estrutura organizacional do IFS, na condição de câmpus.

Com a “ifetização”, foram implantados câmpus nas cidades de Itabaiana, Nossa Senhora da Glória e Estância em 2011, Tobias Barreto em 2014, Propriá em 2015, Nossa Senhora do Socorro em 2017 e Poço Redondo em 2023. Além disso, com a transformação em IFS, a antiga EAFSC passou a englobar a mesma estrutura do IFS e tornou-se o Câmpus São Cristóvão (Brasil, 2024).

Atualmente, o IFS possui 10 câmpus e uma Reitoria distribuídos nas regiões do estado, conforme demonstrado na Figura 7.

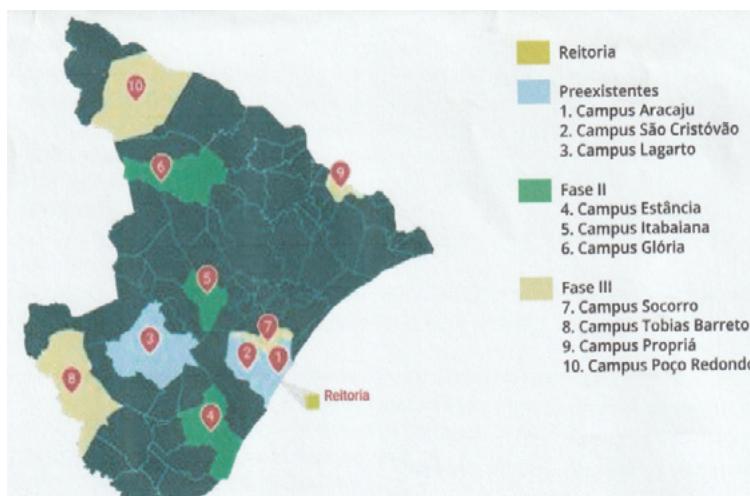


Figura 7. Localização dos câmpus do IFS
Fonte: Brasil (2024).

Em 2024, o seu quadro de profissionais é formado por 577 docentes e 680 Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), e o quadro acadêmico tem 7.223 alunos matriculados nas diversas modalidades de ensino. Além disso, oferta 71 cursos técnicos, 18 cursos de graduação e 2 programas de pós-graduações a nível de mestrado (IFS, 2024a, 2024b).

REITORIA

A Reitoria do IFS é o núcleo central responsável por coordenar e integrar as ações sistêmicas da Instituição, oferecendo suporte essencial ao funcionamento de todos os câmpus. Atualmente, é sediada na capital do estado e engloba uma ampla gama de funções administrativas e acadêmicas, todas focadas na promoção da excelência educacional e administrativa. Em 2024, é composta por 15 docentes e 249 TAEs, distribuídos em diferentes setores (IFS, 2024b). A Reitoria é composta de diversos setores, sendo eles:

- Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP);
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX);
- Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);
- Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- Diretoria de Unidades Informacionais e Publicações (DIPUB);
- Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE);
- Procuradoria Federal (PF).

CÂMPUS ARACAJU

O Câmpus Aracaju, situado na capital do estado de Sergipe, é resultado da Fase I do Plano de RFPCT. O Câmpus oferece ensino de qualidade, pesquisa de impacto e extensão para a comunidade.

A sede definitiva do Câmpus passou a funcionar em 2009, nas instalações do antigo Cefet/SE. Em 2024, o Câmpus Aracaju conta com 2.863 alunos matriculados nas diversas modalidades, 206 docentes, 134 TAEs e, atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado,

técnico subsequente, superior e pós-graduação (IFS, 2024a, 2024b). A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2002** – Tecnologia em Saneamento Ambiental.
- **2006** – Licenciatura em Matemática.
- **2008** – Tecnologia em Gestão de Turismo.
- **2009** – Técnico em Alimentos na forma subsequente, Técnico em Edificações na forma subsequente, Técnico em Eletrônica na forma subsequente, Técnico em Eletrotécnica na forma subsequente, Técnico em Guia de Turismo na forma subsequente, Técnico em Informática na forma subsequente, Técnico em Química na forma subsequente, Técnico em Segurança do Trabalho na forma subsequente, Técnico em Alimentos na forma integrada, Técnico em Desenho de Construção Civil na forma integrada, Técnico em Edificações na forma integrada, Técnico em Eletrônica na forma integrada, Técnico em Eletrotécnica na forma integrada, Técnico em Hospedagem na forma integrada, Técnico em Informática na forma integrada, Técnico em Pesca na forma integrada, Técnico em Química na forma integrada, Técnico em Hospedagem na forma subsequente, Bacharelado em Engenharia Civil, Licenciatura em Química.
- **2011** – Técnico em Petróleo e Gás na forma subsequente.
- **2013** – Técnico em Redes de Computadores na forma subsequente.
- **2018** – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

CÂMPUS LAGARTO⁵

O Câmpus Lagarto é resultado da Fase I do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede definitiva do Câmpus passou a funcionar em 2009 nas instalações do antigo Cefet/Lagarto. Em 2024, o Câmpus conta com 1.268 alunos matriculados nas diversas modalidades, 99 docentes e 48 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

⁵ Os câmpus, normalmente, recebem o nome da cidade onde estão localizados.

- **2011** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma integrada, Técnico em Redes de Computadores na forma integrada, Licenciatura em Física, Bacharelado em Sistemas de Informação.
- **2017** – Bacharelado em Engenharia Elétrica.
- **2019** – Técnico em Automação Industrial na forma integrada, Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO

O Câmpus São Cristóvão, localizado na histórica cidade de mesmo nome, é resultado da Fase I do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede definitiva do Câmpus passou a funcionar em 2009 nas instalações da antiga Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Em 2024, o Câmpus conta com 802 alunos matriculados nas diversas modalidades, 74 docentes e 94 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2010** – Técnico em Agroindústria na forma subsequente, Técnico em Agropecuária na forma subsequente, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma subsequente, Técnico em Agroindústria na forma integrada, Técnico em Agropecuária na forma integrada, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma integrada.
- **2012** -Técnico em Agrimensura na forma subsequente, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Alimentos.
- **2019** – Técnico em Aquicultura na forma integrada.
- **2020** – Licenciatura em Ciências Biológicas.

CÂMPUS ESTÂNCIA

O Câmpus Estância é resultado da Fase II do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede provisória do Câmpus foi inaugurada em 2011 na Antiga Escola do Comércio, e a sede definitiva foi inaugurada em 2014. Em 2024, o Câmpus conta com 582 alunos matriculados nas diversas modalidades, 51 docentes e 36 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente,

oferece cursos nos níveis técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2011** – Técnico em Edificações na forma subsequente.
- **2012** – Técnico em Eletrotécnica na forma subsequente, Técnico em Recursos Pesqueiros na forma subsequente.
- **2014** – Bacharelado em Engenharia Civil.
- **2015** – Técnico em Edificações na forma integrada, Técnico em Eletrotécnica na forma integrada.
- **2016** – Técnico em Aquicultura na forma integrada.
- **2019** – Técnico em Sistemas de Energias Renováveis na forma integrada.

CÂMPUS GLÓRIA

O Câmpus Glória, localizado na cidade de Nossa Senhora da Glória, carinhosamente chamada de “Capital do Sertão”, é resultado da Fase II do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede provisória do Câmpus foi inaugurada em 2011, funcionando no antigo Parque de Exposições João de Oliveira Dantas, e a sede definitiva foi inaugurada em 2021. Em 2024, o Câmpus com 124 alunos matriculados nas diversas modalidades, 30 docentes e 27 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2011** – Tecnólogo em Laticínios, Técnico em Agroecologia na forma subsequente.
- **2012** – Técnico em Alimentos na forma subsequente.
- **2015** – Técnico em Agropecuária na forma integrada.
- **2024** – Técnico em Alimentos na forma integrada.

CÂMPUS ITABAIANA

O Câmpus Itabaiana é resultado da Fase II do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede provisória do Câmpus foi inaugurada em 2011, em três ambientes do Colégio Murilo Braga. No ano de 2012, foi relocado para o antigo Colégio Didático da cidade, e a sede definitiva

foi inaugurada em 2017. Em 2024, o Câmpus conta com 641 alunos matriculados nas diversas modalidades, 43 docentes e 29 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis EJA, técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2011** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma subsequente.
- **2012** – Técnico em Agronegócio na forma subsequente, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma integrada.
- **2013** – Tecnólogo em Logística.
- **2018** – Bacharelado em Ciência da Computação.
- **2022** – Técnico em Comércio na forma integrada e na modalidade educação de jovens e adultos (EJA).
- **2024** – Técnico em Administração na forma integrada.

CÂMPUS PROPRIÁ

O Câmpus Propriá é resultado da Fase III do Plano de Expansão da RFEPECT. A sede provisória do Câmpus foi instalada na antiga Escola Técnica do Comércio em 2014, e a sede definitiva foi inaugurada em 2022. Em 2024, o Câmpus conta com 158 alunos matriculados nas diversas modalidades, 12 docentes e 16 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado, técnico subsequente e superior. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2014** – Técnico em Redes de Computadores na forma subsequente.
- **2017** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma subsequente.
- **2018** – Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação.
- **2021** – Técnico em Informática na forma concomitante.

CÂMPUS TOBIAS BARRETO

O Câmpus Tobias Barreto é resultado da Fase III da expansão da RFEPECT. A sede provisória do Câmpus foi instalada em 2014 no

Colégio Albano Franco, e sua sede definitiva foi inaugurada em 2020. Em 2024, o Câmpus Tobias Barreto conta com 226 alunos matriculados nas diversas modalidades, 17 docentes e 21 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado e técnico subsequente. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2014** – Técnico em Informática na forma subsequente.
- **2015** – Técnico em Comércio na forma subsequente.
- **2018** – Técnico em Desenvolvimento de Sistemas na forma subsequente.
- **2023** – Técnico em Administração na forma integrada.
- **2024** – Técnico em Desenvolvimento de Sistemas na forma integrada.

CÂMPUS SOCORRO

O Câmpus Socorro, localizado na cidade de Nossa Senhora do Socorro, é resultado da Fase III da expansão da RFEPCT. Em 2024, o Câmpus Socorro conta com 359 alunos matriculados nas diversas modalidades, 28 docentes e 25 TAEs (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, oferece cursos nos níveis técnico integrado e técnico subsequente. A seguir, apresenta-se a evolução da oferta dos cursos:

- **2017** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma subsequente.
- **2020** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma concomitante.
- **2022** – Técnico em Segurança do trabalho na forma subsequente, Técnico em Sistemas de Energias Renováveis na forma integrada.
- **2023** – Técnico em Manutenção e Suporte em Informática na forma integrada.

CÂMPUS POÇO REDONDO

O Câmpus Poço Redondo inaugurou sua sede definitiva em 2023. Em 2024, o Câmpus conta com 200 alunos matriculados, em parceria com as escolas do município, dois docentes e um TAE (IFS, 2024a, 2024b). Atualmente, disponibiliza cursos na modalidade de formação

inicial continuada em educação de jovens e adultos integrada à EPT com ênfase na educação do campo e formação inicial de agricultor familiar – convivência com o semiárido articulado à educação de jovens e adultos.

- **2023** – Formação inicial em educação de jovens e adultos integrada à EPT/EJA com ênfase na educação do campo.
- **2024** – Formação inicial de agricultor familiar – convivência com o semiárido articulado à educação de jovens e adultos.

O IFS é parceiro do estado de Sergipe na tarefa de ofertar o ensino técnico e a educação profissionalizante desde o início da sua história, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, servindo como um atalho para impulsionar o estado nos âmbitos econômico e social. Dessa forma, o ensino profissionalizante hoje, por meio dos cursos técnicos, integrados e subsequentes, abre portas para o mercado de trabalho e atende às exigências atuais da economia. Além disso, com a criação de novos câmpus, por meio do Plano de Expansão da RFPCT, ajudou a fixar o aluno em seu município de origem ou em cidades circunvizinhas, uma vez que ele não precisa mais se deslocar para os grandes centros. Consequentemente, houve mais possibilidades de qualificação profissional e emprego para o estudante sergipano. Ademais, o IFS promove uma qualificação para além do ensino técnico, ofertando cursos de graduação e de pós-graduação e contribuindo para o crescimento educacional do estado de Sergipe, na capital e no interior.

Assim, no decorrer de sua história, o IFS exerceu um papel fundamental na transformação e solidificação das bases da educação tecnológica do estado, oferecendo cursos de qualidade, registrando patentes de softwares e marcas por meio de ações de estímulo à pesquisa e inovação, além da oferta de auxílios e iniciação científica. O Instituto também oportuniza estudos no exterior – para alunos e professores em universidades de países como Canadá, Finlândia e Estados Unidos, por meio da assessoria internacional – e aumentou a oferta de cursos e vagas nos câmpus na capital e no interior de Sergipe, gerando, com isso, um impacto positivo para a educação em todo o estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da sua criação até os dias atuais, o IFS tem desenvolvido um papel importante para a inclusão social e democratização do ensino, alcançando aqueles que mais precisam e ofertando sempre uma educação de qualidade e destaque para o estado.

Das Escolas de Aprendizes Artífices, do Patronato São Maurício, do Liceu Industrial, da Escola Técnica Federal de Sergipe e do Centro Federal de Educação Tecnológica até a “ifetização”, a Instituição tem contribuído para o crescimento do estado, promovendo a educação e cumprindo seu papel como Rede Federal de Ensino.

Hoje, o IFS busca ser referência, integrando o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação de forma transversal. Além disso, também pretende continuar o seu legado de inclusão social, sustentabilidade e promoção da educação gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Dispõe sobre a criação nas capitais dos Estados da República das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942*. Dispõe sobre a Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decrito-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942*. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1942b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decrito-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965*. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. Brasília/DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4759.htm#:~:text=LEI%20No%204.759%2C%20 Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994*. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8948.htm Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/ept/rede-federal> Acesso em: 22 abril. 2024.

FERREIRA, J. N. G. *A língua inglesa na Escola Industrial de Aracaju – EIA (1960-1965)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Memorial de gestão do Instituto Federal de Sergipe 2010-2018*. Aracaju: Edifs, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1187> Acesso em: 13 jul. 2024.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Câmpus Lagarto celebra 25 anos de contribuição para a sociedade sergipana*. Aracaju: IFS, 2020. Disponível em: <https://ifs.edu.br/noticias-lagarto/8729-C%C3%A2mpus%20-lagarto-celebra-25-anos-de-contribuicao-para-a-sociedade-sergipana.html> Acesso em: 30 set. 2024.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Memorial do IFS*. Aracaju: IFS, 2021. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/historico-memorial> Acesso em: 15 abr. 2024.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Portaria n. 3.484, de 2 de dezembro de 2022*. Dispõe sobre a criação do Centro de Memória Benjamin Constant (Cembec). Aracaju: IFS, 2022. Disponível em: <https://sig.ifs.edu.br/public/baixarBoletim.do?publico=true&idBoletim=1606> Acesso em: 30 set. 2024.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)*. Aracaju: IFS, 2024a. Disponível em: <https://sigaa.ifs.edu.br/sigaa/mobile/touch/login.jsf> Acesso em: 15 abr. 2024.

IFS (Instituto Federal de Sergipe). *Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)*. Aracaju: IFS, 2024b. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/abas/form_consulta_quantitativos.jsf Acesso em: 15 abr. 2024.

MEDEIROS, L. S.; XIMENES, D. (org.). *Ensino Industrial, 80 anos*. Aracaju: Escola Técnica Federal de Sergipe, 1989.

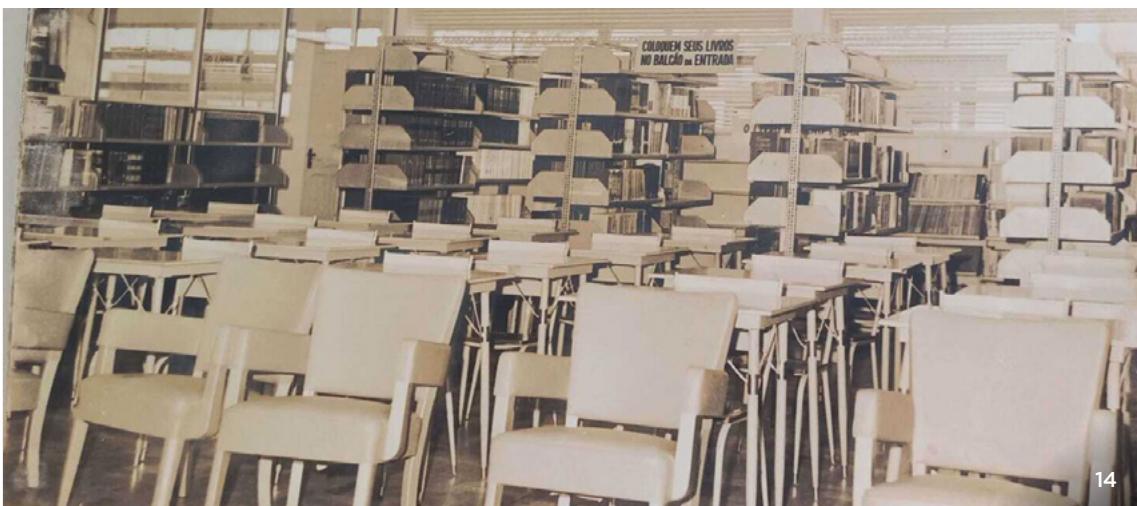
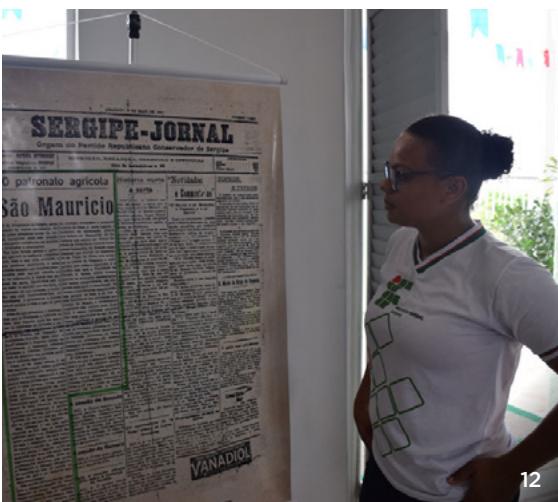
NASCIMENTO, J. C. do. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004. v. 1.

NERY, M. A. A. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

PATRÍCIO, S. *Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

SANTOS NETO, A. C. dos. Da Escola de Aprendizes ao Instituto Federal de Sergipe: 1909-2009. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, Natal, v. 2, n. 2, p. 25-39, 2015.







15

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Aula de Robótica no Câmpus Aracaju | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 02 Aprovados do Enem do Câmpus Estância | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 03 Aula de Agricultura Familiar no Câmpus Glória | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 04 RecitalIFS em 2018 | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 05 Festival Patrimônio com apresentação do Grupo Parafuso do Câmpus Lagarto | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 06 Formatura da primeira turma do Curso de Gestão de Tecnologia da Informação no Câmpus Propriá | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 07 Campanha de vacinação contra a covid-19 no Câmpus São Cristóvão | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 08 Inauguração com o Grupo Raízes Nordestinas no Câmpus Poço Redondo | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 09 Gincana Cultural no Câmpus Socorro em 2023 | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 10 Cine IFS no Câmpus Tobias Barreto | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 11 Certificação do curso Mulheres Mil do IFS | Fonte: ASCOMs/DCOM/IFS.
- 12 Semana Nacional de Arquivos com Exposição do MIFS em 2019 | Fonte: Acervo do MIFS.
- 13 Mutirão de organização e higienização do acervo documental do Câmpus São Cristóvão com a participação dos arquivistas e técnicos de arquivo do IFS | Fonte: Acervo do MIFS.
- 14 Antiga Biblioteca da Escola Técnica Federal de Sergipe, Drº Augusto Cesar Leite, atual Câmpus Aracaju, em 1972 | Fonte: Acervo do MIFS.
- 15 Biblioteca do Câmpus Itabaiana em 2024 | Fonte: DIPUB.

DAS ESCOLAS AGROTÉCNICAS FEDERAIS E ESCOLAS MÉDIAS DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC AO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

GILSON ANTUNES DA SILVA¹
JOSUEL FERREIRA DOS SANTOS²
RAFAEL OLIVA TROCOLI³

DA ESCOLA AGRÍCOLA À EVOLUÇÃO DO ENSINO TÉCNICO NO BRASIL

O registro da primeira Escola Agrícola no Brasil é do estado da Bahia. Trata-se do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA), fundado pelo imperador Dom Pedro II em 1859, com o objetivo de fortalecer

¹ Doutor em Literatura e Cultura e mestre em Letras pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e bacharel em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Atua como professor do Instituto Federal Baiano (IF Baiano)/Câmpus Valença, onde integra o Grupo de Pesquisa em Linguagens, Culturas e Ambientes (Glicam). Pesquisa sobre literatura, cultura, psicanálise e ensino de língua portuguesa. E-mail: gilsonfi@bol.com.br

² Mestre em Ciência da Informação pela UFBA e graduado em Biblioteconomia e Documentação pela mesma instituição, é pós-graduado em Design Educacional pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Atua no IF Baiano com o cargo de auxiliar de biblioteca. Pesquisa na área de biblioteconomia e educação, com experiência em avaliação de bibliotecas universitárias e advocacy em bibliotecas públicas. E-mail: josuel.biblioteconomia@gmail.com

³ Doutor em Ciências Agrárias, mestre em Microbiologia Agrícola e engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), atua como professor e pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do IF Baiano. É integrante do corpo docente dos mestrados profissionais em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e em Ciências Ambientais do IF Baiano/Câmpus Serrinha. Pesquisa sobre microbiologia agrícola, biologia molecular, fitopatologia e controle biológico de fitopatógenos. E-mail: rafael.trocoli@ifbaiano.edu.br

o setor agrícola brasileiro que enfrentava significativos fatores limitantes ao seu desenvolvimento. No âmbito do Instituto foi estabelecida a Imperial Escola Agrícola da Bahia (EAB), criada em 1875, com sede no Engenho São Bento das Lages, em São Francisco do Conde/BA. Segundo Rangel ([202-]), “construída e mantida pelo IIBA até 1904, a EAB [Escola Agrícola da Bahia] oferecia um curso elementar, voltado para a formação de operários agrícolas, e um curso superior que formou os primeiros profissionais da engenharia agronômica do Brasil em nível superior”. Molina (2012) afirma que a Imperial Escola Agrícola teve suas atividades escolares encerradas em 1902. Em 1904, o governo da Bahia assumiu o acervo do extinto Instituto e criou o Instituto Agrícola da Bahia. A experiência baiana com o ensino agrícola foi retomada, de forma concisa, somente em 1923 e hoje integra a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Com o intuito de difundir o ensino gratuito e técnico no Brasil, o governo brasileiro criou o Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em seu primeiro artigo, assim preconizava o Decreto:

Art. 1º Em cada uma das capitais dos Estados da República o governo federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio uma Escola de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário e gratuito.

Paragrapho único. Estas escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União, existentes e disponíveis nos Estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim (Brasil, 1909).

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices precedeu a de instituições de ensino agrícola ou agronômico, que se constituiu como um dos grandes eixos de atuação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Escola [...], 2022), para o qual foi montada, a partir de 1910, uma ampla rede contemplando diferentes níveis e alcançando várias partes do país.

Nas décadas seguintes, o ensino técnico, no Brasil, passou por várias mudanças e aperfeiçoamento, como se pode verificar no perfil cronológico apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1
Cronologia do ensino técnico no Brasil

Ano	Evento
1909	O presidente Nilo Peçanha assina o Decreto n. 7.566 em 23 de setembro, criando as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices.
1927	O Decreto n. 5.241, de 27 de agosto de 1927, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.
1937	A Constituição Federal promulgada pelo Governo Getúlio Vargas tratou da educação profissional e industrial em seu art. 129. Enfatizou o dever de Estado e definiu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar Escolas de Aprendizes na esfera da sua especialidade. A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, transformou as Escolas de Aprendizes Artífices mantidas pela União em Liceus Industriais e instituiu novos Liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (art. 37).
1942	O Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestria, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico.
1946	O Decreto-Lei n. 9.613/1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tratou dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), pelo Decreto-Lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei n. 8.621, do mesmo dia 10 de janeiro de 1946. A Constituição de 1946 definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores”.
1959	Foram instituídas as Escolas técnicas federais como autarquias, a partir das Escolas Industriais e Técnicas mantidas pelo governo federal.
1961	Em 20 de dezembro, foi promulgada a Lei n. 4.024/1961. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior.
1967	As fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o MEC e passaram a ser denominadas Escolas Agrícolas.
1968	A Lei Federal n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 permite oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos.
1971	A Lei n. 5.692/1971 definiu que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial).
1975	A Lei Federal n. 6.297, de 11 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas.
1978	As Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei n. 6.545, de 30 de junho.
1982	A Lei n. 7.044/1982 reformulou a Lei n. 5.692/1971 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau.

Ano	Evento
1991	O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei n. 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.
1994	Foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou Escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal, houve transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrícolas Federais em Cefets.
1996	Em 20 de dezembro de 1996 foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente, esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei n. 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar, especificamente, da educação profissional técnica de nível médio.
1998-2002	Foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB n. 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP n. 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP n. 29/2002.
2004-2008	A Resolução CNE/CEB n. 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio. A Resolução CNE/CEB n. 1/2005, de 3 de fevereiro de 2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 39/2004, de 8 de dezembro de 2004, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio. A Resolução CNE/CEB n. 3/2008, de 9 de julho de 2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2008, de 16 de junho de 2008, disciplinou a instituição e a implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio – CNCT nas redes públicas e privadas de Educação Profissional.
2008	Lei n. 11.741 introduziu importantes alterações no Capítulo III do Título V da LDB, o qual passou a tratar “da Educação Profissional e Tecnológica”, além de introduzir uma nova Seção no Capítulo II do mesmo título, a seção IV-A, quarta “da Educação Profissional Técnica de Nível Médio”.
2012	Foram definidas as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pela Resolução CNE/CEB n. 6/2012 com fundamento no Parecer CNE/CEB n. 11/2012.
2014	Em 25 de junho de 2014, foi sancionada a Lei n. 13.005/2014, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação que, por sua vez, prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê ainda “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.
2017	Lei n. 13.415/2017, que introduziu alterações na LDB (Lei n. 9.394/1996), incluindo o itinerário formativo “Formação Técnica e Profissional” no ensino médio. A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade”.

Fonte: Adaptado de Rocha (2023).

AS ESCOLAS MÉDIAS DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC (EMARCS) E SUA INTEGRAÇÃO AO IF BAIANO

O ensino agrícola no Brasil, durante o século XX, avançou bastante. Nesse processo, houve a fundação das Escolas Médias Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), as Emars, criadas no sul da Bahia. Segundo Prado e Santos (2015), as Emars conseguiram influenciar positivamente a sociedade, irradiando as suas ações para a Amazônia e tendo alunos até de outros continentes. Ainda segundo esses autores, a fundação da Emars ocorreu em 9 de maio de 1965, em Uruçuca/BA (atual IF Baiano) e teve como intuito fortalecer a região cacaueira. Sua fundação e funcionamento seguiram os períodos:

- **1º período: 1965/1971** – Criação e a estruturação da Emars. Esse período foi marcado pela construção das instalações básicas e pela aquisição de máquinas, equipamentos e animais para o funcionamento da Escola, com o intuito de habilitar técnicos capacitados para participarem da modernização da agropecuária regional. De acordo com Prado e Santos (2015), a Emars já nasceu com a atuação distinta das Escolas Agrotécnicas Federais da época, uma vez que desenvolvia atividades de ensino profissionalizante, treinamento de mão de obra e um programa especial de capacitação e de integração com os fazendeiros, ligando-se, completamente, ao mundo rural.
- **2º período: 1972/1979** – Criação de outros cursos profissionalizantes e do programa de treinamento de mão de obra. Inicia-se a reformulação da Emars para atender à complexidade das atividades que seriam desenvolvidas com o programa PROCACAU. Essa reformulação incluiu a ampliação da oferta dos cursos técnicos e a introdução de um programa amplo de capacitação profissional rural para treinamento da força de trabalho necessária às novas demandas da cacaueira, com diversificação de cultivos e agroindustrialização. O curso Colégio Agrícola passa a se chamar Curso Técnico em Agropecuária (de três anos para dois) e, em 1974, cria-se o curso Técnico em Agrimensura. Já em 1975, cria-se o curso Técnico em Alimentos.
- **3º período: 1980/1989** – Instalação das novas Emars e criação do Departamento de Educação. O Governo da Bahia implanta três Escolas Técnicas que, posteriormente, foram cedidas para a Ceplac. Foram instaladas as Emars em Itapetinga/BA, Teixeira de Freitas/BA e Valença/BA,

iniciando o funcionamento no dia 9 de maio de 1980. Dessa forma, passaram a ser quatro Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac.

- **4º período: 1980/2008** – Extinção do Departamento de Educação, a crise das Escolas, a mobilização e a transferência das Emarcs para o Ministério da Educação. Nos anos 1990, com a aprovação da Proposta de Reforma Programática e Administrativa, a Ceplac passa por profundas crises, reduzindo a estrutura organizacional da Instituição em que muitos funcionários foram colocados em disponibilidade. Extingue-se o Departamento de Educação e as atividades por ele desenvolvidas passam para a extensão rural, cujo departamento passa a ser chamado de Centro de Educação e Extensão Rural (Cedex). Com a Lei n. 11. 892/2008, de 29 de dezembro de 2008, criou-se 38 Institutos Federais com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades. Na Bahia, foram criados o Instituto Federal da Bahia, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (Cefet) e o Instituto Federal Baiano (IF Baiano), com a integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Nessa oportunidade, as Emarcs foram integradas ao IF Baiano.

IF BAIANO: BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

O Brasil do futuro é o país da educação de qualidade para todos, uma educação que visa formar cidadãos em diversas áreas com pensamento crítico, baseada no tripé formado por ensino, pesquisa e extensão. Quando se volta para o passado, depara-se com os Liceus, as Escolas Técnicas criadas para ofertar o ensino técnico, uma escola de educação formal, mas com o diferencial do ensino técnico. Por décadas, as Escolas Técnicas Federais cumpriram essa função no país. Quando se olha para o presente e o futuro, depara-se com os Institutos Federais. Em 2008, a Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Segundo Silva (2023, p. 14):

No caso brasileiro, houve, para além da expansão do ensino superior, a incorporação e obrigatoriedade do ensino técnico integrado a essa nova institucionalidade, o que coloca os Institutos Federais em evidência como um modelo diferenciado, e quase único, de educação profissional. Considerando o ineditismo da ideia dos Institutos Federais e que a maioria dos seus servidores, na atualidade, foi contratada a partir dessa

nova institucionalidade, temos por objetivo relembrar algumas histórias. Como bem nos ensinou Myrian Sepúlveda dos Santos (2003), a memória é um dos valores mais prezados pelo ser humano e sua preservação está vinculada à defesa da justiça e da liberdade.

Nesse processo, tivemos a incorporação resultante da integração das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac (Emarcs) e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), criando uma rede federal de educação diferenciada pela qualidade da oferta de cursos: curso técnico de nível médio, médio integrado ao médio subsequente, graduação, pós-graduação lato sensu e pós-graduação stricto sensu.

A Lei n. 11.892/2008 criou os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando ensino nos vários níveis de ensino, com uma educação verticalizada, levando ao interior da Bahia uma educação de qualidade. Uma educação que busca inserir o contexto regional, isto é, os territórios de identidade de cada região para dentro dos muros da Instituição. O objetivo é dialogar com a região na qual o Instituto foi inserido, encaminhando o ensino tecnológico voltado para o desenvolvimento regional, olhando para o futuro com técnicas inovadoras.

Os IFs formam uma rede em todo o território nacional. Nesse contexto, a Bahia foi contemplada com dois Institutos Federais: o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano) e o Instituto Federal da Bahia (IFBA).



Figura 1. Reitoria do Instituto Federal Baiano

Fonte: Ascom do IF Baiano.

O IF Baiano possui atualmente 14 câmpus em regiões estratégicas do estado da Bahia: Alagoinhas, Catu, Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença, Xique-Xique e a reitoria na cidade de Salvador.

O IF Baiano é resultante da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia (EAF), das Escolas Médias de Agropecuária Regional da Ceplac (EMARCs) e do Colégio Estadual João XXIII. Sua formação se deu a partir dessas unidades de ensino, e foram criadas novas unidades pela Lei n. 11.892/2008. Atualmente, o IF Baiano é composto dos seguintes câmpus:

- **IF Baiano/Câmpus Alagoinhas** – criado pela Lei n. 11.892/2008;
- **IF Baiano/Câmpus Catu** – antiga EAF;
- **IF Baiano/Câmpus Bom Jesus da Lapa** – criado pela Lei n. 11.892/2008;
- **IF Baiano/Câmpus Governador Mangabeira**: criado pela Lei n. 11.892/2008;
- **IF Baiano/Câmpus Guanambi** – antiga EAF;
- **IF Baiano/Câmpus Itaberaba** – antigo Colégio Estadual João XXIII;
- **IF Baiano/Câmpus Itapetinga** – antiga Emarc;
- **IF Baiano/Câmpus Santa Inês** – antiga EAF;
- **IF Baiano/Câmpus Senhor do Bonfim** – antiga EAF;
- **IF Baiano/Câmpus Serrinha** – criado pela Lei n. 11.892/2008;
- **IF Baiano/Câmpus Teixeira de Freitas** – antiga Emarc;
- **IF Baiano/Câmpus Uruçuca** – antiga Emarc;
- **IF Baiano/Câmpus Valença** – antiga Emarc;
- **IF Baiano/Câmpus Xique-Xique** – criado pela Lei n. 11.892/2008;
- **Reitoria Unidade Administrativa** – localizada no Bairro do Imbuí, em Salvador/BA;
- **2ª Unidade Administrativa** – Professor João Batista, localizada na Avenida Tancredo Neves em Salvador/BA.

Da sua fundação ao período atual, o IF Baiano encontra-se na quarta gestão. Atualmente, o reitor é o professor Aécio José Passos Duarte. A cada período de quatro anos, a comunidade acadêmica, professores,

técnicos administrativos e discentes votam para escolher entre os candidatos que fizeram a inscrição para o pleito. Atualmente, o professor Aécio encontra-se em seu segundo mandato como reitor do Instituto. Nessa instituição, há também o Conselho Superior (Consup) escolhido pela comunidade acadêmica e egressos, com a participação da comunidade. No Consup, assim como o cargo de reitor, seus conselheiros são escolhidos para o período de quatro anos. Seguem, no Quadro 2, o nome e o período de mandato dos reitores do IF Baiano.

QUADRO 2
Reitores do IF Baiano

Reitores	Período de mandato	Condição
Sebastião Edson Moura	2009 a 2014	Reitor pro tempore
Geovane Barbosa do Nascimento	2014 a 2018	1º mandato
Aécio José Araújo Passos Duarte	2018 a 2022	1º mandato
Aécio José Araújo Passos Duarte	2022 até a presente data (agosto de 2024)	2º mandato (2022-2026)

Fonte: Gabinete da Reitoria do IF Baiano.

QUADRO 3
O IF Baiano em números

Categoria	Quantitativo
Matrículas	19.921
Cursos	266
Vagas	9.876
Ingressantes	7.846
Concluintes	3.838
Servidores	1.771

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2023).

São muitos os desafios para manter uma instituição em funcionamento e ofertar um ensino de qualidade para atender à comunidade acadêmica. Os cursos ofertados pelo Instituto são criados verticalmente e atendem do ensino técnico à pós-graduação. São ofertados cursos de ensino médio integrado, médio subsequente, graduação e pós-graduação, cursos com projetos pedagógicos elaborados para atender às demandas regionais e os territórios de identidade onde as instituições estão inseridas.

Nos últimos anos, o Instituto investiu nos cursos na modalidade de educação a distância (EaD), ofertados cursos de formação inicial e continuada. Em 2023, o Instituto avançou e ofertou a primeira pós-graduação em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) com 232 discentes matriculados no curso de Educação Profissional e Tecnológica. Para o ano de 2024, em parceria com a UAB, existe a previsão de abertura de 800 vagas, com mais três novos cursos: Educação Inclusiva, Geoprocessamento e Inovação e Tendências Educacionais.

IF BAIANO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Apropriar-se dos conhecimentos produzidos ao longo dos anos é uma demanda permanente das sociedades, sobretudo aquelas inseridas no mundo contemporâneo. As instituições de ensino, pesquisa e extensão, como o IF Baiano, por exemplo, têm a responsabilidade de tornar essas produções acessíveis tanto ao seu público-alvo quanto à comunidade de um modo geral. Para viabilizar essa partilha, o IF Baiano tem buscado algumas estratégias, como a criação de revistas, repositório e editora.

A revista de extensão *Trilhas* é um periódico eletrônico multidisciplinar em fluxo contínuo. O objetivo é disseminar informações científicas produzidas por pesquisadores nacionais e internacionais, em diversas áreas do conhecimento, com qualidade. Os trabalhos submetidos são avaliados por pares, aprovados e começaram a ser publicados em fluxo contínuo no segundo semestre de 2024. A revista tem sua produção disseminada nos diretórios: Latindex, LatinREV, SciJoIn, Road, Miguilim, Google Scholar e Diadorim.

A revista eletrônica foi lançada em 2021 e encontra-se no seu quarto volume. Em comemoração aos 15 anos dos Institutos Federais, foi lançada uma edição especial com o tema “Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais Brasileiros”. A publicação recebeu submissão de artigos científicos de diversos Institutos, de várias regiões do país, disseminando a informação produzida por pesquisadores na Rede Federal. Pensando na agenda 2030, no segundo semestre, o periódico deve trabalhar com o tema mulheres na ciência, recebendo artigos e relatos de experiências de pesquisadores brasileiros. Para alcançar um número maior de pesquisadores e leitores, criou-se oficialmente, em novembro de 2024, a editora do IF Baiano.

Disseminar a produção científica da Instituição por livros é o objetivo da editora do IF Baiano. A editora será fundada pensando na demanda reprimida e deve funcionar por edital para autores interessados em publicar suas obras. As obras passarão por um processo de avaliação por pares, visando garantir a qualidade das publicações. Em 2023 foi formado o Conselho Editorial, responsável por avaliar as obras que serão enviadas para análise dos avaliadores. Sendo aprovada, o autor terá sua obra publicada com o selo editorial da Editora do IF Baiano. No ano de 2023, a editora participou da Feira Internacional de Cachoeira (Flica). Durante o evento foram apresentados vídeos institucionais e palestras com os seguintes temas: “Biblioteca pública do estado da Bahia 212 anos: passado, presente e o futuro” e “Literaturas locais e formação do leitor literário: razões e desafios”. O evento contou com a participação de discentes, servidores e docentes do IF Baiano e de outras instituições públicas e privadas.

Pensando no depósito dos trabalhos de conclusão de curso, foi criado o repositório institucional do IF Baiano utilizando o software DSpace de acesso livre, ainda em fase de teste. O repositório institucional visa disponibilizar em um único local a produção acadêmica da Instituição como um todo: os trabalhos de conclusão de cursos, os e-books de acesso livre, artigos e demais produções de discentes, docentes e técnicos administrativos da Instituição. A base de dados permite um maior alcance das produções acadêmicas e a conexão com outras bases de dados, o que permite que um número maior de usuários possa acessar as publicações produzidas dentro do Instituto.

A INTERNACIONALIZAÇÃO NO IF BAIANO

Uma educação integrada com uma política de acesso a outras culturas visa fornecer oportunidades para sua comunidade entrar em contato com outras línguas e acessar outras instituições, gerando um intercâmbio de saberes e práticas capazes de elevar o nível acadêmico dos participantes. É esse o objetivo da internacionalização no Instituto, promovendo uma educação intercultural.

Segundo Fernandes,

A internacionalização é um dos pilares que busca potencializar o desenvolvimento científico e tecnológico, o que, por sua vez, contribui diretamente para o sucesso da comunidade acadêmica. A exposição a diversas

perspectivas globais e a colaboração com pesquisadores de renome internacional enriquecem a experiência educacional, tornando-a mais atraente e produtiva para nossos alunos e servidores. A Política Institucional de Internacionalização do IF Baiano tem como objetivo consolidar e expandir a colaboração internacional em todos os aspectos de nossa instituição, desde o ensino e a extensão até a pesquisa, inovação, desenvolvimento institucional e gestão. Isso, por sua vez, não apenas enriquece a formação acadêmica, mas também contribui para a permanência e êxito dos nossos estudantes, preparando-os para um mundo cada vez mais globalizado e desafiador e desenvolvimento e crescimento de nossos servidores (Fernandes, 2023).

A cooperação internacional dentro do Instituto permite a conexão de saberes, a cooperação com outras instituições, a exemplo do projeto com a Escola Prática de Agricultura de Bengala (Epab), da República dos Camarões, país da região ocidental da África Central.

O IF Baiano recebeu, em 2023, a visita da comissão da Escola Prática de Bengala (Epab), firmando parcerias entre as duas instituições para cooperação e interação para o projeto de revitalização da Epab.

Além desse projeto de parceria com Camarões, há outras ações de internacionalização:

- Parceria entre o IF Baiano e o Instituto Politécnico de Bragança, em Portugal;
- Viagem de estudantes do IF Baiano para países da Europa, como França e a região de Córsega, a fim de vivenciarem práticas das Escolas Técnicas onde a agricultura é 100% orgânica.

O CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO IF BAIANO

Anualmente, a comunidade acadêmica reúne-se para o congresso que integra o pilar institucional, ensino, pesquisa e extensão. Esse congresso é aberto à comunidade externa. No ano de 2023, foi realizado no IF Baiano/Câmpus Bom Jesus da Lapa, no qual foram apresentados 257 projetos de pesquisa. Os trabalhos apresentados no congresso são avaliados previamente com critérios rígidos e sérios. Os projetos são apoiados por meio das fontes de fomento, a exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O congresso é uma integração que busca incentivar e divulgar as pesquisas realizadas durante

o ano na Instituição. A partir de 2022, o congresso presencial já consta com um número de ISSN e os anais dos últimos 2 anos estão disponíveis no site do IF Baiano. O congresso de 2024 será realizado entre 15 e 17 de outubro de 2024, na cidade de Senhor do Bonfim/BA, com o tema “Popularização da ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável”.

Em parceria com o Congresso ocorre também o Festival de Arte e Música (Famif), aberto a toda a comunidade acadêmica, por meio de inscrição prévia e seleção. As melhores apresentações em cada categoria são premiadas ao final do Congresso.

IF BAIANO: DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO

No decorrer de seus 15 anos de funcionamento, o IF Baiano desenvolveu diversas ações.

PERMANÊNCIA E ÉXITO

- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid);
- Programa Residência Pedagógica (PRP);
- Programa de Estímulo à Pesquisa do IF Baiano;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (Pibic/EM);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-Af);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic);
- Programa de Estímulo à Pós-Graduação;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (Pibie);
- Concessão bolsas de iniciação científica júnior;

PROGRAMAS DE APOIO AO ESTUDANTE

- Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (Paise);
- Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico (Proap);

- Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer (Pincel);
- Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica (Propac);
- Programas de Cotas (Pró-Cotas);
- Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Papne);
- Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional (Pijae);
- Programa de Auxílio Permanência para Discentes da Pós-Graduação.

Além disso, merecem destaque as seguintes ações:

- Programa de apoio à publicação de artigos científicos Qualis periódicos;
- Programa Ciência por Elas;
- Curricularização da Extensão;
- Re-Saber;
- Empresas Juniores;
- Cursos FIC;
- Qualifica + EnergIFE;
- Qualifica + Progredir;
- Pronatec – Novos Caminhos;
- Renafor.

O IF Baiano será ampliado com quatro novas unidades nas cidades de Santo Estevão/BA, Ribeira do Pombal/BA, Remanso/BA e Ruy Barbosa/BA, ampliando a oferta de cursos e aumentando o número de servidores, levando mais desenvolvimento e progresso para o estado da Bahia. Além disso, as novas unidades contemplam as regiões inseridas com um ensino público, gratuito e de qualidade, levando ao interior do estado uma oferta de cursos que visa atender às necessidades educacionais e tecnológicas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em quase 200 anos de história, podemos inferir que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica avançou significativamente, tornando-se uma rede de educação consolidada no território

nacional, voltada para demandas tecnológicas, buscando atuar de forma a atender às demandas sociais atuais, com um futuro promissor, formando cidadãos para exercer o senso crítico e atuar profissionalmente de forma inovadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909*. Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10 jun. 2024.

ESCOLAS de Aprendizes Artífices. In: GABLER; L.; CAMARGO, A. R. *Dicionário Primeira República*. Brasília/DF: Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/1114-escolas-de-aprendizes-artifices> Acesso em: 1 out. 2024.

FERNANDES, C. *Assessoria de internacionalização*. Salvador: IF Baiano, 2023. Disponível em: <https://IFBAiano.edu.br/portal/prodin/copin/internacionalizacao-2> Acesso em: 1 out. 2024.

IMPERIAL ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970)*. c2024. Online. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/dicionario> Acesso em: 1 out. 2024.

MOLINA, R. S. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falâncias (1877 a 1936). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 12, n. 46, p. 309-324, jun. 2012.

PNP (Plataforma Nilo Peçanha). *Plataforma Nilo Peçanha*. Brasília/DF: PNP, c2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp> Acesso em: 4 jul. 2024.

PRADO, J. E. B.; SANTOS, J. A. *EMARC: uma experiência educacional inovadora no Sul da Bahia*. Ilhéus: Ceplac, 2015.

RANGEL, M. dos S. *O Imperial Instituto Baiano de Agricultura e a Escola Agrícola da Bahia: fundação*. Cruz das Almas: UFRB, [202-]. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/memorial/exposicoes-virtuais> Acesso em: 3 out. 2024.

ROCHA, M. C. *História e memória da EPT*. Blumenau: Repositório IFC, 2023.

SILVA, J. G. da (org.). *Instituto Federal dos brasileiros: a história contada por quem fez*. São Paulo: Artliber Editora, 2023.



01

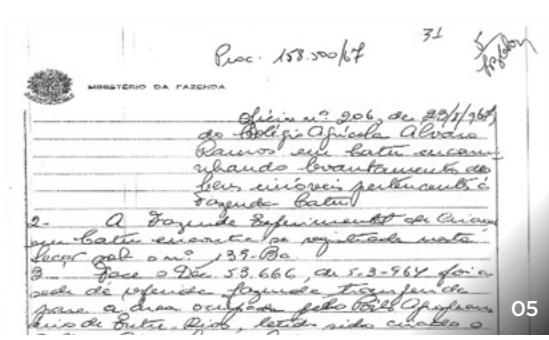
02



03



04



05



06



07





14

DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Planta da fazenda-modelo em Catu/BA | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 02 Marco inicial do atual Câmpus Catu em 1895 | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 03 Fazenda-modelo, atual Câmpus Catu, em 1897/1903 | Fonte: Acervo Catauense.
- 04 Fazenda-modelo, atual Câmpus Catu, em 1897/1903 | Fonte: Acervo Catauense.
- 05 Documento de 1967 do Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 06 Primeira turma do curso técnico agrícola entre 1968 e 1971 do Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, atual Câmpus Catu | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 07 Turma de 1976 do Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, atual Câmpus Catu | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 08 Turma de 1982 da Escola Agrotécnica Federal de Catu, atual Câmpus Catu | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.
- 09 Vista da fachada do Centro de Pesquisas do Cacau, atual Câmpus Uruçuca, em 1963 | Fonte: Acervo do IF Baiano/Câmpus Uruçuca.
- 10 Entrega da chave onde seria instalada a sede da regional da Ceplac em 1963 | Fonte: Acerco do IF Baiano/Câmpus Uruçuca.
- 11 Vista parcial da Escola Média de Agropecuária Regional da Ceplac (Emarc), atual Câmpus Uruçuca, em 1965 | Fonte: Acerco do IF Baiano/Câmpus Uruçuca.
- 12 Vista dos prédios da Emarc em Uruçuca, atual Câmpus Uruçuca | Fonte: Biblioteca IBGE.
- 13 Emarc em Valença/BA, atual Câmpus Valença | Fonte: Biblioteca IBGE.
- 14 Entrega de diploma pelo diretor e professor Olavo Bahia Neves entre 1974 e 1976 no Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, atual Câmpus Catu | Fonte: Acerco de Marcelo Souza Oliveira.

DA GÊNESE À EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

TRANSFORMANDO VIDAS, MUDANDO O SERTÃO

JADNAELSON DA SILVA SOUZA¹

INÊS SILVA GUIMARÃES²

MARIA DIONÍSIA DOS SANTOS³

MARIA NIZETE DE MENEZES GOMES COSTA⁴

REJANE CHAVES BATISTA AMORIM⁵

SOLANGE MARIA DANTAS GOMES⁶

¹ Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), atua como jornalista no Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFsertãoPE). Desenvolve pesquisas sobre religiosidade popular, especialmente em relação ao catolicismo popular sertanejo e à Lei de Acesso à informação. E-mail: jadnaelson.souza@ifsertaope.edu.br.

² Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Uneb, atua como jornalista no Câmpus Petrolina Zona Rural do IFsertãoPE. Pesquisa sobre História da Educação, Memória e temas afins. E-mail ines.guimaraes@ifsertao-pe.edu.br.

³ Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), atua como jornalista no Câmpus Petrolina do IFsertãoPE. Pesquisa sobre Comunicação Organizacional, Comunicação Pública e temas afins. E-mail dionisia.santos@ifsertao-pe.edu.br.

⁴ Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e geógrafa licenciada pela Universidade de Pernambuco (UPE), é docente aposentada do IFsertãoPE. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão em economia solidária, meio ambiente, gestão, empreendedorismo e turismo. E-mail: mnizetegeo@yahoo.com.br.

⁵ Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), atua como bibliotecária no Câmpus Petrolina do IFsertãoPE. Pesquisa sobre Memória Institucional e Representação Fotográfica. E-mail: rejane.chaves@ifsertao-pe.edu.br.

⁶ Mestre em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atua na área administrativa em gestão documental e projetos no IFsertãoPE. Desenvolve atividades de captação de informações e fontes para a realização de pesquisa histórica institucional. E-mail: solange.gomes@ifsertao-pe.edu.br.

O Sertão de Pernambuco reúne uma população projetada pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE) em 1,7 milhão de habitantes, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio (PNAD – Contínua) de 2024 (IBGE, [2024]). São 56 municípios divididos em seis regiões de desenvolvimento: Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco (Pernambuco, 2000). A economia da região é diversa e tem como destaque as cadeias produtivas da vitivinicultura, fruticultura irrigada, ovinocaprinocultura, extração de gesso e apicultura, o setor de energias renováveis e de serviços (Pernambuco, [2024]).

A região concentra a maior parte da população indígena de Pernambuco – quarto estado com maior número de indígenas do país –, com destaque para as cidades de Carnaúbeira da Penha, com 81,75% da população autodeclarada indígena de acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2022). É também no Sertão Pernambucano que está a maior concentração de quilombolas do estado. A cidade de Mirandiba, no Sertão Central, é a que tem o maior percentual de quilombolas em relação à população total do estado: 23,7% dos moradores são quilombolas (IBGE, 2022).

É nesse cenário diverso e cheio de potencialidades que o IFSertãoPE está inserido.⁷ Com a promulgação da Lei n. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, o IFSertãoPE foi oficialmente instituído como uma das instituições

de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multi-câmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

Entretanto, essa história não começou com a publicação da lei de criação dos Institutos Federais (IFs). As origens do IFSertãoPE remontam à presença de duas instituições federais de educação seminais

⁷ Das seis regiões de desenvolvimento, o IFSertãoPE está presente com unidades em cinco delas. Apenas o Sertão do Moxotó não conta com, pelo menos, um câmpus do Instituto.

em Petrolina/PE: o Câmpus Avançado da Escola Agrotécnica Federal de Pernambuco (ETFPE) e a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela. A partir dessas duas instituições, a educação no Sertão Pernambucano teve um salto de qualidade e de oportunidades.

Hoje, o IFSertãoPE é formado por 8 unidades espalhadas por seis cidades do Sertão Pernambucano: Petrolina/PE (dois câmpus e Reitoria), Santa Maria da Boa Vista/PE, Floresta/PE, Serra Talhada/PE, Salgueiro/PE e Ouricuri/PE. No primeiro semestre de 2024, 7.409 estudantes estavam matriculados em 208 cursos dos níveis: técnico, superior, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos Integrado à Formação Inicial e Continuada (Projea FIC).

Essa trajetória é repleta de pormenores jurídicos e organizacionais, além de mudanças de nomenclatura, como está demonstrado na Figura 1:



Figura 1. Linha do tempo

Fonte: Elaboração própria (2024).

É sobre essa história que este capítulo da coletânea *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* se debruça. O texto percorre, em cronologia reversa, as passagens que transformaram o IFSertãoPE na Instituição que é hoje: uma referência de educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva em Pernambuco.

DO CEFET/PETROLINA AO IFSERTÃOPE

Em dezembro de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina/PE (Cefet Petrolina) foi transformado no IFSertãoPE. Essa mudança não apenas permitiu à Instituição expandir sua abrangência de atuação, mas também ampliou significativamente sua estrutura e aumentou sua relevância social.

Antes de explorar detalhadamente essa transição, é necessário ressaltar que essa transformação foi parte de um movimento nacional maior, estabelecido pela Lei n. 11.892/2008. A lei reorganizou diversas instituições federais de ensino, criando os IFs.

Esse processo envolveu a conversão de 31 Cefets, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Vinculadas às Universidades, que foram transformadas em IFs. Ao todo, foram criados 38 IFs, distribuídos por todos os estados do Brasil, incluindo o IFSertãoPE (Brasil, 2018).

A lei de criação dos IFs apresenta as principais finalidades dessas instituições, entre elas estão a formação de cidadãos qualificados para diversos setores econômicos, com foco no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. A normativa ainda ressalta o papel dessas organizações em adaptar soluções técnicas e tecnológicas às necessidades sociais e regionais, bem como integrar os diferentes níveis educacionais. Além dessas diretrizes, a lei prevê o apoio à formação e atualização de professores das redes públicas, o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, e a promoção de tecnologias sociais para a preservação ambiental.

No documento intitulado *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepções e diretrizes* (Brasil, 2010), o governo federal destaca que os novos Institutos Federais atuarão de maneira abrangente em todos os níveis e modalidades da educação profissional, comprometidos integralmente com o desenvolvimento pleno do cidadão trabalhador. O foco dessa nova institucionalidade é promover a justiça social, equidade, competitividade econômica e inovação em novas tecnologias, além de apoiar os arranjos produtivos locais.

Nesse contexto, ocorreu a transformação do Cefet/Petrolina em IFSertãoPE. Para dar continuidade a essa transição, o Ministério da Educação estabeleceu, por meio da Portaria n. 4, de 6 de janeiro de 2009, os câmpus

que comporiam o IFSertãoPE, sendo eles: IFSertão/Câmpus Petrolina, IFSertãoPE/Câmpus Petrolina Zona Rural, IFSertãoPE/Câmpus Floresta, IFSertão/Câmpus Salgueiro e IFSertãoPE/Câmpus Ouricuri (Brasil, 2009a).

Nesse período (2009), o Cefet/Petrolina era composto de três unidades: a Unidade Agrícola, localizada na zona rural da cidade de Petrolina/PE, a Unidade Industrial, situada no perímetro urbano da mesma cidade, e a Uned/Floresta, no município de Floresta/PE. Com a mudança para IFSertãoPE, a Unidade Industrial foi renomeada para Câmpus Petrolina, a Unidade Agrícola passou a ser o Câmpus Petrolina Zona Rural e a Uned Floresta foi transformada no IFSertãoPE/Câmpus Floresta.

Os Câmpus Salgueiro e Ouricuri, apesar de terem sido oficialmente criados por meio da Portaria MEC n. 4, de 6 de janeiro de 2009, ainda não tinham estruturas físicas, sendo suas sedes inauguradas posteriormente, em 2010.

Ressalta-se que a Reitoria do IFSertãoPE foi estabelecida na lei de criação dos IFs, com a especificação de que sua sede seria na cidade de Petrolina/PE. Para gerir o IFSertãoPE, o governo federal nomeou, por meio da Portaria n. 46, de 7 de janeiro de 2009, o primeiro Reitor *pro tempore* da Instituição (Brasil, 2009b), o professor Sebastião Rildo Fernandes Diniz, que permaneceu à frente do Instituto até 2013.

Assim, em 2009, o IFSertãoPE, no início de seu funcionamento, tinha instituído seis unidades: a Reitoria e os câmpus IFSertãoPE/Câmpus Petrolina, IFSertãoPE/Câmpus Petrolina Zona Rural, IFSertãoPE/Câmpus Floresta, IFSertãoPE/Câmpus Ouricuri e IFSertãoPE/Câmpus Salgueiro, com os dois últimos ainda em fase de construção.

Com a mudança de Cefet/Petrolina para o IFSertãoPE, percebe-se o aumento significativo no número de matrículas extraído do relatório de gestão do IFSertãoPE em 2010. Como pode se observar na Tabela 1:

TABELA 1

Número de matrículas no Cefet Petrolina e no IFSertãoPE em 2008 e 2009

Instituição	Ano	Matrículas
Cefet Petrolina	2008	2.508
IFsertãoPE	2009	3.194

Fonte: IFSertãoPE (2011).

No referido documento ainda é possível verificar que o IFSertãoPE, em 2009, atingia “cerca de 56 municípios do sertão pernambucano e mais 20 municípios dos estados do Piauí e da Bahia” (IF SertãoPE, 2011). Verifica-se, com isso, que a transformação de Cefet/Petrolina para IFSertãoPE aumentou seu raio de atuação, expandiu consideravelmente sua infraestrutura e elevou sua relevância social.

O processo de adequação da Instituição à nova realidade jurídica, política e pedagógica, com a transformação do Cefet/Petrolina em IF-SertãoPE, foi complexo e exigiu de toda a equipe dedicação e habilidade para a condução da mudança, como atesta o reitor da época, professor Sebastião Rildo Fernandes Diniz, no *Relatório de Gestão de 2009*, ano seguinte à implantação do IFSertãoPE:

Com a transformação dos Cefets em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, muitos procedimentos e ações tiveram que se somar ou adequar-se aos já existentes, exigindo de todos muito trabalho de aprendizagem, discussões, debates, superações, disputas e rivalidades muito naturais numa organização de conhecimento complexa que passa por uma transformação tão importante para todo o Brasil (IF SertãoPE, 2010, p. 6).

Em 2009, a sede do IFSertãoPE/Floresta foi inaugurada oficialmente. No ano seguinte, em 2010, os câmpus IFSertãoPE/Câmpus Salgueiro e IFSertãoPE/Câmpus Ouricuri também foram inaugurados. Em 2011, o IFSertãoPE alcançou o quantitativo de mais de 5 mil alunos matriculados, consolidando-se como uma instituição em expansão na região. O IFSertãoPE ainda passou por mais uma importante expansão com a criação de mais dois novos câmpus: IFSertãoPE/Câmpus Serra Talhada/PE e IFSertãoPE/Câmpus Santa Maria da Boa Vista/PE, inaugurados em 2017 (IF SertãoPE, 2013).

IF SERTÃOPE: REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, DE QUALIDADE E INCLUSIVA EM PERNAMBUCO

Atualmente, o IFSertãoPE é uma instituição consolidada e reconhecida nacionalmente. Sua estrutura física é composta de oito unidades: uma Reitoria e sete câmpus, localizadas em seis municípios do

Sertão Pernambucano. Suas principais atividades são voltadas para o ensino, a extensão, a pesquisa e a inovação.

Para ilustrar sua expansão e dimensão atual, o IFSertãoPE tem alunos matriculados em 26 estados do Brasil, tanto em cursos presenciais quanto a distância. Conforme a Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024), em 2023, o IFSertãoPE atingiu a marca de 11.606 matrículas, distribuídas em cursos técnicos, de graduação, de pós-graduação (especialização e mestrado) e de formação inicial e continuada, todos oferecidos gratuitamente à sociedade (IFSertãoPE, 2024).

Além disso, a Instituição tem ampliado suas iniciativas de inclusão, atendendo a diversos públicos, incluindo comunidades tradicionais e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2023, o IFSertãoPE contava com 555 estudantes indígenas matriculados.⁸ Para atender a esse público específico, foram desenvolvidas ações adicionais, como o projeto Ação Saberes Indígenas nas Escolas, que visa promover a formação continuada de professores da educação escolar indígena, e o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Interculturalidade e Decolonialidade, no âmbito da educação escolar indígena e quilombola.

Para além do ensino, a atuação da extensão no IFSertãoPE é uma ferramenta crucial para suprir as demandas e necessidades da sociedade. Um exemplo é o Projeto Supera São Francisco, em execução desde 2022, que já beneficiou diretamente mais de 1.800 pequenos criadores de caprinos e ovinos. O projeto promove a transferência de tecnologias, processos, produtos e serviços, focando no controle de verminoses em ovinos e na suplementação mineral para caprinos e ovinos (IFSertãoPE, 2023). Até o momento, foram atendidos mais de 100 mil animais, fortalecendo e tornando a cadeia produtiva da caprinovinocultura no Sertão Pernambucano mais robusta e rentável.

Além de evidenciar a atuação extensionista, o Projeto Supera São Francisco destaca a capacidade da Instituição em estabelecer parcerias estratégicas. A iniciativa é fruto de uma colaboração conjunta com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Embrapa Caprinos e Ovinos e a Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária,

⁸ Dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024).

demonstrando o compromisso do IFSertãoPE com a melhoria contínua e o desenvolvimento sustentável da região.

Na área de pesquisa, a Instituição tem se fortalecido consideravelmente. Em 2023, o IFSertãoPE executou mais de 170 projetos de pesquisa e inovação, alcançou um total de 60 propriedades intelectuais registradas e 64 empresas pré-incubadas ou graduadas. A inclusão de 49 pesquisadores do IFSertãoPE no ranking internacional *Ad Science Index* é um reflexo desse progresso. Além disso, a Instituição foi classificada no *Ranking Web of Universities* de 2023, demonstrando suas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa científica nacional e internacional.

A produção e a divulgação científica também são áreas de destaque para o IFSertãoPE. Sua principal revista, *Semiárido de Visu* (<https://semiaridodevisu.ifsertao-pe.edu.br/>), tem classificação A4 em 12 áreas. A Instituição também conta com o periódico *Cacto* (<https://revistas.ifsertao-pe.edu.br/index.php/cacto/index>), que contribui para a disseminação de pesquisas especializadas. Complementando esses esforços, a Editora IFSertãoPE publica livros, cartilhas e anais de eventos.

O crescimento da Instituição é refletido em seu quadro de profissionais, que se expandiu para acompanhar sua evolução. No momento, o IFSertãoPE conta com 1.102 servidores efetivos, dos quais 579 são técnicos administrativos e 523 são docentes.⁹

Por essa razão, o IFSertãoPE se afirma como um pilar essencial para o avanço da educação, da extensão e da pesquisa no Sertão Pernambucano e no cenário nacional.

A ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DOM AVELAR BRANDÃO VILELA

A expansão da produção agrícola, ocorrida com a implantação dos perímetros irrigados a partir da década de 1960 na região do Submédio São Francisco, indicava fortemente a necessidade de qualificação de mão de obra. Até então, não existiam na região estabelecimentos públicos federais voltados especificamente para a apropriação de técnicas destinadas à agricultura: havia uma deficiência clara na oferta do ensino agrotécnico.

⁹ Dados de julho de 2024.

No caso da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, um personagem foi determinante para sua criação: o deputado federal Osvaldo Coelho.¹⁰ Em 1985, mesmo ano em que o Projeto Senador Nilo Coelho foi implantado, o deputado apresentou um projeto de lei que autorizava a criação e implantação da Escola Agrotécnica Federal de Petrolina/PE. A ideia tinha inspiração em uma viagem aos Estados Unidos, que Coelho realizara em 1967, para conhecer projetos de irrigação e observar a vida rural norte-americana (Rodrigues, 2019). Nessa viagem, ele visitou uma região onde havia várias escolas secundárias que formavam técnicos em agropecuária e ajudavam no desenvolvimento econômico.

Em sua justificativa para o Projeto de Lei n. 6.736, que previa a implantação da Agrotécnica, publicado no Diário da Câmara dos Deputados em 13 de novembro de 1985, Osvaldo Coelho falava dos projetos direcionados a resolver os problemas decorrentes da escassez de chuvas no sertão pernambucano do Vale do São Francisco por meio de técnicas de captação, armazenamento e distribuição de água e consequente modernização do sistema agrícola. “É notório e comprovado, que a única alternativa capaz de assegurar colheitas fartas, trabalho bem remunerado e capital bem utilizado pelos agricultores nas zonas semiáridas, é a prática da agricultura irrigada” (Brasil, 1985, p. 13.646).

O deputado destacou a potencialidade de transformação dos perímetros irrigados em importantes polos de desenvolvimento econômico e social, mas, para isso, salientou a necessidade de uma ação educativa que preparasse os agentes de produção, de maneira que se comportassem no trabalho produtivo como cidadãos agricultores. Em sua justificativa, Coelho relacionou diretamente a necessidade de criação de uma Escola Agrotécnica Federal em Petrolina/PE ao desenvolvimento da agropecuária regional, já que os mestres agrícolas ou operários rurais

¹⁰ Membro da família Souza Coelho, de inquestionável influência política e econômica no município de Petrolina/PE, Osvaldo Coelho ingressou na vida política como deputado estadual em 1955. Após três mandatos consecutivos, inaugurou sua presença na Câmara Federal nos anos 1970, onde exerceu oito mandatos, sendo eleito pela última vez em 2002. Durante seu percurso político, empenhou duas bandeiras principais: a da irrigação e da educação (Siqueira, 2011).

qualificados por essa escola seriam capazes de se estabelecer como produtores e difundir o aprendizado.

A idealização da Agrotécnica em Petrolina/PE tinha relação direta com os arranjos produtivos locais e com o desenvolvimento econômico e agrícola pretendido mediante a implantação dos perímetros irrigados. Seria uma maneira eficiente de abastecer o mercado agrícola local de mão de obra preparada especificamente para esse trabalho por meio da oferta pública de ensino profissionalizante. O projeto, no entanto, terminaria arquivado.

Naquele mesmo ano de 1985, ainda que sem garantias quanto à implantação de uma Escola Federal em Petrolina/PE, foram iniciadas as obras de construção do que seria futuramente a Agrotécnica, por meio da prefeitura municipal, com recursos do Ministério da Educação. Tal informação foi dada em depoimento pelo primeiro diretor da Escola Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela, Flávio José Gomes Cabral, que afirmou ainda não saber ao certo, naquela época, a qual instância estaria vinculada a Instituição. “Havia dúvida se a escola ia ser municipal, estadual ou federal. Nós queríamos e brigamos desde o começo para ser federal, por causa de uma questão de recurso, de nivelamento com as outras existentes” (Cabral, 2022). Mesmo sem garantias, as obras avançavam.

A EAFDABV foi localizada no Núcleo 4 do Projeto Irrigado Senador Nilo Coelho, tendo o próprio perímetro como laboratório e como forma de estabelecer um diálogo entre as necessidades da produção econômica local com o processo educativo. Além dessa relação econômica com o espaço, o apoio da Codevasf foi decisivo na escolha do local de implantação, ao doar o terreno para estabelecimento da Escola. A escritura pública de doação do terreno pela Companhia, datada de 2 de março de 1995, ou seja, depois de dez anos de início da construção da Escola, quando esta já estava em pleno funcionamento, indica uma área de pouco mais de 190 hectares, sendo 53 hectares irrigáveis – a área é cortada por um canal de irrigação –, e pouco mais de 137 hectares de sequeiro.¹¹

¹¹ De acordo com informações disponíveis no site do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, a agricultura de sequeiro tem como objetivo o cultivo em terras áridas, com baixa pluviosidade e, preferencialmente, pela escolha de cultivos que não necessitem de irrigação constante, podendo suportar períodos de estiagem (CBHSF, 2015).

Em 1988, o pleito legislativo feito pelo deputado Osvaldo Coelho finalmente seria atendido. Por meio do Decreto n. 96.598, de 25 de agosto, publicado pelo governo federal, foi criada a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela (EAFDABV), subordinada à Secretaria de Ensino de 2º Grau do Ministério da Educação. Tinha como finalidade disponibilizar o ensino de segundo grau profissionalizante, constituindo-se “em um centro de educação rural com vistas ao crescimento da agropecuária local e regional” (Brasil, 1988). Era a 37ª Escola Agrotécnica implantada no país.

O decreto de criação da Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela enfatiza não apenas a constituição de uma escola, mas sim de um “centro de educação rural”. Compreende-se que o termo se refere a uma instituição que não limitaria sua atuação aos seus muros, mas trabalharia com o fim de inserir-se no contexto agropecuário local, integrando comunidade escolar e sociedade, de forma a tornar-se referência para o desenvolvimento regional, sobretudo por meio da agricultura, além de oferecer cursos regulares, de cooperação técnica, cursos rápidos e de integração com outras instituições/grupos locais.

Um dos diferenciais em relação às demais unidades existentes, o nome da Instituição não se referia ao local de pertencimento, como eram denominadas as demais Agrotécnicas,¹² e sim seria uma homenagem ao homem que é considerado pioneiro na implantação da agricultura irrigada em Petrolina/PE. O alagoano Avelar Brandão Vilela tomou posse como terceiro bispo do município em dezembro de 1946, ainda aos 34 anos de idade. Entre suas ações, criou o Posto de Colonização Agrícola de Petrolina/PE, instalou a Campanha Nacional de Educação Rural e realizou as Semanas Ruralistas.

DOS PRIMEIROS ANOS À CONSOLIDAÇÃO

A Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela iniciou de fato suas atividades em 1989, com a oferta apenas do Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agropecuária, em uma estrutura básica estabelecida pela Coordenação Nacional do Ensino Agrícola (Coagri),

¹² Além da Escola Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela, a exceção era a Escola Federal Presidente Juscelino Kubitschek, localizada em Bento Gonçalves/RS.

que indicava a adoção da metodologia escola-fazenda: salas de aula, laboratórios, fazenda e suas Unidades Educativas de Produção (UEPs) (Brasil, 1982). Além dessa estrutura mínima, estavam disponíveis refeitório, alojamentos para estudantes e para professores e equipamentos voltados para a prática esportiva.

A ideia, a partir do sistema escola-fazenda, era reunir teoria e prática, com ênfase no trabalho como um dos principais elementos de formação do aluno. No entanto, a maior parte do espaço na EAFDABV foi se desenhando conforme as necessidades iam surgindo, não apenas pelas mãos dos arquitetos e engenheiros, que montavam os espaços com base nas plantas arquitetônicas, mas, sobretudo, por meio das atividades dos próprios estudantes. Assim, foram criadas as primeiras áreas voltadas à agricultura, por exemplo, ou mesmo a arborização da praça frontal, espécie de cartão de visitas que até os dias atuais faz parte do espaço educativo da Instituição.

A fazenda se desenvolveu conforme as disciplinas ofertadas em cada ano exigiam prática e estrutura, formando gradativamente as UEPs. Técnicas de agricultura e zootecnia eram ministradas durante os três anos de curso, priorizando determinados segmentos de cada área.

O que era produzido nas UEPs tinha como destino, inicialmente, o abastecimento do refeitório da própria Instituição, o que lhe conferia uma autonomia importante, já que nem sempre as verbas advindas do Ministério da Educação (MEC) conseguiam suprir o abastecimento. A partir do segundo ano, a Cooperativa-Escola, que fazia parte das diretrizes de funcionamento das Agrotécnicas, passou a absorver o excedente de produção. Havia o incentivo para que os alunos abrissem a Cooperativa e que se organizassem para geri-la.

Em 1993, a Agrotécnica teve sua primeira mudança administrativa. O primeiro diretor, Flávio Cabral, foi chamado de volta à Codevasf. Para ocupar o lugar, foi designado um professor do Rio Grande do Sul após tentativas fracassadas de nomeação de um gestor local. No serviço público desde 1980, oriundo da Escola Agrotécnica Federal de Sertão/RS, especialista em cooperativismo, Nelson Minussi Filho veio, a convite do Ministério da Educação, para ficar seis meses, de julho a dezembro, fazer um diagnóstico, com base em sua experiência e conhecimento em relação ao funcionamento das Agrotécnicas, e enviar para o MEC.

Sua nomeação foi publicada no Diário Oficial da União no dia 5 de julho de 1993, juntamente com a dispensa de Flávio Cabral. A portaria não indicava o tempo que o novo diretor exerceria o cargo como *pro tempore*. No entanto, após os seis meses de trabalho, Minussi ficou a pedido do próprio MEC por um prazo de mais seis meses, que se estenderia por dez anos (Minussi Filho, 2022).

Ainda em 1993, uma lei federal possibilitou mais autonomia às Escolas Agrotécnicas, transformando-as em autarquias. Desse modo, a Instituição passou a ter autonomia didática, disciplinar, patrimonial e se tornou capaz de adquirir bens sem que houvesse necessidade de aprovação ministerial, além de ter orçamento e quadro de pessoal próprios (Brasil, 1993). O fato impulsionou a projeção e realização de obras estruturais significativas, assim como a contratação de pessoal.

Um dos pontos aos quais mais se deu ênfase nesse período foi à produção da fazenda e ao processamento animal e vegetal, e, consequentemente, à atuação da Cooperativa. Foram implantados projetos agrícolas com o cultivo de manga, banana, uva, mamão, goiaba, acerola, tomate, melancia e abóbora. Na área zootécnica, investiu-se em suinocultura, caprinovinocultura, cunicultura, avicultura e apicultura.

A dinâmica de produção intensa implantada na Agrotécnica, em consonância com a economia regional, fez da Instituição, que se apresentava para a comunidade como modelo, um itinerário para quem visitava a região. Somente em 1994, cerca de três mil pessoas, entre alunos, professores, pesquisadores, políticos e empresários, visitaram a Escola (EAFDABV, 1995).

Em 1997, a EFDABV deu um salto em relação à infraestrutura. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), era inaugurado, com a presença do então vice-presidente da República, Marco Maciel, o Centro de Qualificação Profissional Deputado Osvaldo Coelho. Construído em uma área de 1.200 metros quadrados, o Centro de Qualificação teve projetos desenvolvidos com o objetivo de promover treinamentos, cursos, seminários e reuniões. Contava, inicialmente, com três salas flexíveis, oito apartamentos com suítes privativas e uma praça interna.

Um mês antes, em agosto de 1997, havia sido inaugurada a agroindústria, voltada para o processamento de produtos de origem animal e vegetal.

O espaço de 750 metros quadrados significou um salto de qualidade na aprendizagem dos alunos, com acesso a novos equipamentos e tecnologias. Pouco tempo depois, era inaugurado o Centro Cultural (atual Biblioteca).

As mudanças não se limitaram à infraestrutura. As novas diretrizes do ensino técnico, implantadas pela Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Reforma da Educação Profissional, realizada durante o período de vigência do Decreto n. 2.208/1997, provocaram alterações na oferta de cursos na Escola Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela. Com a reforma, o curso de Agropecuária deixou de ser ofertado. Em seu lugar, passaram a ser oferecidos os cursos técnicos agrícolas com habilitação em Agricultura, Agroindústria, Zootecnia e Infraestrutura Rural – este último só teve uma turma.

A Resolução n. 1, de 9 de abril de 1999, do Conselho Diretor da EAFDABV, que aprovou a nova Organização Didático-Pedagógica da Escola, apresentava um dado significativo em relação ao funcionamento da Instituição: paulatinamente, o ensino médio deixaria de ser ofertado, como é possível observar no parágrafo segundo do artigo sexto: “A extinção (do ensino médio) será efetivada gradualmente, assegurando, aos alunos regularmente matriculados, a conclusão do curso segundo a estrutura curricular vigente na época da matrícula”. O documento apontava para a oferta de cursos profissionalizantes de nível técnico, com habilitação em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, destinados a alunos matriculados ou egressos do ensino médio.

PRIMEIRA AGROTÉCNICA TRANSFORMADA EM CEFET

A nova Organização Didático-Pedagógica da Agrotécnica não teve, no entanto, vida útil longa. Em 26 de novembro de 1999, por determinação do Decreto (não numerado), a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela foi a primeira do país a ser transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica, o Cefet/Petrolina (Brasil, 1999).

O processo de transformação de Escola Agrotécnica em Cefet se deu a partir do interesse na possibilidade de oferta de cursos tecnológicos em nível superior, além, principalmente, de obter vantagem financeira, já que os orçamentos das Escolas Técnicas eram superiores aos das agrotécnicas, conforme revelou o ex-diretor Nelson Minussi. Ainda segundo Minussi, para viabilizar a transformação, foi organizada uma comissão juntamente

com outras instituições interessadas na mudança para que pudessem se organizar e cumprir os requisitos exigidos para tal (Minussi Filho, 2022).

A escolha dos cursos superiores seguiu uma das características mais marcantes da Agrotécnica desde a sua fundação: o diálogo com a força econômica da região, que crescia exponencialmente no setor da fruticultura irrigada e despontava como promessa para ser a futura produtora de vinhos, tendo em vista o potencial para a vitivinicultura que começava a ser explorada no Vale do São Francisco.

Para marcar a nova fase, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao lado do vice-presidente, Marco Maciel, estiveram em Petrolina/PE, onde participaram da assinatura do decreto de transformação. Nelson Minussi, que era diretor da Escola Agrotécnica, foi nomeado como diretor *pro tempore* do Cefet/Petrolina por dois anos. Contudo, antes do término desse período, foi garantida a sua permanência na Direção Geral, sendo nomeado diretor pela Portaria n. 891, de 28 de julho de 2000.

INCORPORAÇÃO DA UNED PETROLINA/PE

Desde 1988, Petrolina/PE contava com duas instituições federais de ensino profissionalizante: a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela e o Câmpus Avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco (ETFPE). A ETFPE era uma autarquia vinculada ao MEC e criada a partir da transformação da Escola Técnica de Recife em Escola Técnica Federal de Pernambuco (Lima, 2011).

Em 8 de março de 1983, a ETFPE implantou o Câmpus Avançado de Petrolina/PE, que foi o primeiro de Escola Técnica Federal do Brasil, “uma ação pioneira de interiorização do ensino técnico” (Costa *et al.*, 1999, p. 26). Instalada no Centro Interescolar Otacílio Nunes de Souza – hoje Escola Estadual Otacílio Nunes de Souza –, o Câmpus Avançado da ETFPE em Petrolina/PE ofertou inicialmente quatro cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica, Refrigeração/Ar condicionado e Saneamento.

O Câmpus Avançado da ETFPE em Petrolina/PE iniciou suas atividades atendendo 160 estudantes da cidade e de municípios circunvizinhos. Com cursos voltados para a realidade da região e antevendo o crescimento de setores econômicos específicos, a unidade só “foi consolidada graças ao

convênio de cooperação técnica firmado entre a ETFPE e a Secretaria do Estado de Pernambuco” (Costa *et al.*, 1999, p. 26).

Assim, o Câmpus Avançado da ETFPE continuou funcionando nas dependências da Escola Estadual Otacílio Nunes de Souza por seis anos, até 11 de setembro de 1989. Nessa data, o Câmpus Avançado da ETFPE foi transformado em uma Uned, permanecendo ligado à ETFPE, e foi realocado para a sede própria no Bairro Jardim São Paulo. Com a mudança de denominação e de endereço, a Uned Petrolina/PE passou também a ofertar um novo curso técnico: Química (Costa *et al.*, 1999).

Nesse período, início dos anos 1990, a região do Vale do São Francisco já experimentava um considerável desenvolvimento econômico como resultado dos mais de US\$ 500 milhões investidos em projetos públicos de irrigação. Com a abertura do mercado externo à produção agrícola local e o aumento da demanda interna, Petrolina/PE e Juazeiro/BA consolidam-se não apenas como polos produtores de frutas, mas também como complexos agroindustriais. “A partir de então, a atividade conhece uma rápida expansão, constituindo na região uma cadeia de suprimento de frutas frescas vinculada aos mercados externo e interno” (Silva, 2020, p. 74).

Acompanhando esse desenvolvimento econômico da região, em 1996 a Uned Petrolina/PE da ETFPE implantou o curso de Técnico em Agrimensura, em nível pós-secundário. Nesse mesmo ano, entrou em vigor a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A nova lei determinou que as Escolas Técnicas Federais deveriam ofertar também o ensino médio, o que provocou novas mudanças na estrutura pedagógica da unidade.

Em 1998, a Uned – Petrolina passa a integrar o Ensino Médio no seu sistema de ensino destinado aos que pretendem continuar os seus estudos de nível superior e a oferecer todos os cursos técnicos na modalidade pós-secundário, em cumprimento da referida lei (Costa *et al.*, 1999, p. 27).

Desse modo, a Uned Petrolina/PE da ETFPE se transformou em uma escola referência em toda a região do Vale do São Francisco e para municípios de outras áreas. Em 1999, com a criação do Cefet/PE, a unidade de Petrolina/PE passou a ser a Uned/Petrolina do Cefet/PE. A esse respeito, Costa *et al.* (1999) destacam que a Escola atendia estudantes de

Pernambuco, da Bahia e do Piauí admitidos por meio de exame próprio de seleção. Poucos anos depois de começar a disponibilizar o ensino médio, a Uned passaria por outra mudança profunda, que, dessa vez, uniria as duas instituições federais de ensino técnico em Petrolina/PE.

Em 19 de novembro de 2001, por determinação do Decreto n. 4.019/2001, a Uned/Petrolina – atual IFSertãoPE/Petrolina –, antes ligada ao Cefet em Recife, foi transferida para o Cefet/Petrolina.

A incorporação da Uned havia sido requerida ainda em 1999, por meio do Projeto de Lei n. 2.144, de autoria do Poder Executivo, a fim de “racionalizar estruturas administrativas e de custos”, transferindo “acervo patrimonial, instalações físicas, recursos financeiros e orçamentários, assim como pessoal docente e técnico-administrativo” (Brasil, 1999b). Entretanto, o projeto foi retirado de pauta a pedido do próprio ministro da Educação da época, Paulo Renato Souza, com a justificativa de que o MEC estaria considerando novas “estratégias de desenvolvimento da educação profissional no país e especialmente nas regiões mais carentes”, de modo a se considerar propor, no futuro, “uma solução mais condizente com o potencial e as necessidades efetivas da região polarizada por Petrolina” (E.M. n. 39, 18 de abril de 2001).

Nesse contexto, a solução mais condizente, como mencionou o ministro, foi a indicada no projeto de lei. Por conseguinte, a integração das unidades foi oficializada em 1º de janeiro de 2002, conforme o Decreto n. 4.019, de 19 de novembro de 2001 (Brasil, 2001). Assim, o Cefet/Petrolina passou a ter duas unidades, caracterizadas pela natureza dos cursos ofertados por cada uma delas: a unidade agrícola, antiga agrotécnica, e a unidade industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sertão Pernambucano é uma área estratégica para o pleno desenvolvimento de Pernambuco, do Nordeste e, por extensão, do Brasil. Fazendo fronteira com Bahia, Piauí, Ceará e Alagoas, a região conta com o IFSertãoPE como um dos principais impulsionadores desse processo de crescimento socioeconômico.

Desde o seu estabelecimento em Petrolina/PE, com o Câmpus Avançado da ETFPE e a EFDABV, a educação profissional federal

mantém-se atenta aos anseios da população local e vinculada às potencialidades regionais. A preparação dos filhos e das filhas do lugar para o mercado pujante que se desenvolvia, especialmente com a fruticultura irrigada, sempre foi uma das prioridades das primeiras instituições federais de ensino implantadas na cidade.

Com a criação do Cefet/Petrolina, a partir da EFDABV e a posterior incorporação da Uned/Petrolina da ETFPE, o processo de expansão da educação técnica no Sertão Pernambucano começou a se desenhar com base na criação da Uned de Floresta do Cefet/Petrolina. Esse processo proporcionou a consolidação do Cefet/Petrolina como uma instituição de referência para a formação técnica e profissional.

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Cefet/Petrolina foi transformado em IFSertãoPE e expandiu sua presença na região com os câmpus de Ouricuri/PE e Salgueiro/PE inicialmente, e Serra Talhada/PE e Santa Maria da Boa Vista/PE em 2017. Assim, o IFSertãoPE se estabeleceu como uma instituição de referência tanto na área de ensino quanto em pesquisa, extensão e inovação, com ações de excelência reconhecidas por organismos nacionais e internacionais.

Durante toda a sua trajetória, o IFSertãoPE passou por diversas mudanças que representaram desafios extras para o bom desenvolvimento das atividades do Instituto. Cenários sociais, políticos e econômicos distintos impuseram a necessidade de adaptação e rearranjos institucionais. No entanto, o IFSertãoPE, por meio de sua equipe de profissionais, sempre superou as adversidades que surgiram, transformando a educação no Sertão Pernambucano.

O IFSertãoPE continua escrevendo novos capítulos dessa história. A próxima grande transformação é a criação de dois novos câmpus do Instituto nos municípios de Araripina/PE e Águas Belas/PE. Serão investidos R\$ 25 milhões em cada uma das novas unidades e cada câmpus terá a capacidade de atender até 1.400 estudantes.¹³ Essa nova expansão significa também a chegada do IFSertãoPE até a região do Agreste Pernambucano, já que Águas Belas/PE faz parte do Agreste Meridional.

Desse modo, o IFSertãoPE vai alcançando mais pessoas, transformando suas vidas e impulsionando o desenvolvimento de Pernambuco.

¹³ Ver mais em IFSertãoPE (2024a).

Com o compromisso de desenvolver as potencialidades locais, com ações atreladas ao contexto em que está inserido, o IFSertãoPE se firma como uma instituição promotora da educação pública, gratuita, de qualidade e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Relatório geral*. Brasília/DF: Coagri, 1982.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 6.736, de 1985*. Autoriza a criação e implantação da Escola Agrotécnica Federal de Petrolina, no Estado de Pernambuco. Brasília/DF: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=231213> Acesso em: 5 jul. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 96.598, de 25 de agosto de 1988*. Cria a Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela, em Petrolina, Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-96598-25-agosto-1988-447290-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. *Lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993*. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8731-16-novembro-1993-349599-norma-pl.html> Acesso em: 18 maio 2022.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997*. Regulamenta o §2º e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. *Decreto de 26 de novembro de 1999*. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1999a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8682.htm Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 2.144, de 1999*. Dispõe sobre a incorporação ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina da Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, integrante da estrutura organizacional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 1999b.

BRASIL. *Decreto n. 4.019, de 19 de novembro de 2001*. Transfere a Unidade de Ensino Descentralizada de Petrolina, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, para o Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d4019.htm Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. *Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. Portaria n. 4, de 6 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília/DF, 7 jan. 2009a.

BRASIL. Portaria n. 46, de 7 de janeiro de 2009. *Diário Oficial da União*: Seção 2, Brasília/DF, 9 jan. 2009b.

BRASIL. *Um novo modelo em educação profissional e tecnológica – concepções e diretrizes*. Brasília/DF: MEC/Setec, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66_91-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orçamento – panorama*. Brasília/DF: Plataforma Nilo Peçanha, 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQzMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZjI9> Acesso em: 29 set. 2024.

CABRAL, F. J. G. *Entrevista concedida à Inês Silva Guimarães*. Petrolina/PE, 19 abr. 2022.

CBHSF (Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco). *A agricultura de sequeiro*. Belo Horizonte: CBHSF, 2015. Disponível em: https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/ Acesso em: 29 set. 2024.

COSTA, M. N. G. M. et al. *O perfil da profissão do técnico em Edificações*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Petrolina, 1999.

EAFDABV (Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela). Sete anos plantando trabalho e colhendo confiança. *Terra Viva: Informativo da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela*, Petrolina, n. 1, p.1-4, ago. 1995.

EAFDABV (Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela). Conselho Diretor. *Resolução n. 1, de 9 de abril de 1999*. Aprova a nova Organização Didático-Pedagógica da Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela. Petrolina: EAFDABV, 1999.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/> Acesso em: 29 set. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística). *PNDA Contínua – Painel*. Rio de Janeiro: IBGE, [2024]. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> Acesso em: 2 out. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *Governo federal anuncia investimento de R\$ 65 milhões no IFSertãoPE*. Pernambuco: IFSertãoPE, 2024a. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/governo-federal-anuncia-investimento-de-r-65-milhoes-no-ifsertaope/> Acesso em: 29 set. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *Guia de cursos IFSertãoPE*. Petrolina: IFSertãoPE, 2024b. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/wp-content/uploads/2024/04/Guia-de-cursos.pdf> Acesso em: 11 jul. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). Relatório de gestão do exercício de 2023. Petrolina: IFSertãoPE, 2024c. 142 p. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertaope.edu.br/images/Consup/2024/09.pdf> Acesso em: 26 jul. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *Relatório de gestão 2009*. Petrolina: IFSertãoPE, 2010. 123 p. Disponível em: https://portalantigo.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Auditorias/Exercicio%20de%202009.pdf Acesso em: 20 jul. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *Relatório de gestão do exercício de 2010*. Petrolina: IFSertãoPE, 2011. 143 p. Disponível em: https://portalantigo.ifsertao-pe.edu.br/images/IF_Sertao-PE/Documentos/Auditorias/Exercicio%20de%202010.pdf Acesso em: 20 jul. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *Relatório de Gestão do Exercício de 2012*. Petrolina: IFsertãoPE, 2013. 140 p. Disponível em: <https://ifsertaope.edu.br/wp-content/uploads/2023/12/2012.pdf> Acesso em: 26 jul. 2024.

IFSERTÃOPE (Instituto Federal do Sertão Pernambucano). *IFSertãoPE consegue mais R\$500 mil em recurso extraorçamentário para o projeto Supera São Francisco*. Petrolina: IFsertãoPE, 2023. Disponível em: <https://portalantigo.ifsertao-pe.edu.br/index.php/a-instituicao/noticias-em-destaque/16123-mais-recursos> Acesso em: 26 jul. 2024.

LIMA, M. P. *O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: a construção da identidade do Câmpus Recife*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação Brasileira, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MINUSSI FILHO, N. *Entrevista concedida à Inês Silva Guimarães*. Petrolina/PE, 3 jun. 2022.

PERNAMBUCO. *Economia Regional*. Pernambuco: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, [2024]. Disponível em: <http://www.sdec.pe.gov.br/economia-regional> Acesso em: 29 set. 2024.

PERNAMBUCO. *Relação dos municípios por região de desenvolvimento*. Pernambuco: Base de dados do Estado, 2000. Disponível em: http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=798&Cod=1 Acesso em: 2 out. 2024.

RODRIGUES, R. J. P. *Osvaldo Coelho*. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

SILVA, P. C. G. da. Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do Vale do São Francisco. In: MARQUES, D.; ALMEIDA, C. R. dos S. de (ed.). *As Ciências Sociais no Nordeste: um desafio*. Curitiba: Ed. CRV, 2020. p. 69-78.

SIQUEIRA, G. *Osvaldo Coelho: a trajetória política de um visionário*. *Gazzeta do São Francisco*, Petrolina, ano 15, n. 2, maio 2011. Suplemento especial.





DESCRÍÇÃO DAS IMAGENS

- 01 Escola Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela, quando recebeu a primeira turma, em 1989
- 02 Matéria em jornal da região sobre a inauguração da Escola Agrotécnica Dom Avelar Brandão Vilela, com a presença do presidente José Sarney, em 1988
- 03 Paisagem do Câmpus Avançado da Escola Técnica Federal de Pernambuco em Petrolina/PE
- 04 Exposição de experimentos dos estudantes da Uned Petrolina da ETFPE durante desfile cívico
- 05 Presidente Fernando Henrique Cardoso assina portaria criando Cefet Petrolina em 1999
- 06 IFSertãoPE/Câmpus Floresta quando ainda era Uned do Cefet Petrolina
- 07 Inauguração do Câmpus Ouricuri e outros 29 câmpus de IFs em 2010 | Fonte: Ricardo Stucker/Presidência da República.
- 08 IFSertãoPE/Câmpus Ouricuri no início do funcionamento
- 09 Aula inaugural do IFSertãoPE/Câmpus Salgueiro com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do então ministro da Educação, Fernando Haddad, em 2010
- 10 Presidente Lula e estudantes do IFSertãoPE/Câmpus Salgueiro na inauguração da unidade em 2010
- 11 Inauguração do IFSertãoPE/Câmpus Salgueiro, em 2010, com a presença do presidente Lula e do então ministro da Educação, Fernando Haddad
- 12 Inauguração do IFSertãoPE/Câmpus Serra Talhada com a presença do presidente Michel Temer em 2017
- 13 Primeira sede do IFSertãoPE/Câmpus Santa Maria da Boa Vista
- 14 Inauguração do IFSertãoPE/Câmpus Santa Maria da Boa Vista em 2017
- 15 Presidente Michel Temer e ministro da Educação, Mendonça Filho, na inauguração da IFSertãoPE/Câmpus Serra Talhada em 2017



REGIÃO
NORDESTE

CATÁLOGO CARTOGRÁFICO

BRASIL

REGIÃO NORDESTE

ALAGOAS

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PARAÍBA

PERNAMBUCO

PIAUÍ

RIO GRANDE DO NORTE

SERGIPE

BRASIL



Legenda

- Unidades da Rede Federal

REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste é atendida por onze instituições da Rede Federal, que somam 214 câmpus, quatro polos de inovação distribuídos e onze reitorias, localizados em duzentos municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão e Sergipe. Em 2024, foi anunciada a implantação de 39 novos câmpus na região.

● IFAL

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL) é composto por dezenas câmpus, situados em quinze municípios: Arapiraca, Batalha, Coruripe, Maceió, Avançado Maceió – Benedito Bentes, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Penedo, Piranhas, Rio Largo, Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Satuba e Viçosa. A Reitoria está sediada em Maceió, capital de Alagoas. Em 2024, foi anunciada a implantação de três novos câmpus da Instituição na capital e nos municípios de Girau do Ponciano/AL e Mata Grande/AL.

● IFBA

O Instituto Federal da Bahia (IFBA) possui 24 câmpus, além do Polo de Inovação Salvador, situados em 24 municípios: Barreiras, Brumado, Camacari, Campo Formoso, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jaguaraqua, Jequié, juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho, Avançado Ubaitaba, Valença Tento e Vitória da Conquista. A Reitoria está sediada em Salvador, capital do estado da Bahia. Em 2024, foi anunciada a implantação de quatro novos câmpus da Instituição na capital e nos municípios de Itabuna/BA, Macaúbas/BA e Poções/BA.

● IFPE

O Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) é composto por dezenas câmpus localizados em dezenas municípios: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antônio. Sua Reitoria está situada em Recife, capital do estado de Pernambuco. Em 2024, foi anunciada a implantação de quatro novos câmpus da Instituição no centro da capital e nos municípios de Goiana/PE, Santa Cruz do Capibaribe/PE e Bezerros/PE.

● IFPI

O Instituto Federal do Piauí (IFPI) conta com vinte câmpus, situados em dezoito municípios: Ángical do Piauí, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, José de Freitas, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Pio IX, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina – Central, Teresina – Dirceu Arcoverde, Teresina – Zona Sul, Uruçuí e Valença do Piauí. Sua Reitoria está situada na capital do estado, Teresina. Em 2024, foi anunciada a implantação

de três novos câmpus da Instituição nos municípios de Altos/PI, Barras/PI e Esperantina/PI.

● IFCE

O Instituto Federal do Ceará (IFCE) conta com 33 câmpus, além do Polo de Inovação Fortaleza, situados em 32 municípios: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Cauindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Avançado Guararimanga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaripe, Avançado Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Avançado Mombacá, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Quixadá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. A Reitoria está sediada em Fortaleza, capital do estado do Ceará. Em 2024, foi anunciada a implantação de seis novos câmpus da Instituição: dois na capital, nos Bairros de Mesquita e São Geraldo, e quatro nos municípios de Cascavel/CE, Mauriti/CE, Campos Sales/CE e Lavras da Mangabeira/CE.

● IFRN

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) conta com 22 câmpus, além do Polo de Inovação Currais Novos: Apodi, Caiçó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Avançado Jucurutu, Lajes, Macau, Mossoró, Natal – Central, Natal – Cidade Alta, Natal – Zona Norte, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. A Reitoria está localizada em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Em 2024, foi anunciada a implantação de três novos câmpus da Instituição nos municípios de Touros/RN. São Miguel/RN e Umarizal/RN.

● IFPB

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) possui 21 câmpus, além do Polo de Inovação João Pessoa, situados em dezenove municípios: Avançado Areia, Cabelede, Cabelede – Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Avançado João Pessoa Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Avançado Soledade e Sousa. A Reitoria está localizada em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Em 2024, foi anunciada a implantação de quatro novos câmpus da Instituição nos municípios de Alagoa Grande/PB, Maranguape/PB, Sapé/PB e Queimadas/PB.

● IFMA

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) possui 31 câmpus, situados em 29 municípios: Açaílândia, Alcântara, Araioses, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Carolina, Caxias, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Mirinzal, Pedreiras, Pinheiro, Avançado Porto Franco, Presidente Dutra, Avançado Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís – Centro Histórico, São Luís – Maracaná, São Luís – Monte Castelo, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana, Vitorino Freire e Zé Doca. A Reitoria está sediada em São Luís, capital do estado do Maranhão. Em 2024, foi anunciada a implantação de quatro novos câmpus da Instituição nos municípios de Chapadinha/MA, Colinas/MA, Balsas/MA e Amarante do Maranhão/MA.

● IFS

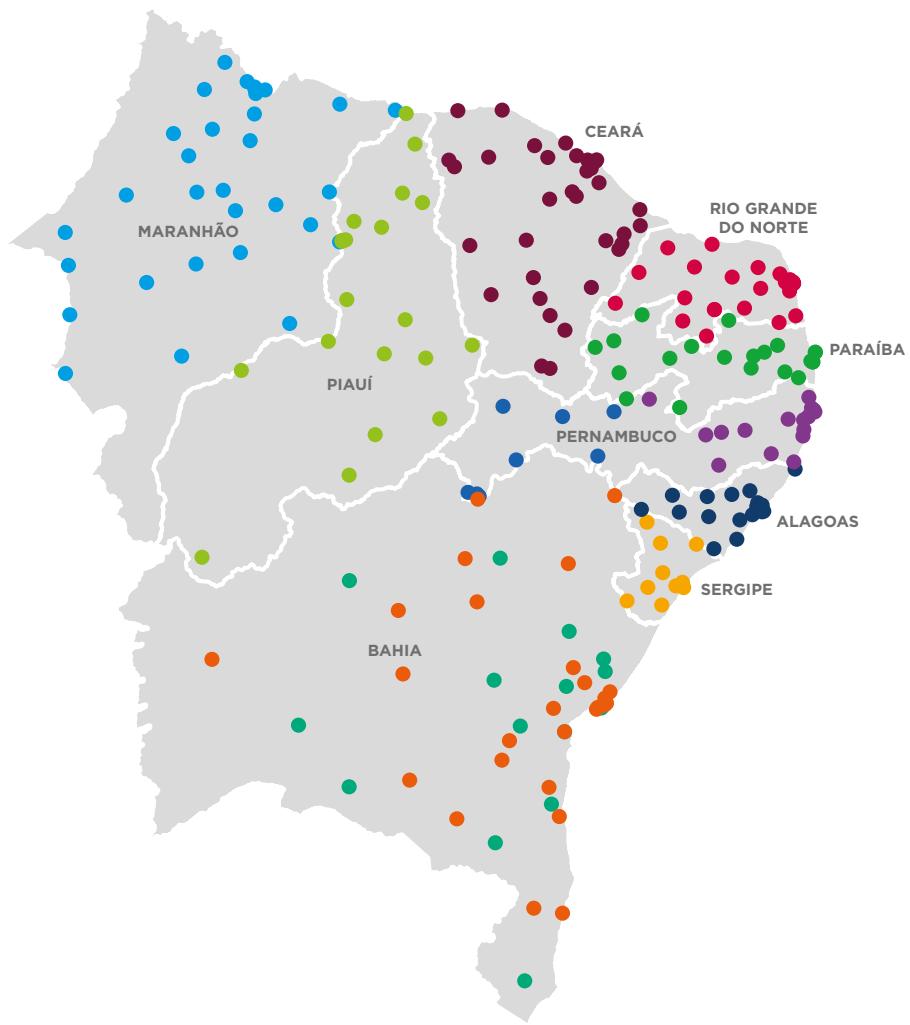
O Instituto Federal de Sergipe (IFS) é formado por dez câmpus, situados em dez municípios: Aracaju, Estâncio, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Poço Redondo, Propriá, São Cristóvão e Tobias Barreto. A Reitoria está sediada em Aracaju, capital do estado de Sergipe. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição na capital e no município de Japaratuba/SE.

● IF BAIANO

O Instituto Federal Baiano (IF Baiano) é composto por catorze câmpus, situados em catorze municípios: Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçua, Valença e Xique-Xique. A Reitoria está localizada em Salvador, capital do estado da Bahia. Em 2024, foi anunciada a implantação de quatro novos câmpus da Instituição nos municípios de Santo Estêvão/BA, Ribeira do Pombal/BA, Ruy Barbosa/BA e Remanso/BA.

● IF SERTÃO PE

O Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE) possui sete câmpus: Floresta, Ouricuri, Petrolina, Petrolina – Zona Rural, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista e Serra Talhada. Sua Reitoria está localizada em Petrolina/PE. Em 2024, foi anunciada a implantação de dois novos câmpus da Instituição nos municípios de Araripina/PE e Águas Belas/PE.



ALAGOAS

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

- 1 Câmpus Arapiraca
- 2 Câmpus Batalha
- 3 Câmpus Coruripe
- 4 Câmpus Maceió
- 5 Câmpus Avançado – Maceió – Benedito Bentes
- 6 Câmpus Maragogi
- 7 Câmpus Marechal Deodoro
- 8 Câmpus Murici
- 9 Câmpus Palmeira dos Índios
- 10 Câmpus Penedo
- 11 Câmpus Piranhas
- 12 Reitoria
- 13 Câmpus Rio Largo
- 14 Câmpus Santana do Ipanema
- 15 Câmpus São Miguel dos Campos
- 16 Câmpus Satuba
- 17 Câmpus Viçosa

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A SERTÃO ALAGOANO
- B AGRESTE ALAGOANO
- C LESTE ALAGOANO



BAHIA

INSTITUTO FEDERAL BAIANO

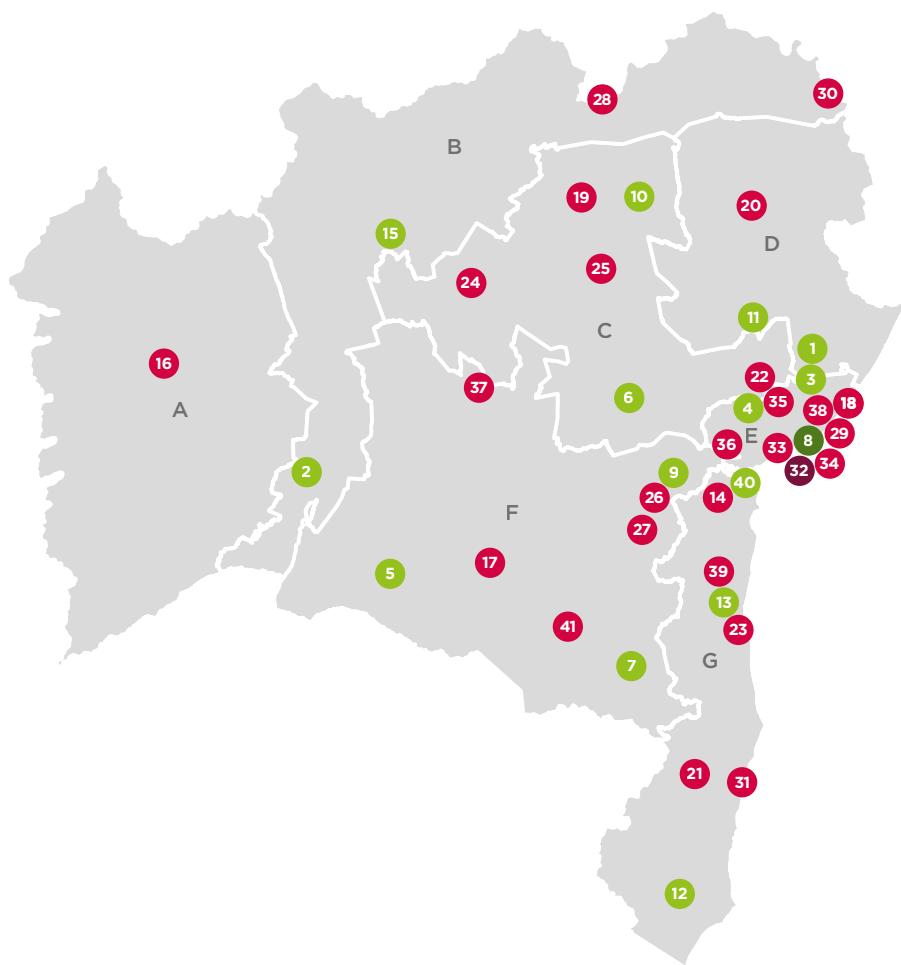
- 1 Câmpus Alagoinhas
- 2 Câmpus Bom Jesus da Lapa
- 3 Câmpus Catu
- 4 Câmpus Governador Mangabeira
- 5 Câmpus Guanambi
- 6 Câmpus Itaberaba
- 7 Câmpus Itapetinga
- 8 Reitoria
- 9 Câmpus Santa Inês
- 10 Câmpus Senhor do Bonfim
- 11 Câmpus Serrinha
- 12 Câmpus Teixeira de Freitas
- 13 Câmpus Uruçuca
- 14 Câmpus Valença
- 15 Câmpus Xique-Xique

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

- 16 Câmpus Barreiras
- 17 Câmpus Brumado
- 18 Câmpus Camaçari
- 19 Câmpus Campo Formoso
- 20 Câmpus Euclides da Cunha
- 21 Câmpus Eunápolis
- 22 Câmpus Feira de Santana
- 23 Câmpus Ilhéus
- 24 Câmpus Irecê
- 25 Câmpus Jacobina
- 26 Câmpus Jaguaquara
- 27 Câmpus Jequié
- 28 Câmpus Juazeiro
- 29 Câmpus Lauro de Freitas
- 30 Câmpus Paulo Afonso
- 31 Câmpus Porto Seguro
- 32 Reitoria
- 33 Câmpus Salvador
- 34 Polo de Inovação Salvador
- 35 Câmpus Santo Amaro
- 36 Câmpus Santo Antônio de Jesus
- 37 Câmpus Seabra
- 38 Câmpus Simões Filho
- 39 Câmpus Avançado Ubaitaba
- 40 Câmpus Valença Tento
- 41 Câmpus Vitória da Conquista

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A EXTREMO OESTE BAIANO
- B VALE SÃO-FRANCISCANO DA BAHIA
- C CENTRO NORTE BAIANO
- D NORDESTE BAIANO
- E METROPOLITANA DE SALVADOR
- F CENTRO SUL BAIANO
- G SUL BAIANO



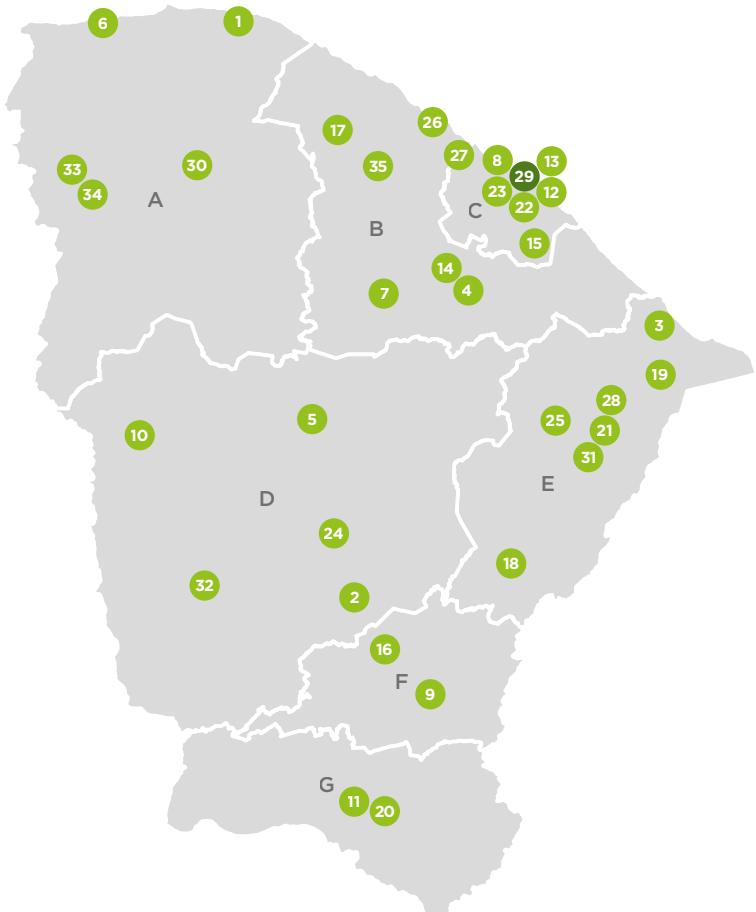
CEARÁ

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

- 1 Câmpus Acaraú
- 2 Câmpus Acopiara
- 3 Câmpus Aracati
- 4 Câmpus Baturité
- 5 Câmpus Boa Viagem
- 6 Câmpus Camocim
- 7 Câmpus Canindé
- 8 Câmpus Caucaia
- 9 Câmpus Cedro
- 10 Câmpus Crateús
- 11 Câmpus Crato
- 12 Câmpus Fortaleza
- 13 Polo de Inovação Fortaleza
- 14 Câmpus Avançado Guaramiranga
- 15 Câmpus Horizonte
- 16 Câmpus Iguatu
- 17 Câmpus Itapipoca
- 18 Câmpus Jaguaribe
- 19 Câmpus Avançado Jaguaruana
- 20 Câmpus Juazeiro do Norte
- 21 Câmpus Limoeiro do Norte
- 22 Câmpus Maracanaú
- 23 Câmpus Maranguape
- 24 Câmpus Avançado Mombaça
- 25 Câmpus Morada Nova
- 26 Câmpus Paracuru
- 27 Câmpus Pecém
- 28 Câmpus Quixadá
- 29 Reitoria
- 30 Câmpus Sobral
- 31 Câmpus Tabuleiro do Norte
- 32 Câmpus Tauá
- 33 Câmpus Tianguá
- 34 Câmpus Ubajara
- 35 Câmpus Umirim

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NOROESTE CEARENSE
- B NORTE CEARENSE
- C METROPOLITANA DE FORTALEZA
- D SERTÕES CEARENSES
- E JAGUARIBE
- F CENTRO-SUL CEARENSE
- G SUL CEARENSE



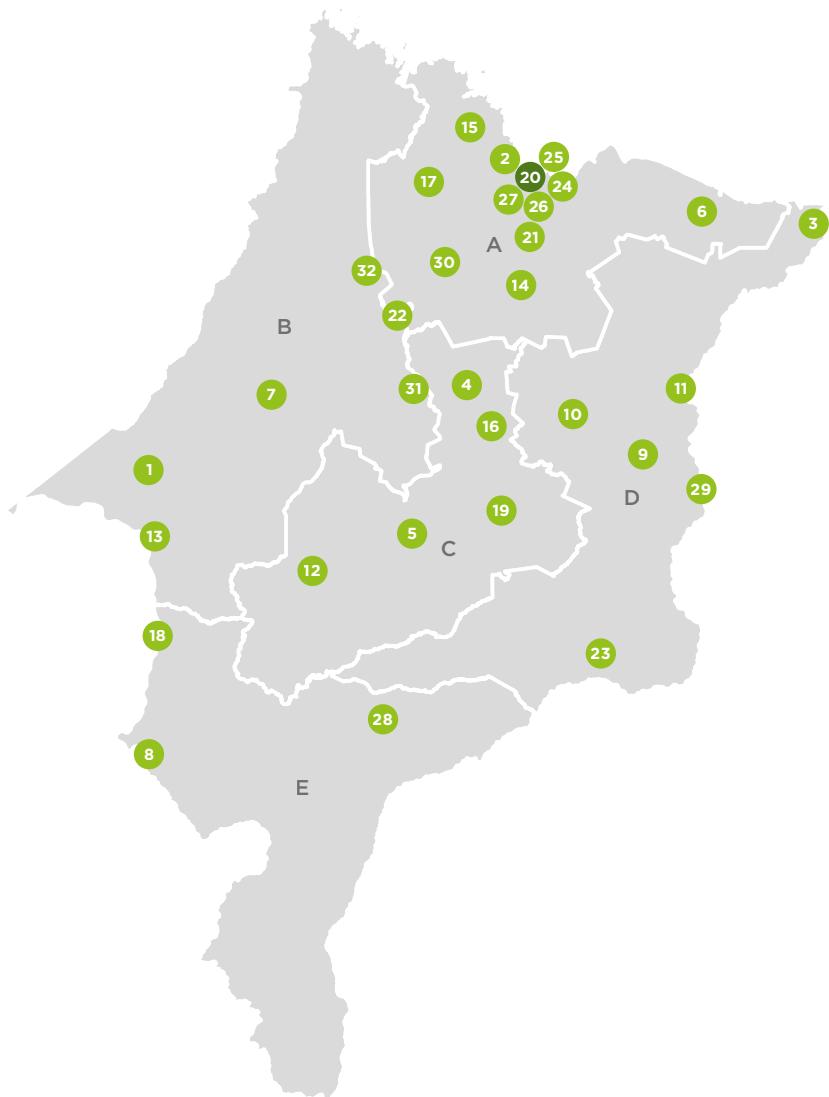
MARANHÃO

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

- 1 Câmpus Açaílândia
- 2 Câmpus Alcântara
- 3 Câmpus Araioses
- 4 Câmpus Bacabal
- 5 Câmpus Barra do Corda
- 6 Câmpus Barreirinhas
- 7 Câmpus Buriticupu
- 8 Câmpus Carolina
- 9 Câmpus Caxias
- 10 Câmpus Codó
- 11 Câmpus Coelho Neto
- 12 Câmpus Grajaú
- 13 Câmpus Imperatriz
- 14 Câmpus Itapecuru-Mirim
- 15 Câmpus Mirinzal
- 16 Câmpus Pedreiras
- 17 Câmpus Pinheiro
- 18 Câmpus Avançado Porto Franco
- 19 Câmpus Presidente Dutra
- 20 Reitoria
- 21 Câmpus Avançado Rosário
- 22 Câmpus Santa Inês
- 23 Câmpus São João dos Patos
- 24 Câmpus São José de Ribamar
- 25 Câmpus São Luís – Centro Histórico
- 26 Câmpus São Luís – Maracanã
- 27 Câmpus São Luís – Monte Castelo
- 28 Câmpus São Raimundo das Mangabeiras
- 29 Câmpus Timon
- 30 Câmpus Viana
- 31 Câmpus Vitorino Freire
- 32 Câmpus Zé Doca

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A NORTE MARANHENSE
- B OESTE MARANHENSE
- C CENTRO MARANHENSE
- D LESTE MARANHENSE
- E SUL MARANHENSE



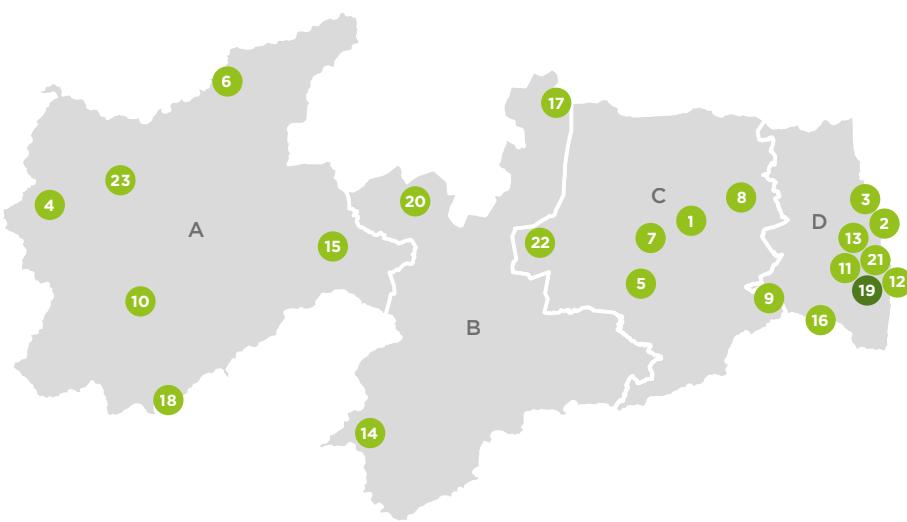
PARAÍBA

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

- | | |
|---------------------------------|---|
| 1 Câmpus Avançado Areia | 13 Câmpus Avançado João Pessoa Mangabeira |
| 2 Câmpus Cabedelo | 14 Câmpus Monteiro |
| 3 Câmpus Cabedelo- Centro | 15 Câmpus Patos |
| 4 Câmpus Cajazeiras | 16 Câmpus Pedras de Fogo |
| 5 Câmpus Campina Grande | 17 Câmpus Piciú |
| 6 Câmpus Catolé do Rocha | 18 Câmpus Princesa Isabel |
| 7 Câmpus Esperança | 19 Reitoria |
| 8 Câmpus Guarabira | 20 Câmpus Santa Luzia |
| 9 Câmpus Itabaiana | 21 Câmpus Santa Rita |
| 10 Câmpus Itaporanga | 22 Câmpus Avançado Soledade |
| 11 Polo de Inovação João Pessoa | 23 Câmpus Sousa |
| 12 Câmpus João Pessoa | |

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A SERTÃO PARAIBANO
- B BORBOREMA
- C AGRESTE PARAIBANO
- D MATA PARAIBANA



PERNAMBUCO

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

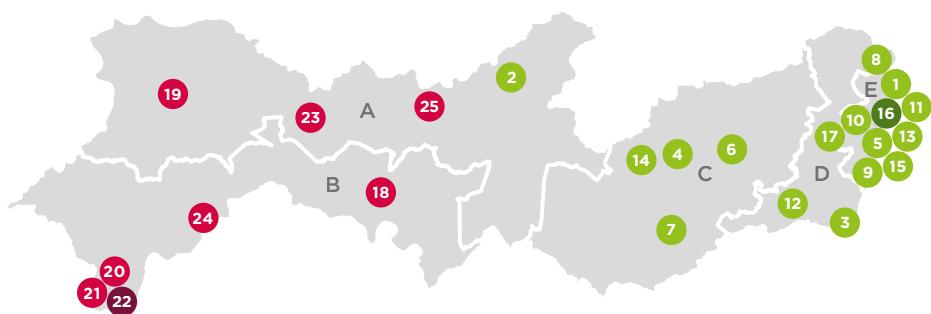
- 1** Câmpus Abreu e Lima
- 2** Câmpus Afogados da Ingazeira
- 3** Câmpus Barreiros
- 4** Câmpus Belo Jardim
- 5** Câmpus Cabo de Santo Agostinho
- 6** Câmpus Caruaru
- 7** Câmpus Garanhuns
- 8** Câmpus Igarassu
- 9** Câmpus Ipojuca
- 10** Câmpus Jaboatão dos Guararapes
- 11** Câmpus Olinda (Em implantação)
- 12** Câmpus Palmares
- 13** Câmpus Paulista
- 14** Câmpus Pesqueira
- 15** Câmpus Recife
- 16** Reitoria
- 17** Câmpus Vitória de Santo Antão

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

- 18** Câmpus Floresta
- 19** Câmpus Ouricuri
- 20** Câmpus Petrolina
- 21** Câmpus Petrolina – Zona Rural
- 22** Reitoria
- 23** Câmpus Salgueiro
- 24** Câmpus Santa Maria da Boa Vista
- 25** Câmpus Serra Talhada

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A** SERTÃO PERNAMBUCANO
- B** SÃO FRANCISCO PERNAMBUCANO
- C** AGreste PERNAMBUCANO
- D** MATA PERNAMBUCANA
- E** METROPOLITANA DE RECIFE



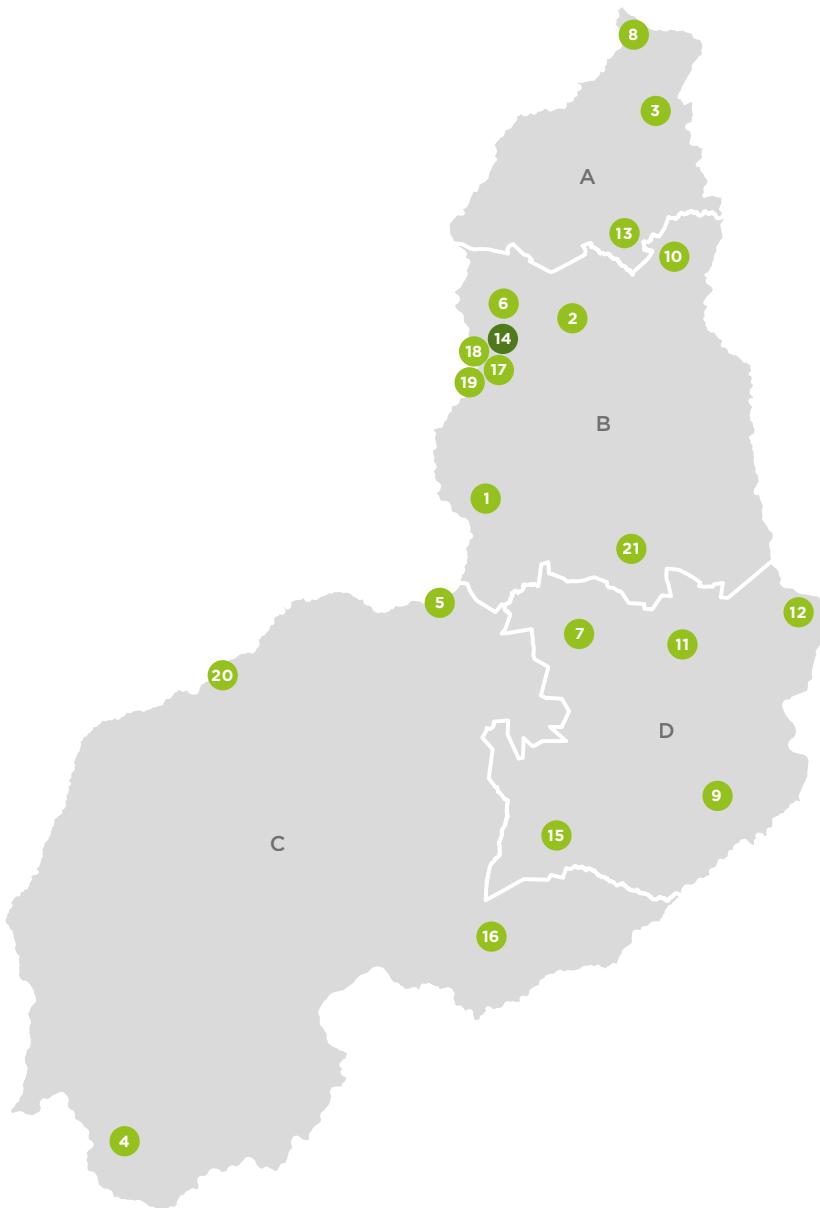
PIAUÍ

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ

- 1** Câmpus Angical do Piauí
- 2** Câmpus Campo Maior
- 3** Câmpus Cocal
- 4** Câmpus Corrente
- 5** Câmpus Floriano
- 6** Câmpus José de Freitas
- 7** Câmpus Oeiras
- 8** Câmpus Parnaíba
- 9** Câmpus Paulistana
- 10** Câmpus Pedro II
- 11** Câmpus Picos
- 12** Câmpus Pio IX
- 13** Câmpus Piripiri
- 14** Reitoria
- 15** Câmpus São João do Piauí
- 16** Câmpus São Raimundo Nonato
- 17** Câmpus Teresina - Central
- 18** Câmpus Teresina - Dirceu Arcovéde
- 19** Câmpus Teresina - Zona Sul
- 20** Câmpus Uruçuí
- 21** Câmpus Valença do Piauí

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A** NORTE PIAUIENSE
- B** CENTRO-NORTE PIAUIENSE
- C** SUDOESTE PIAUIENSE
- D** SUDESTE PIAUIENSE



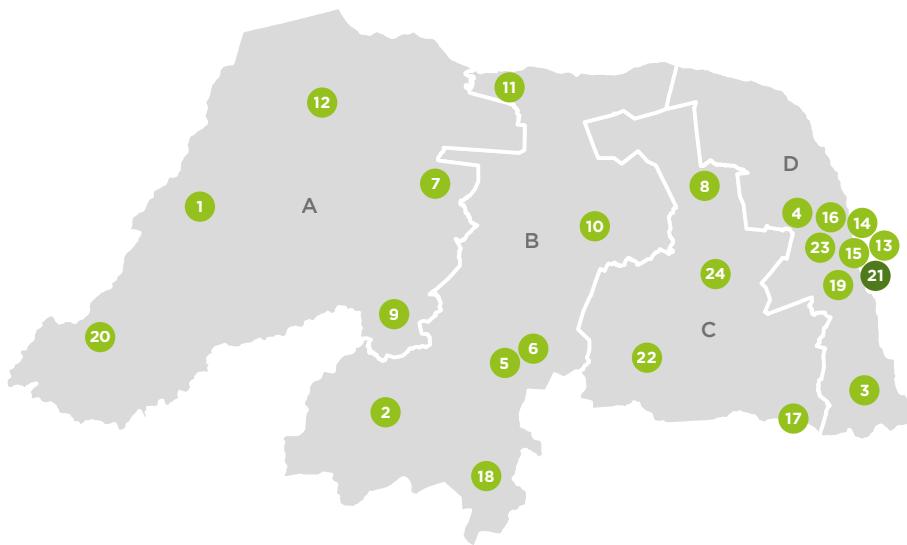
RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

- | | |
|----------------------------------|---|
| 1 Câmpus Apodi | 13 Câmpus Natal – Central |
| 2 Câmpus Caicó | 14 Câmpus Natal – Cidade Alta – Unidade Rocas |
| 3 Câmpus Canguaretama | 15 Câmpus Avançado Natal – Zona Leste |
| 4 Câmpus Ceará-Mirim | 16 Câmpus Natal – Zona Norte |
| 5 Polo de Inovação Currais Novos | 17 Câmpus Nova Cruz |
| 6 Câmpus Currais Novos | 18 Câmpus Parelhas |
| 7 Câmpus Ipanguaçu | 19 Câmpus Parnamirim |
| 8 Câmpus João Câmara | 20 Câmpus Pau dos Ferros |
| 9 Câmpus Avançado Jucurutu | 21 Reitoria |
| 10 Câmpus Lajes | 22 Câmpus Santa Cruz |
| 11 Câmpus Macau | 23 Câmpus São Gonçalo do Amarante |
| 12 Câmpus Mossoró | 24 Câmpus São Paulo do Potengi |

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A** OESTE POTIGUAR
- B** CENTRAL POTIGUAR
- C** AGRESTE POTIGUAR
- D** LESTE POTIGUAR



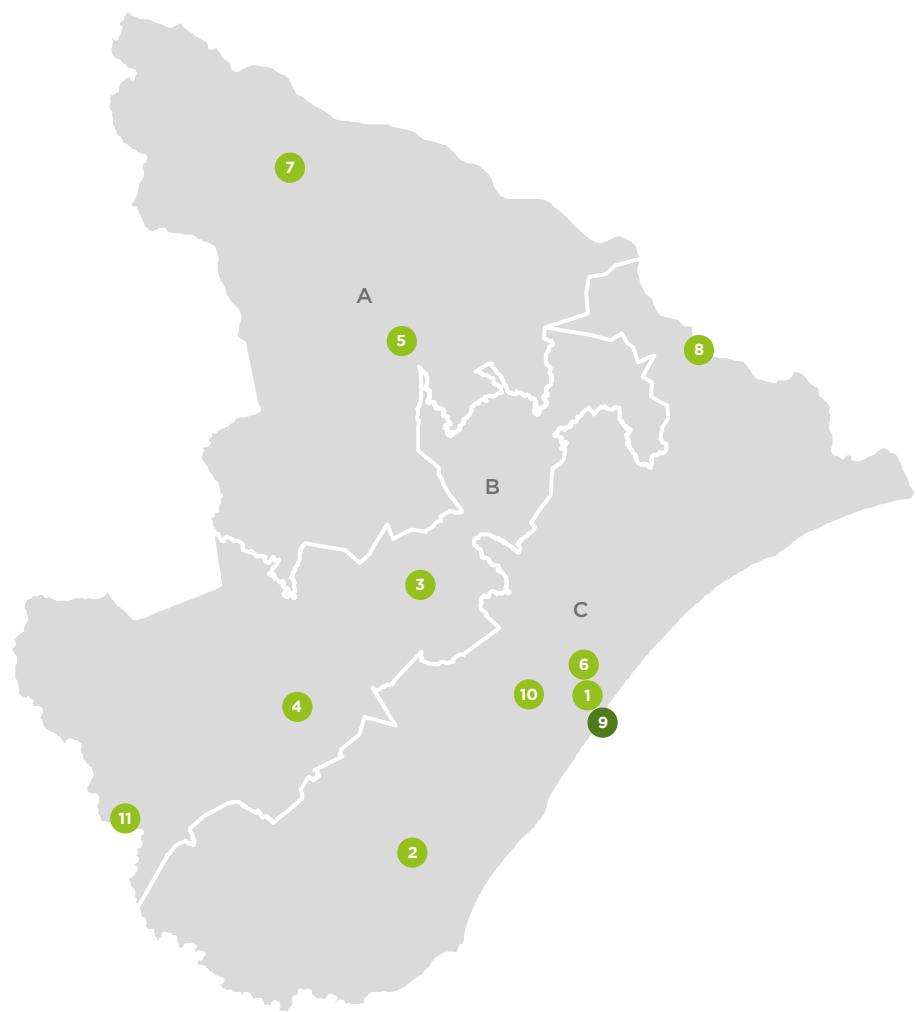
SERGIPE

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

- 1** Câmpus Aracaju
- 2** Câmpus Estância
- 3** Câmpus Itabaiana
- 4** Câmpus Lagarto
- 5** Câmpus Nossa Senhora da Glória
- 6** Câmpus Nossa Senhora do Socorro
- 7** Câmpus Poço Redondo
- 8** Câmpus Propriá
- 9** Reitoria
- 10** Câmpus São Cristóvão
- 11** Câmpus Tobias Barreto

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

- A** SERTÃO SERGIPANO
- B** AGreste SERGIPANO
- C** LESTE SERGIPANO





REGIÃO
NORDESTE

CATÁLOGO FOTOGRÁFICO

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

INSTITUTO FEDERAL BAIANO

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS¹



¹ Todas as fotos são do acervo da Comunicação do IFAL.





INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA¹



¹ Todas as fotos são do acervo do Memorial Institucional do IFBA.



CÂMPUS FEIRA DE SANTANA



CÂMPUS ILHÉUS



CÂMPUS IRECÊ



CÂMPUS JACOBINA



CÂMPUS JAGUAQUARA



CÂMPUS JEQUIÉ



CÂMPUS JUAZEIRO



CÂMPUS LAURO DE FREITAS



CÂMPUS PAULO AFONSO



CÂMPUS PORTO SEGURO



CÂMPUS SALVADOR



CÂMPUS SANTO AMARO



CÂMPUS SANTO ANTÔNIO DE JESUS



CÂMPUS SEABRA



CÂMPUS SIMÕES FILHO



CÂMPUS AVANÇADO UBAITABA



CÂMPUS VALENÇA TENTO



CÂMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA



INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO



CÂMPUS ABREU E LIMA¹



CÂMPUS AFOGADOS DA INGAZEIRA²



CÂMPUS BARREIROS³



CÂMPUS BELO JARDIM³



CÂMPUS CABO DE SANTO AGOSTINHO¹



CÂMPUS CARUARU²

¹ Acervo da Diretoria de Obras e Projetos do IFPE.

² Acervo do câmpus.

³ Acervo do Departamento de Comunicação do IFPE.



CÂMPUS GARANHUNS²



CÂMPUS IGARASSU²



CÂMPUS IPOJUCA³



CÂMPUS JABOATÃO DOS GUARARAPES¹



CÂMPUS OLINDA (EM IMPLANTAÇÃO)²



CÂMPUS PALMARES²



CÂMPUS PAULISTA²



CÂMPUS PESQUEIRA²



CÂMPUS RECIFE³



CÂMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO³

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ



CÂMPUS ANGICAL DO PIAUÍ



CÂMPUS CAMPO MAIOR



CÂMPUS COCAL



CÂMPUS CORRENTE



CÂMPUS FLORIANO



CÂMPUS JOSÉ DE FREITAS

¹ Todas as fotos são do acervo do IFPI.



CÂMPUS OEIRAS



CÂMPUS PARNAÍBA



CÂMPUS PAULISTANA



CÂMPUS PEDRO II



CÂMPUS PICOS



CÂMPUS PIO IX



CÂMPUS PIRIPIRI



CÂMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ



CÂMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO



CÂMPUS TERESINA - CENTRAL



CÂMPUS TERESINA - DIRCEU ARCOVERDE



CÂMPUS TERESINA - ZONA SUL



CÂMPUS URUÇUÍ



CÂMPUS VALENÇA DO PIAUÍ



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE¹



CÂMPUS APODI



CÂMPUS CAICÓ



CÂMPUS CANGUARETAMA



CÂMPUS CEARÁ-MIRIM



CÂMPUS CURRAIS NOVOS



CÂMPUS IPANGUAÇU

¹ Todas as fotos são do acervo da Assessoria de Comunicação da Reitoria do IFRN.

CATÁLOGO FOTOGRÁFICO DA REDE FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



CÂMPUS JOÃO CÂMARA



CÂMPUS AVANÇADO JUCURUTU



CÂMPUS LAJES



CÂMPUS MACAU



CÂMPUS MOSSORÓ



CÂMPUS NATAL - CENTRAL

CATÁLOGO FOTGRÁFICO DA REDE FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



CATÁLOGO FOTOGRÁFICO DA REDE FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



CÂMPUS PARELHAS



CÂMPUS PARNAMIRIM



CÂMPUS PAU DO FERROS



CÂMPUS SANTA CRUZ



CÂMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE



CÂMPUS SÃO PAULO DO POTENGI



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ¹



¹ Todas as fotos são do acervo do IFCE.



CÂMPUS CANINDÉ



CÂMPUS CAUCAIA



CÂMPUS CEDRO



CÂMPUS CRATEÚS



CÂMPUS CRATO



CÂMPUS FORTALEZA





CÂMPUS JUAZEIRO DO NORTE



CÂMPUS LIMOEIRO DO NORTE



CÂMPUS MARACANAÚ



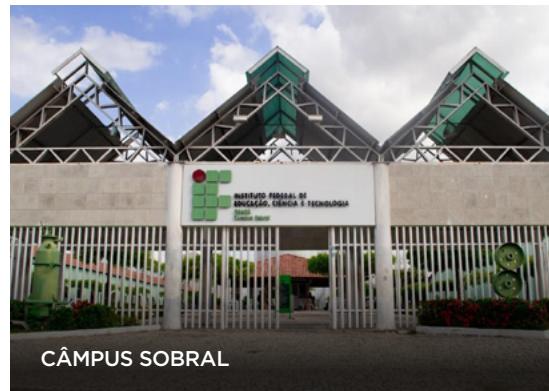
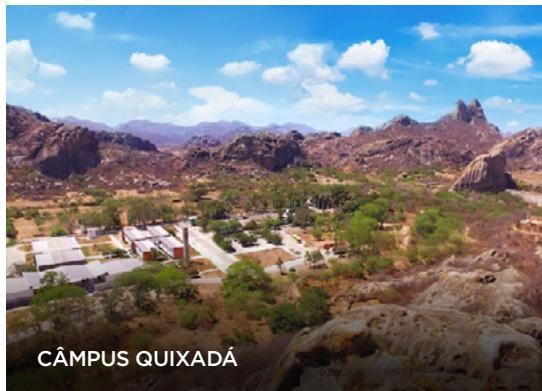
CÂMPUS MARANGUAPE

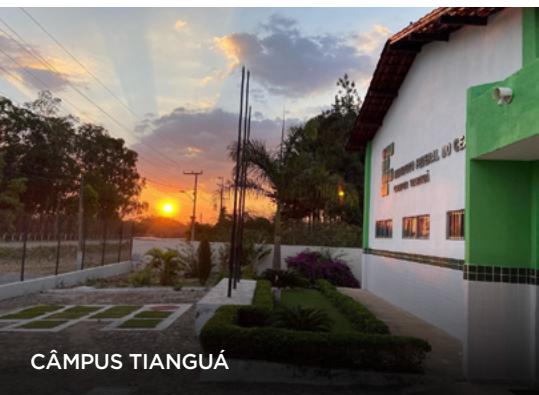


CÂMPUS AVANÇADO MOMBAÇA



CÂMPUS MORADA NOVA





CÂMPUS TIANGUÁ



CÂMPUS UBAJARA



CÂMPUS UMIrim



POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA¹



CÂMPUS AVANÇADO AREIA



CÂMPUS CABEDELO



CÂMPUS CABEDELO- CENTRO



CÂMPUS CAJAZEIRAS



CÂMPUS CAMPINA GRANDE



CÂMPUS CATOLÉ DO ROCHA

¹ Todas as fotos são do acervo do IFPB.



CÂMPUS ESPERANÇA



CÂMPUS GUARABIRA



CÂMPUS ITABAIANA



CÂMPUS ITAPORANGA



CÂMPUS JOÃO PESSOA



CÂMPUS JOÃO PESSOA (ATUAL)



CÂMPUS MONTEIRO



CÂMPUS PATOS



CÂMPUS PEDRAS DE FOGO



CÂMPUS PICUÍ



CÂMPUS PRINCESA ISABEL



CÂMPUS SANTA LUZIA



CÂMPUS SANTA RITA



CÂMPUS AVANÇADO SOLEDADE



CÂMPUS SOUSA



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO¹



¹ Todas as fotos são do acervo da Assessoria de Comunicação do IFMA.



CÂMPUS BURITICUPU



CÂMPUS CAROLINA



CÂMPUS CAXIAS



CÂMPUS CODÓ



CÂMPUS COELHO NETO



CÂMPUS GRAJAÚ





CÂMPUS PRESIDENTE DUTRA



CÂMPUS AVANÇADO ROSÁRIO



CÂMPUS SANTA INÉS



CÂMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS



CÂMPUS SÃO JOSÉ DE RIBAMAR



CÂMPUS SÃO LUÍS - CENTRO HISTÓRICO





CÂMPUS ZÉ DOCA



REITORIA

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE¹



¹ Todas as fotos são do acervo do IFS.



CÂMPUS POÇO REDONDO



CÂMPUS PROPRIÁ



CÂMPUS SÃO CRISTÓVÃO



CÂMPUS TOBIAS BARRETO



REITORIA (ANTIGA SEDE)



REITORIA (NOVA SEDE)

INSTITUTO FEDERAL BAIANO¹



CÂMPUS ALAGOINHAS



CÂMPUS BOM JESUS DA LAPA



CÂMPUS CATU



CÂMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA



CÂMPUS GUANAMBI



CÂMPUS ITABERABA

¹ Todas as fotos são da Ascom do IF Baiano.



CÂMPUS ITAPETINGA



CÂMPUS SANTA INÊS



CÂMPUS SENHOR DO BOMFIM



CÂMPUS SERRINHA



CÂMPUS TEIXEIRA DE FREITAS



CÂMPUS URUÇUCA



INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO¹



CÂMPUS FLORESTA



CÂMPUS OURICURI



CÂMPUS PETROLINA



CÂMPUS PETROLINA - ZONA RURAL



CÂMPUS SALGUEIRO



CÂMPUS SANTA MARIA DA BOA VISTA

¹ Todas as fotos são do acervo do IF Sertão PE.



CRÉDITOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

Reitor

Carlos Cesar Teixeira Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa,

Pós-graduação e Inovação

Rogério de Mesquita Teles

EDITORIA IFMA

Diretora da Editora IFMA

Flávia Arruda de Sousa

Conselho Editorial

Presidente

Flávia Arruda de Sousa

Ciências Exatas e da Terra

Francisco Pessoa de Paiva Junior

Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Camila Ferreira Santos Silva

Ciências Humanas

Nilvanete Gomes de Lima

Franklin Lopes Silva

Representante da Pró-Reitoria de Extensão

Josenice Ribeiro Souza Moraes

Ciências da Saúde

Livia Carolina Sobrinho Rudakoff

Raffaelle Andressa dos Santos Araujo

Representante dos Coordenadores dos cursos de Pós-Graduação

Paula Francineti de Araujo Tavares

Ciências Sociais Aplicadas

Elisangela Alves de Sousa

Cesar Augusto de Albuquerque Araujo

Representantes do corpo

Técnico-administrativo

Luisyane de Maria Carlos Terrado

Arlindiane Santos da Silveira

Engenharias

Andrey Sales Lopes

Barbara Chaves Aguiar Barbosa

Bibliotecários/documentalistas

Ana Lourdes dos Anjos Costa

Eliana da Silva Mendes

Linguística, Letras e Artes

Renata Ribeiro Lima

Luís Rodolfo Cabral Sales

Ciências Agrárias

Caio Brito Lourenço

Josilene Lima Serra

Multidisciplinar

Eva Dayna Felix Carneiro

Antônio Jorge Parga da Silva

Ciências Biológicas

Douglas Rafael e Silva Barbosa

Eville Karina Maciel Delgado Ribeiro Novaes

CRÉDITOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Reitora

Mary Roberta Meira Marinho

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Silvana Luciene do Nascimento Cunha Costa

EDITORA IFPB

Diretor Executivo da Editora

Ademar Gonçalves da Costa Junior

Conselho Editorial

Ademar Gonçalves da Costa Junior

Maria Clara Santana Maroja

Joserlan Nonato Moreira

Daniel Álvares Lourenço

Monique Ximenes Lopes de Medeiros

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes

Iana Daya Cavalcante Facundo Passos

Yasmin Ramos Peregrino

Wilson Luiz dos Santos Filho

Clarissa Cecilia Ferreira Alves

Genival da Silva Almeida

Bruna Belmont de Oliveira

Leandro José Medeiros Amorim Santos

Cecilia Danielle Bezerra Oliveira

Arismar Estevão Guedes

José Maxsuel Lourenço Alves

Hanne Alves Bakke

Virna Lucia Cunha de Farias

Agnaldo Oliveira de Jesus

Dênis Davi de Oliveira Decussatti

Aléssio Trindade de Barros

Bruno Neiva Moreno

Vinicius Ribeiro Longo Vilela

Rafael Torres Correia Lima

Francisco de Assis Rodrigues de Lima

Erivan Lopes Tomé Júnior

Carlos Danilo Miranda Regis

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Reitora

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Lorena Pereira de Souza Rosa

EDITORA IFG

Coordenadora da Editora

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Conselho Editorial

Presidente

Vanderleida Rosa de Freitas e Queiroz

Titulares

Lidiaine Maria dos Santos

Darlene Ana de Paula Vieira

Adriano de Carvalho Paranaíba

Cristina Gomes de Oliveira Teixeira

Alessandro Silva de Oliveira

Kalinka Martins da Silva

Cláudia Helena dos Santos Araújo

Bruno Pilastre de Souza Silva Dias

Suplentes

Ruberley Rodrigues de Souza

Olívio Carlos Nascimento Souto

Hellen da Silva Cintra de Paula

Ricardo Fernandes de Sousa

Ana Beatriz Machado de Freitas

Lemuel da Cruz Gandara

FICHA TÉCNICA

Organização da coleção

Olliver Robson Mariano Rosa

Organização do volume

Ana Paula P. da Cruz de Moraes

Flávia Arruda de Sousa

Projeto gráfico e capa

Pedro Henrique Pereira de Carvalho

Revisão e diagramação

Coelum Editorial

Revisão de provas

Lucas de Jesus Santos

Kepler Benchimol Ferreira

Centros Federais de Educação Tecnológica), foi engrandecida com a criação dos Institutos Federais. A expansão da Rede Federal a fez chegar aos mais longínquos pontos do país, abrindo oportunidades de acesso ao estudo a milhares de jovens, configurando-se como ação pública de grande alcance social e democrático.

Os registros históricos de cada uma das instituições representam, assim, oportunidade singular de consolidar sua identidade institucional, mesmo considerando trajetórias diferenciadas, num esforço conjunto a fim de enfrentar e romper com a dualidade estrutural histórica que vem permeando a educação profissional no Brasil. Ante o desafio de expandir suas finalidades e modos operacionais, essas instituições têm buscado a superação das debilidades de uma estreita profissionalização para atuar na formação de quadros profissionais qualificados, no desenvolvimento social e econômico sustentável, no desenvolvimento regional e na promoção social e humana das comunidades locais, constituindo-se em polos de excelência científica e tecnológica.

José Carlos Libâneo

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE GOIÁS

REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

QUASE DOIS SÉCULOS MUDANDO O BRASIL

Resultado de um esforço coletivo de pesquisa e memória, a coleção *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quase dois séculos mudando o Brasil* apresenta a história das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em cada região do Brasil. Ao reunir diferentes trajetórias, a obra valoriza experiências locais e o papel da educação pública na transformação do país. Neste terceiro volume, vem a lume a história das onze instituições da Região Nordeste: Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal do Piauí (IFPI), Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal de Sergipe (IFS), Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE). Os capítulos revelam como a educação profissional tem sido uma força vital na transformação de realidades diversas – do agreste ao litoral, do sertão às capitais – promovendo inclusão, inovação e desenvolvimento sustentável em toda a região.

Os Organizadores



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

